



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - PPGECsA

Emmanuel de Nazareth Brasil

**O IMIGRANTE SÍRIO, O SÍRIO-LIBANÊS E O REFUGIADO SÍRIO EM
PERSPECTIVA COMPARADA:** uma análise da produção acadêmica sobre o fluxo
migratório da Síria para o Brasil nos séculos XX e XXI

Brasília - DF
2025

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - PPGECsA

Emmanuel de Nazareth Brasil

**O IMIGRANTE SÍRIO, O SÍRIO-LIBANÊS E O REFUGIADO SÍRIO EM
PERSPECTIVA COMPARADA:** uma análise da produção acadêmica sobre o fluxo
migratório da Síria para o Brasil nos séculos XX e XXI.

Tese apresentada como requisito final para a
obtenção do Título de Doutor em Ciências
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas -
PPGECsA da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Desenvolvimento, globalização e migrações nas Américas.
Linha de Pesquisa: Migrações internacionais, políticas migratórias e fronteiras.
Orientador (a): Delia Dutra.

BRASÍLIA - DF
2025

Emmanuel de Nazareth Brasil

O IMIGRANTE SÍRIO, O SÍRIO-LIBANÊS E O REFUGIADO SÍRIO EM PERSPECTIVA COMPARADA: uma análise da produção acadêmica sobre o fluxo migratório da Síria para o Brasil nos séculos XX e XXI.

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - PPGECSA da Universidade de Brasília.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Delia Dutra da Silveira Margalef

Universidad de la República (UdelaR)/Universidade de Brasília (UnB)
Presidente

Profa. Dra. Cristiane Machado Coelho

Universidade de Brasília (UnB)
Membro Interno

Profa. Dra. Ana Cristina Murta Collares

Spatial Determinants of Health Lab, Carleton University
Membro Externo

Prof. Dr. Milton Mendonça Sobrinho

Instituição Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Membro Externo

Profa. Dra. Elaine Moreira

Universidade de Brasília (UnB)
Suplente

Aba, Pai! Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, minha base e sustentação durante toda esta jornada. A minha fé foi essencial em momentos difíceis, sustentando-me quando tudo parecia desmoronar. À minha igreja e aos meus discipuladores, sou imensamente grato por diariamente me ensinarem a ser uma pessoa melhor.

A Marianna, minha esposa, meu maior incentivo e apoio constante. Obrigado por acreditar em mim, incentivar cada passo e compartilhar este sonho comigo. Agradeço aos meus pais por todo esforço, luta e sacrifício que fizeram para que eu tivesse uma educação adequada, pelos ensinamentos e pelo carinho incondicional. Ao meu irmão, minha inspiração e a pessoa mais inteligente que conheço, obrigado por me desafiar e impulsionar sempre.

Aos meus amigos, companheiros de caminhada, que foram alegria em tempos difíceis, força em momentos de fraqueza e incentivo constante. Seria impossível citar apenas alguns nomes diante de tantas pessoas especiais que fizeram parte dessa trajetória.

Às professoras da banca, Profa. Dra. Cristiane Machado Coelho e Profa. Dra. Ana Cristina Murta Coll, expresso minha gratidão pela influência formativa desde a graduação e pelo diálogo crítico que enriqueceu substancialmente esta tese. Ao Prof. Dr. Milton Mendonça Sobrinho,gradeço profundamente pela inspiração acadêmica e pessoal, pela gentileza e generosidade que sempre demonstrou.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reconheço o apoio fundamental que viabilizou materialmente esta pesquisa, evidenciando a importância crucial do financiamento público para a produção científica nacional. Ao programa, seus docentes e coordenação, agradeço pelo ambiente propício ao desenvolvimento do pensamento crítico e pela estrutura institucional que acolheu este projeto. À Cecília, agradeço pela competência e dedicação que transformaram processos burocráticos em caminhos acessíveis.

À minha orientadora, Delia Dutra, dirijo um agradecimento especial pela orientação que transcendeu o âmbito formal e constituiu verdadeira parceria intelectual. Desde minha graduação, sua influência tem sido determinante na minha formação como pesquisador. Agradeço pela leitura rigorosa, pelas críticas construtivas e pelo estímulo constante à autonomia acadêmica. Concluo esta etapa com a certeza de que nosso diálogo intelectual permanecerá produtivo em futuras colaborações.

RESUMO

BRASIL, E. N. O IMIGRANTE SÍRIO, O SÍRIO-LIBANÊS E O REFUGIADO SÍRIO EM PERSPECTIVA COMPARADA: uma análise da produção acadêmica sobre o fluxo migratório da Síria para o Brasil nos séculos XX e XXI. 2025. 200 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

Resumo:

A presente pesquisa aborda, desde uma perspectiva histórico-comparada, a produção acadêmica brasileira sobre a migração síria, propondo compreender como dissertações e teses de doutorado defendidas no Brasil refletem os contextos histórico e contemporâneo desses fluxos migratórios, bem como as escolhas teórico-metodológicas predominantes. A análise comparada, entre migrações históricas (até primeira metade do século XX) e migrações contemporâneas (após a guerra civil em 2011), examina os temas abordados, as perspectivas teóricas e os métodos utilizados, através de análise documental sistemática e entrevistas com pesquisadores do campo. Entre esses períodos há um hiato significativo (1950-2011), marcado tanto pela diminuição dos fluxos migratórios sírios quanto pela diferença na visibilidade acadêmica e política atribuída ao tema em cada contexto histórico. Os resultados indicam que não há uma continuidade estruturada entre os estudos sobre migrações históricas e contemporâneas, revelando a fragmentação do campo e a ausência de uma rede consolidada de pesquisadores. Constatou-se, ainda, uma ausência significativa de diálogo entre as pesquisas acadêmicas sobre migrações históricas e contemporâneas. Apesar das similaridades na origem étnico-nacional dos grupos estudados, os trabalhos raramente estabelecem conexões entre as experiências dos sírios imigrantes do passado e as dos refugiados recentes. Essa fragmentação revela não apenas lacunas teórico-metodológicas, mas também fragilidades institucionais e a carência de redes consolidadas entre pesquisadores dos dois períodos. A desconexão limita a compreensão das continuidades e rupturas no fenômeno migratório sírio, prejudicando a capacidade analítica de reconhecer padrões estruturais e mudanças sociais ao longo do tempo. Além disso, observou-se que a seleção de objetos de estudo é condicionada por fatores como financiamento e valor midiático, influenciando o direcionamento das pesquisas. Conclui-se que a consolidação do campo dos estudos migratórios exige o fortalecimento de redes de pesquisa e a adoção de abordagens comparativas e interdisciplinares.

Palavras-chave: imigração síria, imigração sírio-libanesa, refugiado sírio, Síria-Brasil, perspectiva comparada, séculos XX e XXI.

RESUMEN

BRASIL, E. N. EL INMIGRANTE SIRIO, EL SIRIO-LIBANÉS Y EL REFUGIADO SIRIO EN PERSPECTIVA COMPARADA: un análisis de la producción académica sobre el flujo migratorio de Siria a Brasil en los siglos XX y XXI. 2025. 200 f. Tesis (Doctorado) – Departamento de Estudios Latinoamericanos, Instituto de Ciencias Sociales, Universidad de Brasilia, Brasilia, 2025.

Resumen:

La presente investigación aborda, desde una perspectiva histórico-comparada, la producción académica brasileña sobre la migración siria, proponiendo comprender cómo las tesis de maestría y doctorales defendidas en Brasil reflejan los contextos histórico y contemporáneo de estos flujos migratorios, así como las elecciones teórico-metodológicas predominantes. El análisis comparado, entre migraciones históricas (hasta la primera mitad del siglo XX) y migraciones contemporáneas (después de la guerra civil en 2011), examina los temas abordados, las perspectivas teóricas y los métodos utilizados, a través de análisis documental sistemático y entrevistas con investigadores del campo. Los resultados indican que no hay una continuidad estructurada entre los estudios sobre migraciones históricas y contemporáneas, revelando la fragmentación del campo y la ausencia de una red consolidada de investigadores. También hay una importante falta de diálogo entre la investigación académica sobre las migraciones históricas y las contemporáneas. A pesar de las similitudes en los orígenes etnonacionales de los grupos estudiados, los trabajos rara vez establecen conexiones entre las experiencias de los inmigrantes sirios del pasado y las de los refugiados recientes. Esta fragmentación revela no sólo lagunas teóricas y metodológicas, sino también debilidades institucionales y la falta de redes consolidadas entre investigadores de ambos períodos. La desconexión limita la comprensión de las continuidades y rupturas del fenómeno migratorio sirio, dificultando la capacidad analítica para reconocer patrones estructurales y cambios sociales a lo largo del tiempo. Además, se observó que la selección de objetos de estudio está condicionada por factores como la financiación y el valor mediático, lo que influye en la orientación de la investigación. La conclusión es que la consolidación del campo de los estudios migratorios requiere el fortalecimiento de las redes de investigación y la adopción de enfoques comparativos e interdisciplinarios.

Palabras-claves: inmigración siria, inmigración sirio-libanesa, refugiado sirio, Siria-Brasil, perspectiva comparada, siglos XX y XXI.

ABSTRACT

BRASIL, E. N. THE SYRIAN IMMIGRANT, THE SYRIAN-LEBANESE, AND THE SYRIAN REFUGEE IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE: an analysis of academic production on the migratory flow from Syria to Brazil in the 20th and 21st centuries. 2025. 200 f. Thesis (Doctorate) – Department of Latin American Studies, Institute of Social Sciences, University of Brasilia, Brasilia, 2025.

Abstract:

This research addresses, from a historical-comparative perspective, the Brazilian academic production on Syrian migration, aiming to understand how master and doctoral theses produced in Brazil reflect the historical and contemporar...reflect the historical and contemporary contexts of these migratory flows, as well as the predominant theoretical and methodological choices. The comparative analysis between historical migrations (until the first half of the 20th century) and contemporary migrations (after the 2011 civil war) examines the topics addressed, theoretical perspectives, and methods used, through systematic documentary analysis and interviews with researchers in the field. The results indicate that there is no structured continuity between studies on historical and contemporary migrations, revealing the fragmentation of the field and the absence of a consolidated network of researchers. There is also a significant lack of dialog between academic research on historical and contemporary migrations. Despite the similarities in the ethno-national origins of the groups studied, the works rarely establish connections between the experiences of Syrian immigrants from the past and those of recent refugees. This fragmentation reveals not only theoretical and methodological gaps, but also institutional weaknesses and the lack of consolidated networks between researchers from the two periods. The disconnection limits the understanding of continuities and ruptures in the Syrian migration phenomenon, hindering the analytical capacity to recognize structural patterns and social changes over time. In addition, it was observed that the selection of objects of study is conditioned by factors such as funding and media value, influencing the direction of research. The conclusion is that the consolidation of the field of migration studies requires the strengthening of research networks and the adoption of comparative and interdisciplinary approaches.

Keywords: Syrian immigration, Syrian-Lebanese immigration, Syrian refugee, Syria-Brazil, comparative perspective, 20th and 21st centuries.

Sumário

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO I: NOS CAMINHOS DA PESQUISA: MIGRAÇÕES, REFLEXÕES E DESCOBERTAS | 11 |
| 1.1 Entre estudos e vivências: o início de uma questão | 11 |
| 1.2 Das narrativas históricas aos desafios atuais: contextualizando o objeto..... | 12 |
| 1.3 O marco teórico da pesquisa: conceitos e perspectivas..... | 21 |
| 1.3.1 Ciência da ciência: o campo da sociologia do conhecimento | 21 |
| 1.3.2 Sociologia das migrações no Brasil | 26 |
| 1.3.3 Migrações e o debate sobre identidade..... | 30 |
| 1.3.4 O tema das migrações na Sociologia Urbana | 33 |
| 1.4 Metodologia em movimento: o percurso investigativo..... | 35 |
| CAPÍTULO 2: A MIGRAÇÃO SÍRIA NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA | 41 |
| 2.1 Introdução ao capítulo 2 | 41 |
| 2.2 Migração Histórica para o Brasil: Contexto, fatores e dados..... | 42 |
| 2.3 Migração Contemporânea para o Brasil: Contexto, fatores e dados | 55 |
| 2.4 Considerações finais do capítulo 2 | 66 |
| CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE MIGRAÇÕES SÍRIAS PARA O BRASIL | 67 |
| 3.1 Introdução ao capítulo 3 | 67 |
| 3.2 Revisitando a literatura..... | 69 |
| 3.3 Mapeamento e análise das produções..... | 75 |
| 3.4 Comparações e transformações entre o debate sobre migrações históricas e contemporâneas | 95 |
| 3.4.1 Continuidades e rupturas temáticas..... | 95 |
| 3.4.2 Comparando os principais achados de pesquisa | 98 |
| 3.5 Considerações finais do capítulo 3 | 106 |
| CAPÍTULO 4: TEMAS E DINÂMICAS NA MIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL: IDENTIDADE, URBANIDADE E REDES DE SOCIALIZAÇÃO | 109 |
| 4.1 Introdução ao capítulo 4 | 109 |
| 4.2 Debates sobre identidade, urbanidade e redes | 111 |
| 4.3 Teses e dissertações sobre migração síria para o Brasil: o debate sobre Identidade, Urbanidade e Redes de Sociabilidade | 116 |
| 4.3.1 Identidade | 117 |
| 4.3.2 Urbanidade | 121 |
| 4.3.3 Redes de Sociabilidade | 126 |
| 4.4 Conclusões do capítulo 4: Identidade, Urbanidade e Redes em Perspectiva Comparada | 131 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 5: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE AS MIGRAÇÕES SÍRIAS NO BRASIL | 133 |
| 5.1 Introdução ao capítulo | 133 |
| 5.2 Revisitando a literatura: o campo acadêmico e os estudos migratórios. | 136 |
| 5.3 Análise das Entrevistas: trajetória, escolhas e percepções. | 144 |
| 5.3.1 Trajetória Acadêmica e Inserção no Campo das Migrações | 144 |
| 5.3.2 Percepções sobre o Campo Acadêmico de Estudos Migratórios | 160 |
| 5.4 Perspectivas dos orientadores..... | 181 |
| 5.5 Conclusões do capítulo 5 | 183 |
| À GUIA DE CONCLUSÃO | 187 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 191 |

CAPÍTULO I: NOS CAMINHOS DA PESQUISA: MIGRAÇÕES, REFLEXÕES E DESCOBERTAS

1.1 Entre estudos e vivências: o início de uma questão

Esta tese tem como objetivo analisar a produção científica no Brasil, nos séculos XX e XXI, sobre o imigrante sírio, o imigrante sírio-libanês e o refugiado sírio, a partir de uma perspectiva histórico-comparada. Para alcançar esse objetivo, serão examinadas dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) brasileiros, que abordem essa temática a partir de recortes específicos. Questões relacionadas à identidade, ao urbano e às teorias migratórias configuram os principais eixos de interesse desta investigação.

O tema das migrações acompanha minha trajetória acadêmica desde o início da graduação. Já no primeiro ano, ao me dedicar às leituras introdutórias sobre migrações internacionais, encontrei os escritos da Escola de Chicago de Sociologia, cuja análise estava centrada na figura do imigrante e na relação deste com a cidade. Esse encontro despertou um fascínio que me levou a explorar meios de aliar, dentro da sociologia, o interesse por migrações, pela questão urbana e pelo arcabouço teórico-metodológico da Escola de Chicago. Foi nesse contexto que surgiu a oportunidade de cursar, durante o verão na Universidade de Brasília, a disciplina *Sociologia do Conhecimento*, o que consolidou minha compreensão sobre a produção do conhecimento científico como um campo de investigação reflexiva e metodologicamente fundamentada.

Inserido em um programa de doutorado com enfoque latino-americano, as abordagens metodológicas que orientam os estudos na área influenciam diretamente as escolhas e os percursos desta pesquisa, especialmente a adoção de uma perspectiva comparada. Desde os primórdios da sociologia, como demonstram os trabalhos de Durkheim e Weber, o método comparativo tem sido central na construção de análises sociológicas. No contexto latino-americano, autores como Novion, Costilla e Ayala (2014) destacam que a construção do conhecimento ocorre de forma comparada, permitindo aproximações entre distintas realidades e abordando problemáticas comuns de maneira articulada.

A escolha pela análise da produção científica sobre a mobilidade síria resulta, assim, de um desdobramento natural da minha trajetória acadêmica. Essa trajetória iniciou-se com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em Sociologia, no Departamento de Sociologia (SOL/UnB), e prosseguiu no mestrado e no doutorado em Ciências Sociais, ambos

no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UnB). Paralelamente à formação acadêmica, tive a oportunidade de atuar como pesquisador no Observatório das Migrações Internacionais e no Laboratório de Estudos sobre Migrações, ambos sediados no ELA. Essas experiências permitiram o refinamento do olhar sobre o fenômeno das migrações internacionais em contextos latino-americanos, por meio da participação em projetos que combinaram abordagens qualitativas e quantitativas.

Meu interesse pela migração síria começou durante o desenvolvimento da monografia de graduação. As características urbanas que marcaram o fluxo desse coletivo para o Brasil emergiram como um ponto de articulação entre diferentes disciplinas de interesse, como Sociologia das Migrações, Sociologia Urbana e Sociologia da Ciência. O TCC buscou oferecer um panorama geral da imigração síria recente para o Brasil, abordando aspectos qualitativos da integração desses indivíduos nas cidades de Brasília e Belo Horizonte. Durante o mestrado, o foco permaneceu nas relações dos imigrantes com a cidade de Brasília, com atenção especial à construção de narrativas sobre a vivência do espaço urbano. No doutorado, proponho aprofundar essas inquietações, ampliando o olhar para a produção científica existente no Brasil sobre a migração síria e investigando as contribuições desses estudos para o campo das Ciências Sociais e dos Estudos Urbanos.

Dessa forma, esta pesquisa busca não apenas mapear e analisar a produção acadêmica sobre o tema, mas também compreender os diálogos entre o fenômeno migratório e a sociologia produzida no Brasil, conectando esse campo de estudos às dimensões urbanas e identitárias que atravessam a experiência migratória.

1.2 Das narrativas históricas aos desafios atuais: contextualizando o objeto

Do final do século XIX até meados do século XX, observou-se um fluxo significativo de emigração de árabes, predominantemente jovens, para a *Amrik* — expressão que reflete a forma como esses indivíduos pronunciavam "América" e que se tornou, inclusive, título de um romance¹. Esses migrantes buscavam melhores condições de vida para suas famílias. No entanto, na perspectiva do mundo árabe, a América do Sul era conhecida como a "Outra América", em contraste com os Estados Unidos, que representavam a América principal (Truzzi, 2007).

¹ MIRANDA, A. 1997. *Amrik*. São Paulo, Companhia das Letras, 216p.

Embora diversos trabalhos acadêmicos tenham abordado a temática da migração árabe para as Américas nesse período, Truzzi (2007) salienta que a presença da cultura árabe na América do Sul remonta ao início da colonização portuguesa. Essa influência pode ser identificada em elementos como a língua, a arquitetura, a música, as técnicas agrícolas e de irrigação, além de práticas farmacológicas e médicas. Segundo o autor, “os árabes dominaram por quase oito séculos a Península Ibérica, assinalando uma presença inolvidável em nossos colonizadores” (Truzzi, 2007, p. 360).

O que Truzzi denomina como o “segundo movimento marcante da presença árabe na América do Sul” teve início no final do século XIX, caracterizando-se pela chegada de imigrantes árabes, principalmente sírios, libaneses e palestinos. Inicialmente, essa migração tinha caráter temporário, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas das famílias que permaneceram nos países de origem. Contudo, o status inicial de temporalidade transformou-se em permanência, pois, em vez do retorno do migrante, as famílias passaram a acompanhá-lo, estabelecendo cadeias migratórias e redes que proporcionaram informações valiosas para aqueles que ainda ponderavam sobre a migração.

A falta de informações precisas sobre as regiões de origem dos migrantes tornou-se uma característica dessa imigração árabe para a América do Sul e, em um contexto mais amplo, para a América Latina. Nos séculos XIX e XX, muitos desses migrantes foram genericamente denominados “turcos”. Essa designação decorreu do uso de passaportes emitidos pelo Império Otomano, mas, como ressalta Truzzi (2007), era um termo que não agradava aos migrantes, pois implicava uma associação com seus antigos dominadores.

Conforme esclarece Truzzi (2007), a maior parte dos “turcos” que chegaram ao Brasil e à Argentina era composta por sírios e libaneses, enquanto no Chile havia uma presença significativa de palestinos. Esse perfil reflete-se também na produção acadêmica sobre o tema, que majoritariamente aborda a imigração sírio-libanesa. De modo geral, destaca-se o envolvimento desses migrantes com atividades comerciais e sua preferência por se estabelecerem em grandes centros urbanos.

Entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI, houve um declínio no número de imigrantes sírios que entraram no Brasil. Contudo, a partir de 2011, o fluxo voltou a aumentar em função da eclosão da Guerra Civil na Síria, que forçou milhões de pessoas a buscar refúgio em outros países. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados

(ACNUR)², cerca de 16 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária e proteção na Síria, sendo 7,2 milhões deslocados internos e 6,6 milhões refugiados sírios ao redor do mundo, com 4,8 milhões vivendo em países vizinhos à Síria.

Embora o Brasil tenha adotado o reconhecimento *prima facie*³ para refugiados sírios, o número de pessoas dessa nacionalidade no país permanece significativamente menor em comparação com outras regiões. Segundo o relatório “Refúgio em Números” do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), entre 2011 e 2022, cerca de 4.992 sírios solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, sendo 70,3% homens e 28,4% mulheres. Entre as principais fundamentações para o reconhecimento da condição de refugiado, destaca-se a “Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos”.

Na Argentina, o “Programa Especial de Visto Humanitário para Estrangeiros afetados pelo conflito na República Árabe da Síria”, lançado em 2017, previa receber cerca de 3.000 sírios. No entanto, até 2021, apenas 448 sírios ingressaram no país pelo programa. Relatos indicam que dificuldades relacionadas à língua e ao mercado de trabalho levaram algumas famílias a retornarem à Síria, mesmo com a guerra em curso.

Apesar de os números na América Latina serem modestos em comparação com os do Oriente Médio, Europa ou Estados Unidos, a região continuou a se consolidar como destino para refugiados sírios, sendo o Brasil uma escolha predominante devido às redes migratórias estabelecidas, às políticas de acolhimento e às facilitações burocráticas.

Essa consolidação também teve reflexos na produção acadêmica brasileira. Segundo Osman (2021), embora os estudos sobre imigração árabe no Brasil ainda sejam relativamente escassos, a maioria das pesquisas concentra-se em sírios e libaneses. O brasilianista Clark S. Knowlton produziu, em 1955, a primeira tese de doutorado sobre a imigração árabe no Brasil, intitulada *Sírios e Libaneses: mobilidade social e espacial*. Seu trabalho tornou-se referência não apenas por ser pioneiro, mas também pela qualidade dos dados estatísticos apresentados.

A primeira tese defendida no Brasil foi apresentada por Jorge Safady, em 1972, intitulada *A imigração árabe no Brasil (1880-1970)*, no Departamento de História da USP. Outra obra de grande relevância foi a tese *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, defendida

² Síria. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 25 de Dezembro de 2024.

³ Resolução Normativa CONARE Nº 17 DE 20/09/2013. Disponível em <[Resolução Normativa CONARE Nº 17 DE 20/09/2013 - Federal - LegisWeb](#)> . Acesso em 03 de Abril de 2022.

por Oswaldo Truzzi, em 1993, na UNICAMP, que permanece uma das principais referências na área.

Samira Adel Osman (2021) identifica dois momentos de crescente interesse acadêmico sobre a imigração árabe no Brasil: o primeiro, após os atentados de 11 de setembro de 2001, com foco na comunidade árabe e muçulmana; o segundo, relacionado à Guerra Civil na Síria e à crise dos refugiados. Esses eventos estimularam novas perspectivas e renovaram os estudos sobre imigração árabe.

Neste contexto, esta pesquisa adota o termo "imigração síria" de forma abrangente, referindo-se tanto ao imigrante sírio quanto ao imigrante sírio-libanês e ao refugiado sírio. Serão analisados apenas trabalhos defendidos em programas de pós-graduação brasileiros, com foco específico na imigração síria para o Brasil.

A produção científica no Brasil, até o século XX, foi fortemente influenciada pelo modelo napoleônico, voltado para o ensino profissionalizante e destinado à formação das elites (MOROSINI, 2009). Esse contexto histórico também moldou as instituições acadêmicas que, ao longo do tempo, passaram a incorporar a temática migratória como um campo relevante de investigação.

A institucionalização das universidades brasileiras foi marcada pela promulgação do Estatuto das Universidades, instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Esse marco legal estruturou o sistema universitário no Brasil, consolidando a universidade como centro estratégico para a expansão do ensino superior. Nesse contexto, a figura do professor catedrático desempenhava um papel central. A organização didática introduzida pelo decreto permitiu, pela primeira vez, a formalização de uma relação de orientação acadêmica entre docentes e discentes, o que abriu possibilidades para a criação de cursos de pós-graduação (Nobre; Freitas, 2017).

Entre as décadas de 1930 e 1960, em meio ao processo de modernização e industrialização do Brasil, as universidades públicas passaram por uma significativa expansão voltada para a pesquisa. Foi nesse período que surgiram instituições de destaque, como a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade de Brasília (1961), bem como os primeiros cursos de mestrado e doutorado no país (Nobre; Freitas, 2017). Paralelamente, foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos em 1951. Essas iniciativas tinham

como objetivo fomentar a pesquisa nas universidades, em consonância com um espírito nacionalista voltado para a superação da dependência econômica (Marosini, 2009).

Durante mais de três décadas, as universidades brasileiras operaram sob o sistema de cátedras. Apenas com a Reforma Universitária de 1968, esse modelo foi substituído pelo sistema departamental. No modelo catedrático, de origem europeia, um único professor era responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contando com o apoio de assistentes por ele nomeados. Já no modelo departamental, de origem estadunidense, um colegiado de professores da mesma especialidade assumia coletivamente essas funções (Nobre; Freitas, 2017).

A regulamentação do Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, representou um avanço significativo para a pós-graduação no Brasil. Inspirado no modelo norte-americano, esse parecer introduziu dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado. Em 1965, 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado já haviam sido classificados (Nobre; Freitas, 2017). A consolidação, no entanto, ocorreu com a Reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei nº 5.540/68, que organizou de maneira mais sistemática a pós-graduação e a pesquisa acadêmica.

Com a promulgação do Decreto nº 74.29, em 1974, a CAPES ganhou autonomia administrativa e financeira, consolidando-se como órgão central responsável pela elaboração e execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Embora os PNPGs já fossem formulados desde 1960, apenas em 1981 a CAPES passou a ser reconhecida oficialmente como responsável por sua coordenação, monitoramento e avaliação (Nobre; Freitas, 2017).

O primeiro PNPG (1975-1979) identificou problemas decorrentes da expansão espontânea e desordenada da pós-graduação, como falta de garantias financeiras, cortes de verbas, vínculos institucionais frágeis, alta evasão e concentração regional dos cursos. Em resposta, as diretrizes do plano focaram na institucionalização do sistema, na melhoria dos padrões de desempenho e na expansão equilibrada entre regiões e áreas do conhecimento (Alves; Oliveira, 2014).

No segundo PNPG (1982-1985), o foco principal foi a formação de recursos humanos qualificados para a docência, pesquisa e atendimento aos setores público e privado. Contudo, desafios como dependência de recursos extraorçamentários, cortes de verbas e instabilidade profissional de docentes e técnicos foram destacados. Apesar disso, o plano reforçou a

necessidade de institucionalizar e aprimorar a avaliação da qualidade da pós-graduação (Nobre; Freitas, 2017).

O terceiro PNPG (1986-1989) consolidou o papel estratégico da pós-graduação nas universidades brasileiras, com três objetivos principais: a consolidação e melhoria dos cursos, a institucionalização da pesquisa universitária e a integração da pós-graduação ao setor produtivo. Essas diretrizes refletiram o amadurecimento do sistema de pós-graduação, reafirmando seu papel na formação acadêmica e na geração de conhecimento voltado às demandas sociais e econômicas do país (Alves; Oliveira, 2014). Segundo Oliveira e Fonseca (2010, p.20 apud. Alves; Oliveira, 2014, p.365), o plano também:

enfatizava o papel da pós-graduação no desenvolvimento nacional. Requeria-se a formação de recursos humanos de alto nível, visando à independência econômica, científica e tecnológica para o País. Dentro dessa perspectiva, a ênfase principal desse Plano está no desenvolvimento da pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação. Requeria-se, ainda, a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia e ao “setor produtivo”, em atendimento das prioridades nacionais. A pesquisa aparece de modo indissociável da pós-graduação e da ciência e tecnologia, dirigindo-se para a consolidação e melhoria dos cursos e a institucionalização da pesquisa nas universidades. Cabe lembrar que tanto a Lei nº 5.540/68 como a Constituição Federal de 1988 estabeleceram o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, o que certamente implica na institucionalização da pós-graduação e da pesquisa.

Apesar dos avanços registrados no terceiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que evidenciavam o crescimento exponencial do sistema de pós-graduação e a formação de novos pesquisadores, os dados também apontaram para uma saturação do sistema. Essa saturação era perceptível, sobretudo, no elevado número de orientandos em contraste com o reduzido número de pesquisadores disponíveis para orientação. Alves e Oliveira (2014) destacam que especialistas da época identificavam a necessidade de recursos orçamentários específicos para as universidades, além de uma maior participação da comunidade científica nos processos decisórios e nas políticas de fomento à pesquisa.

A partir da segunda metade da década de 1990, a pós-graduação continuou em expansão. Dados levantados por Alves e Oliveira (2014) revelam que, entre 1976 e 1990, o número de cursos de pós-graduação passou de 673 para 1.485. Embora o crescimento na primeira metade da década de 1990 tenha sido mais modesto, com um aumento de 1.485 cursos em 1990 para 1.624 em 1996, o período de 1996 a 2004 apresentou uma ampliação significativa, alcançando 2.993 cursos.

Segundo Nobre e Freitas (2017), o PNPG 2005-2010 incorporou o princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação, associando-as às fundações estaduais e aos fundos setoriais, além de promover melhorias no processo de avaliação qualitativa. Esse plano apresentou uma abordagem abrangente, destacando preocupações como a solidariedade entre os cursos, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias regionais, e a formação de recursos humanos voltados para a inovação tecnológica em um mundo globalizado e competitivo. Outras prioridades incluíram a formação de docentes para todos os níveis de ensino e a capacitação técnica, especialmente via mestrado profissional, para atender aos setores público e privado (Nobre, 2017).

A elaboração do PNPG 2011-2020 trouxe como objetivo principal aproximar a pós-graduação do setor empresarial e da sociedade, promovendo uma integração maior entre ensino, pesquisa e demandas do cenário nacional. O plano enfatizou a criação de uma agenda nacional de pesquisa voltada a temas estratégicos, bem como a necessidade de superar as assimetrias regionais e fomentar a formação de recursos humanos para empresas e programas de interesse nacional.

O PNPG 2011-2020 também deu destaque à formação de professores para a educação básica, reconhecendo o papel central da pesquisa na estrutura da pós-graduação. A internacionalização foi outro ponto-chave do plano, que propôs medidas como o aumento da quantidade de alunos estrangeiros nas universidades brasileiras, o estímulo a estágios de pós-graduação no exterior (como doutorados-sanduíche), a ampliação da participação de pesquisadores brasileiros em eventos internacionais e a realização de doutorados completos no exterior (Nobre; Freitas 2017). Essas ações visavam não apenas fortalecer a qualidade da pós-graduação no Brasil, mas também consolidar sua inserção no cenário acadêmico global.

A internacionalização da pós-graduação no Brasil, especialmente com as diretrizes estabelecidas no PNPG 2011-2020, destaca a crescente necessidade de ampliar os diálogos globais e de integrar temas diversos ao debate acadêmico nacional. Dentro desse cenário, as migrações internacionais assumem um papel central, com destaque para aquelas que conectam o Brasil a regiões historicamente próximas, como o Oriente Médio. Entre esses fluxos, a imigração síria emerge como um exemplo rico e multifacetado, atravessando períodos históricos e contemporâneos marcados por diferentes dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Apesar do aumento no interesse acadêmico pelo tema, é evidente que ainda existem lacunas

importantes na compreensão desse fenômeno, especialmente quando se trata de analisar de forma sistemática a produção científica nacional sobre as migrações sírias.

Foi a partir dessas lacunas que esta tese começou a ser delineada, guiada por uma questão central: **Como as teses e dissertações brasileiras sobre migrações sírias para o Brasil, em perspectiva comparada entre os períodos histórico (até 1950) e contemporâneo (pós-2011), refletem contextos sociais e políticos distintos, influenciando escolhas teóricas, metodológicas e os debates sobre identidade, urbanidade e redes sociais?** Essa pergunta norteia toda a investigação, sendo a base para a análise e discussão que se desenvolverão ao longo do trabalho.

O objetivo principal desta pesquisa é examinar, a partir de uma perspectiva histórico-comparada, como as dissertações e teses produzidas no Brasil abordam as migrações sírias, com atenção especial aos temas centrais, às escolhas teóricas e metodológicas, e às percepções dos próprios autores sobre o campo acadêmico. A ideia é identificar continuidades, rupturas e lacunas nos debates, contribuindo para uma visão mais ampla e detalhada sobre a relação entre o fenômeno migratório e a produção acadêmica brasileira.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar os fluxos migratórios sírios para o Brasil, destacando os fatores históricos, sociais e políticos que moldaram as migrações nos períodos histórico e contemporâneo.
2. Mapear as dissertações e teses defendidas no Brasil sobre as migrações sírias, classificando-as segundo os temas centrais, as abordagens teóricas e as metodologias adotadas.
3. Analisar como as dissertações e teses tratam as dinâmicas de identidade, urbanidade e redes sociais, considerando continuidades e rupturas entre os períodos histórico e contemporâneo.
4. Examinar, a partir das entrevistas com os autores, as percepções sobre o campo acadêmico de estudos sobre migração síria no Brasil, identificando desafios e lacunas no debate.
5. Comparar os achados acadêmicos sobre os períodos histórico e contemporâneo, sintetizando as transformações no debate teórico e metodológico sobre as migrações sírias.

Para organizar e estruturar essa discussão, esta tese está dividida em seis capítulos, além da conclusão. No capítulo 1, intitulado "*Nos caminhos da pesquisa: migrações, reflexões e descobertas*", exploro minha trajetória acadêmica e as motivações que deram origem a esta pesquisa, oferecendo uma visão pessoal e contextualizada sobre o tema. O capítulo 2, "*A Migração Síria no Brasil: Contextualização Histórica e Contemporânea*", apresenta uma análise dos fluxos migratórios sírios para o Brasil, destacando os fatores históricos, sociais e políticos que moldaram esses movimentos nos períodos investigados.

No capítulo 3, "*A Produção Acadêmica sobre Migrações Sírias para o Brasil*", mapeio as dissertações e teses defendidas no país, identificando os temas centrais, as abordagens teóricas e metodológicas adotadas pelos pesquisadores, além de sintetizar as principais transformações teóricas e metodológicas ao longo do tempo, comparando os achados acadêmicos dos dois períodos analisados.. O capítulo 4, "*Temas e Dinâmicas na Migração Síria para o Brasil: Urbanidade, Identidade, e Redes Migratórias*", aprofunda a análise das dinâmicas discutidas na literatura, com foco nas questões de identidade, urbanidade e redes migratórias, examinando continuidades e rupturas nos debates entre os contextos histórico e contemporâneo.

O capítulo 5, "*Percepções Acadêmicas sobre o Campo de Estudos de Migrações Sírias*", traz as percepções dos autores das dissertações e teses mapeadas, a partir de entrevistas que permitem uma reflexão crítica sobre os desafios e lacunas enfrentados nesse campo de estudos.

Na conclusão, retomo as discussões centrais da tese, destacando as contribuições para o campo das Ciências Sociais e indicando caminhos possíveis para futuras pesquisas sobre migrações internacionais e suas interfaces com a produção acadêmica brasileira. Esse percurso reflete não apenas a complexidade do tema, mas também o compromisso de integrar diferentes dimensões e temporalidades na análise do fenômeno migratório sírio.

Nesta pesquisa, as categorias "sírio", "sírio-libanês" e "refugiado sírio" serão empregadas de maneira específica conforme os contextos históricos analisados. As figuras do sírio e sírio-libanês estão predominantemente associadas às migrações históricas, refletindo a fluidez categorial presente na literatura acadêmica, frequentemente influenciada por definições políticas, sociais e culturais do período estudado. Por outro lado, o refugiado sírio emerge como personagem central nas migrações contemporâneas, marcadas pelo deslocamento forçado em decorrência do conflito iniciado em 2011. Essa diferenciação terminológica não apenas revela

distinções analíticas importantes, mas também expõe como a construção do conhecimento acadêmico sobre migrações é condicionada por fatores sociais e históricos específicos de cada período.

1.3 O marco teórico da pesquisa: conceitos e perspectivas

1.3.1 Ciência da ciência: o campo da sociologia do conhecimento

O século XX foi marcado por inúmeras transformações nas mais diversas esferas da sociedade, incluindo a política, a economia, a esfera social e, de forma significativa, o campo intelectual. Segundo Coelho (2017), os Estudos Sociais da Ciência exercearam uma influência decisiva nos debates acadêmicos entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, o pensador húngaro Karl Mannheim destacou-se como um dos principais representantes do movimento, ao buscar sistematizar a Sociologia do Conhecimento como uma disciplina científica. Sua abordagem, fundamentada em um viés hermenêutico e historicista, contribuiu para consolidar esse campo de estudo. O sociólogo estadunidense Robert Merton foi outro nome relevante nesse cenário, desempenhando um papel essencial na consolidação da Sociologia da Ciência. Além deles, outros epistemólogos tiveram importância crucial para os estudos sobre o conhecimento no século XX, como Max Scheler, precursor do termo “sociologia do conhecimento”; Gaston Bachelard; Georges Canguilhem; Michel Foucault; e Thomas Kuhn, autor da célebre obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

De acordo com Boudon (1995), o principal objetivo da Sociologia do Conhecimento é compreender as condições sociais que favorecem a produção do saber, bem como a propagação das ideias. Para Coelho (2017, p. 270), três características fundamentais definem a Sociologia do Conhecimento: “que haja sociologia; que haja conhecimento; e que o conhecimento seja consciente de si”. Nesse sentido, Rodrigues (2005, p. 13) ressalta que “a sociologia declara a possibilidade de reflexividade do conhecimento, tomando como objeto de seu conhecimento o conhecimento do conhecimento, ou seja, os múltiplos conhecimentos produzidos no seio das particularidades da sociedade.”

Wirth (1982) destaca que a Sociologia do Conhecimento busca compreender quem são os produtores de conhecimento, suas origens sociais, formas de organização, classes e as características dos grupos sociais aos quais pertencem. Segundo o autor, o principal objetivo desse campo é identificar a “mentalidade da época” por meio dos pensamentos dominantes em

determinados períodos sócio-históricos, utilizando procedimentos analíticos que permitam relacionar esses pensamentos ao contexto social.

Para Mannheim (1982, p. 30), “a principal tese da sociologia do conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente se mantiverem obscuras suas origens sociais.” Segundo o autor, o conhecimento não é concebido apenas no interior do indivíduo, nem se baseia exclusivamente em suas experiências pessoais. A abordagem proposta pela Sociologia do Conhecimento sugere que o ponto de partida não deve ser o sujeito isolado, mas sim os grupos sociais aos quais esse sujeito pertence. Para Mannheim, os indivíduos, por si só, não produzem conhecimento relevante sob a perspectiva sociológica; ao contrário, o pensamento está intimamente ligado ao contexto social, à história e à cultura. Assim, o conhecimento é, em última análise, um produto coletivo, enraizado nas condições sociais específicas de cada época (Coelho, 2017, p. 273).

[...]pertencemos a um grupo, não apenas porque nascemos nele, nem porque professamos pertencer a ele, nem finalmente porque lhe oferecemos nossa lealdade e lhe prestamos nosso preito de fidelidade, mas primeiramente porque vemos o mundo e certas coisas do mundo da mesma maneira pela qual eles os vêem (isso é, em função das significações do grupo em apreço) cada conceito, cada significado concreto é resultante das experiências de um determinado grupo. Em qualquer definição, todo conteúdo substancial, toda avaliação não mais suscetível de merecer um consenso sofre uma reinterpretação em termos funcionais (Mannheim, 1982, p.21).

Para Mannheim (1982), o conhecimento está intrinsecamente vinculado a interesses, posições e, sobretudo, classes sociais, sendo historicamente e socialmente condicionado. Nesse sentido, o autor defende que a vida intelectual em um momento histórico específico está profundamente conectada às forças sociais predominantes. Essa perspectiva destaca o caráter coletivo e situado do conhecimento, afastando-se de uma visão que o consideraria como resultado exclusivo de uma reflexão individual.

Entretanto, Rodrigues (2005) aponta uma limitação importante na teoria de Mannheim. Segundo o autor, ao evitar o debate sobre a validade dos conhecimentos, a Sociologia do Conhecimento proposta por Mannheim se restringe ao estudo das origens sociais das produções intelectuais. Essa abordagem, segundo Rodrigues, reflete uma condescendência com perspectivas positivistas e neopositivistas sobre a validação do conhecimento, uma vez que Mannheim não propõe critérios pelos quais a Sociologia do Conhecimento poderia intervir diretamente na validação do conhecimento científico.

Coelho (2017, p. 276) complementa essa crítica ao destacar que, por um longo período do século XX, “a sociologia do conhecimento voltou-se para uma sociologia dos grupos sociais e para uma sociologia institucional do conhecimento”, deixando à filosofia da ciência a tarefa de discutir a validade do conhecimento. Posteriormente, Robert Merton, sociólogo estadunidense e figura central na consolidação da Sociologia da Ciência, buscou expandir as propostas de Mannheim. Merton propôs uma sociologia institucional da ciência, avançando na sistematização do campo.

A consolidação da Sociologia da Ciência como campo autônomo deve muito ao trabalho de Robert Merton, especialmente com sua tese de doutoramento, intitulada *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*, defendida em 1938. Nesse estudo, Merton analisa a emergência da ciência moderna na Inglaterra do século XVII, destacando as relações entre religião e ciência. Ele argumenta que a filiação religiosa, em particular os valores ascéticos do protestantismo, desempenhou um papel importante na atração pela ciência, criando uma troca significativa entre esses valores e os ideais da ciência moderna (Marcelo; Hayashi, 2013).

Adotando uma perspectiva sociológica, Merton comprehende a ciência como uma atividade social regida por regras e normas institucionalizadas. Ele define a comunidade científica como um grupo social caracterizado por um conjunto de normas, valores e comportamentos compartilhados, que denominou *ethos científico*. Esse ethos é composto por quatro imperativos institucionais fundamentais: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. Essas normas não escritas, mas amplamente aceitas, atuam como guias externos para o desenvolvimento da ciência, moldando o comportamento e os objetivos da comunidade científica (Marcelo; Hayashi, 2013).

- i) Universalismo – caráter impessoal da ciência, ou seja, a aceitação ou rejeição de enunciados científicos não deve depender das circunstâncias pessoais ou sociais do cientista;
- ii) Comunismo – as descobertas científicas são produtos de colaboração social e assim devem ser acessíveis a toda comunidade;
- iii) Desinteresse – a atividade do cientista não deve visar ao interesse próprio e
- iv) Ceticismo Organizado – o cientista deve suspender temporariamente suas opiniões e juízos de valores e duvidar de tudo (Marcelo; Hayashi, 2013, p. 140).

De acordo com Coelho (2017), uma das principais críticas dirigidas a Robert Merton refere-se à sua abordagem funcionalista da estrutura social, que entendia a ciência como uma instituição social, mas negligenciava os problemas de natureza epistemológica. Nas palavras do autor, “[...] Merton não atentou para a explicação da dimensão epistemológica no que tange ao núcleo-duro do conhecimento científico, pois concentrou-se apenas em investigar

sociologicamente as atividades dos pesquisadores na comunidade científica” (Coelho, 2017, p. 282). Essa limitação aponta para a ausência de um aprofundamento sobre a validade intrínseca do conhecimento científico em sua análise.

Ainda segundo Coelho (2017), a noção de *ethos científico* proposta por Merton está fortemente ancorada na ciência do século XVII e apresenta dificuldades para dialogar com as configurações científicas contemporâneas. Contrariando as formulações de Merton, a prática científica atual não se estrutura como uma comunidade homogênea de equivalentes, onde os recursos são redistribuídos com base em regras impessoais. Coelho argumenta que, ao propor uma ciência pura e desinteressada, Merton assume uma postura romântica em relação à ciência. Essa busca por uma ciência idealizada, porém, revela-se falaciosa, uma vez que toda ciência é produto de escolhas e perguntas que materializam interesses. Assim, a teoria de Merton pode ser interpretada como uma tentativa de conferir maior “cientificidade” à sociologia, em contraposição a outras abordagens sociológicas menos funcionalistas.

Nesse sentido, Coelho (2017) destaca que a construção do conhecimento científico está permeada por interesses econômicos, políticos e morais. A validade do conhecimento, portanto, não é um processo neutro, mas algo diretamente ligado a interesses sociais específicos. Pierre Bourdieu (2004) complementa essa perspectiva ao afirmar que todas as instituições, incluindo o campo científico, são espaços sociais estruturados por relações de dominação e poder. Segundo o autor, a posição dos agentes no campo científico — dominados ou dominantes — define suas práticas e estratégias, as quais estão invariavelmente associadas a disputas por força simbólica e reconhecimento. Bourdieu (2008) critica a abordagem estrutural-funcionalista da sociologia por desconsiderar essas dinâmicas de conflito e interesse, limitando-se a uma visão idealizada da ciência como um espaço de neutralidade.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu emergiu na esfera intelectual a partir da segunda metade do século XX, confrontando diretamente a dicotomia entre ação e estrutura. Seu objetivo era identificar os mecanismos que legitimam a reprodução das estruturas complexas dos diversos mundos sociais que conformam o universo social (Coelho, 2017). Um dos conceitos centrais na teoria de Bourdieu é o de *campo*. Para ele, o campo é o locus central de força e conflito, onde agentes dominantes e dominados disputam a aquisição de bens simbólicos, que correspondem, em última instância, ao poder. Embora o campo funcione com certa autonomia em relação ao espaço social mais amplo, ele opera com leis e regras próprias, estruturando-se como um microcosmo com dinâmicas específicas de atuação.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (Bourdieu, 2004, p.20)

Conforme destaca Coelho (2017, p. 285), “o campo é o lugar do poder, é o espaço social onde se dão as relações de força entre os agentes do campo”. Para o autor, essas relações de força se traduzem em disputas simbólicas contínuas entre classes e grupos sociais, com o objetivo de alterar ou preservar a estrutura do campo, que é moldada segundo interesses ideológicos. Nesse sentido, o campo é concebido como um espaço de disputas ideológicas que, ao mesmo tempo, refletem e reforçam a hierarquia social vigente. Como observa Corcuff (2001 apud Coelho, 2017, p. 285), “cada campo é, então, ao mesmo tempo, marcado pela distribuição desigual dos recursos e, logo, por uma relação de força entre dominantes e dominados (...) os agentes se confrontam ali para conservar ou transformar esta relação de força.”

Para Bourdieu (1983b, p. 90), a estrutura de um campo é definida como “um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”. Esse conceito é estreitamente relacionado ao de capital, central na teoria de Bourdieu. O capital é entendido como a "moeda" de ingresso nos campos e pode assumir diferentes formas, como capital simbólico, econômico, cultural, social e político. O acesso e a posição de um agente no campo dependem da quantidade e da natureza do capital que ele possui, sendo que agentes com maior capital têm maior capacidade de ditar as regras do jogo e influenciar as dinâmicas do campo. Como exemplifica Coelho (2017, p. 295-296),

quem possuir significativo status (publicações em revistas bem qualificadas, citações, títulos relevantes, entre outros), no campo da ciência, estará legitimado a ditar as regras deste campo, determinando quem está ‘apto’ ou não a participar do ‘jogo de forças’ ali constituído.

O campo científico, segundo Bourdieu (2004), ocupa uma posição intermediária entre as interpretações internalistas, que analisam as disciplinas científicas a partir de seus próprios resultados, e as externalistas, que as compreendem com base em contextos sociais e econômicos. Para Bourdieu, é necessário superar a dicotomia entre a “ciência pura” e a “ciência escrava”. A ciência não é totalmente livre de pressões externas, mas também não está completamente subordinada às demandas político-econômicas. O campo científico constitui um

microcosmo social relativamente autônomo, cujas pressões externas são mediadas pelas lógicas internas do campo (Bourdieu, 2004, p. 22).

Essa autonomia, contudo, varia entre os diferentes campos científicos. Campos mais heterônomos são mais sujeitos a interferências externas, como forças políticas e econômicas, enquanto campos mais autônomos aproximam-se de uma disputa regida por critérios puramente científicos. A estrutura do campo científico, portanto, é formada pela partilha do capital científico entre seus membros, o que define diferentes graus de influência e poder político. Essa partilha é reflexo das posições alcançadas por agentes em disputas anteriores, sendo o capital científico uma variação do capital simbólico, baseado no reconhecimento de competências por outros membros do campo — que, paradoxalmente, também são concorrentes (Bellaguarda, 2014). Como argumenta Bourdieu (2004, p. 27), o capital científico “proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo.”

Bourdieu (1983a) enfatiza que o campo científico é um espaço de disputas simbólicas relativamente autônomas em relação ao espaço social mais amplo. Trata-se de um sistema composto por relações objetivas entre posições ocupadas por agentes em função de lutas passadas. As disputas no campo científico giram em torno da conservação ou transformação de suas estruturas, sendo um espaço de conflitos acentuados, onde interesses epistemológicos, políticos e simbólicos se entrelaçam. Para o autor, ignorar as dimensões políticas das lutas pelo domínio no campo científico ou focar exclusivamente nas perspectivas epistemológicas resulta em análises equivocadas. A consolidação de uma sociologia da ciência exige que se reconheçam as disputas político-institucionais que permeiam o campo, bem como as estratégias ideológicas camufladas de posturas epistemológicas.

1.3.2 Sociologia das migrações no Brasil

A interdisciplinaridade é uma característica marcante dos estudos sobre migrações, reunindo tradições disciplinares distintas que buscam avançar e qualificar, tanto teoricamente quanto empiricamente, o debate sobre o tema. Uma breve análise do campo revela trabalhos produzidos em áreas como sociologia, antropologia, demografia, história e economia, entre outras. No campo da sociologia, o estudo das migrações ocupa um lugar central desde a publicação da obra clássica de Florian Znaniecki e William I. Thomas, *The Polish Peasant in Europe and America*, publicada entre 1918 e 1920 (Truzzi; Monsma, 2018).

O crescimento dos fluxos migratórios em escala global, somado às limitações da gestão política desses movimentos, colocou o debate sobre as migrações internacionais no centro das atenções. Como apontado por Truzzi e Monsma (2018), as migrações internacionais representam não apenas um fenômeno fundamental para compreender a complexidade das sociedades contemporâneas, mas também um desafio significativo para a academia, ao introduzir uma ampla gama de elementos teóricos e empíricos. Isso ocorre porque os fluxos de imigrantes e refugiados “repositionam geograficamente indivíduos portadores de elementos de história e cultura singulares através de sociedades diversas, que acabam elas próprias se ressignificando em um processo complexo de interação social” (Truzzi; Monsma, 2018, p. 20).

A conformação de um subcampo dedicado à sociologia da imigração teve origem no continente americano e chegou ao Brasil nos anos 1940, alcançando amplitude e relevância nos debates nacionais. Esse subcampo foi explorado nas reflexões de alguns dos principais cientistas sociais brasileiros do século XX, como Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso e Octávio Ianni (Cavalcanti; Oliveira, 2017).

De acordo com Cavalcanti e Oliveira (2017), a questão demográfica desempenha um papel central na compreensão do estabelecimento da sociologia da imigração no Brasil. Entre os anos de 1877 e 1914, período conhecido como a "grande migração", a Argentina recebeu cerca de 4,2 milhões de imigrantes, com uma população estrangeira que correspondia a 29,9% do total populacional. No Brasil, embora o território fosse mais extenso, os números registrados foram inferiores: a população estrangeira representava 4,94% dos residentes no país, que acolheu aproximadamente 3 milhões de imigrantes no mesmo período. Historicamente, esse contexto demográfico contribuiu para que a imigração fosse mais amplamente estudada na Argentina do que no Brasil, refletindo-se no impacto diferenciado do tema na sociologia de cada país.

Quando se analisa o volume total de imigrantes em ambos os países em um período mais amplo (1820-1972), os números tornam-se mais próximos: 6,5 milhões na Argentina contra 5,6 milhões no Brasil. No entanto, Cavalcanti e Oliveira (2017) observam que, no Brasil, cerca de 70% desses imigrantes se concentraram na região do Brasil Meridional, composta pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa concentração regional influenciou significativamente o desenvolvimento de estudos sobre migração, que frequentemente se voltaram para a realidade social e cultural das comunidades de imigrantes no sul do país.

Segundo Seyferth (2004), existem registros de estudos sobre imigrantes e imigração desde o início do século XX. Contudo, o interesse das ciências sociais brasileiras sobre o tema consolidou-se a partir dos trabalhos de Oliveira Viana, Emílio Willems e Gilberto Freyre, realizados na primeira metade do século XX. Esses primeiros estudos, no entanto, apresentaram limitações teóricas, com poucos avanços analíticos específicos sobre a figura do imigrante. Como observa Seyferth (2004), os referenciais teóricos eram escassos e frequentemente restringiam-se aos conceitos de assimilação e aculturação. Assim, os primeiros trabalhos pouco contribuíram para a construção de uma base teórica sólida, aproximando-se mais de estudos sobre questões raciais, rurais e folclóricas da época, do que propriamente de análises específicas sobre migração. A respeito disto, Cavalcanti e Oliveira (2017, p.94) complementam, ao afirmar que:

Em resumo, nos estudos raciais, de comunidade ou de folclore, os aspectos culturais ou comunitários foram analisados, em larga medida, a partir de referencial próximo àquele utilizado para os estudos de comunidades imigrantes. Como um todo, o objetivo era compreender, analisando interações sociais cruzadas, os fenômenos de mudança cultural e o processo de integração das comunidades (rurais, imigrantes, etc.) à sociedade nacional.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a temática do imigrante consolidou-se ainda mais no campo da sociologia, embora os estudos da época permanecessem amplamente centrados nos conceitos de aculturação e assimilação. Cavalcanti e Oliveira (2017) apontam que, durante esse período, apenas o trabalho do professor literário Wilson Martins, publicado em 1955, destoou do debate predominante. Em sua análise, Martins propôs uma reflexão sobre um “Brasil diferente”, explorando as sociedades que se formaram no sul do país. Essa perspectiva inovadora contrastava com a abordagem dominante, que seguia enfocando os processos de integração cultural e social dos imigrantes.

De modo geral, os estudos sobre assimilação e aculturação nesse período estavam associados a variáveis como o tamanho demográfico dos grupos imigrantes, sua antiguidade e isolamento, além de seu grau de integração nos espaços urbanos. Essas análises frequentemente consideravam aspectos estruturais que influenciavam as dinâmicas culturais e sociais dos imigrantes em suas novas comunidades. Além disso, outros trabalhos abordaram as mudanças culturais sob perspectivas específicas, como a profissional e a geracional. Um exemplo notável é o estudo conduzido pela antropóloga Ruth Cardoso em 1959, que analisou a assimilação de jovens imigrantes japoneses, destacando o papel das famílias no incentivo a esse processo (Oliveira, 2018). Segundo Seyferth (2004, p.17):

Isso tem a ver com a análise empreendida por Thomas e Znaniecki — trabalho ainda citado nesse período - que destacou os conflitos entre a primeira geração de imigrantes, que procura salvaguardar seus valores, língua materna e tradições nacionais, e a segunda geração, que é socializada no novo país, e tende a se afastar dessa tradição.

Os estudos sobre o imigrante mantiveram relevância durante a década de 1960 e nos anos subsequentes. No entanto, a concepção assimilacionista começou a perder espaço, já que, àquela altura, prevalecia a ideia de que as comunidades imigrantes no Brasil estariam completamente aculturadas. Como consequência, os estudos migratórios tornaram-se progressivamente mais raros na sociologia brasileira. Ao final da década de 1970, a questão migratória, destituída de suas características iniciais, passou a ser integrada ao debate conceitual e empírico sobre o Brasil moderno e industrial (Cavalcanti; Oliveira, 2017).

Segundo Cavalcanti e Oliveira (2017), a obra de Florestan Fernandes talvez seja a que melhor sintetize as preferências teórico-empíricas que nortearam os estudos sobre imigrantes, bem como os fatores que contribuíram para o declínio dessa temática na sociologia brasileira. Embora não se saiba exatamente o que motivou o interesse de Florestan Fernandes pela imigração sírio-libanesa, seus trabalhos sobre o tema contaram com o apoio de seu amigo Jamil Safady (1908-1950), imigrante libanês. Safady auxiliou Fernandes na leitura de obras em árabe e atuou como intérprete durante entrevistas com membros da comunidade sírio-libanesa. Para Fernandes, as consequências da imigração eram um tema de grande interesse, e ele frequentemente destacava a contribuição dos imigrantes sírios e libaneses para a transformação do cenário econômico brasileiro e o estabelecimento de uma economia de mercado capitalista.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o foco da sociologia e antropologia brasileira deslocou-se para questões como a luta pela redemocratização do país, os desdobramentos da sociedade de classes e as perspectivas desenvolvimentistas. Em contraste, as discussões sobre aculturação, assimilação e absorção dos imigrantes começaram a ser vistas como ultrapassadas. Nesse contexto, a temática do imigrante foi gradualmente incorporada como uma etapa ordinária do rígido processo de integração à sociedade de classes. Com a redução dos fluxos migratórios para o Brasil, o tema da imigração restringiu-se a pesquisas históricas, enquanto a emigração de brasileiros para o exterior começou a despertar novas possibilidades de investigação.

Entre as décadas de 2000 e 2010, houve um ressurgimento do interesse teórico e interdisciplinar sobre a temática migratória. Estudos que conectavam história e sociologia

ganharam destaque, com enfoque nas questões de discriminação enfrentadas por imigrantes e seus descendentes. Esses novos trabalhos contribuíram para reavivar o debate sobre a imigração no Brasil, ampliando as perspectivas analíticas e incorporando elementos que antes não eram amplamente explorados (Cavalcanti; Oliveira, 2017).

Cavalcanti e Oliveira (2017, p.103) propõem uma organização dos trabalhos da sociologia da imigração brasileira em quatro grupos:

- 1) Estudos históricos e sócio-antropológicos (assimilação e aculturação) com foco em comunidades e/ou grupos de descendentes de imigrantes; 2) Estudos históricos e atuais sobre preconceitos e outras formas de discriminação e políticas de controle e seleção de imigrantes; 3) Estudos sobre emigrantes brasileiros e imigrantes/refugiados africanos e latino-americanos, em especial sobre bolivianos e haitianos, e sobre políticas migratórias; 4) Pesquisas sobre os imigrantes retornados.

Os estudos contemporâneos sobre imigração têm introduzido novas perspectivas teóricas e empíricas, destacando a complexidade e a diversidade social dos grupos migrantes. Essas abordagens buscam enfatizar a pluralidade e as distinções internas que caracterizam as diferentes comunidades de imigrantes, rompendo com visões homogêneas do fenômeno migratório. As reflexões recentes têm reposicionado o migrante como uma figura central no entendimento das dinâmicas migratórias, sendo concebido não apenas como alguém que atravessa fronteiras, mas como uma *ponte* e uma *rede*, cujas conexões transcendem o deslocamento inicial. Nesse sentido, o ato de migrar é compreendido como um processo contínuo, e não como algo definitivo.

Nos debates atuais, os novos fluxos migratórios de latino-americanos e africanos para o Brasil assumiram papel de destaque, ampliando as perspectivas analíticas do campo. Esses estudos têm explorado, de maneira crescente, as trajetórias desses grupos, as políticas de acolhimento implementadas em território brasileiro e os processos de formação de redes migratórias. As redes, por sua vez, desempenham um papel crucial na manutenção de vínculos transnacionais, permitindo que os migrantes estabeleçam conexões entre os países de origem e os espaços de destino, ao mesmo tempo que ressignificam suas experiências nos contextos de acolhimento (Cavalcanti; Oliveira, 2017).

1.3.3 Migrações e o debate sobre identidade

Assim como as migrações, a problemática da identidade assume um caráter interdisciplinar, ganhando relevância nos debates de diversas disciplinas das ciências sociais e configurando-se em distintas abordagens e conceituações. No entanto, a multiplicidade de

sentidos atribuídos à ideia de identidade tem gerado imprecisões conceituais, o que, por sua vez, obscurece a compreensão dos esquemas interpretativos empregados nas investigações sobre o tema (Eufrásio, 2006).

Nos debates atuais, a noção de identidade desdobra-se em múltiplas dimensões, abrangendo representações, políticas, sentimentos, investimentos e reações. Na mesma medida em que o termo "identidade" adquire inúmeros significados, encontram-se também diferentes formas de mobilizá-lo, as quais variam de acordo com os contextos históricos e sociais de quem o emprega (Sanjurjo, 2017).

Segundo Sanjurjo (2017), a temática da identidade percorreu dois caminhos principais. No primeiro, ela foi frequentemente concebida como particularidades imutáveis e essenciais que definem e diferenciam indivíduos e coletivos. O segundo enfoque, mais presente a partir dos debates da teoria social dos anos 1960, centra-se na construção social das identidades, considerando seu caráter processual, relacional e situado.

As discussões contemporâneas têm avançado ao compreender a identidade como um modo de representar indivíduos e coletividades, sujeito a contínuas reelaborações. Essa perspectiva ressalta a relacionalidade e a mobilização histórica das identidades pelos sujeitos sociais. Anteriormente, identidades eram definidas predominantemente em termos raciais, étnicos, nacionais, de classe ou de gênero. Hoje, tornou-se fundamental complexificar essa compreensão, analisando as intersecções entre diferentes marcadores sociais e seus desdobramentos no cotidiano. Como as relações de poder constituem parte integrante das relações sociais, as identidades são entendidas como produtos de processos políticos que dão origem a diversas categorias identitárias. Assim, conceber a identidade como um processo imbuído nas relações de poder permite questionar seu uso como instrumento fundamental nos procedimentos de constituição política (Sanjurjo, 2017).

No campo da sociologia, Bauman (2005, p. 23) destaca que "há apenas algumas décadas, a 'identidade' não estava nem perto do centro de nosso debate". O autor observa que as obras clássicas da disciplina não oferecem respostas diretas para o que é identidade, já que essa problemática não foi concebida no mesmo sentido proposto nos debates atuais. Para Bauman (2005, p. 23), "esse súbito fascínio pela identidade, e não ela mesma, é que atrairia a atenção dos clássicos da Sociologia".

Bauman (2005) associa a questão da identidade às comunidades, que podem ser divididas em dois tipos. O primeiro refere-se às comunidades de vida e destino, marcadas por uma ligação absoluta entre seus membros. O segundo diz respeito às comunidades de ideias, caracterizadas pela multiplicidade de princípios e pela crença na necessidade de escolhas contínuas. A temática da identidade emerge nas comunidades do segundo tipo, onde a diversidade de ideias e a fluidez das relações tornam a identidade um processo ativo e inacabado. Nesse contexto, Bauman argumenta que a identidade não é descoberta, mas construída. Trata-se de um esforço contínuo, uma construção precária que reflete a crise de pertencimento na modernidade líquida. Nesse cenário, as identidades são experimentadas de forma infindável e frequentemente reinventadas.

Para Hall (2006), a identidade social constitui a base para a conformação de toda identidade cultural. Essa forma de identidade é formada por fatores diversos que inserem o indivíduo em um contexto histórico-social anterior a ele, mas em constante transformação. Na visão do autor, a ideia de uma identidade completa e unificada é uma utopia, já que as identidades contemporâneas são marcadas por deslocamentos e múltiplas vivências. O processo de identificação, segundo Hall, opera por meio da diferenciação e envolve o estabelecimento de fronteiras simbólicas. Essas fronteiras podem gerar tanto reconhecimento quanto exclusão, indicando que a identidade é formada em um campo de disputas simbólicas.

Truzzi (2005) define identidade cultural como um conjunto de histórias, valores morais e tradições herdadas, que é moldado tanto pelas origens culturais do grupo quanto pelas interações com a sociedade de destino. Além disso, o autor utiliza a categoria de identidade étnica para descrever como os membros de um grupo imigrante se reconhecem e demarcam fronteiras entre si e os outros. Essa associação é influenciada por elementos que aproximam os sujeitos de uma mesma nacionalidade, mas também pelos fatores que os distanciam e criam novas fronteiras.

Figoli e Vilela (2004) acrescentam que a etnia, como representação coletiva, está inserida em sistemas de relações assimétricas e manifesta-se por meio de identidades étnicas construídas em contextos de conflito e competição. Essas identidades são resultados de condições sociais hierarquizantes, que refletem desigualdades estruturais. Nesse sentido, Sanjurjo (2017) ressalta que a análise das práticas de nomeação e reconhecimento de sujeitos migrantes permite compreender os processos históricos de desigualdade global e as normas de categorização social que constroem fronteiras de inclusão e exclusão.

O olhar crítico sobre as relações entre cultura e poder, desenvolvido nos estudos de migrações internacionais, evidencia a necessidade de abordar as identidades em sua dimensão processual. Essa abordagem analítica busca entender como diferentes grupos ressignificam suas identidades em contextos históricos e políticos específicos, criando estratégias para se posicionarem frente às múltiplas relações de poder que permeiam suas trajetórias (Sanjurjo, 2017).

1.3.4 O tema das migrações na Sociologia Urbana

A cidade e as migrações são fenômenos que ganham destaque nos estudos sociais de maneira quase simultânea. Isso se explica porque o surgimento da cidade como categoria sociológica está intrinsecamente ligado ao seu crescimento acelerado, impulsionado, em grande medida, pela chegada de um significativo contingente de migrantes. Compreender como o imigrante se insere nesse novo espaço exige também o entendimento das formas proporcionadas pelo ambiente urbano para a produção de interações e a construção de sentimentos de pertencimento. Em consonância com Park (1967), entender a cidade requer observá-la para além de uma simples manifestação do conhecimento humano em engenharia, já que ela atua como um agente produtor de mecanismos físicos e psíquicos que influenciam diretamente as formas de vida que nela se desenvolvem.

Segundo Nunes (2012), o crescimento das cidades é caracterizado principalmente pelo deslocamento de indivíduos do meio rural para o urbano, fenômeno que só pode ser compreendido a partir de forças macrossociais. No entanto, a dinâmica de expansão das cidades tornou o ambiente urbano um espaço privilegiado para a análise dos fenômenos sociais em curso. Os cientistas sociais da época – particularmente os fundadores da Escola de Chicago, como destaca Nunes – propuseram transformar a cidade em um verdadeiro laboratório para investigar a natureza e os vínculos sociais. Nesse contexto, a cidade configura-se como um ambiente adequado para compreender a sociedade, seja por meio de seus processos de urbanização, seja pela perspectiva que a enxerga como o palco onde se manifestam os processos sociais, os equilíbrios e as tensões. Para Nunes (2012, p. 444), “o urbano é a síntese da sociedade”.

Os aspectos materiais que compõem o caráter físico da cidade, aliados às dinâmicas sociais que ela abriga, geram relações complexas que têm atraído a atenção de estudiosos pelas possibilidades analíticas oferecidas pelo espaço urbano. Por vezes descrita como um caleidoscópio, a cidade, enquanto objeto de pesquisa, por muitos anos dificultou o consenso

sobre a existência de um ramo das Ciências Sociais dedicado exclusivamente às suas questões. Isso se deve ao fato de que, para alguns autores, o urbano assumia um caráter independente, atuando como variável autônoma, enquanto para outros o enfoque recaía sobre os fenômenos sociais específicos que ocorriam no cenário urbano (Velho, 1967).

Prysthon (2017, p. 108) argumenta que pensar a questão urbana e seu papel na contemporaneidade exige ir além do estudo de suas formas físicas e materiais, abrangendo também os modos fluidos de representar, negociar e imaginar a cidade. Nunes e Cavalcanti (2014) reforçam que as aglomerações urbanas promovem formas particulares de interação entre indivíduos e grupos, que são influenciadas pela proximidade física e pelas estruturas materiais que sustentam essas interações. Nesse sentido, as cidades são tanto produtos quanto produtoras da sociedade.

Para Manuel Castells (1972), os fenômenos urbanos não podem ser compreendidos apenas pela materialização espacial da cidade, mas devem ser analisados como resultado das relações sociais características da sociedade capitalista. Assim, tanto a cidade quanto seus habitantes refletem as contradições de classe. Não existem espaços, agentes ou organizações isentos das disputas ideológicas, políticas ou econômicas que permeiam as lutas de classe. Entender a cidade, portanto, é reconhecer sua indissociabilidade da estrutura do capital.

Nas últimas duas décadas, a questão urbana tem ganhado centralidade nos debates sobre o refúgio, uma vez que a população refugiada se encontra marginalizada no intenso processo de urbanização que se intensificou a partir da década de 1950. Historicamente, refugiados têm sido tratados sob a lógica do campo, do auxílio humanitário em áreas rurais e da temporariedade (Zuzarte; Moulin, 2019). Contudo, o tema do refugiado urbano só recebeu atenção prioritária do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2009, marcando um avanço nas discussões sobre a integração desses indivíduos em contextos urbanos.

Essa declaração política baseia-se no princípio de que os direitos dos refugiados e as responsabilidades do ACNUR em relação a eles não são afetados por sua localização, nem pelos meios pelos quais chegaram em uma área urbana ou por seu status (ou falta deles) na legislação nacional. O Escritório considera as áreas urbanas como um local legítimo para os refugiados usufruírem dos seus direitos, incluindo os que resultam do seu status de refugiados e os que têm em comum com todos os outros seres humanos (ACNUR, 2009, p.3).

De acordo com Zuzarte e Moulin (2019), alguns estudos sobre o tema demonstram particular interesse em analisar o impacto do aparato burocrático-administrativo na vivência de solicitantes de refúgio e refugiados no meio urbano. Nesse contexto, a elaboração de políticas

públicas aparece vinculada à noção de uma “cidade policial”, que, segundo os autores, se conecta à reprodução da condição de refugiado como lócus de controle.

Assim, a articulação entre a condição urbana e a condição de refugiado resulta na produção e reprodução de fronteiras, tanto territoriais quanto simbólicas. Os mecanismos burocrático-administrativos aos quais solicitantes e refugiados são submetidos moldam suas experiências cotidianas nas cidades, adicionando camadas de controle que vão além daquelas impostas aos demais moradores urbanos. A necessidade constante de comprovar a condição de refugiado ou o estatuto migratório em atividades cotidianas, combinada com a criação de normas específicas para regular sua permanência e circulação, exemplifica como a esfera estatal se insere de maneira forçada nas vivências particulares desses indivíduos (Zuzarte; Moulin, 2019).

Nesse contexto, a proposta de Foucault (2013) sobre os contra-espaços, definidos como heterotopias, oferece uma perspectiva analítica relevante. As heterotopias são espaços que se contrapõem ao estabelecido, mas que, simultaneamente, mantêm conexões com os outros lugares, embora funcionem de maneira distinta. Nas palavras de Foucault (2013, p. 116), as heterotopias são “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis.”

Agier (2019) complementa essa discussão ao localizar as heterotopias nas bordas da ordem normativa, caracterizadas pela extraterritorialidade e pelo confinamento. Esses “fora-de-lugar” se constituem como legítimos “pedaços de espaço”, que permitem o agrupamento confinado e durável de indivíduos. Ao associar a esfera do biopoder às heterotopias, Agier argumenta que elas erguem limites cada vez mais demarcados, instaurando margens urbanas, margens do Estado e fronteiras humanas. Identificar tais heterotopias, segundo Agier (2019), implica reconhecer suas características de extraterritorialidade, exceção e exclusão, elementos que tornam esses espaços representativos das tensões e contradições presentes no contexto urbano.

1.4 Metodologia em movimento: o percurso investigativo.

A metodologia deste trabalho foi estruturada em dois momentos principais, cada um desempenhando um papel essencial na coleta e análise dos dados. O primeiro momento centrou-se na definição e seleção das obras a serem analisadas. O segundo momento dedicou-se à

realização de entrevistas semi-estruturadas com autores e orientadores das dissertações e teses selecionadas, com o objetivo de aprofundar as reflexões e enriquecer a análise.

A pesquisa tem como objeto de estudo as dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior brasileiras, com enfoque na mobilidade de sírios e sírias para o Brasil, em perspectivas histórica e contemporânea, até o mês de novembro de 2024.

O processo inicial de coleta das informações para a montagem de uma base preliminar de dados começou no mês de julho de 2021. Na ocasião, o objetivo era fazer uma busca através dos mecanismos disponíveis on-line e, consequentemente, mapear as publicações geradas. Os sites utilizados para a realização da ação supracitada foram: “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD”, “Google Acadêmico” e “Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES”.

Nesta etapa, a pesquisa foi orientada por termos-chave criteriosamente escolhidos, como *migração síria, imigrantes/migrantes sírios, sírios, sírias, refugiados sírios, refugiadas sírias, Síria, sírio-libanês e sírios e libaneses*. Para que uma obra fosse incluída na base de dados, um dos termos de busca deveria constar no título ou no resumo da publicação. Além disso, apenas foram consideradas obras publicadas em português, no Brasil, e com foco explícito na migração síria para o país.

Em fevereiro de 2022, uma segunda incursão foi realizada. Dessa vez, a busca foi ampliada para incluir a “Plataforma Lattes”, mantendo os mesmos termos-chave utilizados anteriormente. Foram geradas mais de dez páginas de conteúdo, contendo diversos currículos onde os termos pesquisados apareciam. Entretanto, para ingresso na base de dados, era imprescindível que os termos constassem no título da dissertação ou tese defendida pelo autor(a). Ocorrências em outros tópicos, como monografias, apresentações de trabalho ou artigos publicados, foram desconsideradas.

Uma última incursão ocorreu em novembro de 2024, com o objetivo de incluir trabalhos defendidos após fevereiro de 2022. Essa etapa mais curta foi essencial para atualizar a base de dados e garantir a inclusão das publicações mais recentes. Em todas as etapas, após a coleta inicial, foram definidas variáveis para ampliar as informações coletadas, como: ano de publicação, década de publicação, título, autor(a), unidade federativa de publicação, formato de

referência, tipo de publicação, palavras-chave extraídas do título, Programa de Pós-Graduação associado ao trabalho, Instituição de Ensino Superior vinculada e link de acesso ou compra.

Para uma melhor organização das obras, elas foram inicialmente separadas em três grupos temáticos. O primeiro grupo, denominado Migrações Históricas - Grupo 1, abrange as obras publicadas até a década de 1980 sobre a migração histórica de sírios para o Brasil. O segundo grupo, Migrações Históricas - Grupo 2, engloba trabalhos relacionados às migrações históricas de sírios, mas publicados a partir da década de 1990. Já o terceiro grupo, intitulado Migrações Contemporâneas, inclui publicações que abordam a migração síria recente, marcada pelo início do conflito na Síria, em 2011. Após uma avaliação mais detalhada, as obras foram reorganizadas em dois grupos finais: Migrações Históricas e Migrações Contemporâneas.

A coleta de informações e materiais para compor a base de dados foi encerrada em novembro de 2024. Ao final, a base incluiu 67 obras, sendo 38 relacionadas às migrações contemporâneas e 29 às migrações históricas. Os critérios para inclusão no banco foram rigorosamente seguidos, considerando a presença de termos-chave no título da obra, o formato de dissertações ou teses e a defesa em Programas de Pós-Graduação brasileiros até novembro de 2024.

No segundo momento metodológico, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 20 autores e/ou orientadores cujas obras compõem o corpus. As entrevistas seguiram os princípios delineados por Manzini (2003), que define a entrevista semi-estruturada como aquela que equilibra um roteiro de perguntas predefinidas com a flexibilidade para explorar questões emergentes no diálogo, permitindo uma abordagem mais adaptável e profunda. Segundo Flick (2009), essa técnica permite que o pesquisador alcance os objetivos da pesquisa enquanto mantém um nível elevado de interação e adaptabilidade às especificidades dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas entre 2022 e 2024, por meio da plataforma Microsoft Teams, com duração média de 20 a 30 minutos. O critério de seleção dos participantes foi objetivo: foram incluídos aqueles que responderam positivamente aos convites enviados por e-mail, sem priorizações qualitativas.

As entrevistas visaram compreender os processos de escolha dos temas de pesquisa, desafios enfrentados, apoios institucionais e desdobramentos acadêmicos e científicos das obras analisadas. As transcrições das entrevistas foram integradas ao corpus de análise para contribuir com a discussão interpretativa e analítica. A tabela abaixo apresenta o perfil condensado dos

entrevistados, abrangendo pesquisadores e orientadores de diferentes regiões do Brasil, categorias de trabalho, e áreas de concentração.

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados

| Designação | Categoria | Sexo | Tipo | Grupo | UF de Vinculação | Subárea de concentração |
|------------|-----------------|-----------|-------------|------------------------|-------------------|-------------------------|
| A1 | Pesquisador (a) | Masculino | Tese | Migração Histórica | São Paulo | História |
| A2 | Pesquisador (a) | Masculino | Tese | Migração Contemporânea | São Paulo | Sociologia |
| A3 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Histórica | Minas Gerais | Sociologia |
| A4 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Contemporânea | Minas Gerais | Administração |
| A5 | Pesquisador (a) | Masculino | Tese | Migração Histórica | São Paulo | História |
| O1 | Orientador (a) | Masculino | Dissertação | Migração Histórica | Rio de Janeiro | História |
| O2 | Orientador (a) | Masculino | Dissertação | Migração Contemporânea | Minas Gerais | Direito |
| O3 | Orientador (a) | Masculino | Tese | Migração Contemporânea | São Paulo | Interdisciplinar |
| A6 | Pesquisador (a) | Masculino | Tese | Migração Histórica | São Paulo | Ciências Sociais |
| A7 | Pesquisador (a) | Masculino | Tese | Migração Histórica | Rio Grande do Sul | História |
| O4 | Orientador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Histórica | Rio de Janeiro | História |
| A8 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Contemporânea | São Paulo | Letras |
| A9 | Pesquisador (a) | Feminino | Tese | Migração Histórica | São Paulo | Geografia |
| A10 | Pesquisador (a) | Masculino | Dissertação | Migração Histórica | Ceará | História |

| | | | | | | |
|------------|--------------------|-----------|-------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
| A11 | Pesquisador (a) | Feminino | Tese | Migração Contemporânea | Santa Catarina | Sociologia |
| A12 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Histórica | Amazonas | Interdisciplinar |
| A13 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Histórica | Bahia | Turismo |
| A14 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Contemporânea | Santa Catarina | Antropologia |
| A15 | Pesquisador (a) | Feminino | Dissertação | Migração Contemporânea | Distrito Federal | Sociologia |
| A16 | Pesquisador (a) | Masculino | Dissertação | Migração Histórica | Mato Grosso do Sul | História |

Fonte: Elaboração própria

Conforme Bardin (2011), a técnica de análise de conteúdo foi escolhida como abordagem central para tratamento dos dados. Essa metodologia, dividida em três etapas – pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados –, permite um exame aprofundado das obras e entrevistas. Durante a pré-análise, a leitura flutuante foi fundamental para definir o corpus de análise, formular hipóteses iniciais e estabelecer categorias temáticas. A etapa de exploração envolveu a codificação do material, dividindo os textos em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) e organizando-as em categorias preliminares. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, a inferência e interpretação foram realizadas à luz do referencial teórico, buscando sentidos latentes no conteúdo analisado.

A análise de conteúdo foi complementada pela revisão sistemática da literatura, conforme descrito por Sampaio e Mancini (2007). Essa abordagem robusta organizou e sintetizou a produção acadêmica, facilitando a identificação de lacunas e tendências teóricas relevantes. A revisão sistemática seguiu critérios claros de inclusão, como a área temática e o período de publicação, garantindo um mapeamento detalhado do campo de estudo.

A comparação foi outro eixo metodológico central, alinhado aos objetivos de um Programa de Estudos Comparados. De acordo com Santos (2012), o método comparativo permite identificar regularidades, continuidades e rupturas em fenômenos sociais. A análise comparativa envolveu tanto as obras do corpus quanto as entrevistas realizadas, destacando similaridades e diferenças entre os grupos de migrações históricas e contemporâneas. Para

Sartori (1994), a comparação só é válida quando os objetos possuem atributos compartilhados e distintos, o que foi observado nas abordagens temáticas, metodológicas e temporais das obras analisadas.

Em síntese, a combinação entre análise de conteúdo, revisão sistemática e método comparativo permitiu explorar as complexidades do tema, conectando as dimensões históricas e contemporâneas das migrações sírias ao Brasil. Essa abordagem metodológica integrativa não apenas enriquece a investigação, mas também reafirma a relevância do campo de Estudos Comparados para compreender fenômenos sociais em sua multiplicidade e dinamicidade.

CAPÍTULO 2: A MIGRAÇÃO SÍRIA NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

2.1 Introdução ao capítulo 2

A migração síria para o Brasil se desenvolveu em diferentes momentos históricos, moldada por contextos sociais, econômicos e políticos que variaram tanto no país de origem quanto no de acolhimento. Desde os deslocamentos motivados pela instabilidade do Império Otomano até as recentes fugas provocadas pela crise humanitária na Síria, essas trajetórias oferecem subsídios fundamentais para compreender as dinâmicas de inserção dos migrantes na sociedade brasileira.

No período histórico, fatores como instabilidade política, perseguições religiosas e dificuldades econômicas levaram grupos sírios a buscar melhores condições de vida fora de sua região de origem. A formação de comunidades em estados como São Paulo e Rio de Janeiro foi acompanhada pela consolidação de redes comerciais e sociais, que desempenharam papel central na integração desses migrantes. Como destacam Truzzi (2005) e Vilela (2002), essas experiências históricas de adaptação revelam padrões de organização econômica e comunitária que moldaram a inserção síria no Brasil.

Já no contexto contemporâneo, os fluxos migratórios refletem um cenário marcado pela intensificação do conflito armado iniciado em 2011 e pela crise humanitária resultante. Entre 2012 e 2024, 5.580 sírios solicitaram refúgio no Brasil, com 4.828 pedidos deferidos, segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Ainda que numericamente menores em relação a outras nacionalidades, esses deslocamentos trazem especificidades que exigem atenção, como a predominância masculina nas solicitações e os padrões regionais de entrada, com destaque para São Paulo e Pará.

Este capítulo se propõe a situar esses fluxos em seus respectivos contextos históricos e contemporâneos, fornecendo a base para as discussões nos capítulos subsequentes. A partir dessa análise, será possível compreender como os fatores históricos e sociais moldaram os fluxos migratórios sírios e de que forma esses elementos influenciaram tanto a inserção no Brasil quanto as representações acadêmicas sobre essa migração. A delimitação temporal e geográfica apresentada aqui busca assegurar a clareza necessária para o desenvolvimento das análises posteriores.

2.2 Migração Histórica para o Brasil: Contexto, fatores e dados

O controle do Império Otomano sobre o território que hoje corresponde à Síria perdurou por aproximadamente quatro séculos. Este domínio teve início em 1516 e terminou com a derrocada do império, logo após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Durante grande parte desse período, os europeus denominavam como Oriente todas as regiões sob o controle otomano. Contudo, a partir do século XIX, com a incorporação da China às rotas comerciais europeias, houve uma reconfiguração nas terminologias. O território otomano passou então a ser identificado como Oriente Próximo. Mais tarde, no início do século XX, o termo Oriente Médio foi introduzido pelos britânicos, sendo inicialmente empregado para designar a área que abrangia desde o Mar Vermelho até o território ocupado pelo Império Britânico das Índias. Após o colapso do Império Otomano, essa designação foi ampliada para incluir os diversos países árabes (Vilela, 2002, p.18).

A localização geográfica estratégica do Oriente Médio conferiu-lhe um papel histórico central. Situada em uma vasta região de predominância desértica, esta área encontra-se na confluência de três territórios férteis: Europa, África tropical e Oriente Asiático. Tal posição privilegiada assegurou ao mundo árabe, por séculos, o monopólio das principais rotas terrestres de comércio. No entanto, a região, longe de ser homogênea, apresenta uma pluralidade cultural e histórica significativa. Truzzi (2005) destaca a importância de reconhecer essa diversidade e alerta para os riscos de abordar a cultura árabe como algo uniforme, desconsiderando as segmentações e especificidades que caracterizam os diferentes territórios, tanto em termos geográficos quanto históricos. Durante o período de emigração examinado neste capítulo, os principais fatores que definiam a identidade de um indivíduo estavam relacionados à religião professada e à região ou aldeia de origem, elementos que, à época, tinham maior relevância do que a ideia de estado-nação.

Essa fragmentação cultural e política também se reflete nas definições do que constitui o "mundo árabe". Vilela (2002) argumenta que essa concepção é frequentemente orientada por critérios políticos, sendo identificados como países árabes aqueles que integram a Liga dos Estados Árabes. Ela ressalta que esses territórios compartilham algumas características centrais, como a predominância da língua árabe, o Islã como religião majoritária e uma trajetória comum de invasões e conquistas por diferentes povos. Nesse contexto, Vilela explica que os países árabes são, de forma geral, "territórios nacionais membros da Liga dos Estados Árabes. Contudo, são em geral países que têm como língua predominante e oficial o árabe, o Islã como

religião dominante e uma história comum de invasões e conquistas por vários povos” (Vilela, 2002, p.20). Essa definição sublinha a centralidade de aspectos linguísticos, religiosos e históricos como marcadores identitários.

Além disso, o Oriente Próximo ocupa um lugar único na história das tradições religiosas, sendo o berço de três das principais religiões do mundo: Islamismo, Judaísmo e Cristianismo. Nesse cenário, a religião desempenhou um papel essencial, não apenas na construção de laços sociais, mas também na delimitação de fronteiras culturais e políticas. Como Challita observa, citado por Vilela (2002), “a religião sempre foi, e continua a ser no Oriente Médio, o elemento principal para conglomerar os seres humanos, mais importante que pátria, raça, língua, cultura, classe social, ideologia política” (Challita, 1990, apud Vilela, 2002, p.25). Essa afirmação reforça como os vínculos religiosos foram — e ainda são — fatores determinantes para a formação de identidades individuais e coletivas, muitas vezes ultrapassando outros elementos de organização social, como o conceito de estado-nação.

A centralidade da religião no Oriente Próximo não apenas moldou identidades coletivas, mas também foi responsável por desencadear profundas divisões e conflitos ao longo da história. No período do domínio otomano, a instrumentalização das tensões religiosas serviu para consolidar o controle político do Império, exacerbando rivalidades que reverberaram tanto na organização social interna quanto na relação da região com potências externas. Esses conflitos, muitas vezes enraizados em desigualdades políticas e religiosas, levaram a deslocamentos populacionais e tiveram impacto significativo nas dinâmicas de migração da época, que também refletiam as condições socioeconômicas da Síria e do Oriente Médio.

Durante o prolongado domínio do Império Otomano, as divergências religiosas configuraram-se como importantes fontes de tensões sociais e políticas, frequentemente exploradas para reforçar a autoridade central turca. Um dos episódios mais emblemáticos dessa dinâmica ocorreu em 1860, quando cristãos maronitas foram alvo de um massacre conduzido pelos drusos, com a conivência das autoridades otomanas. Esses conflitos religiosos, que começaram em 1842, intensificaram-se ao longo das décadas, culminando em um evento de grande violência, especialmente nas regiões correspondentes à atual Síria e ao Líbano. Segundo Vilela (2002), durante esses eventos, os otomanos, embora inicialmente oferecessem refúgio a cristãos em fuga, desarmavam-nos e os entregavam às populações muçulmanas locais, contribuindo para a gravidade da situação.

A Primeira Guerra Mundial trouxe novos elementos de instabilidade à região. Os países árabes, buscando libertar-se do controle otomano, estabeleceram alianças com França e Grã-Bretanha, confiando nas promessas de independência após o conflito. Contudo, ao final da guerra, tais expectativas foram frustradas pelo Acordo de Sykes-Picot, que dividiu o Oriente Médio entre as potências europeias, ignorando os interesses e as especificidades das populações locais. Essa divisão territorial arbitrária consolidou o controle colonial europeu e gerou descontentamento generalizado entre os nacionalistas árabes, que passaram a lutar contra o novo domínio estrangeiro.

Na Síria, a ocupação francesa desencadeou uma série de confrontos marcados pela repressão violenta, com o uso de bombardeios para conter movimentos nacionalistas. Apenas em 17 de abril de 1946, após a Segunda Guerra Mundial, os sírios conseguiram declarar independência e retirar as tropas francesas de seu território. No entanto, a transição para uma república não trouxe estabilidade. O país continuou a enfrentar divisões sectárias e golpes militares, reflexo de tensões internas persistentes. Dada a maioria muçulmana, foi decidido que o controle político deveria permanecer em suas mãos, o que perpetuou a exclusão de outros grupos religiosos e contribuiu para a instabilidade governamental (Vilela, 2002, p. 40-42).

Entre 1850 e 1930, diante de condições políticas e econômicas adversas, um número significativo de sírios, em sua maioria cristãos, migrou em busca de melhores condições de vida. Esse movimento, predominantemente urbano, levou à formação de comunidades em grandes centros e, em menor escala, em áreas rurais. Knowlton (1961) identifica os principais fatores que impulsionaram essa migração como sendo políticos, religiosos e econômicos, frequentemente interligados de forma que dificultava a separação de suas influências.

No início do século XIX, a Síria estava organizada em uma estrutura feudal sob domínio otomano, na qual os senhores feudais tinham a obrigação de fornecer serviços militares ao sultão em troca da administração de terras. Com o tempo, essa obrigação foi substituída por tributos monetários, o que ampliou a exploração econômica. Knowlton (1961) observa que a hierarquia social era encabeçada pela Coroa Turca, que exigia tributos elevados dos governadores provinciais, permitindo que estes transferissem os encargos à população local. Os servos da gleba, base dessa estrutura, sofriam duplamente: além de serem explorados economicamente, eram convocados para o serviço militar sempre que necessário.

Os cristãos, em particular, enfrentavam discriminação ainda mais intensa, sendo relegados às posições mais baixas no sistema político e social. Essa realidade se manteve até 1831, quando Ibrahim Pachá, filho de Muhammad Ali, invadiu a Síria e implementou reformas que incluíram uma política de tolerância religiosa. Durante seu governo, missionários estrangeiros foram autorizados a estabelecer escolas e introduzir práticas educacionais que conectavam os cristãos locais ao Ocidente. Segundo Knowlton (1961), essas mudanças, embora relevantes, também aumentaram as tensões, culminando em episódios de violência, como o massacre de 1860.

Esse evento trágico resultou na morte de cerca de 10 mil cristãos e forçou muitos sobreviventes a buscar refúgio em Beirute. Na cidade, receberam apoio de missionários anglo-americanos, que criaram a Comissão Anglo-Americana para administrar recursos enviados por seus países de origem. Esse suporte humanitário, aliado à precariedade da situação na Síria, reforçou a percepção de que o Ocidente oferecia maior segurança e melhores oportunidades, estimulando novos movimentos migratórios.

No plano econômico, a Síria enfrentava múltiplos desafios que agravaram as condições de vida. Epidemias, como o surto de cólera em 1875, e o declínio de indústrias tradicionais, como a produção de seda e vinho, minaram a economia local. A introdução da seda japonesa no mercado, favorecida pela abertura do Canal de Suez, reduziu a competitividade da seda síria, enquanto a filoxera devastava os vinhedos, afetando especialmente as comunidades cristãs que dependiam dessa atividade. Nesse contexto, a emigração tornou-se uma alternativa para escapar das adversidades e buscar estabilidade econômica.

Os movimentos migratórios foram facilitados por agentes de passagem e agiotas, que desempenharam um papel significativo na organização dessas saídas. Enquanto os agentes promoviam as vantagens de migrar, muitas vezes compartilhando histórias de sucesso, os agiotas financiavam as viagens, cobrando juros elevados que aprofundavam a vulnerabilidade financeira dos migrantes. Knowlton (1961) também destaca a influência dos emigrantes retornados, que frequentemente serviam como intermediários, organizando os fluxos migratórios e oferecendo suporte logístico. Esses fatores contribuíram para o estabelecimento de comunidades sírias em diferentes partes do mundo, criando laços transnacionais e redes de apoio entre migrantes e suas comunidades de origem.

Dando continuidade ao contexto de violência e instabilidade que marcou o século XIX na Síria, destaca-se o papel desempenhado pelos missionários norte-americanos no período pós-massacre de 1860. De acordo com Knowlton (1961), as terras maronitas foram reorganizadas em seções, sendo cada uma administrada por missionários responsáveis pela distribuição regular de recursos e apoio humanitário. Esse esforço, embora essencial para a sobrevivência das populações afetadas, também contribuiu para consolidar a ideia, entre os sírios, de que as terras da América do Norte representavam um local de abundância e segurança, fomentando a migração para essa região.

Paralelamente, os relatos enviados por missionários e correspondentes estrangeiros às suas nações de origem ajudaram a expor a situação precária vivida pelos cristãos sírios, mobilizando um fluxo de novas missões de diversas denominações cristãs. Essa ajuda, contudo, também abriu espaço para maior intervenção política de potências europeias, como Inglaterra e França, na região. Essas intervenções, justificadas sob o pretexto de proteção às minorias religiosas, geraram uma percepção de vulnerabilidade constante entre os cristãos, que passaram a temer novos episódios de violência, como apontado por Knowlton (1961). Sem confiança na capacidade de autoproteção, alguns grupos buscaram apoio diplomático junto à França, enquanto outros optaram pela emigração como alternativa de sobrevivência.

Os destinos escolhidos pelos emigrantes refletiam as possibilidades de segurança e oportunidade. Chipre destacou-se como um dos primeiros refúgios, especialmente após o domínio inglês sobre a ilha. O Egito, por sua vez, emergiu como uma opção atraente, graças a um período de prosperidade econômica que oferecia empregos para novos imigrantes. No entanto, a partir do final do século XIX, as reformas políticas e militares no Império Otomano alteraram significativamente o cotidiano das minorias religiosas. A introdução do alistamento militar universal, que extinguiu a antiga isenção dos cristãos, gerou descontentamento e impulsionou novos fluxos migratórios, já que muitos preferiram abandonar o país a enfrentar o tratamento discriminatório durante o serviço militar obrigatório (Knowlton, 1961, p. 23).

Após a Primeira Guerra Mundial e a subsequente queda do Império Otomano, o domínio francês sobre a Síria inicialmente conteve os movimentos migratórios. Contudo, a insatisfação generalizada com o governo colonial francês reacendeu as migrações, especialmente quando os sírios perceberam que a independência não seria concedida conforme o esperado. Emigrantes que retornaram para sondar as condições políticas relataram uma realidade insatisfatória,

desencorajando outros compatriotas a regressarem e reforçando a ideia de permanência no exterior.

Além das questões políticas, o século XIX foi marcado por crises econômicas que agravaram as condições de vida na Síria, contribuindo para a intensificação dos movimentos migratórios. Knowlton (1961) aponta que a combinação de pressão demográfica, erosão do solo e declínio das indústrias tradicionais criou um cenário de precariedade econômica. O comércio de seda, por exemplo, foi profundamente afetado pela introdução de seda japonesa no mercado, viabilizada pela abertura do Canal de Suez, que reduziu a competitividade dos produtos locais. A produção de vinho, outra atividade relevante para a economia cristã, foi devastada pela infestação de filoxera nos vinhedos. Tais transformações levaram muitos lavradores e comerciantes, sobretudo homens, a buscar oportunidades no exterior, com a intenção de sustentar suas famílias por meio de remessas financeiras.

Outro fator que fomentou as migrações foi a atuação de agentes de passagem e agiotas. Esses indivíduos desempenhavam papéis fundamentais no estímulo e na organização dos deslocamentos. Knowlton (1961) descreve que agentes, frequentemente emigrantes retornados, promoviam histórias de sucesso no exterior e organizavam comícios para convencer outros a migrar. Já os agiotas, apesar de viabilizarem as viagens por meio de empréstimos, cobravam juros exorbitantes e frequentemente garantiam o pagamento por meio de hipotecas sobre propriedades. Líderes comunitários também participavam desse processo, influenciando membros de suas aldeias a aderirem à migração em troca de comissões oferecidas pelos agentes.

Além disso, emigrantes estabelecidos em outros países retornavam para recrutar novos migrantes, oferecendo suporte logístico durante a viagem em troca de trabalho futuro como forma de pagamento das despesas. Esses intermediários negociavam com companhias de transporte, hotéis e armazéns, organizando a logística necessária para a travessia. Durante as longas esperas nos portos do Mediterrâneo, como Gênova, Marselha e Alexandria, emigrantes trocavam informações sobre seus destinos e, muitas vezes, alteravam suas rotas iniciais. Em alguns casos, migrantes que planejavam seguir para os Estados Unidos acabavam redirecionados para o Brasil ou a Argentina, movidos por relatos de melhores condições de vida e menor custo de viagem.

As redes formadas por esses movimentos migratórios foram fundamentais para a criação de colônias sírias fora do Oriente Médio, especialmente em cidades portuárias. Knowlton

(1961) destaca que muitos sírios encontraram trabalho como intérpretes, comerciantes ou mascates, acumulando capital suficiente para iniciar uma nova vida em seus destinos finais. Apesar da exploração frequente durante o processo migratório, essas redes contribuíram para a formação de laços entre os emigrantes e suas comunidades de origem, consolidando a diáspora síria em diferentes regiões do mundo.

As dinâmicas políticas e sociais da Síria no contexto do Império Otomano e do período pós-independência desempenharam um papel crucial na formação de fluxos migratórios. Nesse cenário, a busca por estabilidade e melhores condições de vida levou muitos sírios a explorarem possibilidades fora de suas terras natais. Dentre os destinos escolhidos, o Brasil emergiu como uma alternativa, mesmo que inicialmente não fosse o objetivo principal para muitos desses imigrantes.

Estudiosos da imigração histórica no Brasil identificam três fases principais que impulsionaram a chegada de estrangeiros ao território brasileiro. A primeira fase, que se estendeu de 1820 até o final do século XIX, esteve marcada pela oferta de pequenas propriedades rurais aos imigrantes, com o objetivo de atenuar o predomínio do regime latifundiário vigente na época. A segunda fase, situada no período pós-abolição da escravatura, caracterizou-se pela necessidade de trabalhadores rurais, levando fazendeiros e o governo brasileiro a recorrerem à importação de mão de obra estrangeira. Por fim, a terceira fase, abordada neste trabalho, foi desencadeada pela demanda crescente por operários para as indústrias em expansão no Brasil após as Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Embora a escassez de trabalhadores locais tenha perpetuado a busca por imigrantes, a maioria dos sírios que chegaram nesse período preferiu estabelecer-se em centros urbanos, dedicando-se a atividades comerciais ou trabalhando em pequenas indústrias.

Segundo Clark S. Knowlton (1961), o Brasil não era, inicialmente, o principal destino dos primeiros sírios que aqui desembarcaram. Muitos deles tinham como objetivo os Estados Unidos, mas encontraram barreiras como a recusa de vistos ou a proibição de entrada devido a analfabetismo ou condições de saúde. Nesse contexto, algumas companhias de navegação redirecionaram esses migrantes ao Brasil, muitas vezes apresentando o território brasileiro como parte da "América". Além disso, havia relatos de migrantes enganados por armadores de navios, que prometiam levá-los aos Estados Unidos, mas desembarcavam nos portos de Santos ou do Rio de Janeiro. Assim, os imigrantes, ao chegarem, acreditavam estar em solo norte-americano.

Outro elemento que favoreceu a atração de sírios para o Brasil foram as redes migratórias previamente estabelecidas. Parentes e conhecidos que já residiam no país frequentemente escreviam sobre suas conquistas e enviavam recursos para financiar a vinda de outros familiares ou parceiros comerciais.

A coleta de dados sobre imigração para o Brasil nesse período foi marcada por imprecisões, tanto devido à deficiência estatística quanto à evolução das definições legais sobre imigração. Até 1934, por exemplo, os imigrantes eram definidos como aqueles que viajavam na terceira classe dos navios. Passageiros das classes superiores eram classificados como turistas ou viajantes, o que distorcia os números. Apesar disso, a maioria dos imigrantes sírios viajava na terceira classe, minimizando o impacto dessas limitações.

Com a reforma de 1934, o conceito de imigrante foi redefinido para abranger indivíduos que ingressavam no país para exercer uma profissão por mais de 30 dias. Entretanto, essa classificação também mostrou-se inadequada, já que muitos imigrantes retornavam aos seus países de origem após o término de seus contratos. Uma nova revisão em 1938 substituiu os termos "imigrantes" e "não imigrantes" por "permanentes" e "temporários", diferenciando aqueles que buscavam estabelecer residência definitiva daqueles que pretendiam estadias temporárias (Knowlton, 1961, p. 36).

As estatísticas governamentais frequentemente divergiam de outras fontes da época. O censo de 1876, por exemplo, mencionava a presença de três "turcos" no Brasil. Até 1892, todos os imigrantes provenientes do Levante eram classificados como turcos, mas os sírios foram os primeiros a receber uma classificação própria após essa data. Knowlton (1961) observa que muitos dos imigrantes registrados como turcos eram, na verdade, sírios ou libaneses.

Os primeiros sírios que chegaram ao Brasil, chamados de "escoteiros", desempenharam um papel fundamental no reconhecimento do território. Eles enviavam cartas e remessas aos parentes e amigos na Síria, relatando suas experiências e incentivando ou desencorajando novas levas migratórias. Essas correspondências e remessas foram os principais fatores de atração para outros sírios.

Além disso, fatores como a classificação de sírios como "turcos" ou "turco-árabes", a migração prévia para países como Armênia, Marrocos e Egito, e a legislação turca que restringia a emigração dificultam a mensuração precisa do número de imigrantes sírios no Brasil.

Os dados apresentados a seguir foram retirados do livro "*Sírios e Libaneses*", do pesquisador Clark S. Knowlton, publicado em 1961. Eles se referem especificamente à entrada de imigrantes sírios pelo porto de Santos, durante o período de 1908 a 1940. Apesar de sua relevância histórica, as estatísticas disponíveis à época apresentam limitações que inviabilizam análises mais complexas, como cruzamentos de categorias, restringindo-se a uma descrição básica dos números.

Entre 1871 e 1942, o fluxo migratório de sírios para o Brasil apresentou variações significativas. Durante os primeiros 25 anos, o número de imigrantes foi modesto, com registros anuais variando entre zero e alguns poucos indivíduos. A partir de 1903, quando a proibição de emigração pelo governo turco foi suspensa, o número de imigrantes começou a aumentar. Entre 1904 e 1907, o Brasil recebeu uma média de 1.304 imigrantes anuais oriundos do Império Otomano. Em 1908, houve um salto significativo, com 4.498 imigrantes registrados, sendo 1.328 identificados como sírios. O pico ocorreu em 1913, com a entrada de 11.101 indivíduos.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 resultou em uma redução drástica no número de imigrantes. Entre 1930 e 1940, o sistema de cotas imposto pelo governo brasileiro limitou ainda mais a imigração. Apesar disso, em 1926, o Brasil registrou a maior entrada anual de imigrantes sírios, com 3.369 indivíduos.

A imigração síria para o Brasil, nesse recorte temporal, demonstra uma predominância masculina. Como indicado na Tabela 1, aproximadamente 66% dos imigrantes que chegaram ao país pelo porto de Santos eram homens, enquanto as mulheres constituíam cerca de 34% do total. Esse perfil demográfico é típico dos fluxos migratórios do início do século XX, nos quais os homens frequentemente migravam primeiro, com a intenção de preparar o terreno para, eventualmente, trazerem suas famílias.

TABELA 2.1: Entrada de sírios no Brasil pelo porto de Santos, de 1908 até 1941, por sexo

| | |
|------------------|--------|
| Masculino | 11.535 |
| Feminino | 6.071 |
| Total | 17.606 |

Fonte: Knowlton, 1961, p.52.

É sabido que diversas famílias sírias optaram por enviar seus jovens ao Brasil, seja para auxiliar parentes ou compatriotas que já haviam se estabelecido no país, seja para evitar a obrigatoriedade do serviço militar, ou ainda com o objetivo de acumular recursos financeiros para, posteriormente, retornar à Síria e fortalecer os negócios familiares. Esses fatores ajudam a contextualizar os dados apresentados na Tabela 2, que indicam que a maioria dos sírios que ingressaram no Brasil (61%) eram solteiros. O restante se divide entre casados (37%) e viúvos (2%).

O padrão migratório predominante envolvia, inicialmente, a migração dos homens. Aqueles que eram casados e decidiam se estabelecer no Brasil, frequentemente enviavam recursos para trazer suas esposas e filhos, integrando-os aos empreendimentos que haviam iniciado no novo país (Truzzi, 2005). Esse dado sugere, ainda que de forma indireta, que a maioria das mulheres sírias que emigraram para o Brasil se enquadrava na categoria de casadas, já que sua migração estava geralmente vinculada à reunião familiar e ao apoio às atividades econômicas desenvolvidas pelos maridos no território brasileiro.

TABELA 2.2: Entrada de sírios no Brasil pelo porto de Santos, de 1908 até junho de 1941, por estado civil

| | |
|------------------|-------|
| Solteiros | 10627 |
| Casados | 6579 |
| Viúvos | 400 |
| Total | 17606 |

Fonte: Knowlton, 1961, p.53.

Os dados referentes à filiação religiosa dos imigrantes sírios que entraram no Brasil pelo porto de Santos até 1941 revelam uma predominância de cristãos, que constituíam 67% do total, enquanto os demais 33% eram classificados como "não católicos". Apesar dessa preponderância de cristãos, Truzzi (2005) destaca que, a partir da década de 1950, houve um aumento tímido, porém perceptível, na migração de muçulmanos sírios para o Brasil. Esses dados refletem o caráter plural do território sírio, que já apresentava uma diversidade religiosa considerável antes mesmo dos fluxos migratórios.

No que diz respeito às ocupações dos imigrantes sírios registrados, observa-se que as categorias disponíveis são limitadas em precisão. Knowlton (1961) aponta que a classificação de "lavradores", que abrangia cerca de 28% do total, incluía tanto proprietários de terras quanto trabalhadores agrícolas não especializados. Apenas 2% dos imigrantes foram classificados como "operários", enquanto a ampla maioria, cerca de 70%, foi agrupada na categoria genérica de "outros". Essa última categoria provavelmente reflete a predominância de atividades comerciais, uma vez que muitos sírios já chegavam ao Brasil com a intenção de ingressar no setor mercantil, frequentemente orientados por familiares que atuavam como mascates no país (Truzzi, 2005). Essa adaptação ao comércio demonstra a flexibilidade e a busca por oportunidades econômicas desses imigrantes, mesmo que as estatísticas oficiais apresentem lacunas significativas para uma análise mais detalhada.

A inserção laboral dos imigrantes sírios no Brasil foi marcada por uma adaptação estratégica às condições econômicas e sociais do país. Inicialmente excluídos das atividades agrícolas tradicionais, devido ao domínio do sistema latifundiário e à preferência por trabalhadores europeus em grandes fazendas, os sírios buscaram alternativas que os inserissem na economia local. Essa busca os levou a explorar o comércio como mascates, ocupação que lhes permitiu não apenas acumular capital, mas também estabelecer redes de colaboração e suporte mútuo, fundamentais para sua ascensão econômica e integração nas comunidades urbanas e rurais. Essa trajetória reflete não apenas sua resiliência, mas também a capacidade de transformar desafios em oportunidades no novo território.

Um dos primeiros polos de atração para os sírios recém-chegados ao Brasil foi a região amazônica, impulsionada pela era de prosperidade da borracha. No entanto, o interesse desses imigrantes não se limitava à exploração do látex; a atividade comercial foi a principal área de atuação inicial. Os comerciantes sírios, conhecidos como regatões, aventurearam-se pelas matas e rios, transportando mercadorias e estabelecendo redes de comércio com os seringueiros. Essa prática, embora lucrativa, era extremamente arriscada, dado o controle rígido que os donos de seringais exerciam sobre a produção e o comércio local.

Os comerciantes ambulantes, conhecidos como regatões, utilizavam barcos para se deslocar pelos rios amazônicos, oferecendo uma variedade de mercadorias que abrangia desde itens essenciais, como sal e algodão, até produtos de maior sofisticação. As transações comerciais envolviam não apenas pagamentos em dinheiro, mas também trocas por borracha ou outros bens, caracterizando um sistema de escambo. Além das mercadorias, esses

comerciantes desempenhavam um papel social significativo, levando notícias e informações das capitais para as comunidades isoladas. Tal função os tornava figuras centrais na interação entre os seringueiros e o mundo exterior (Truzzi, 2005, p. 16-17).

Com o colapso da economia da borracha, que começou após a Primeira Guerra Mundial, muitos desses comerciantes sírios deixaram a região amazônica, migrando para estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar disso, algumas famílias optaram por permanecer no norte do país, mantendo atividades comerciais locais. Em Minas Gerais, os sírios também desempenharam um papel importante no desenvolvimento econômico, particularmente no avanço do comércio e da indústria. Nesses estados, os sírios gradualmente consolidaram sua posição no setor mercantil, localizando suas operações próximas a mercados municipais e estações ferroviárias. Essa estratégia de posicionamento lhes garantiu visibilidade e acesso direto aos fluxos de consumidores, ampliando sua influência na estrutura comercial das cidades (Truzzi, 2005).

Ao chegarem ao Brasil, muitos sírios se depararam com uma estrutura agrícola dominada por latifúndios, algo muito distinto do sistema fundiário que conheciam em sua terra natal. Além disso, a falta de recursos financeiros e a competitividade com imigrantes europeus, que já ocupavam a maioria das vagas como colonos nas fazendas, tornaram inviável a inserção dos sírios no setor agrícola. Consequentemente, muitos deles optaram por trabalhar como mascates, uma atividade que exigia pouco capital inicial e oferecia maior flexibilidade.

Os mascates sírios percorriam regiões remotas, oferecendo mercadorias que iam desde artigos de uso cotidiano, como agulhas e tecidos, até produtos religiosos. Suas práticas comerciais se destacavam pela adaptabilidade: aceitavam pagamentos em dinheiro, produtos agrícolas ou até mesmo metais preciosos, conforme as condições locais. Além disso, muitos mascates flexibilizavam prazos de pagamento, permitindo que os clientes adquirissem mercadorias a crédito, o que os tornava competitivos frente aos comerciantes estabelecidos. Essa abordagem permitiu aos sírios se tornarem peças-chave no abastecimento de comunidades afastadas e em desenvolvimento (Vilela, 2002, p. 88-89).

Com o passar do tempo, muitos mascates acumularam capital suficiente para melhorar suas condições de trabalho, como adquirir burros para transporte ou abrir pequenas lojas nos vilarejos onde atuavam. Essas lojas frequentemente funcionavam como centros de renovação das redes migratórias, pois incentivavam a vinda de novos parentes e conhecidos da Síria para

trabalhar nos negócios. Essa dinâmica não apenas reforçava os laços familiares e comunitários, mas também fortalecia a presença síria no comércio local (Vilela, 2002).

Após consolidarem suas atividades em vilarejos e pequenas cidades, muitos sírios migraram para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas localidades, estabeleceram lojas especializadas, particularmente nos setores de tecidos e armários. Esses estabelecimentos prosperaram, atendendo tanto ao varejo quanto ao atacado. Alguns imigrantes sírios deram um passo adicional, investindo na industrialização, especialmente nos ramos têxtil e de confecções, que se tornaram áreas de destaque entre essa comunidade.

De acordo com Truzzi (2005), o sucesso dos sírios no Brasil foi sustentado por redes de solidariedade e ajuda mútua. As relações estabelecidas no interior da colônia síria eram marcadas por complementariedade e cooperação, o que facilitava a integração de novos imigrantes e o crescimento dos negócios. Esse sistema de apoio interno foi essencial para a mobilidade social dos sírios, permitindo que muitos deles ascendessem economicamente e se consolidassem como um grupo relevante no cenário mercantil brasileiro.

A inserção econômica dos sírios no Brasil seguiu um percurso dinâmico, moldado por circunstâncias históricas e por estratégias que combinavam adaptação e inovação. O histórico de ocupação desses imigrantes revela um padrão de mobilidade social e econômica que começa nas regiões mais remotas, atravessa os pequenos vilarejos e, finalmente, consolida-se nos grandes centros urbanos, especialmente nos setores de comércio e indústria. Essa trajetória reflete não apenas a busca por melhores condições de vida, mas também a habilidade dos sírios em explorar nichos econômicos e estabelecer redes de apoio mutuamente fortalecedoras.

Os elementos que sustentaram esse processo de ascensão, conforme Truzzi (2005, p. 40), podem ser sintetizados em três aspectos fundamentais: um perfil demográfico-ocupacional que privilegiava o comércio; relações de solidariedade e cooperação dentro da comunidade, que criaram um sistema de complementariedade; e um fluxo contínuo de imigração familiar, que permitiu a renovação das redes comerciais e o fortalecimento das bases econômicas. Esses fatores foram cruciais para o sucesso dos sírios no contexto mercantil brasileiro e consolidaram sua presença em diversas regiões do país.

Esses pilares não apenas explicam a inserção econômica inicial dos imigrantes sírios, mas também destacam o papel das redes familiares e comunitárias no processo de mobilidade

social. A capacidade de alavancar essas relações em um contexto adverso foi essencial para garantir sua sobrevivência e posterior consolidação como um grupo relevante na economia brasileira. Ao longo dessa trajetória, os sírios não apenas se integraram ao ambiente mercantil, mas também contribuíram para a diversificação das práticas comerciais e industriais em várias regiões do Brasil.

2.3 Migração Contemporânea para o Brasil: Contexto, fatores e dados

Compreender o atual cenário de crise na Síria exige uma análise aprofundada das dinâmicas políticas que moldaram o país ao longo do tempo. Essa trajetória é marcada por eventos que se estendem desde a ascensão de Hafez al-Assad, em 1971, passando pelo início do governo de seu filho Bashar al-Assad, até os desdobramentos da Primavera Árabe. Cada um desses momentos históricos configura elementos fundamentais para entender a atual configuração política, econômica e social do país.

Entre 1966 e 1970, a Síria atravessou transformações políticas significativas que tinham como objetivo alcançar maior estabilidade. Durante o governo de Salah Jadid, reformas importantes foram conduzidas, incluindo a implementação de uma reforma agrária e a transferência da exploração de recursos naturais para o controle estatal (Hajjar, 2016, p. 30). No entanto, esse período foi marcado por intensas disputas internas no Partido Baath, então no poder, que se dividiram em dois blocos principais: a ala civil e a ala militar. Enquanto a ala militar defendia reformas de caráter socialista, a ala civil se opunha veementemente a essas propostas. Em 1966, o Comitê Militar – como era conhecida a ala militar – liderou um golpe de Estado e assumiu o comando do país. Posteriormente, as disputas internas no Comitê Militar se concentraram entre Salah Jadid e Hafez al-Assad. A Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi um ponto de inflexão: al-Assad emergiu como uma figura de destaque, ganhando apoio ao projetar-se como um líder patriótico, enquanto Jadid foi enfraquecido pela derrota militar. Em 1970, al-Assad organizou um novo golpe de Estado, consolidando-se como presidente da Síria (Costa, 2016, p. 32-33).

Ao concentrar os poderes no cargo presidencial, Hafez al-Assad tornou-se a figura central na história política da Síria. Oriundo de uma família humilde e pertencente à minoria religiosa alauíta, al-Assad implementou políticas que promoveram a ascensão social, política e econômica de alauítas, cristãos e drusos. Essa inclusão garantiu a fidelidade de grupos minoritários ao regime, estabelecendo uma base de apoio sólida para o governo (Zahreddine,

2013). Durante seu longo mandato, a Síria experimentou um período de estabilidade e modernização, impulsionado por reformas que ficaram conhecidas como o Movimento Coercitivo. Essas reformas refletiam o interesse de al-Assad em estreitar laços com outros países árabes e promover o desenvolvimento econômico e social do país (Hajjar, 2016, p. 31).

No setor econômico, o governo de al-Assad beneficiou-se do aumento das receitas provenientes do petróleo e de acordos financeiros com monarquias do Golfo. Esses recursos possibilitaram a criação de um robusto setor público, oferecendo aos trabalhadores direitos como garantia de emprego, assistência médica gratuita, transporte público subsidiado e aposentadoria. Politicamente, al-Assad acumulou poderes, atuando como chefe de Estado, chefe de governo, comandante das forças armadas e líder do Partido Baath. O foco dos investimentos estatais concentrou-se no fortalecimento do setor público e das forças armadas (Hajjar, 2016, p. 31-32).

A Constituição de 1973 estabeleceu o Partido Baath como a principal força política do país, integrando partidos menores à sua base de apoio, enquanto movimentos de oposição eram reprimidos. Um dos principais conflitos de seu governo envolveu a Irmandade Muçulmana, que culminou em episódios de violência, como o massacre na escola de artilharia de Alepo, em 1979. Esse evento, que resultou na morte de dezenas de cadetes, a maioria alauítas, intensificou a rivalidade entre o governo e o movimento islâmico. A resposta de al-Assad foi caracterizada por um discurso inflamado contra a Irmandade, que, em vez de enfraquecer o grupo, ampliou seu apoio entre a população sunita. Apesar disso, a Irmandade nunca conquistou amplo suporte popular, fator que contribuiu para o fracasso de suas tentativas de tomada de poder (Costa, 2016, p. 36; Hajjar, 2016).

Entre 1979 e 1982, o regime de al-Assad reprimiu duramente os membros da Irmandade Muçulmana, com o confronto atingindo seu ápice na cidade de Hâma, em 1982. A repressão resultou em milhares de mortes, variando entre 5 mil e 40 mil, dependendo das estimativas. Após esse evento, a Irmandade foi praticamente desmantelada, com seus líderes sendo exilados (Costa, 2016). Posteriormente, al-Assad buscou um equilíbrio entre a repressão e a integração de líderes religiosos sunitas ao aparato estatal, reduzindo as políticas de secularização e promovendo relações clientelistas (Costa, 2016, p. 39).

Em 1985, um referendo foi realizado, garantindo a continuidade do governo de al-Assad com 99,97% dos votos. Embora houvesse questionamentos sobre a legitimidade do processo, o

regime utilizou o resultado como evidência de apoio popular. A figura de al-Assad foi exaltada por meio de campanhas de culto à personalidade, que o apresentavam como "pai", "líder eterno" e "primeiro professor". Apesar da repressão, expressões artísticas críticas ao regime emergiram nas décadas de 1980 e 1990, indicando a presença de resistência ao autoritarismo (Costa, 2016, p. 40).

Durante as duas primeiras décadas de seu governo, a Síria evitou depender de instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, graças à política rentista adotada. Contudo, a crise econômica de 1986 obrigou o regime a implementar reformas econômicas, incluindo a liberalização parcial do comércio exterior e a privatização de monopólios estatais. Em 1991, a Lei de Investimento Número 10 foi promulgada para atrair capital doméstico e incentivar o investimento interno, marcando um novo direcionamento na política econômica (Hajjar, 2016, p. 35; Costa, 2016, p. 42-44).

No final da década de 1990, a saúde de al-Assad deteriorou-se, mas o regime permaneceu sólido, sustentado por uma estrutura autoritária robusta e um sistema de culto ao líder. Hafez al-Assad faleceu em 10 de junho de 2000, mas seu legado político sobreviveu com a ascensão de seu filho, Bashar al-Assad, que assumiu a presidência em 17 de julho de 2000, dando continuidade ao regime (Costa, 2016).

A ascensão de Bashar al-Assad à presidência da Síria em 2000 foi cercada de ajustes legais e políticos para garantir a continuidade do regime al-Assad. Para que ele pudesse assumir o cargo após a morte de seu pai, Hafez al-Assad, foi realizado um referendo popular que oficializou sua posse como chefe de Estado. Além disso, foi necessária uma alteração constitucional, já que Bashar, com 34 anos, não atendia à idade mínima para ocupar a presidência, como destaca Zahreddine (2013). Essa modificação na lei síria reflete a maleabilidade do sistema político para assegurar o domínio familiar e manter o Partido Baath no poder.

Em seu discurso de posse, Bashar al-Assad procurou se distanciar da imagem de seu pai, amplamente associada a um governo autoritário, estagnado e corrupto, conforme Costa (2016). Ele enfatizou a importância de buscar uma "democracia com responsabilidade", baseada no respeito à pluralidade de opiniões e na valorização do pensamento criativo. Além disso, mencionou o papel central das mulheres no processo de modernização, reforçando a

narrativa de renovação que permeava sua ascensão. Essa retórica simbolizava a tentativa de projetar uma nova fase para o regime sírio, ainda que dentro dos mesmos limites políticos.

Nos primeiros anos de seu governo, Bashar tomou iniciativas que buscavam consolidar sua imagem de modernizador. Entre essas ações, destaca-se a introdução da internet no país, a expansão do ensino de inglês nas escolas e o aumento da cobertura de telefonia móvel. Além disso, uma reestruturação administrativa resultou na substituição de aproximadamente dois terços dos altos cargos do governo (Hajjar, 2016, p. 36). Essas medidas, embora significativas, foram acompanhadas por desafios internos, como a necessidade de lidar com um sistema político altamente centralizado e uma oposição fragmentada.

A oposição ao regime de Bashar, composta por grupos diversos com demandas frequentemente conflitantes, viu em sua chegada ao poder uma oportunidade para reorganizar-se. A percepção de que o novo presidente seria mais receptivo a críticas, em comparação ao governo de seu pai, motivou o movimento conhecido como "Primavera de Damasco". As manifestações, embora limitadas em alcance, reivindicavam mudanças significativas, como a libertação de prisioneiros políticos e o fim do estado de emergência. O regime respondeu com uma combinação de repressão e concessões, libertando alguns presos e adotando uma postura aparentemente mais tolerante em relação às críticas públicas (Hajjar, 2016, p. 37).

Entre os grupos opositores, a Irmandade Muçulmana manteve uma relação particularmente complexa com o regime. Após a morte de Hafez al-Assad, alguns de seus membros acreditaram que Bashar poderia adotar uma postura mais conciliatória, especialmente após a emissão de passaportes provisórios para exilados em 2001. Contudo, aqueles que retornaram à Síria enfrentaram prisões, torturas e até execuções, o que reforçou a percepção de que o regime não estava disposto a negociar com o grupo (Costa, 2016). A partir disso, a Irmandade intensificou sua oposição, utilizando veículos de comunicação internacionais para criticar abertamente o governo.

No âmbito regional, a presidência de Bashar coincidiu com eventos que colocaram a Síria no centro de tensões geopolíticas. A invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003 gerou temores de que a Síria pudesse ser o próximo alvo. Como resposta, Bashar abriu as fronteiras do país para refugiados iraquianos, acolhendo cerca de 1,5 milhão de pessoas. Essa política humanitária, embora elogiada internacionalmente, também trouxe desafios internos, aumentando a pressão sobre os serviços públicos e os recursos econômicos.

Em 2006, as fronteiras sírias foram novamente abertas, desta vez para receber refugiados libaneses após os ataques israelenses ao Líbano. A relação entre Síria e Líbano, entretanto, já havia sido abalada pela retirada das tropas sírias do território libanês em 2005, em cumprimento a uma resolução da ONU após o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafik Hariri, um evento que gerou acusações contra o governo sírio (Hajjar, 2016, p. 38).

No plano econômico, os primeiros anos do governo Bashar foram marcados por mudanças estruturais significativas. O declínio nas receitas do petróleo, principal fonte de renda do Estado, levou à implementação de um modelo de "capitalismo de Estado", inspirado na experiência chinesa. Essa abordagem permitiu certa liberalização econômica, enquanto mantinha o controle político centralizado sobre setores estratégicos (Hajjar, 2016, p. 39). Apesar disso, as desigualdades sociais se aprofundaram, afetando principalmente as populações mais pobres, que enfrentaram dificuldades crescentes para acessar empregos e serviços básicos.

A crise econômica foi agravada por secas severas e pela crescente dependência do país de importações de alimentos. Em resposta, o governo subsidiou cestas básicas e ofereceu apoio financeiro a agricultores. No entanto, como observa Hajjar (2016), essas medidas paliativas não foram suficientes para mitigar os impactos das reformas econômicas, que, embora tenham promovido algum crescimento, também exacerbaram as tensões sociais.

No período entre 2005 e 2010, organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial alertaram para a insustentabilidade do modelo econômico rentista sírio. Em resposta, o governo intensificou esforços para atrair investimentos estrangeiros e diversificar a economia. Contudo, essas iniciativas enfrentaram obstáculos significativos, incluindo resistência interna e desafios estruturais, como a corrupção e a centralização excessiva.

A análise do governo Bashar al-Assad revela como as tensões internas, a liberalização econômica e os desafios regionais contribuíram para a eclosão de manifestações populares que culminaram na Primavera Árabe, um fenômeno que marcou de forma significativa a história recente da Síria.

A Primavera Árabe, ou Primaveras Árabes, como pontua Hajjar (2016), refere-se a uma série de movimentos revolucionários iniciados em 2011 em diversos países árabes, visando a contestação de regimes autoritários que estavam no poder há décadas. Embora nações como Tunísia, Egito e Iêmen tenham sido os focos iniciais dessas mobilizações, a Síria, à primeira vista, parecia estar à margem desse processo. No entanto, uma confluência de fatores

econômicos, sociais e políticos transformou o país em um dos principais palcos dessas manifestações.

O marco inicial dos movimentos na região foi o caso de Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante tunisiano que, após ter seus bens confiscados pelas autoridades locais, ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra as condições de vida e o autoritarismo em seu país. Esse ato gerou uma onda de manifestações que culminou na derrubada do presidente tunisiano Zine el-Abidine Ben Ali. Inspirados por esse desfecho, protestos se espalharam rapidamente por outros países árabes, incluindo o Egito, onde o presidente Hosni Mubarak renunciou após 18 dias de manifestações. Esses acontecimentos, amplamente disseminados pelas redes sociais, encorajaram a juventude síria a se mobilizar, desafiando um regime autoritário consolidado.

Na Síria, os primeiros protestos ocorreram na capital, Damasco, e posteriormente em Deraa, uma região rural que enfrentava sérias adversidades econômicas devido às políticas liberais adotadas pelo governo. O estopim foi um incidente envolvendo um grupo de crianças que grafitaram mensagens contra o regime em uma escola local. Detidas e submetidas a torturas, essas crianças se tornaram símbolo da repressão estatal. A resposta violenta das forças de segurança gerou ampla repercussão e amplificou o descontentamento popular. Vídeos dos confrontos foram amplamente compartilhados no YouTube, internacionalizando a percepção da brutalidade governamental (Costa, 2016, p. 92-94).

Embora inicialmente o governo de Bashar al-Assad tenha tentado implementar medidas conciliatórias, como mudanças na constituição e a realização de eleições presidenciais em 2014, essas ações foram amplamente percebidas como insuficientes. Outras iniciativas incluíram a criação de canais para manifestações pacíficas e a formação de uma comissão para investigar mortes ocorridas durante os protestos. Contudo, a escalada das manifestações refletiu um descontentamento que não pôde ser contido (Hajjar, 2016, p. 49; Costa, 2016, p. 96).

Em abril de 2011, a repressão do regime atingiu níveis alarmantes, com o uso de tanques de guerra na cidade de Deraa. Durante o cerco, comunicações e fornecimento de eletricidade foram interrompidos, isolando a região. A violência desencadeou reações internacionais, incluindo investigações conduzidas pela ONU sobre abusos cometidos e a aplicação de sanções econômicas pelos Estados Unidos e pela União Europeia contra membros do regime. Apesar

disso, Bashar al-Assad permaneceu isento de sanções diretas, evidenciando a hesitação em confrontar frontalmente o governo sírio (Costa, 2016, p. 98).

O discurso oficial do regime buscava deslegitimar os protestos, atribuindo-os a "gangues armadas" e "terroristas estrangeiros". Por outro lado, manifestantes acusavam milícias pró-regime de infiltrarem-se nas manifestações para provocar tumultos e justificar a repressão. Esse cenário de violência e desinformação fomentou a polarização e o fortalecimento de movimentos armados de oposição, como o Exército Livre Sírio (ELS), que passou a articular uma resistência mais organizada ao regime (Costa, 2016, p. 102).

No final de 2011, a Liga Árabe enviou monitores à Síria com uma proposta de agenda de reformas, incluindo maior liberdade de expressão e autorização para protestos pacíficos. Contudo, essas propostas foram amplamente ignoradas pelo governo. Atentados suicidas em Damasco, atribuídos à Al-Qaeda pelo regime, geraram suspeitas de manipulação governamental para reforçar a narrativa oficial de combate ao terrorismo (Costa, 2016, p. 108).

À medida que o conflito se intensificava, a crise humanitária na Síria atingiu proporções alarmantes. Milhares de sírios buscaram refúgio em países vizinhos e na Europa. De acordo com o ACNUR, mais de 5 milhões de refugiados foram registrados em países fronteiriços, embora a maioria vivesse fora dos campos oficiais, enfrentando condições precárias. Muitos refugiados embarcaram em jornadas perigosas pelo Mediterrâneo, onde enfrentaram mortes no mar ou políticas de acolhimento hostis na Europa (Costa, 2016, p. 108-110).

O exame desse período demonstra como a Primavera Árabe na Síria se transformou de protestos locais em um conflito de alcance regional e internacional, moldando de maneira significativa as dinâmicas políticas e sociais do país. O agravamento do conflito sírio e a emergência humanitária resultante desse cenário levaram muitos países a adotarem medidas de acolhimento e proteção, entre os quais o Brasil desempenhou um papel singular como signatário de tratados internacionais e promotor de políticas específicas para refugiados.

O Brasil, reconhecido por sua adesão aos principais instrumentos internacionais de direitos humanos, destaca-se na proteção aos refugiados. Como signatário da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e de seu Protocolo de 1967, o país consolidou sua política de refúgio com a promulgação da Lei nº 9.474/97. Essa legislação integra princípios de instrumentos regionais e internacionais, incorporando a definição

ampliada de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984, que considera a ‘violação generalizada de direitos humanos’ como critério de reconhecimento. Além disso, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e iniciou, em 2007, o processo de adesão à Convenção de 1961, que visa à redução dos casos de apatridia.

A Lei nº 9.474/97 também estabeleceu o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão interministerial vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por formular políticas públicas para refugiados, determinar sua elegibilidade e promover sua integração local. A legislação assegura aos refugiados o direito à documentação básica, como identidade e carteira de trabalho, além da liberdade de movimentação no território nacional e outros direitos civis fundamentais.

A procura por refúgio no Brasil por cidadãos sírios está associada a diversos fatores. Em primeiro lugar, os refugiados sírios são frequentemente enquadrados como "prima facie", categoria que dispensa entrevistas individuais devido ao caráter evidente e massivo de seu deslocamento forçado. Além disso, a Resolução Normativa nº 17/2013 do CONARE, renovada posteriormente pela Resolução nº 20/2015, estabelece que indivíduos afetados pelo conflito armado na Síria podem obter vistos humanitários para solicitar refúgio no Brasil. Essa medida considera as condições de vida agravadas pela guerra, tanto no território sírio quanto em áreas fronteiriças.

Em 2015, o governo brasileiro, representado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), firmou uma parceria estratégica com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visando aprimorar a eficiência no processo de concessão de vistos humanitários. Essa iniciativa reafirmou o compromisso do Brasil em desempenhar um papel ativo no acolhimento de refugiados sírios, consolidando sua posição como um destino viável e humanitário para aqueles que buscam reconstruir suas vidas em meio à devastação do conflito armado na Síria.

Essa política de acolhimento, no entanto, exige uma análise fundamentada dos dados disponíveis para mensurar seu alcance e impacto. No Brasil, as informações sobre imigração internacional são organizadas e divulgadas pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). De acordo com o DataMigra, entre os anos de 2012 e 2024, aproximadamente 5.580 nacionais da Síria solicitaram a condição de refúgio no Brasil. Desse total, 28,42% das solicitações foram feitas por mulheres e 70,36% por homens. Em relação aos deferimentos,

observa-se um total de 4.828 casos aprovados, com 19,86% relativos a mulheres sírias e 67,38% a homens sírios. Entretanto, há um percentual significativo de informações registradas como "Não especificadas", indicando fragilidades no sistema de registro e acompanhamento desses dados. O detalhamento dessa trajetória pode ser observado nas tabelas a seguir, permitindo uma visão ampla sobre a evolução do recebimento dos refugiados sírios no país.

TABELA 2.3: Solicitação da Condição de Refúgio DE nacionais da Síria, por sexo, entre 2012-2024

| Ano | Feminino | Masculino | Não especificado | Total |
|--------------|----------|-----------|------------------|-------|
| 2012 | 8 | 33 | 1 | 42 |
| 2013 | 69 | 186 | 21 | 276 |
| 2014 | 327 | 989 | 12 | 1328 |
| 2015 | 390 | 1029 | 31 | 1450 |
| 2016 | 76 | 222 | 1 | 299 |
| 2017 | 265 | 482 | 1 | 748 |
| 2018 | 137 | 271 | 1 | 409 |
| 2019 | 133 | 294 | 0 | 427 |
| 2020 | 35 | 93 | 0 | 128 |
| 2021 | 25 | 49 | 0 | 74 |
| 2022 | 28 | 67 | 0 | 95 |
| 2023 | 41 | 121 | 0 | 162 |
| 2024 | 52 | 90 | 0 | 142 |
| Total | 1586 | 3926 | 68 | 5580 |

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais, OBMIGRA.

TABELA 2.4: Deferimento da Condição de Refúgio de nacionais da Síria,por sexo, entre 2012-2024

| Ano | Feminino | Masculino | Não especificado | Total Geral |
|--------------|----------|-----------|------------------|-------------|
| 2012 | 11 | 22 | 2 | 35 |
| 2013 | 52 | 163 | 40 | 255 |
| 2014 | 178 | 852 | 18 | 1048 |
| 2015 | 71 | 336 | 12 | 419 |
| 2016 | 43 | 220 | 8 | 271 |
| 2017 | 76 | 212 | 10 | 298 |
| 2018 | 161 | 434 | 0 | 595 |
| 2019 | 112 | 289 | 5 | 406 |
| 2020 | 36 | 184 | 305 | 525 |
| 2021 | 39 | 102 | 62 | 203 |
| 2022 | 58 | 113 | 104 | 275 |
| 2023 | 105 | 268 | 46 | 419 |
| 2024 | 17 | 58 | 4 | 79 |
| Total | 959 | 3253 | 616 | 4828 |

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais, OBMIGRA.

Complementando os dados de refúgio, é relevante analisar a movimentação de refugiados sírios pelo território nacional. As informações disponíveis no Sistema de Tráfego Internacional (STI), que reúne registros de entrada e saída nos postos de fronteira, oferecem subsídios para uma análise breve, mas relevante, sobre a mobilidade dos nacionais da Síria no Brasil. Os anos de 2014, 2015, 2019, 2023 e 2024 destacam-se como períodos de maior saldo entre entradas e saídas, sugerindo picos específicos na chegada de sírios ao território brasileiro. Além disso, a análise das principais Unidades da Federação (UFs) de entrada ao longo da série histórica revela um protagonismo de São Paulo e Pará. Em São Paulo, a movimentação

concentra-se em categorias como residente, turista e temporário, enquanto no Pará, mais de 90% das movimentações registradas pertencem à categoria "Em trânsito". Esses dados evidenciam dinâmicas diferenciadas na recepção e passagem dos refugiados sírios no Brasil, refletindo tanto características regionais quanto as estratégias de deslocamento desses indivíduos.

TABELA 2.5: Movimentação de nacionais da Síria pelos postos de fronteira, 2012-2024

| Ano | Entrada | Saída | Balanço |
|-------------|---------|-------|---------|
| 2012 | 4163 | 3938 | 225 |
| 2013 | 3931 | 3363 | 568 |
| 2014 | 4919 | 2880 | 2039 |
| 2015 | 4353 | 2892 | 1461 |
| 2016 | 3169 | 2688 | 481 |
| 2017 | 3902 | 3186 | 716 |
| 2018 | 3811 | 3375 | 436 |
| 2019 | 4415 | 3174 | 1241 |
| 2020 | 2590 | 2049 | 541 |
| 2021 | 2864 | 2383 | 481 |
| 2022 | 3644 | 3226 | 418 |
| 2023 | 5046 | 3920 | 1126 |
| 2024 | 5183 | 3857 | 1326 |

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais, OBMIGRA.

O contexto histórico do conflito e os dados sobre o fluxo de refugiados sírios no Brasil evidenciam um padrão complexo de mobilidade e integração. Embora os números de refugiados sírios no Brasil sejam relativamente menores quando comparados aos fluxos migratórios de outras nacionalidades, é fundamental adotar um olhar atento às especificidades e pluralidades que caracterizam essa população. Esses elementos destacam a importância de analisar, de forma

sistemática, as políticas de acolhimento e os desafios associados à recepção e registro desses indivíduos.

2.4 Considerações finais do capítulo 2

A análise dos fluxos migratórios sírios para o Brasil evidencia dinâmicas diversas que, embora diferenciadas em contextos históricos e contemporâneos, compartilham pontos de convergência importantes. No período histórico, o movimento migratório foi desencadeado por fatores como a instabilidade política no Império Otomano, dificuldades econômicas e perseguições religiosas. Esses elementos levaram à chegada de um número expressivo de sírios ao Brasil, que formaram comunidades marcadas pela atuação em redes comerciais e pela construção de vínculos sociais sólidos. A integração desses migrantes na sociedade brasileira ocorreu, predominantemente, por meio de atividades econômicas independentes e da criação de estruturas comunitárias que favoreciam a adaptação ao novo país.

No cenário contemporâneo, o contexto migratório apresenta características distintas, moldadas pelo agravamento do conflito armado na Síria, a partir de 2011, e pela crise humanitária subsequente. Esse período é marcado pelo deslocamento em massa de indivíduos, muitos dos quais encontraram no Brasil um destino possível graças às políticas de acolhimento adotadas pelo país, incluindo o reconhecimento de refugiados "prima facie" e a concessão de vistos humanitários.

Embora os fatores que impulsionaram a migração tenham mudado ao longo do tempo, as estratégias de adaptação e a criação de redes de apoio mantêm-se como elementos centrais na experiência migratória síria. Seja no passado ou no presente, a organização de atividades comerciais e a mobilidade em busca de melhores condições refletem a capacidade dos migrantes de enfrentar as adversidades do processo migratório.

Há continuidades importantes nesse percurso, como o papel das redes familiares e comunitárias na sustentação dos migrantes, enquanto as rupturas se manifestam, principalmente, no campo institucional, com a ampliação de políticas específicas para acolhimento de refugiados no Brasil. Além disso, a diversidade cultural, religiosa e social dos sírios permanece como um aspecto fundamental para compreender tanto suas necessidades quanto suas contribuições para a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE MIGRAÇÕES SÍRIAS PARA O BRASIL

3.1 Introdução ao capítulo 3

O presente capítulo investiga as produções acadêmicas brasileiras sobre a migração síria, analisando dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu. A pergunta central que orienta esta análise é: quais são os principais temas, abordagens teóricas e metodológicas presentes nas produções acadêmicas sobre a migração síria para o Brasil, e como essas características variam entre os períodos histórico e contemporâneo? Para isso, este capítulo se organiza em torno do mapeamento de trabalhos acadêmicos, da classificação de temas centrais, da identificação das abordagens teóricas predominantes, da discussão das metodologias utilizadas e de reflexões sobre as transformações nos enfoques acadêmicos ao longo do tempo.

A migração síria para o Brasil pode ser compreendida a partir de dois grandes momentos históricos. O primeiro remonta ao final do século XIX, quando fluxos significativos de jovens árabes, predominantemente sírios e libaneses, buscaram melhores condições de vida nas Américas, com destaque para o Brasil. Inicialmente temporária, essa migração transformou-se em um movimento permanente à medida que redes sociais e econômicas foram estabelecidas, promovendo a integração desses grupos nas cidades e no comércio local (Truzzi, 2007). Durante esse período, os migrantes sírios enfrentaram desafios relacionados à identidade cultural e ao pertencimento, frequentemente sendo identificados como "turcos" em referência ao Império Otomano, uma designação que não agradava aos migrantes devido às tensões históricas associadas (Truzzi, 2007).

No século XXI, a migração síria adquiriu uma nova configuração, marcada pela crise humanitária provocada pela Guerra Civil Síria. Desde 2011, milhares de sírios buscaram refúgio em diversos países, incluindo o Brasil, que adotou o reconhecimento prima facie para refugiados sírios. Apesar das políticas de acolhimento, o número de refugiados sírios no Brasil permaneceu modesto em comparação com outras regiões, como o Oriente Médio e a Europa. Conforme Osman (2021), os estudos sobre a migração árabe e síria têm ressaltado não apenas os desafios enfrentados por esses grupos, mas também a resiliência e as estratégias de preservação cultural desenvolvidas ao longo do tempo.

Essa produção acadêmica reflete um interesse crescente por compreender as dinâmicas migratórias de maneira mais aprofundada, considerando tanto aspectos históricos quanto

contemporâneos. Estudos pioneiros, como os de Knowlton (1955) e Truzzi (1997), lançaram as bases para análises posteriores sobre mobilidade social e redes culturais. Mais recentemente, trabalhos como os de Gattaz (2005) e Osman (2011) incorporaram metodologias como a história oral, ampliando as possibilidades de investigação sobre as experiências dos migrantes.

Para realizar a análise proposta, adota-se como metodologia a revisão sistemática de literatura, que, segundo Sousa e Ribeiro (2009), busca identificar, avaliar e sintetizar dados de forma organizada e replicável, reduzindo vieses e fornecendo uma visão abrangente sobre um tema. A coleta de dados incluiu as bases BDTD, Google Acadêmico e o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, utilizando termos-chave como “migração síria” e “refugiados sírios”.

Após a coleta, os trabalhos foram categorizados em dois grupos principais: "Migrações Históricas", abrangendo produções a partir da década de 1980, e "Migrações Contemporâneas", concentrando-se nas obras publicadas a partir de 2011, período marcado pela eclosão do conflito na Síria. As informações coletadas incluíram variáveis como ano de publicação, palavras-chave, programa de pós-graduação associado e instituição de ensino superior, possibilitando uma análise detalhada das abordagens teóricas e metodológicas empregadas.

Este capítulo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre migrações sírias para o Brasil, identificando os principais temas, abordagens teóricas e metodológicas que caracterizam as dissertações e teses selecionadas. Além disso, busca compreender como essas produções refletem as dinâmicas sociais e históricas que moldaram os fluxos migratórios.

Neste capítulo, parte-se de um referencial teórico que aborda a formação do campo acadêmico e a institucionalização das pesquisas sobre migração, contextualizando o papel das produções acadêmicas no Brasil e as dinâmicas específicas das migrações sírias. Em seguida, será apresentada uma exposição detalhada dos dados mapeados, classificando os temas, abordagens teóricas e metodológicas predominantes nas dissertações e teses analisadas, discutindo os dados à luz do referencial teórico, o que permite uma reflexão sobre as mudanças nos enfoques acadêmicos ao longo do tempo e suas conexões com as transformações sociais e históricas que moldaram esses fluxos migratórios.

Outro aspecto central que reforça a originalidade desta pesquisa reside em seu caráter meta-analítico. Uma revisão sistemática da literatura acadêmica brasileira sobre as migrações sírias, como aqui realizada, é ainda bastante rara na produção científica nacional. Apesar da

crescente produção sobre fluxos migratórios, poucos estudos têm se dedicado especificamente a uma análise reflexiva e crítica acerca do próprio campo acadêmico dos estudos migratórios. Ao investigar sistematicamente teses e dissertações, este estudo oferece uma perspectiva inédita sobre as lacunas, tendências e transformações internas ao campo, contribuindo para uma compreensão mais ampla e profunda não apenas do fenômeno migratório em si, mas também das dinâmicas acadêmicas e institucionais que orientam as pesquisas.

3.2 Revisitando a literatura

O estudo sistemático das produções acadêmicas relacionadas a um tema específico permite identificar os processos que orientam a institucionalização e a evolução de um campo de estudos ao longo do tempo. Para Bourdieu (2003), campo é um espaço relativamente autônomo, descrito como um microcosmo dotado de leis próprias. Esse espaço se organiza como uma estrutura de posições ou postos cujas propriedades dependem da localização ocupada no campo, ainda que também possam ser influenciadas pelas características dos agentes que as ocupam (Bourdieu, 2003, p. 119). De maneira complementar, Bonnevitz (2003) define o campo como uma configuração relacional, composta por posições que mantêm entre si relações objetivas, reforçando sua dimensão estrutural.

O campo, segundo Bourdieu (2003), configura-se como um espaço de disputas, onde os agentes competem pela apropriação do capital específico reconhecido dentro desse espaço ou pela redefinição das regras que o estruturam. Apesar da diversidade existente entre os campos, Bourdieu argumenta que há leis de funcionamento invariáveis. Cada campo, ao ser estudado, apresenta características particulares que ajudam a desvelar mecanismos universais adaptados a diferentes contextos.

Além disso, para que o campo seja funcional, é necessário que existam interesses específicos em jogo, bem como agentes dispostos a disputar esses interesses. Esses agentes, munidos do que Bourdieu (2003) denomina habitus, participam de forma ativa na dinâmica do campo, legitimando e reproduzindo suas regras e estruturas ao longo do tempo.

Nesse contexto, os campos constroem sua autonomia e legitimidade por meio de processos contínuos de institucionalização (Stremel, 2017; Stremel & Mainardes, 2018). Segundo Bourdieu (2003), ao se estudar um campo em formação, é necessário observar propriedades que lhe são específicas, capazes de contribuir para o avanço do conhecimento científico. Embora cada campo possua características particulares, eles compartilham

elementos estruturais universais, como a atuação de agentes, a organização em estruturas, a formulação de estratégias e a presença de habitus e formas de capital.

O campo acadêmico, em particular, é caracterizado como um espaço institucionalizado, assegurado pelo Estado, onde ocorre a produção e circulação de bens acadêmicos (Hey, 2008a, 2008b). Assim, a consolidação desse campo depende da interação entre os agentes e das disputas em torno do capital simbólico que confere legitimidade às produções científicas.

Suasnábar e Palamidessi (2007) definem a institucionalização como o processo pelo qual determinadas práticas se consolidam como específicas, estabelecem regularidade, são sancionadas e passam a construir sua autonomia e legitimidade. Para os autores, a criação de uma cátedra universitária ou de um departamento vinculado ao aparato estatal são exemplos que ilustram etapas cruciais da institucionalização de um campo, evidenciando o processo histórico de formação e desenvolvimento de agências especializadas na produção, validação e circulação do conhecimento.

Esses processos, segundo Suasnábar e Palamidessi (2007), podem ser compreendidos a partir do grau de diferenciação e especialização presentes no campo. Isso inclui a configuração de saberes, agentes, instituições e divisões institucionais que marcam diferentes momentos no desenvolvimento e na estruturação de um campo. Tais elementos, analisados como processos de institucionalização, refletem o movimento contínuo de consolidação e legitimação que caracteriza a dinâmica dos campos sociais e acadêmicos.

Dando continuidade à discussão sobre o campo acadêmico, Agostini e Massi (2024) destacam que, no Brasil, consolidou-se um espaço amplo, competitivo e estruturado de produção científica e formação de pesquisadores, que pode ser compreendido como um campo acadêmico-científico. A dimensão desse espaço é ilustrada por dados do relatório do grupo Web of Science, encomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que analisou as pesquisas brasileiras publicadas entre 2013 e 2018. Nesse período, o Brasil ocupou a 13^a posição mundial em produção de artigos científicos, superando países como Rússia (15º lugar) e África do Sul (21º lugar), e posicionando-se muito à frente de outros países da América Latina. Apenas em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50 mil artigos científicos, com destaque para áreas como ciências da vida, ciências físicas e engenharia. Aproximadamente um terço dessas produções resultou de colaborações internacionais, e mais

de 60% delas foram realizadas em 15 universidades públicas (Web of Science Group, 2019 apud. Agostini e Massi, 2024).

Segundo Agostini e Massi (2024), a história desse campo no Brasil remonta à década de 1960, quando o Parecer Sucupira marcou o início de sua institucionalização. Desde então, o campo acadêmico-científico desenvolveu-se de forma altamente estruturada e articulada, envolvendo a pesquisa, a pós-graduação e as universidades públicas. Essa configuração inclui universidades e suas pró-reitorias de pós-graduação, Programas de Pós-Graduação (PPGs), agências de fomento como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como os agentes do campo, como pesquisadores, estudantes e gestores. O campo também abrange associações científicas, áreas de pesquisa e produtos gerados, como artigos, livros, teses, dissertações e outros.

Ainda conforme Agostini e Massi (2024), o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) constitui uma das dimensões mais bem-sucedidas do sistema de ensino brasileiro (Baeta Neves, 1995). Esse sistema, estruturado a partir dos anos 1970, conta com planejamento regular, materializado nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), e com processos avaliativos rigorosos conduzidos pela CAPES.

Essa contextualização histórica e estrutural do campo acadêmico-científico brasileiro nos permite avançar para uma análise detalhada do desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu no país, elemento-chave para compreender as bases e os avanços desse sistema.

A pós-graduação stricto sensu no Brasil é fruto de uma construção histórica e política que remonta ao período ditatorial, quando o Estado desempenhou um papel central na criação e consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Segundo Morosini (2009), a pós-graduação começou a se estruturar a partir da década de 1970, alinhada às políticas de ciência e tecnologia que buscavam fomentar o desenvolvimento nacional. Nesse período, a CAPES e o CNPq foram as principais instituições responsáveis pela formação de recursos humanos qualificados, o que se tornou uma das bases do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT).

Com base em Bourdieu (2003), a institucionalização da pós-graduação no Brasil pode ser compreendida como a construção de um campo acadêmico-científico estruturado, marcado por regras próprias e disputas internas. Nesse sentido, Agostini e Massi (2024) destacam que o Parecer Sucupira, de 1965, foi um marco inicial para a regulamentação desse sistema,

estabelecendo as bases para os cursos de mestrado e doutorado e promovendo a integração entre pesquisa e ensino superior.

De acordo com Morosini (2009), durante as décadas de 1980 e 1990, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) consolidaram a expansão desse sistema, embora enfrentassem desafios relacionados ao financiamento e à articulação com as demandas regionais. Ainda assim, a avaliação rigorosa e a internacionalização começaram a ser incorporadas como pilares estratégicos, fortalecendo o sistema e alinhando-o a padrões globais de qualidade. Em conformidade com Guimarães et al. (2020), o SNPG tornou-se referência na América Latina, mas permaneceu marcado por desigualdades regionais significativas.

Conforme apontado por Morosini (2009), as instituições de educação superior no Brasil foram inicialmente estruturadas em torno de 1808, adotando um modelo napoleônico focado no ensino profissionalizante, com unidades isoladas e voltadas para a formação das elites. Foi apenas a partir da década de 1930 que emergiu a concepção de universidade como um espaço integrado de cursos superiores, normatizado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. Apesar de tentativas frustradas de criar instituições que articulassem ensino e pesquisa, a formação cultural continuava predominando, com raras iniciativas voltadas para a produção científica. Esse cenário começou a mudar nos anos 1950, com a criação do CNPq e da CAPES, que introduziram estratégias para fomentar a pesquisa e reduzir a dependência econômica do Brasil, consolidando os primeiros passos de um sistema voltado à formação científica.

Nos anos 1960, marcos regulatórios como o Parecer Newton Sucupira, de 1965, e a Reforma Universitária de 1968 foram fundamentais para institucionalizar a pós-graduação stricto sensu e fortalecer a integração entre ensino e pesquisa nas universidades. De acordo com Morosini (2009), essa estrutura, inspirada no modelo humboldtiano, foi adaptada ao contexto brasileiro, com critérios claros para a formação de mestres e doutores, que passaram a ser exigidos para a carreira docente. A década de 1990, marcada pela LDB de 1996, trouxe uma expansão significativa do sistema, acompanhada por diversificação curricular, privatização e flexibilização institucional, elementos que redefiniram o papel das universidades na produção de conhecimento e na formação de recursos humanos qualificados.

De acordo com Morosini (2009), a consolidação da pós-graduação no Brasil foi acompanhada por um processo de expansão que, embora significativo, revelou desigualdades regionais persistentes. Esse sistema, estruturado com base em um modelo de avaliação rigoroso

e planejamentos sistemáticos, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), destacou-se como referência na América Latina. No entanto, o avanço dessa estrutura acadêmica, mesmo que ampliado em números absolutos, não foi suficiente para superar as disparidades na oferta e no acesso a programas de mestrado e doutorado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Guimarães et al. (2020) reforçam que, embora as regiões periféricas tenham registrado maior crescimento percentual nos últimos anos, a concentração de programas no eixo Sul-Sudeste permanece alta, representando mais de 60% da oferta nacional.

A expansão da pós-graduação no Brasil está intrinsecamente ligada ao financiamento público, que tem enfrentado desafios nos últimos anos. Guimarães et al. (2020) destacam que, entre 2002 e 2014, o orçamento da CAPES cresceu significativamente, alcançando seu pico em 2014. Esse período foi marcado por políticas de ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que garantiram o fortalecimento de instituições públicas e a criação de novos programas. Entretanto, a partir de 2015, os cortes orçamentários afetaram severamente a manutenção desses programas, com quedas expressivas nos auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores, particularmente nas regiões menos atendidas. Sguissardi (2008) aponta que a falta de políticas públicas consistentes para lidar com as desigualdades regionais agrava o problema, reforçando a concentração de recursos nas regiões tidas como mais desenvolvidas e limitando o impacto das expansões em áreas periféricas.

No que tange às desigualdades regionais, a análise de Sguissardi (2008) revela que o eixo Sul-Sudeste concentra os maiores recursos e infraestrutura acadêmica, em detrimento de outras regiões. No Norte, por exemplo, o número absoluto de programas de pós-graduação ainda é limitado, mesmo com um crescimento percentual significativo nas últimas décadas. Para Guimarães et al. (2020), essa disparidade reflete tanto uma histórica centralização de recursos quanto uma falta de incentivo a programas que respondam às necessidades locais, como os mestrados profissionais em áreas técnicas. Além disso, a concentração de pesquisadores qualificados em regiões com registros de melhores indicadores para o desenvolvimento socioeconômico, dificulta o fortalecimento da produção científica em áreas periféricas.

A relação entre expansão e desigualdades também se manifesta no acesso aos cursos. Segundo Gatti (2001), a pós-graduação brasileira foi inicialmente concebida como um sistema de formação de elites, voltado à criação de quadros científicos de alto nível. Embora a democratização do acesso tenha avançado, desafios como barreiras econômicas, localização

geográfica e carência de políticas de inclusão continuam limitando a entrada de grupos socialmente vulneráveis. Para Sguissardi (2008), o papel do Estado é essencial para enfrentar essas desigualdades, garantindo financiamento público adequado e promovendo políticas de descentralização que articulem as demandas regionais às agendas nacionais de pesquisa.

Assim, os desafios para a pós-graduação brasileira transcendem o crescimento numérico de programas. Conforme Morosini (2009) e Guimarães et al. (2020), é fundamental que a expansão seja acompanhada por estratégias que reduzam as desigualdades históricas e regionais, fortalecendo a integração entre ensino e pesquisa e assegurando financiamento contínuo e sustentável. Somente com políticas públicas consistentes será possível transformar a pós-graduação em um instrumento efetivo de inclusão, desenvolvimento regional e promoção da equidade social.

Assim, os estudos sobre migração árabe e, especificamente, sobre os sírios, revelam a complexidade de abordar temas migratórios em um sistema acadêmico ainda marcado por desigualdades estruturais. Conforme observado por Osman (2020), superar essas lacunas exige a descentralização da produção científica e o fortalecimento de políticas públicas que integrem pesquisa, ensino e inclusão social.

Estudos pioneiros, como o de Clark Knowlton (1960), estabeleceram as bases para a análise da mobilidade social e espacial dos sírio-libaneses no Brasil. Knowlton destacou como esse grupo contribuiu para a formação de redes comerciais robustas e para a transformação de cidades como São Paulo em polos multiculturais. Décadas depois, Oswaldo Truzzi (1997), em sua obra "Patrícios", ampliou essa análise, explorando as relações entre os imigrantes e o espaço urbano, com ênfase nas redes sociais e na memória coletiva, aspectos essenciais para compreender a integração desse grupo.

Adentrando nas perspectivas metodológicas, trabalhos como os de André Gattaz (2005) e Samira Adel Osman (2011) utilizaram a história oral para compreender as narrativas migratórias sob um prisma mais dinâmico. Segundo Meihy (2014), esses estudos não apenas abordaram a integração no Brasil, mas também as conexões mantidas com a terra natal, incluindo as desventuras e os desafios enfrentados. No Rio de Janeiro, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (2010) trouxe contribuições importantes ao examinar a diversidade étnica e religiosa das comunidades árabes na capital carioca, evitando simplificações identitárias e ressaltando a complexidade dessas experiências.

Nos últimos anos, a guerra civil síria e o consequente aumento no número de refugiados colocaram as migrações sírias contemporâneas no centro das atenções acadêmicas. Segundo Almeida (2023), temas como acolhimento, políticas migratórias e integração ganharam destaque, conectando as experiências dos refugiados aos debates globais sobre refúgio e direitos humanos. Esses estudos também exploram as lacunas nas políticas públicas brasileiras, apontando para a necessidade de uma maior articulação entre o governo e as organizações da sociedade civil.

Além disso, conforme Cassanho de Oliveira (2010), a trajetória sírio-libanesa no Brasil reflete um padrão que combina preservação cultural e inovação social. Clubes, associações e outras instituições comunitárias desempenharam um papel crucial tanto na manutenção das tradições quanto na integração socioeconômica, ilustrando a resiliência e a capacidade adaptativa dos migrantes.

Ao longo do tempo, os estudos históricos e contemporâneos sobre os sírios no Brasil mostram uma transição de foco: enquanto os primeiros migrantes construíram redes econômicas e sociais sólidas, os refugiados contemporâneos enfrentam desafios mais intensos, como barreiras linguísticas e discriminação. Para Meihy (2014), essa mudança reflete não apenas as dinâmicas migratórias, mas também a evolução do próprio campo acadêmico, que incorporou perspectivas interseccionais e de direitos humanos.

Assim, os estudos sobre migração árabe, com destaque para os sírios no Brasil, estão inseridos no campo acadêmico estruturado pela pós-graduação stricto sensu, que possibilita a produção de conhecimento sistematizado e fundamentado. Desde as primeiras análises realizadas por Knowlton (1960) e Truzzi (1997), que exploraram as dinâmicas de mobilidade social e cultural, até os estudos mais recentes sobre os desafios enfrentados pelos refugiados sírios, a temática tem sido trabalhada em diferentes momentos históricos e contextos sociais. Essas pesquisas refletem a contribuição do sistema acadêmico na organização e disseminação de estudos voltados para a compreensão das migrações e seus impactos sociais, culturais e políticos.

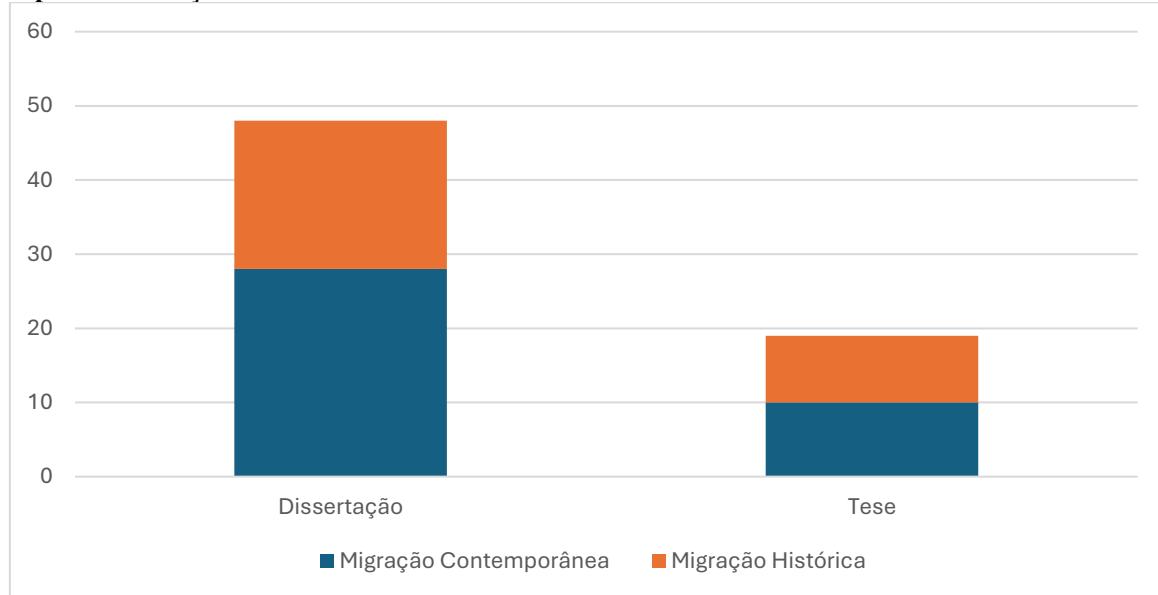
3.3 Mapeamento e análise das produções

Conforme destacado no início deste capítulo, as análises deste trabalho concentram-se em dois tipos específicos de produção científica: dissertações, elaboradas como trabalho final de alunos de mestrado, e teses, desenvolvidas por doutorandos como conclusão de seus estudos.

Além desse recorte, foi adotada uma divisão por grupos temáticos, organizada e categorizada de acordo com os critérios estabelecidos nesta pesquisa. Os trabalhos que abordam a migração síria para o Brasil ocorrida ao longo do século XX foram alocados no grupo denominado “Migrações Históricas”. Em contraponto, os estudos relacionados aos deslocamentos sírios ocorridos a partir de 2012 foram incluídos no grupo “Migrações Contemporâneas”.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram identificados e analisados 67 trabalhos acadêmicos, dos quais 28% correspondem a teses e 72% a dissertações. No que se refere à classificação temática, 57% dos trabalhos estão alocados no grupo “Migrações Contemporâneas” e 43% no grupo “Migrações Históricas”. O cruzamento dessas informações gerou o gráfico apresentado abaixo, que evidencia uma predominância de dissertações em ambos os grupos temáticos. Entre as 38 produções classificadas como “Migrações Contemporâneas”, 74% eram dissertações. Um percentual semelhante foi observado na categoria “Migrações Históricas”, em que 69% das 29 pesquisas correspondem a trabalhos de mestrado.

Gráfico 3.1 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Grupo e Tipo de Publicação



Fonte: Elaboração própria.

Buscando complementar essa análise e obter uma perspectiva longitudinal sobre a publicação desses trabalhos, os dados foram organizados inicialmente por ano de defesa e, posteriormente, por décadas, com o objetivo de facilitar a visualização das tendências temporais. Dentro do recorte deste estudo, que abrange teses e dissertações sobre a imigração síria para o Brasil defendidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros, verifica-se que as

duas primeiras produções acadêmicas foram defendidas nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente. A partir da década de 2000, observa-se um aumento expressivo no número de publicações, com 14 trabalhos registrados. Esse crescimento atingiu seu ápice na década de 2010, com cerca de 33 trabalhos, representando quase 50% do total analisado. Na década de 2020, foram contabilizados 18 trabalhos até o momento. Contudo, como essa década ainda está em curso, é provável que esse número seja revisado ao final do período.

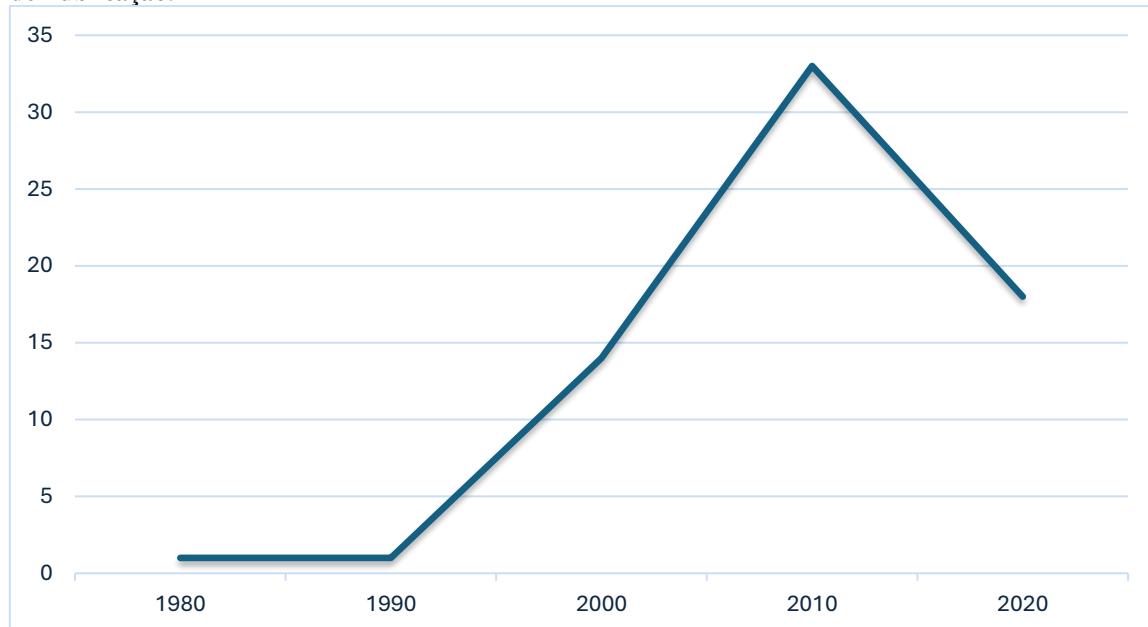
Quando analisados ano a ano, desde a primeira publicação, em 1986, observa-se que as defesas estão espaçadas ao longo do tempo, com poucas concentrações significativas. Os anos que apresentam maiores concentrações de publicações são 2019, com 13 trabalhos defendidos, seguido por 2021, com 9, e 2018, com 8. Esses anos destacam momentos de maior produção acadêmica sobre o tema, evidenciando picos relevantes que contrastam com a dispersão observada na maioria dos períodos.

O aumento expressivo no número de trabalhos sobre migração síria para o Brasil, especialmente a partir da década de 2000, pode ser analisado à luz da expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). De acordo com Morosini (2009), o fortalecimento da pós-graduação no Brasil foi acompanhado pela criação de novos Programas de Pós-Graduação (PPGs), o que permitiu uma maior pluralidade nas discussões acadêmicas. Temas que em outras épocas poderiam ter enfrentado restrições, em razão da falta de especialistas ou da concentração em agendas tradicionais, passaram a ser incorporados às pesquisas. Nesse sentido, a crescente especialização e a diversificação temática contribuíram para o ingresso de questões relacionadas às migrações, incluindo as árabes e sírias, ampliando o alcance e a relevância do campo acadêmico brasileiro.

Os picos de produção acadêmica registrados nos anos de 2018, 2019 e 2021 também podem ser compreendidos em função de eventos globais que intensificaram os debates sobre deslocamentos forçados e refúgio. Conforme Osman (2021), a Guerra Civil Síria e a crise humanitária decorrente provocaram maior visibilidade para os fluxos migratórios e os desafios do acolhimento, incentivando produções que conectam esses fenômenos a contextos locais e regionais. No Brasil, políticas como o reconhecimento prima facie para refugiados sírios trouxeram à tona reflexões acadêmicas sobre acolhimento e integração, mas também permitem questionar a baixa adesão de solicitantes, mesmo em um cenário de acesso relativamente facilitado. A expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) durante o mesmo período pode ter contribuído para que o tema ganhasse maior relevância na academia, ao abrir espaço para

debates que antes poderiam ser mais restritos. Essa articulação possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que abordam a migração síria sob diferentes perspectivas, ampliando a compreensão sobre os desafios e dinâmicas desse fluxo migratório.

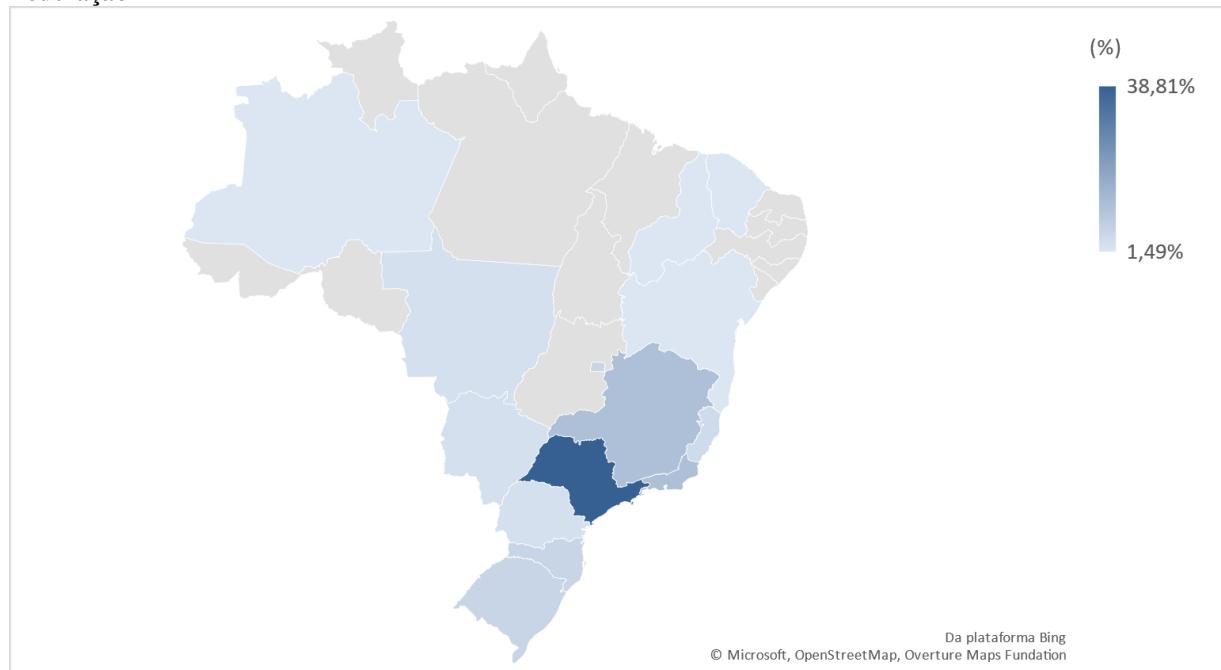
Gráfico 3.2 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Década de Publicação.



Fonte: Elaboração própria.

Além da organização longitudinal, também foram extraídas dos dados informações que possibilitaram a distribuição geográfica dos trabalhos, considerando como critério a Unidade da Federação em que se localizava a instituição de ensino superior à qual o pesquisador estava afiliado no momento da defesa. O estado de São Paulo destaca-se como principal polo de produção acadêmica, com 26 trabalhos defendidos, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambos com 8 publicações. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal contabilizam 4 trabalhos cada, evidenciando uma concentração relevante nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, além do Distrito Federal. Os demais estados apresentam números mais esparsos. A disposição das 67 dissertações e teses pode ser melhor visualizada no mapa a seguir.

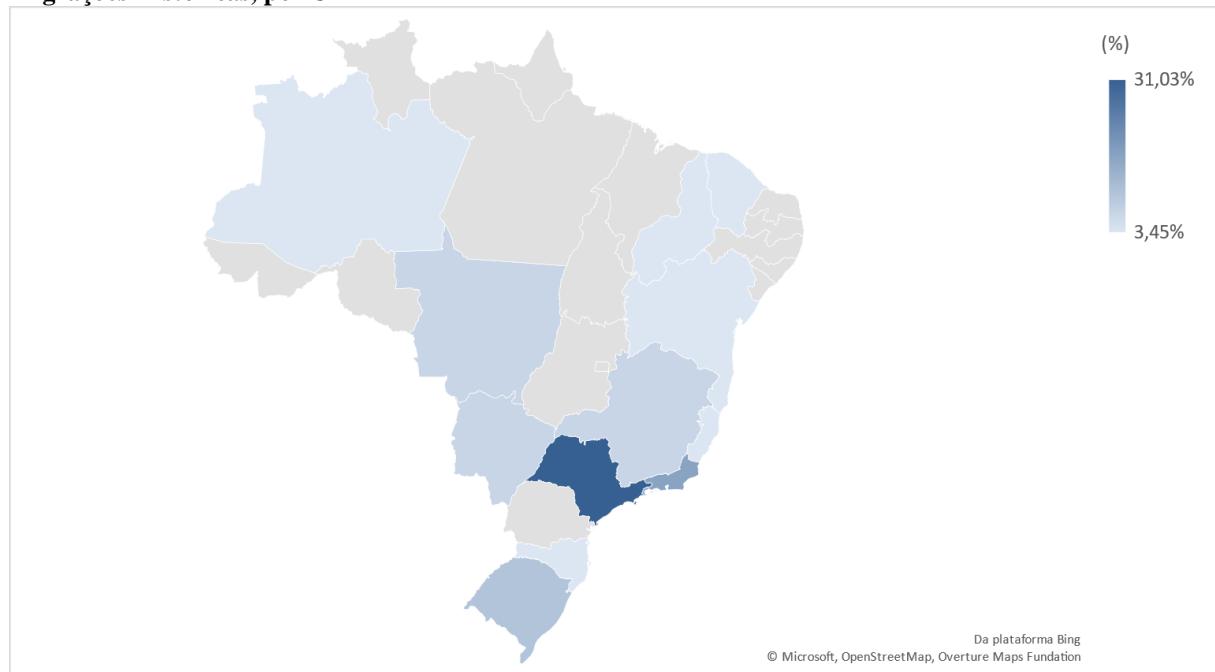
Mapa 3.1 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Unidade da Federação



Fonte: Elaboração própria.

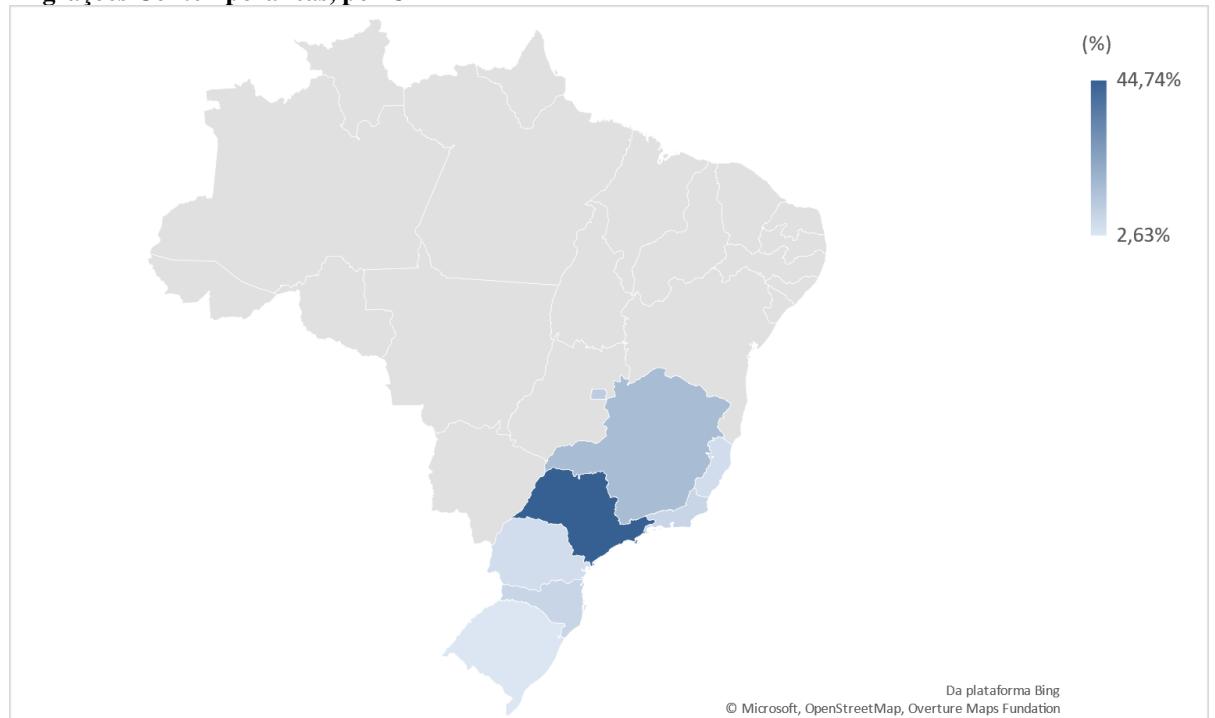
Ao desmembrar a variável Unidade da Federação por Grupos Temáticos, nota-se que os trabalhos classificados como “Migração Histórica” apresentam uma distribuição territorial mais ampla, abrangendo as cinco regiões do país. Ainda assim, a maior concentração está localizada nas regiões Sudeste e Sul, que despontam como os principais polos acadêmicos sobre o tema. Por outro lado, os trabalhos classificados como “Migração Contemporânea” revelam uma concentração geográfica ainda mais restrita, limitando-se exclusivamente aos estados das regiões Sul e Sudeste, com o acréscimo do Distrito Federal.

Mapa 3.2 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria, do grupo Migrações Históricas, por UF



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 3.3 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria, do grupo Migrações Contemporâneas, por UF



Fonte: Elaboração própria.

Como mencionado anteriormente, as Unidades da Federação foram mapeadas com base nas instituições de ensino superior (IES) onde os pesquisadores realizaram seus respectivos programas de pós-graduação stricto sensu. Após a análise territorial, o próximo passo foi

identificar as IES com maior volume de trabalhos produzidos sobre a imigração síria para o Brasil. O Gráfico 3.3 apresenta as 10 principais instituições em termos de produção acadêmica sobre o tema.

A Universidade de São Paulo (USP) desonta como a principal instituição, com 9 trabalhos defendidos e publicados sobre a imigração síria para o Brasil. Ainda no estado de São Paulo, figuram na lista a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), com 5 publicações, e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ambas com 4 trabalhos.

Na região Sudeste, destacam-se também a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), reafirmando o protagonismo dessa região na produção científica sobre o tema. A região Sul, por sua vez, é representada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), ambas com contribuições significativas. Fora do eixo Sul-Sudeste, a Universidade de Brasília (UnB) aparece como o principal destaque, com 4 trabalhos publicados, sinalizando uma produção relevante no contexto do Centro-Oeste.

A concentração de produções acadêmicas em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reflete a relação entre a história migratória dessas regiões e o papel relevante de suas instituições de ensino superior no campo acadêmico. De acordo com Bourdieu (2003), o campo acadêmico organiza-se como um espaço de disputas em torno do capital simbólico, no qual instituições que ocupam posições centrais consolidam maior legitimidade e influência. Nesse sentido, o estado de São Paulo, que conta com instituições consolidadas como a USP, Unicamp e UFSCAR, desempenhou um papel determinante no acolhimento de imigrantes árabes, especialmente sírios e libaneses, desde o final do século XIX (Truzzi, 2007). A literatura sobre migração árabe destaca São Paulo como um polo comercial e cultural para esses grupos, refletindo o impacto histórico de sua presença na formação social e econômica da região.

Essa centralidade, no entanto, não se restringe à migração histórica. No contexto contemporâneo, São Paulo continua a desempenhar um papel estratégico nos fluxos migratórios, tanto pela infraestrutura disponível quanto por seu dinamismo econômico. Além disso, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que também possuem uma presença significativa de migrantes em seus contextos históricos e atuais, aparecem como estados de destaque na

produção acadêmica sobre o tema. Para Suasnábar e Palamidessi (2007), a pesquisa acadêmica frequentemente se orienta por fenômenos sociais mais visíveis em determinadas localidades, o que pode explicar o interesse contínuo por essas dinâmicas nas instituições dessas regiões.

A concentração de trabalhos em instituições localizadas no Sudeste e Sul do Brasil também pode ser compreendida à luz das desigualdades regionais na distribuição de recursos para pesquisa. Conforme Guimarães et al. (2020), o financiamento público, a oferta de bolsas e a infraestrutura acadêmica são majoritariamente concentrados nas regiões Sul e Sudeste, impactando diretamente a produção acadêmica em outras localidades. Essa assimetria reflete o funcionamento do campo acadêmico, no qual, como destacado por Bourdieu (2003), instituições periféricas enfrentam desafios estruturais que limitam seu alcance e o volume de suas produções.

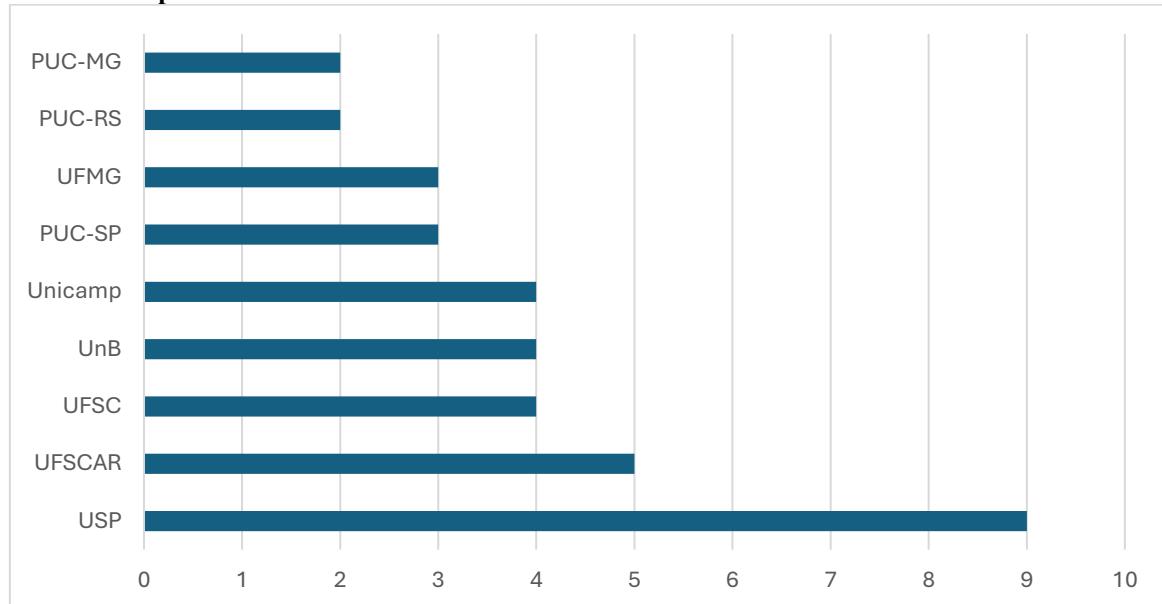
Ao analisar a distribuição geográfica dos trabalhos por grupos temáticos, observa-se que os estudos sobre “Migração Histórica” apresentam maior dispersão territorial, abrangendo todas as regiões do país. Essa dispersão é coerente com as características da migração histórica, marcada pela atividade de mascates sírio-libaneses que percorriam diferentes áreas antes de se fixarem em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro (Truzzi, 2007). Em contraste, os trabalhos sobre “Migração Contemporânea” mostram uma concentração mais restrita, ligada às localidades que sediam os principais pontos de chegada e acolhimento desses fluxos, como o Sudeste e o Distrito Federal. Essas diferenças refletem tanto a natureza das dinâmicas migratórias quanto as transformações no campo acadêmico brasileiro.

Ainda conforme Suasnábar e Palamidessi (2007), a institucionalização da pós-graduação no Brasil resultou em um sistema estruturado, mas que reproduz desigualdades regionais. A distribuição desigual de financiamento e infraestrutura afeta diretamente a capacidade de instituições periféricas realizarem pesquisas consistentes e frequentes. Como evidenciado nos dados, as instituições com maior volume de trabalhos sobre migração síria, como USP, Unicamp e UFMG, estão inseridas em contextos mais consolidados no campo acadêmico, enquanto as instituições fora do eixo Sul-Sudeste enfrentam limitações em recursos e infraestrutura.

A distribuição geográfica da produção acadêmica sobre migrações sírias para o Brasil, portanto, não reflete apenas a concentração histórica e contemporânea de imigrantes em

determinadas regiões, mas também as desigualdades estruturais que caracterizam o campo acadêmico.

Gráfico 3.3 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Instituição de Ensino Superior



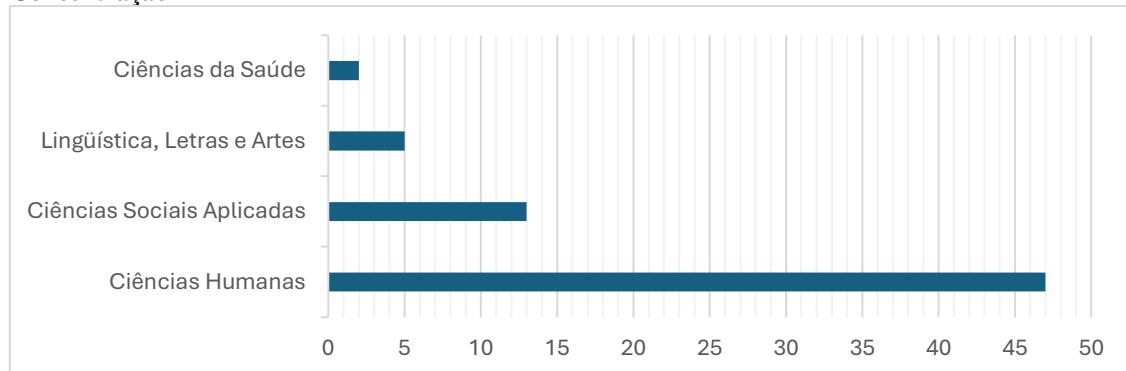
Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, a análise das áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação aos quais as teses e dissertações estão vinculadas permite compreender os direcionamentos temáticos e as abordagens disciplinares predominantes. Para tanto, utilizamos os critérios de classificação por área e subárea adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que oferecem um referencial padronizado para categorizar os trabalhos. Esse recorte revela a predominância de pesquisas na área das Ciências Humanas, responsável por 70% das 67 dissertações e teses que compõem o corpus desta pesquisa.

As Ciências Sociais Aplicadas ocupam 19% do total, enquanto os trabalhos relacionados à área de Linguística, Letras e Artes representam 8%, e as Ciências da Saúde somam 2%. A análise da distribuição das teses e dissertações entre os grupos temáticos “Migração Contemporânea” e “Migração Histórica” por área de concentração reforça a predominância das Ciências Humanas. Essa área concentra 47 trabalhos, sendo 21 classificados como “Migração Contemporânea” e 26 como “Migração Histórica”. Já as Ciências Sociais Aplicadas apresentam 13 trabalhos, com uma forte concentração no grupo das “Migrações Contemporâneas” (12) e apenas 1 trabalho vinculado às “Migrações Históricas”.

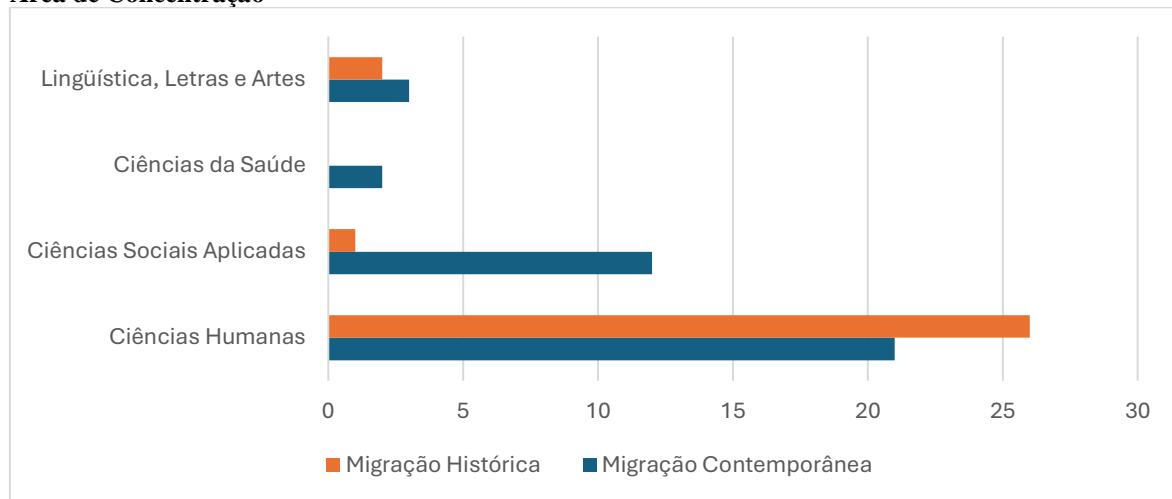
As áreas de Linguística, Letras e Artes, e Ciências da Saúde aparecem com menor representatividade. Linguística, Letras e Artes conta com 5 trabalhos, divididos entre 3 do grupo das “Migrações Contemporâneas” e 2 das “Migrações Históricas”. Por fim, a área de Ciências da Saúde inclui 2 trabalhos, todos classificados como “Migração Contemporânea”. Esses dados evidenciam uma maior diversidade de áreas de concentração no grupo das “Migrações Contemporâneas”, enquanto as “Migrações Históricas” permanecem mais concentradas em Ciências Humanas.

Gráfico 3.4 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Área de Concentração



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3.5 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Grupo e Área de Concentração



Fonte: Elaboração própria.

O exame das subáreas do conhecimento aprofunda essa compreensão, destacando o volume significativo de produções na subárea de “História”, que concentra 20 trabalhos, dos quais 19 pertencem ao grupo das “Migrações Históricas” e apenas 1 está classificado como “Migração Contemporânea”.

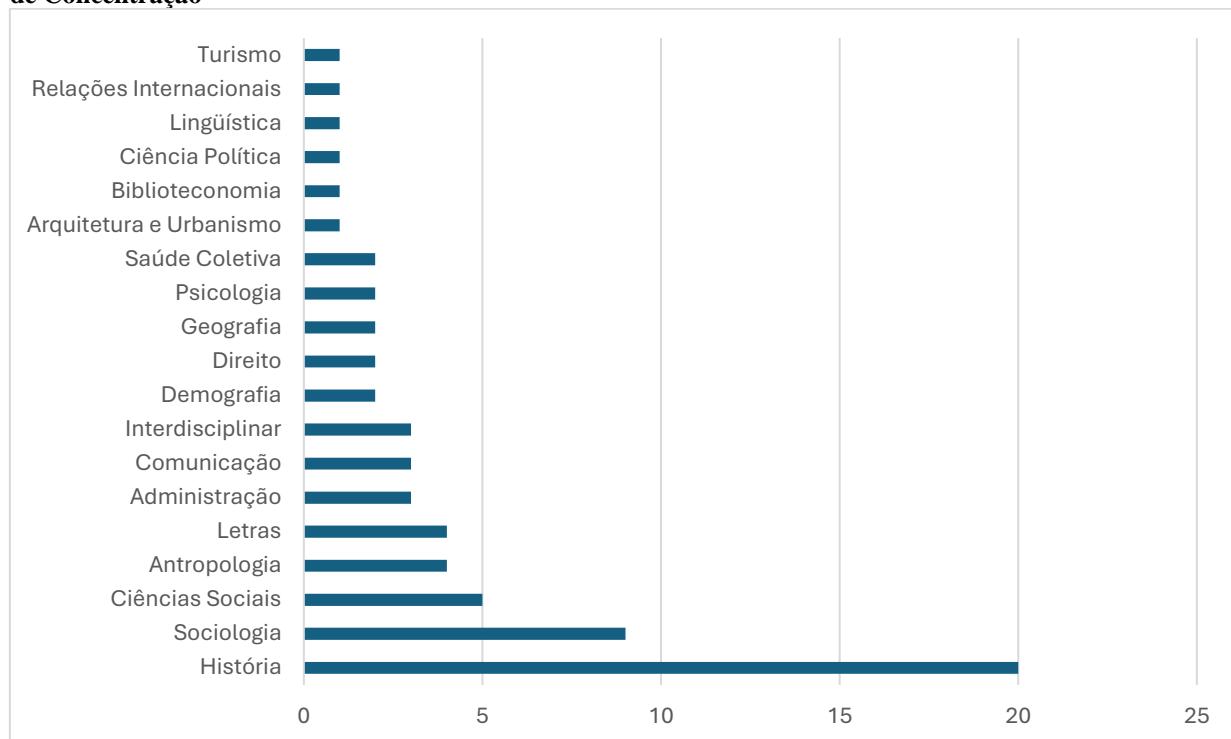
A segunda subárea com maior volume de pesquisas é a “Sociologia”, com 9 trabalhos, sendo 7 vinculados ao grupo “Migrações Contemporâneas” e 2 às “Migrações Históricas”. Na sequência, aparecem as subáreas de “Ciências Sociais” (5), “Antropologia” (4) e “Letras” (4), que também contribuem de forma relevante para a compreensão da temática. Subáreas menos frequentes, como “Saúde Coletiva” (2) e “Biblioteconomia” (1), bem como os estudos na área de “Administração” (3), demonstram a pluralidade de perspectivas acadêmicas sobre a imigração síria para o Brasil. Essa diversidade reflete o caráter interdisciplinar do tema e a amplitude de abordagens utilizadas pelos pesquisadores ao longo dos anos.

A predominância de trabalhos vinculados às Ciências Humanas reflete a centralidade das questões investigadas sobre migração síria no Brasil, frequentemente relacionadas a memória, redes sociais e processos identitários. De acordo com Bourdieu (2003), o campo acadêmico organiza-se por disputas que definem os temas de maior relevância em diferentes períodos. Nesse sentido, a subárea de História, que concentra 20 dos trabalhos analisados, destaca-se especialmente no grupo das “Migrações Históricas”, evidenciando a importância de recuperar trajetórias e redes sociais desses grupos (Truzzi, 2007). Por outro lado, as Ciências Sociais Aplicadas apresentam maior concentração no grupo das “Migrações Contemporâneas” (12 de 13 trabalhos), refletindo o foco em questões como acolhimento e governança migratória, em diálogo com teorias como a de Edward Said, que abordam o orientalismo e as representações sociais dos migrantes.

A análise das áreas e subáreas reforça o caráter interdisciplinar do tema, abrangendo desde Ciências Humanas até áreas menos frequentes, como Administração e Saúde Coletiva. Esse aspecto, conforme Suasnábar e Palamidessi (2007), evidencia como o campo acadêmico incorpora diferentes perspectivas em sua estrutura, respondendo às demandas sociais e acadêmicas. Enquanto os trabalhos sobre migrações históricas concentram-se em temas tradicionais, como redes de sociabilidade e práticas culturais (Truzzi, 2007), as pesquisas contemporâneas ampliam os enfoques, abordando questões emergentes como refúgio e integração. Essa diversidade reflete tanto a especialização dos Programas de Pós-Graduação

quanto as transformações nas dinâmicas migratórias, que exigem abordagens mais amplas e integradoras.

Gráfico 3.5 - Distribuição de dissertações e teses publicadas no Brasil sobre a imigração síria por Subárea de Concentração



Fonte: Elaboração própria.

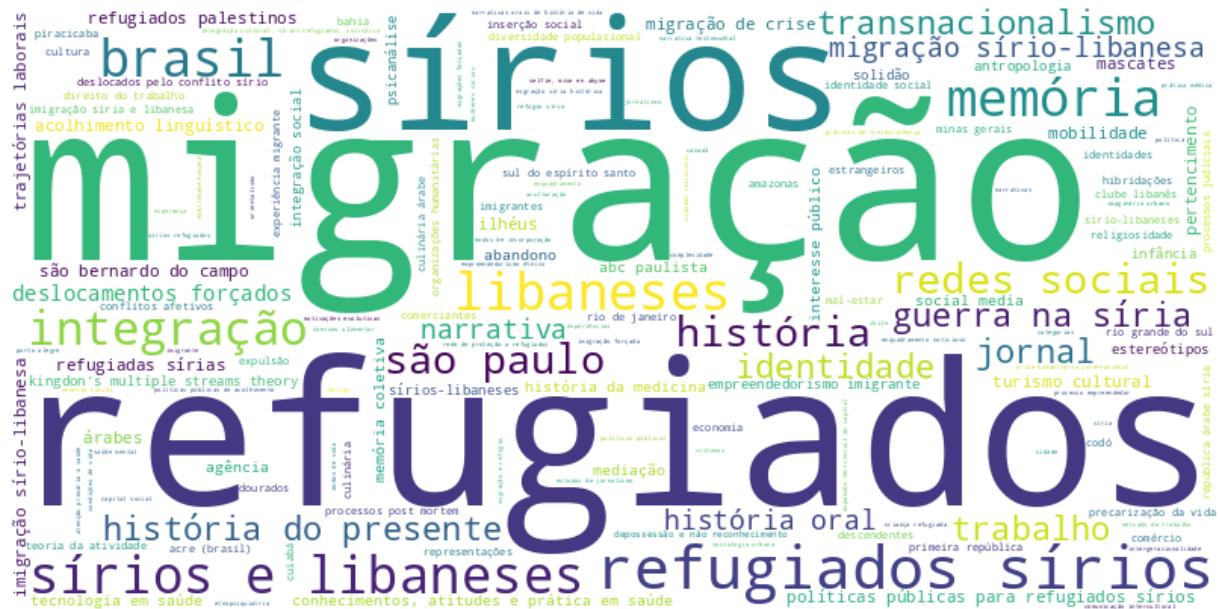
Após a análise das áreas de concentração e sua relação com os grupos temáticos, foi realizada a identificação e sistematização das palavras-chave presentes nas teses e dissertações. Esse trabalho teve como objetivo mapear os principais conceitos e temas abordados nos trabalhos analisados, com a organização das informações em categorias baseadas nas perspectivas teórico-metodológicas e nos conteúdos disponibilizados nos documentos.

Duas listas principais de palavras-chave foram geradas. A primeira lista compreendeu os termos fornecidos diretamente pelos autores das teses e dissertações, denominados aqui como palavras-chave. A segunda lista foi construída a partir das palavras extraídas dos títulos dos trabalhos, sendo denominada como palavras-chave do título. Essa separação buscou complementar as informações fornecidas pelos documentos.

Na análise geral das palavras-chave, os termos mais frequentes foram “migração”, “refugiados”, “sírios”, “refugiados sírios” e “sírios e libaneses”, incluindo variações como

“sírios-libaneses”. Na análise geral das palavras-chave do título, os termos mais frequentes foram “imigração”, “memória”, “trabalho”, “sírios” e “refugiados”.

Figura 3.1 – Nuvem de palavras geradas a partir das palavras-chaves das teses e dissertações analisadas



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3.2 – Nuvem de palavras geradas a partir das Análises dos Títulos das teses e dissertações analisadas



Fonte: Elaboração própria.

No grupo de Migração Histórica, as palavras-chave fornecidas diretamente pelos autores incluíram os termos “imigração”, “sírios e libaneses”, “memória”, “trabalho” e “São Paulo”. Já nas palavras-chave extraídas dos títulos desse grupo, destacaram-se “história”, “identidade”, “comunidade” e “cultura”.

Ao comparar os dois grupos, fica evidente uma mudança de enfoque entre os estudos históricos e contemporâneos. Enquanto os primeiros privilegiam dinâmicas de longo prazo, como a formação de comunidades e os processos de assimilação, os estudos contemporâneos se voltam para outras demandas, como crises, acolhimento e questões de integração.

Figura 3.3 – Nuvem de palavras geradas a partir das palavras-chaves das teses e dissertações do grupo Migração Histórica



Fonte: Elaboração própria.

Os dados sobre palavras-chave revelam distinções significativas entre os grupos temáticos “Migração Histórica” e “Migração Contemporânea”. Nos trabalhos voltados para a migração histórica, termos como “sírios e libaneses”, “memória” e “trabalho” indicam a centralidade de debates sobre formação de comunidades, integração socioeconômica e preservação cultural. Esses temas dialogam com a teoria da memória coletiva de Halbwachs, que ajuda a compreender como os grupos migrantes constroem narrativas compartilhadas que conectam experiências individuais e coletivas no processo de estabelecimento em uma nova sociedade. Além disso, a frequência de “São Paulo” como palavra-chave reflete a relevância

histórica desse estado como principal destino e local de inserção socioeconômica para os imigrantes sírio-libaneses, como aponta Truzzi (2007).

Nos estudos contemporâneos, a prevalência de palavras-chave como “refugiados”, “acolhimento” e “integração” demonstra uma mudança no enfoque, priorizando as questões relacionadas ao deslocamento forçado e à governança migratória. Conforme Osman (2021), esses trabalhos refletem a tentativa de compreender o refúgio dentro de dinâmicas locais e internacionais, destacando desafios de acolhimento e integração em um contexto marcado por desigualdades globais. Essa abordagem também é influenciada pela presença de políticas públicas específicas, que orientam as condições de recepção e adaptação dos migrantes.

Essas diferenças entre os grupos temáticos destacam não apenas a evolução dos enfoques acadêmicos, mas também o papel do campo acadêmico brasileiro em responder a diferentes contextos históricos e sociais. Conforme Suasnábar e Palamidessi (2007), o campo acadêmico absorve demandas que emergem das dinâmicas sociais, promovendo a diversificação das temáticas e abordagens nas pesquisas. No entanto, essa diversificação também reflete tensões próprias das Ciências Sociais e Humanas, onde a busca acelerada por resultados e a priorização de temas considerados relevantes para a obtenção de financiamento ou aprovação podem comprometer a profundidade analítica das investigações. Esse produtivismo acadêmico, especialmente no campo das migrações internacionais, frequentemente privilegia questões imediatas, dificultando a consolidação de reflexões estruturais e aprofundadas. Enquanto outras áreas científicas avançam com descobertas significativas, a pesquisa em migrações tende a se concentrar em fenômenos enquadrados como “problemas”, como a questão venezuelana, que atrai interesses políticos e direciona a agenda acadêmica de forma reativa.

No recorte metodológico desta pesquisa, buscou-se identificar as principais estratégias e técnicas utilizadas pelos autores das teses e dissertações analisadas. De maneira geral, os estudos apresentaram uma predominância de abordagens qualitativas, sendo a entrevista a técnica metodológica mais recorrente, ainda que com variações significativas entre os dois grupos temáticos.

Nos trabalhos sobre migração contemporânea, todas as pesquisas analisadas adotaram uma abordagem qualitativa, com destaque para o uso da história oral, da etnografia e da análise documental. As técnicas de coleta de dados concentraram-se, em sua maioria, em entrevistas

semiestruturadas realizadas com refugiados e representantes de organizações não governamentais. Complementarmente, a observação participante e a pesquisa documental emergiram como ferramentas relevantes para ampliar a compreensão dos fenômenos investigados.

Figura 3.4 – Principais abordagens metodológicas e técnicas de coleta de dados identificados nos trabalhos pertencente ao grupo “Migração Contemporânea”.



Fonte: Elaboração própria.

Já nos estudos sobre migração histórica, a abordagem qualitativa também se destacou, mas com um foco mais evidente na história oral, frequentemente associada à análise documental. Nesse grupo, as entrevistas foram direcionadas, sobretudo, a descendentes de imigrantes, com ênfase em famílias de primeira e segunda geração. A pesquisa documental desempenhou um papel central, sendo conduzida com base em fontes diversificadas, como registros paroquiais, arquivos históricos, jornais de época, documentos de cartório e acervos pessoais ou familiares.

Figura 3.5 – Principais abordagens metodológicas e técnicas de coleta de dados identificados nos trabalhos pertencente ao grupo “Migração Histórica”.

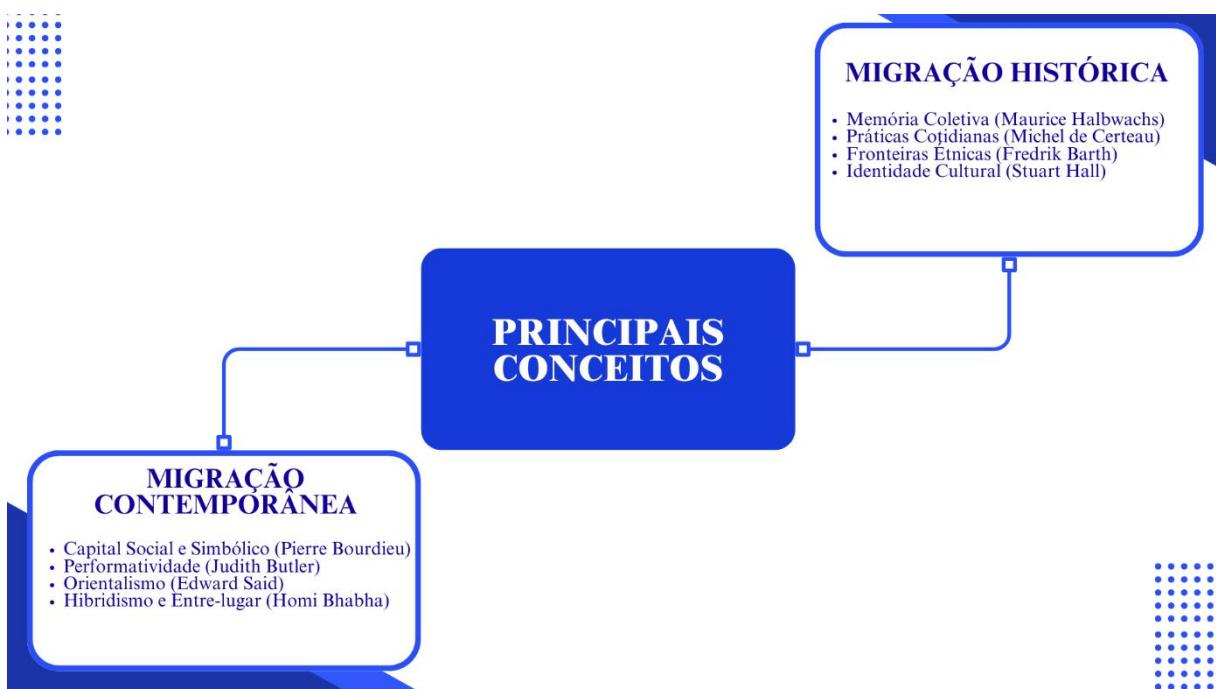


Fonte: Elaboração própria.

Embora os dois grupos apresentem diferenças em suas ênfases temáticas e nas técnicas empregadas, há pontos importantes de convergência metodológica. Entre esses, destacam-se a prevalência das abordagens qualitativas, a centralidade da história oral, o uso extensivo de entrevistas e a aplicação de triangulação de dados, evidenciando o rigor metodológico nas pesquisas analisadas.

Além da análise metodológica, esta pesquisa buscou mapear as principais perspectivas teóricas presentes nas teses e dissertações que compõem o corpus de análise. Em um primeiro momento, o objetivo foi identificar os conceitos e teorias mais frequentes nos trabalhos analisados, sem aprofundar as discussões temáticas e teóricas, mas evidenciando a riqueza conceitual que sustenta as investigações. O levantamento sistemático dos referenciais teóricos revela uma articulação conceitual robusta, abrangendo aspectos sociais, culturais e institucionais dos processos migratórios.

Figura 3.6 – Principais abordagens teóricas identificadas nos trabalhos analisados.



Fonte: Elaboração própria.

Nos estudos sobre as migrações contemporâneas, prevalecem referenciais teóricos que problematizam as dinâmicas de acolhimento, identidade e reconhecimento social. Destacam-se as formulações de Pierre Bourdieu sobre capital social e simbólico, que tensionam as estruturas de dominação e as práticas de inserção social dos migrantes. A perspectiva da performatividade, proposta por Judith Butler, também emerge como categoria central, permitindo a análise dos processos de construção identitária em contextos marcados pela precariedade e pelo deslocamento forçado.

O conceito de orientalismo, desenvolvido por Edward Said, aparece de forma significativa, contribuindo para a desconstrução crítica dos mecanismos de alteridade e das representações dos sujeitos migrantes. Complementando essa abordagem, Homi Bhabha introduz as noções de hibridismo cultural e entre-lugar, oferecendo subsídios para o estudo das estratégias de negociação identitária, que se afastam de perspectivas binárias. Além disso, trabalhos que investigam a integração de refugiados sírios à sociedade brasileira destacam questões como o acesso à saúde, os direitos básicos e os desafios relacionados à barreira linguística, que também permeiam as discussões teóricas encontradas.

Nos estudos que investigam a migração histórica, as discussões teóricas têm se concentrado em temas como memória coletiva, redes sociais e processos de integração

econômica. A abordagem de Maurice Halbwachs sobre a construção coletiva das memórias oferece uma perspectiva essencial para compreender como as narrativas de grupos migrantes se desenvolvem e se mantêm ao longo do tempo. Michel de Certeau, por sua vez, contribui com análises que exploram as práticas cotidianas e as estratégias adotadas por essas comunidades em contextos variados.

Outro referencial frequentemente utilizado é Fredrik Barth, que destaca a identidade como um processo relacional, enfatizando sua fluidez e o papel das interações sociais. Além disso, as reflexões de Stuart Hall sobre identidade cultural oferecem ferramentas para examinar como esses processos são negociados e continuamente transformados, dialogando tanto com os estudos históricos quanto com as investigações sobre as migrações contemporâneas.

Apesar das diferenças entre os contextos analisados, alguns pontos de convergência podem ser identificados nos referenciais teóricos. A problematização da alteridade, o entendimento das identidades como fenômenos sociais em constante construção e a análise das dinâmicas de poder que moldam os processos migratórios são questões recorrentes nos trabalhos revisados.

A variedade de perspectivas teóricas identificadas evidencia o caráter interdisciplinar dos estudos sobre a migração síria para o Brasil. Contribuições oriundas da sociologia, antropologia, história e outros campos são combinadas para oferecer uma compreensão aprofundada dos deslocamentos de sírios, dos processos de integração e das transformações identitárias.

A análise metodológica dos trabalhos sobre migração síria para o Brasil destaca a predominância de abordagens qualitativas, reforçando o caráter interpretativo das investigações no campo das Ciências Humanas. De acordo com Bourdieu (2003), a escolha de métodos reflete a posição dos pesquisadores no campo acadêmico, sendo orientada por práticas que assegurem legitimidade às produções científicas. Nos estudos sobre migração histórica, a centralidade da história oral e da análise documental dialoga com a teoria da memória coletiva de Halbwachs (1990), que enfatiza a construção de narrativas compartilhadas como uma forma de articular experiências individuais e coletivas no processo de integração em uma nova sociedade. Esses métodos permitem recuperar trajetórias pessoais e comunitárias, fundamentais para compreender o papel dos migrantes sírio-libaneses na formação das redes sociais e econômicas do Brasil.

Nos estudos contemporâneos, as abordagens qualitativas continuam a ser amplamente empregadas, com destaque para técnicas como entrevistas semiestruturadas e observação participante. Essas estratégias metodológicas têm permitido aos pesquisadores explorar aspectos fundamentais do acolhimento e da integração dos refugiados, com ênfase em redes de apoio e nos desafios impostos por barreiras institucionais. Segundo Osman (2021), a utilização dessas técnicas favorece uma análise detalhada das interações entre os refugiados e as políticas públicas voltadas para sua recepção no Brasil, evidenciando tanto as dificuldades enfrentadas quanto os processos de adaptação. O uso da história oral e da análise documental, comum em ambos os grupos temáticos, reforça a prática da triangulação de dados como uma estratégia metodológica consistente nas produções acadêmicas analisadas.

No campo teórico, os trabalhos analisados revelam uma articulação interdisciplinar, conectando referenciais da sociologia, antropologia e história. Nos estudos históricos, conceitos como memória coletiva (Halbwachs, 1990), práticas cotidianas (Certeau, 2014) e fronteiras étnicas (Barth, 1998) destacam-se como ferramentas analíticas para compreender os processos de formação comunitária, preservação cultural e integração socioeconômica. Já nos estudos contemporâneos, teorias como as de Bourdieu (2003) sobre capital social e simbólico e as reflexões de Butler (2003) sobre performatividade contribuem para investigar como os refugiados constroem suas identidades em contextos de vulnerabilidade. As noções de hibridismo e entre-lugar propostas por Bhabha (1998) também aparecem como categorias importantes para analisar as estratégias de negociação identitária dos migrantes.

Apesar das especificidades entre os dois grupos temáticos, alguns pontos de convergência são evidentes. A prevalência das abordagens qualitativas, a centralidade da história oral e a triangulação de dados refletem o rigor das pesquisas, enquanto os referenciais teóricos problematizam questões como alteridade, identidade e dinâmicas de poder. Conforme Suasnábar e Palamidessi (2007), essa integração de diferentes perspectivas demonstra a capacidade do campo acadêmico de incorporar demandas sociais e políticas, contribuindo para ampliar o escopo das discussões sobre migração e refúgio no Brasil.

3.4 Comparações e transformações entre o debate sobre migrações históricas e contemporâneas

3.4.1 Continuidades e rupturas temáticas

A comparação entre os estudos sobre as migrações sírias no Brasil, nos períodos histórico e contemporâneo, revela a permanência de determinados temas estruturantes, mas igualmente evidencia transformações significativas nas abordagens e na ênfase analítica. A identidade, a inserção econômica e as redes comunitárias configuram-se como eixos presentes nos dois períodos, porém a forma como são investigados e as problemáticas associadas a cada momento se modificaram. Ademais, identificam-se temas específicos de cada contexto, refletindo tanto as condições materiais e políticas distintivas quanto o desenvolvimento das ciências sociais no campo dos estudos migratórios. A comparação possibilita, ainda, identificar mudanças na abordagem teórica e metodológica, explicitando um deslocamento das análises estruturais para perspectivas que valorizam experiências subjetivas e agências individuais.

A identidade configurou-se e permanece como um dos eixos centrais no debate acadêmico sobre a migração síria. No período histórico, os estudos ressaltavam a identidade étnica como elemento funcional na inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, correlacionando-a a redes de sociabilidade e dinâmicas empreendedoras (Truzzi, 1991). Evidenciava-se um pronunciado componente de assimilação estratégica, no qual os imigrantes equilibravam a preservação de suas tradições com as demandas de aceitação social e projeção econômica. No período contemporâneo, entretanto, a identidade passou a ser analisada a partir de experiências de deslocamento forçado, enfatizando rupturas, traumas e os desafios de reconstrução de pertencimento em um novo território (Rosal, 2022).

A inserção econômica dos migrantes também se constitui como tema presente nos dois períodos, porém com transformações significativas em sua abordagem. Enquanto os estudos sobre os sírio-libaneses do início do século XX ressaltam sua atuação no comércio e sua mobilidade social ascendente (Souza, 2007), as investigações recentes apontam para a precarização da mão de obra refugiada e os desafios da informalidade (Marchini, 2022). Nos estudos históricos, o comércio é caracterizado como espaço de integração e ascensão social, no qual os imigrantes se organizavam em redes comunitárias para facilitar o acesso a crédito e oportunidades de negócio. Já nas pesquisas contemporâneas, observa-se que os refugiados enfrentam barreiras institucionais para validar suas credenciais e ingressar no mercado de trabalho formal, sendo conduzidos a ocupações precárias e à economia informal.

As redes de sociabilidade igualmente se configuram como elemento recorrente na literatura acadêmica sobre migração síria. No passado, as associações comunitárias, clubes e instituições filantrópicas desempenhavam papel crucial na manutenção dos laços culturais e no suporte econômico dos recém-chegados (Truzzi, 1991). Essas redes eram compostas majoritariamente por conterrâneos e patrícios, operando como estruturas de suporte mútuo para inserção na sociedade brasileira. No contexto contemporâneo, porém, a natureza das redes de apoio experimentou transformações substanciais. Atualmente, as redes incorporam não apenas familiares e conterrâneos, mas também organizações não governamentais, instituições religiosas e iniciativas humanitárias (Barcellos, 2021). Essa dependência de redes externas, em detrimento de redes comunitárias próprias, evidencia a ausência de estruturas migratórias autônomas e a maior vulnerabilidade dos refugiados.

Entre os temas exclusivos de cada período, destaca-se, no contexto histórico, o papel da mídia na construção da imagem dos sírio-libaneses. A imprensa do início do século XX frequentemente mobilizava estereótipos para caracterizar os imigrantes, ao mesmo tempo em que funcionava como dispositivo de legitimação social (Truzzi, 1991). As publicações criadas pela própria comunidade sírio-libanesa configuravam-se como instrumentos de organização e fortalecimento identitário. Nos estudos contemporâneos, a mídia é analisada a partir de uma perspectiva distinta: as representações dos refugiados sírios oscilam entre discursos de vitimização e de suspeição, impactando sua integração social (Santos, 2019).

Outro tema exclusivo das migrações contemporâneas reside no impacto das políticas migratórias sobre a vida dos refugiados. Diferentemente dos sírio-libaneses históricos, que enfrentaram uma política de imigração orientada para a ocupação econômica do território, os refugiados sírios contemporâneos defrontam-se com um sistema burocrático complexo, que impõe barreiras à sua regularização e ao acesso a direitos básicos (Santos, 2020). Esse aspecto torna-se ainda mais problemático em virtude da ausência de políticas públicas consistentes que facilitem sua integração no Brasil.

A questão do trauma e da saúde mental emerge como tema exclusivo dos estudos contemporâneos. Enquanto as pesquisas sobre migração histórica abordavam a identidade e a adaptação a partir de um viés econômico e social, os estudos recentes destacam os efeitos psicológicos do deslocamento forçado, incluindo ansiedade, depressão e estresse pós-traumático (Rosal, 2022). O trauma da guerra e da perda do país de origem impõe desafios

adicionais à integração dos refugiados, tornando essencial a criação de políticas que considerem o bem-estar psicológico dessa população.

A transformação das abordagens teóricas ao longo do tempo igualmente se evidencia. Nos estudos históricos, a imigração era analisada sob a ótica da assimilação e da adaptação estrutural, enfatizando a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento econômico do Brasil (Souza, 2007). Já nas pesquisas contemporâneas, observa-se uma ênfase maior na agência dos refugiados e nas formas como ressignificam sua identidade e negociam pertencimentos em um contexto de vulnerabilidade social (Anunciação, 2017).

A mudança metodológica acompanha essa transformação teórica. Os estudos sobre migração histórica baseavam-se predominantemente em fontes documentais e em análises quantitativas, focadas em estatísticas de deslocamento e ocupação econômica. Já as pesquisas contemporâneas incorporam métodos qualitativos, como entrevistas e narrativas de vida, permitindo uma abordagem mais subjetiva da experiência migratória (Barcellos, 2021).

O conceito de integração também experimentou mudanças significativas. Enquanto os estudos históricos enfatizavam um modelo de integração baseado na assimilação progressiva, com os imigrantes se adaptando às normas da sociedade brasileira, os estudos contemporâneos adotam uma visão mais crítica, considerando os desafios estruturais impostos aos refugiados e a necessidade de políticas públicas para garantir sua inserção social e econômica (Santos, 2020).

Em síntese, a análise das continuidades e rupturas temáticas nos estudos sobre as migrações sírias evidencia um campo de pesquisa em constante evolução. Se alguns temas como identidade, redes de sociabilidade e inserção econômica permanecem centrais, as abordagens teóricas e metodológicas passaram por mudanças substanciais. Ao mesmo tempo, novas temáticas emergiram no contexto contemporâneo, refletindo as transformações nos fluxos migratórios e nas condições institucionais e sociais enfrentadas pelos refugiados sírios no Brasil. Essas mudanças demonstram a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender a complexidade da experiência migratória em diferentes períodos históricos.

3.4.2 Comparando os principais achados de pesquisa

A análise das pesquisas sobre migração síria nos períodos histórico e contemporâneo revela transformações significativas na construção e manutenção das identidades. No período histórico, Abdala (2022) demonstra, através de sua pesquisa sobre práticas culinárias em São Paulo, que a questão identitária estava intrinsecamente vinculada a um projeto simultâneo de preservação cultural e integração à sociedade brasileira. O autor evidencia como a culinária funcionava como marcador identitário e, simultaneamente, como instrumento de adaptação social e econômica.

Almeida (2023) constata em sua análise sobre a urbanização paulistana que os sírio-libaneses construíram sua legitimidade social através de iniciativas como hospitais e associações benéficas. A autora demonstra que estas instituições não apenas fortaleciam laços identitários internos, mas também estabeleciam reconhecimento público através do capital simbólico gerado por estas ações filantrópicas.

Esta dimensão estratégica da identidade é também explorada por Araújo (2015) em seu estudo sobre a memória da imigração sírio-libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus. O autor identifica como as práticas religiosas e culturais serviam tanto à coesão comunitária quanto à negociação de espaços sociais e econômicos na região amazônica, evidenciando a capacidade de adaptação e ressignificação identitária dos imigrantes em diferentes contextos regionais.

Em contraste, ao analisar a experiência contemporânea, Rosal (2021) identifica uma dimensão mais traumática da identidade. A autora revela como o processo atual de construção identitária é marcado pela ruptura forçada e pela necessidade de reconstrução em contexto de vulnerabilidade. Esta perspectiva é aprofundada por Rosal (2022), que analisa o mal-estar contemporâneo dos refugiados sírios em São Paulo, evidenciando como os lutos não elaborados intensificam a vulnerabilidade psíquica dos refugiados.

A questão geracional na transmissão identitária apresenta contrastes significativos entre os períodos. Brandão (2007), ao estudar sírios e libaneses em Cuiabá, observa um processo mais orgânico de negociação entre preservação e adaptação através das gerações. Por outro lado, Silva (2021) identifica nos refugiados contemporâneos uma transmissão cultural fragilizada pelo trauma do deslocamento forçado, exigindo esforços ativos de reconstrução dos vínculos intergeracionais.

A relação entre identidade e espaço urbano emerge como elemento distintivo fundamental. Khouri (2013) demonstra como os sírio-libaneses históricos transformavamativamente os espaços urbanos, como a Rua 25 de Março em São Paulo, em territórios de afirmação identitária. Em contrapartida, Gregório (2019) revela uma relação mais precária dos refugiados contemporâneos com o espaço urbano, marcada pela necessidade de negociar sua presença em territórios já estabelecidos.

A dimensão de gênero na construção identitária também apresenta transformações significativas. Silva (2021) identifica que as mulheres refugiadas sírias contemporâneas enfrentam desafios particulares na reconstrução de suas identidades, especialmente no contexto do trabalho. Esta realidade contrasta com os achados de Dornelas (2008), que em seu estudo sobre Juiz de Fora demonstra como as mulheres sírio-libanesas do período histórico conseguiam articular tradição e modernidade de forma mais gradual e negociada.

A questão religiosa como elemento identitário é analisada de formas distintas nos dois períodos. Francisco (2017) observa que, no contexto histórico do Rio Grande do Sul, as instituições religiosas funcionavam primariamente como espaços de sociabilidade e manutenção cultural. Já Lodetti (2018), ao estudar refugiados sírios em Florianópolis, identifica que a religiosidade assume papel fundamental no processamento do trauma e na reconstrução psíquica dos refugiados.

As representações midiáticas e seus impactos na construção identitária também se transformam significativamente. Santos (2019) demonstra que as narrativas contemporâneas sobre refugiados sírios no Brasil oscilam entre vitimização e suspeição, afetando diretamente os processos de identificação e pertencimento. Este cenário difere do analisado por Castanheira (2015) no período histórico, onde a imprensa, apesar dos estereótipos, permitia maior agência dos imigrantes na construção de suas imagens públicas.

A questão da língua como elemento identitário é abordada de maneira distinta nos dois períodos. Anunciação (2017) identifica que, para os refugiados contemporâneos, o aprendizado do português frequentemente se associa a experiências de vulnerabilidade e exclusão. Em contraste, Magalhães (2009) demonstra como os sírio-libaneses do período histórico em São Luís utilizavam o bilinguismo como recurso de poder e negociação social.

Silva (2023) traz uma perspectiva inovadora ao analisar como a solidão se articula com a construção identitária dos refugiados contemporâneos, evidenciando dimensões subjetivas

antes pouco exploradas. Este aspecto contrasta com os achados de Daou (2021), que em seu estudo sobre a memória da comunidade sírio-libanesa no Amazonas enfatiza o caráter coletivo e compartilhado da experiência identitária histórica.

As estratégias de preservação cultural também se modificam significativamente. Marchini (2022) analisa como os refugiados contemporâneos utilizam a gastronomia não apenas como elemento identitário, mas como estratégia de sobrevivência econômica em São Paulo. Esta dinâmica difere da observada por Diniz (2019), que identifica no período histórico um empreendedorismo étnico mais estruturado e menos emergencial.

Pucci (2021) observa que as organizações humanitárias contemporâneas exercem papel ambivalente na construção identitária dos refugiados sírios, ora facilitando, ora limitando suas possibilidades de autodefinição. Esta mediação institucional contrasta com a maior autonomia observada por Rigamonte (2018) no período histórico, onde as redes comunitárias exerciam papel predominante na negociação identitária.

Estas transformações na construção e manutenção das identidades sírias no Brasil conectam-se diretamente às modificações nas formas de inserção econômica entre os dois períodos. Enquanto no período histórico a identidade étnica frequentemente funcionava como capital social positivo para o desenvolvimento econômico, como demonstra Francisco (2017), no período contemporâneo Barcellos (2021) identifica que a condição de refugiado muitas vezes opera como barreira adicional para a integração ao mercado de trabalho brasileiro.

Na perspectiva contemporânea, Aguiar (2021) identifica que as barreiras linguísticas e culturais, antes instrumentalizadas como diferencial positivo no comércio, agora dificultam o acesso dos refugiados sírios aos serviços básicos de saúde e assistência social. Esta realidade contrasta com os achados de Salazar (2018), que demonstra como os sírios do período histórico em Codó-MA conseguiam transformar suas especificidades culturais em vantagens competitivas no mercado local.

A relação entre identidade e espaço de trabalho também apresenta transformações significativas. Brasil (2020) observa que os refugiados contemporâneos frequentemente precisam reconstruir suas identidades profissionais em contextos precários, muitas vezes abdicando de suas formações originais. Esta situação difere da analisada por KONDRAKSI (2021), que identifica na gastronomia étnica contemporânea uma forma de preservação identitária que, embora economicamente viável, frequentemente reforça estereótipos culturais.

A análise da construção identitária nos dois períodos revela, portanto, não apenas transformações nas condições objetivas de sua manifestação, mas também mudanças fundamentais em sua própria natureza e função social. Se no período histórico a identidade étnica operava principalmente como recurso de negociação e ascensão social, como demonstra Vilarinho (2019), no período contemporâneo Calegari (2018) evidencia que ela frequentemente emerge como território de resistência e sobrevivência em condições adversas.

Esta transformação na dinâmica identitária conecta-se diretamente às mudanças nas formas de inserção econômica dos sírios no Brasil. O empreendedorismo, por exemplo, que no período histórico representava uma escolha estratégica de ascensão social, como demonstrado por Siqueira (2018), surge no contexto contemporâneo frequentemente como única alternativa viável diante das barreiras estruturais do mercado de trabalho formal. Esta transição nas possibilidades e significados da inserção econômica merece análise aprofundada.

No que tange à inserção econômica dos sírios no Brasil, as pesquisas revelam transformações significativas entre os períodos histórico e contemporâneo. Almeida (2023) demonstra que, no período histórico, os sírio-libaneses desenvolveram estratégias econômicas que combinavam comércio e investimentos urbanos, transformando sua presença comercial em capital simbólico através de empreendimentos que modificavam a própria paisagem das cidades.

Estas estratégias econômicas, segundo Francisco (2017), eram sustentadas por redes de apoio mútuo que facilitavam tanto o início na mascateação quanto a posterior transição para estabelecimentos comerciais fixos. Diferentemente, Barcellos (2021) identifica que os refugiados contemporâneos enfrentam barreiras estruturais significativas para sua inserção econômica, frequentemente tendo que lidar com a desvalorização de suas qualificações profissionais anteriores.

Araujo (2015) evidencia como, no período histórico, a mascateação funcionava não apenas como atividade econômica, mas como meio de conhecimento do território e estabelecimento de relações comerciais duradouras nos Vales dos Rios Acre e Purus. Em contraste, Gregorio (2019) demonstra que a inserção econômica contemporânea é marcada pela precariedade e pela informalidade, com refugiados frequentemente restritos a nichos específicos do mercado de trabalho.

Kondraski (2021) identifica que, embora o comércio de alimentos ainda represente uma via importante de inserção econômica para os refugiados contemporâneos, esta atividade assume características distintas do período histórico. Enquanto Abdala (2022) demonstra que historicamente a gastronomia étnica funcionava como ponte para diversificação econômica, hoje ela frequentemente representa uma das poucas alternativas viáveis de sobrevivência.

A questão do reconhecimento profissional emerge como elemento crucial de distinção entre os períodos. Silva (2021) evidencia que muitos refugiados contemporâneos, apesar de alta qualificação, enfrentam obstáculos burocráticos e institucionais para validar seus diplomas e exercer suas profissões no Brasil. Esta realidade contrasta com os achados de Brandão (2007), que demonstra como os sírio-libaneses do período histórico conseguiam converter seu capital comercial em diversificação profissional para as gerações seguintes.

Marchini (2022) observa que o empreendedorismo contemporâneo dos refugiados sírios frequentemente surge como resposta à exclusão do mercado formal de trabalho, diferindo do empreendedorismo estratégico analisado por Diniz (2019) no período histórico. Esta transformação reflete mudanças mais amplas tanto no contexto econômico quanto nas próprias condições de inserção dos migrantes.

A dimensão de gênero na inserção econômica também apresenta contrastes significativos. Silva (2021) identifica que as mulheres refugiadas contemporâneas frequentemente precisam assumir o protagonismo econômico familiar em condições de vulnerabilidade. Esta situação difere da analisada por Dornelas (2008), que demonstra como as mulheres sírio-libanesas do período histórico desenvolviam sua autonomia econômica de forma mais gradual e estruturada.

Pucci (2021) evidencia que as organizações humanitárias contemporâneas, embora fundamentais para o suporte inicial, nem sempre conseguem promover uma inserção econômica sustentável para os refugiados. Este cenário contrasta com a autonomia econômica observada por Salazar (2018) no período histórico, onde as redes comunitárias facilitavam uma integração econômica mais orgânica.

A precarização do trabalho emerge como característica distintiva do período contemporâneo. Calegari (2018) demonstra como os refugiados sírios frequentemente se encontram em situações laborais instáveis e informais. Esta realidade difere significativamente do processo de consolidação econômica descrito por Vilarinho (2019) em relação ao período

histórico, onde a progressão da mascateação ao comércio estabelecido seguia padrões mais previsíveis.

Siqueira (2018) identifica que, mesmo quando conseguem estabelecer negócios próprios, os refugiados contemporâneos enfrentam desafios significativamente maiores em termos de acesso a crédito e redes de fornecedores. Esta situação contrasta com a estrutura de apoio comercial identificada por Magalhães (2009) no período histórico, onde as redes de patrícios facilitavam tanto o início quanto a expansão dos negócios.

Estas transformações nas formas de inserção econômica conectam-se diretamente às modificações nas redes de sociabilidade desenvolvidas pelos sírios nos dois períodos, revelando como as estruturas de apoio social influenciam diretamente as possibilidades de integração e desenvolvimento econômico na sociedade brasileira.

As redes de sociabilidade desempenharam um papel fundamental na experiência dos migrantes sírios no Brasil, tanto no período histórico quanto no contemporâneo. No contexto histórico, essas redes se estruturavam prioritariamente em torno do parentesco, do comércio e das associações comunitárias, enquanto no período contemporâneo, observa-se uma fragmentação desses laços, com um papel mais centralizado de ONGs e instituições religiosas no suporte aos refugiados. A análise das dissertações e teses revela que, apesar das continuidades na importância das redes, há mudanças significativas nos meios pelos quais os migrantes acessam recursos, estabelecem vínculos e negociam sua inserção na sociedade brasileira.

No período histórico, as redes de sociabilidade constituíam-se como elementos estruturantes para a mobilidade social e econômica. Almeida (2023) evidencia que a implementação de associações benéficas, hospitais e agremiações comunitárias não somente solidificava os vínculos internos do grupo sírio-libanês, mas igualmente legitimava a inserção desses sujeitos migrantes no contexto societal brasileiro. Tais instituições configuravam-se como estratégicos espaços de mobilização social, propiciando mecanismos de suporte mútuo e viabilizando que os imigrantes recém-chegados acessassem redes preexistentes para otimizar sua integração econômica.

A estruturação de redes comunitárias também estava ligada ao comércio e ao empreendedorismo. Segundo Truzzi (1991), os mascates sírio-libaneses utilizavam suas redes de contatos para expandir seus negócios, garantindo uma circulação eficaz de mercadorias e

informações entre diferentes regiões do país. Araújo (2015) reforça essa análise ao demonstrar como a solidariedade entre patrícios permitia o acesso a crédito, insumos e estratégias de negociação, consolidando a presença sírio-libanesa no setor comercial.

No âmbito familiar, as redes de apoio garantiam a manutenção das tradições culturais e serviam como mecanismo de mediação entre o imigrante e a sociedade de acolhida. Brandão (2007), ao estudar sírios e libaneses em Cuiabá, observa que a construção da identidade comunitária passava pela intergeracionalidade, com redes familiares transmitindo conhecimentos e valores essenciais para a integração social. Esse padrão se repetia em diversas cidades brasileiras, como demonstrado por Khouri (2013) em sua análise sobre a Rua 25 de Março, onde as relações de confiança entre comerciantes eram fundamentais para a estabilidade econômica da comunidade.

A transformação dessas redes no período contemporâneo reflete as mudanças nos fluxos migratórios e nas políticas de acolhimento. Lodetti (2018) aponta que, ao contrário dos migrantes históricos, que contavam com redes consolidadas, os refugiados sírios contemporâneos frequentemente chegam ao Brasil sem suporte prévio, dependendo amplamente de ONGs, igrejas e iniciativas locais para obter assistência. Essa nova configuração impõe desafios adicionais, tornando o acesso ao emprego, à moradia e aos serviços públicos mais complexo e incerto.

A informalidade das redes contemporâneas impacta diretamente a inserção dos refugiados sírios no Brasil. Gregório (2019) demonstra que, sem um suporte comunitário estruturado, muitos refugiados acabam restritos a nichos específicos do mercado de trabalho, como o comércio ambulante e a gastronomia. Essa dependência de redes frágeis dificulta a mobilidade social, gerando um ciclo de vulnerabilidade econômica e instabilidade habitacional.

A ausência de redes familiares sólidas compromete a transmissão cultural e o fortalecimento identitário. Silva (2021) pontua que, enquanto no período histórico os laços intergeracionais facilitavam a manutenção das tradições sírio-libanesas, os refugiados contemporâneos enfrentam desafios adicionais na preservação de sua identidade cultural. A descontinuidade dos laços comunitários e a fragmentação das redes de sociabilidade configuram uma experiência migratória marcada pela precariedade e pelo isolamento.

Ademais, a centralização do suporte em instituições humanitárias apresenta efeitos ambíguos na integração dos refugiados. Pucci (2021) observa que, embora ONGs e redes

religiosas desempenhem papel crucial no acolhimento inicial, nem sempre promovem uma autonomia efetiva dos refugiados. O suporte oferecido caracteriza-se como frequentemente emergencial e assistencialista, sem garantir meios sustentáveis para a construção de trajetórias de independência socioeconômica.

A relação dos migrantes sírios com a cidade também sofreu transformações significativas entre os dois períodos analisados. No contexto histórico, os migrantes atuavamativamente na conformação dos espaços urbanos, consolidando territórios comerciais e formando bairros com forte presença sírio-libanesa. Segundo Khouri (2013), a Rua 25 de Março se tornou um símbolo dessa integração, onde os imigrantes não apenas se estabeleciameconomicamente, mas também promoviam mudanças estruturais no espaço urbano.

Essa apropriação do espaço urbano por meio do comércio e das redes comunitárias também foi observada em outras localidades. No período contemporâneo, essa relação com a cidade assume um caráter mais precário. Gregório (2019) destaca que muitos refugiados sírios são empurrados para áreas periféricas e enfrentam barreiras significativas no acesso à moradia digna. A segregação urbana limita as possibilidades de integração e reforça desigualdades estruturais, dificultando o estabelecimento de novas redes de sociabilidade.

A precarização da relação com o espaço urbano também se manifesta na dificuldade de acesso aos serviços públicos. Calegari (2018) aponta que, enquanto os migrantes históricos conseguiam consolidar sua presença em bairros centrais, beneficiando-se da infraestrutura urbana, os refugiados contemporâneos frequentemente enfrentam exclusão dos serviços de saúde, educação e assistência social, dependendo de iniciativas pontuais de ONGs e organizações comunitárias.

Apesar dessas dificuldades, a ressignificação dos espaços urbanos pelos refugiados sírios contemporâneos sugere dinâmicas de resistência e adaptação. Nazareth Brasil (2020) analisa como os refugiados constroem narrativas urbanas que conectam suas experiências passadas em Damasco com a realidade de cidades como São Paulo e Brasília, criando redes de memória e pertencimento que transcendem as barreiras geográficas.

A gastronomia configura-se como um dos principais mecanismos de inserção dos refugiados sírios na dinâmica urbana. Marchini (2022) observa que a culinária árabe se transformou em elemento central na reconstrução de espaços de sociabilidade, possibilitando que os refugiados estabeleçam interconexões com o tecido social local e desenvolvam

estratégias de integração econômica. Entretanto, essa inserção processa-se de maneira precarizada, frequentemente restrita ao trabalho informal e desprovida de garantias de estabilidade.

A segregação urbana igualmente impacta a mobilidade social dos refugiados. Calegari (2018) demonstra que o posicionamento periférico das habitações impõe desafios adicionais à inserção no mercado de trabalho, circunscrevendo as oportunidades e reforçando a dependência de redes informais de suporte. Essa configuração contrasta com a experiência dos migrantes históricos, que lograram estruturar redes comunitárias em áreas centrais, catalisando sua mobilidade ascendente.

Por outro lado, algumas cidades apresentam iniciativas que buscam integrar os refugiados sírios de maneira mais efetiva. Castro (2016) analisa programas de acolhimento em Maringá e destaca como políticas locais podem mitigar os desafios enfrentados pelos refugiados, promovendo acesso à moradia e ao trabalho. No entanto, essas iniciativas ainda são pontuais e não substituem a necessidade de políticas nacionais de integração.

3.5 Considerações finais do capítulo 3

A análise da produção acadêmica brasileira sobre migrações sírias revelou aspectos importantes sobre o desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil. O levantamento dos 67 trabalhos analisados destacou não apenas o aumento quantitativo das pesquisas, mas também as transformações qualitativas nas abordagens teóricas e metodológicas ao longo do tempo.

A predominância de produções vinculadas às Ciências Humanas, que representam 70% do total, e a concentração geográfica no eixo Sul-Sudeste refletem tanto as estruturas do campo acadêmico brasileiro quanto a história dos fluxos migratórios sírios. A análise temporal demonstrou um crescimento significativo nas produções a partir dos anos 2000, com maior intensidade na década de 2010, período associado à intensificação do conflito na Síria e ao aumento do número de deslocamentos forçados.

As diferenças entre os grupos temáticos "Migração Histórica" e "Migração Contemporânea" refletem como o campo acadêmico dialoga com os contextos sociais específicos de cada período. Enquanto os estudos históricos privilegiam debates relacionados à memória coletiva e às redes sociais, os trabalhos contemporâneos voltam-se para questões mais recentes, como políticas de acolhimento e integração social. Essas distinções aparecem tanto

nos referenciais teóricos utilizados quanto nas metodologias empregadas, embora a abordagem qualitativa permaneça predominante em ambos os casos.

A distribuição geográfica das produções acadêmicas, com concentração significativa em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, destaca a relevância histórica dessas regiões na recepção de migrantes sírios e libaneses. Ao mesmo tempo, evidencia as desigualdades estruturais do sistema acadêmico brasileiro, caracterizado pela concentração de recursos, infraestrutura e financiamento no eixo Sul-Sudeste, o que limita a produção em outras regiões do país.

A sistematização das produções acadêmicas permite concluir que o campo tem se mostrado sensível às transformações nos fluxos migratórios, adaptando suas perspectivas teóricas e metodológicas para abarcar tanto contextos históricos quanto os desafios contemporâneos apresentados pelas migrações forçadas. No entanto, sob a perspectiva dos campos sociais de Bourdieu, é possível observar que o campo científico das migrações não opera isoladamente, sendo atravessado por pressões de outros campos, como o político e o institucional, que frequentemente enxergam as migrações como problemas a serem controlados. Essas pressões se manifestam, por exemplo, na priorização de financiamentos para pesquisas sobre fluxos específicos ou voltadas à governança e ao controle migratório. Ainda assim, o campo acadêmico encontra brechas para exercer sua autonomia, elaborando referenciais teóricos e metodológicos que respondam tanto às demandas externas quanto às inquietações internas dos pesquisadores e estudantes, ampliando a compreensão e as possibilidades de abordagem desse fenômeno complexo.

A análise comparativa dos estudos sobre as migrações sírias nos períodos histórico e contemporâneo evidencia a permanência de temas estruturantes—identidade, urbanidade e redes de sociabilidade—ao mesmo tempo em que revela transformações metodológicas e teóricas de nuances complexas e significativas. A progressiva transição de abordagens estruturais para perspectivas que privilegiam a experiência subjetiva e a agência dos migrantes configura-se como expressão de um refinamento epistemológico, iluminando simultaneamente as metamorfoses do próprio fenômeno migratório e as reconfigurações das políticas de acolhimento. Emergem, nesse horizonte investigativo, novas problemáticas que desafiam os marcos interpretativos tradicionais, tais como os impasses das políticas migratórias contemporâneas, os processos de precarização do trabalho dos refugiados e a dimensão constitutiva da memória e do trauma nos movimentos de reconstrução identitária. A ampliação

desse escopo analítico não apenas possibilita, mas exige uma compreensão mais nuançada e complexa das migrações sírias no Brasil, desvelando suas múltiplas e intrincadas implicações sociais, políticas e econômicas. No capítulo subsequente, tais discussões serão aprofundadas mediante uma análise comparativa das dimensões da Identidade, Urbanidade e Redes de Sociabilidade, cujo propósito central reside em explorar as continuidades, ressignificações e transformações nesses eixos ao longo do tempo.

CAPÍTULO 4: TEMAS E DINÂMICAS NA MIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL: IDENTIDADE, URBANIDADE E REDES DE SOCIALIZAÇÃO

4.1 Introdução ao capítulo 4

A migração síria para o Brasil é um fenômeno multifacetado, que se desenvolveu em diferentes momentos históricos e foi moldado por condições sociais, políticas e econômicas nos contextos de origem e acolhimento. Desde os deslocamentos motivados pela instabilidade do Império Otomano no final do século XIX até as fugas contemporâneas em decorrência da Guerra Civil Síria iniciada em 2011, as trajetórias desses migrantes oferecem subsídios fundamentais para compreender as dinâmicas de inserção e adaptação na sociedade brasileira. Estes movimentos revelam não apenas as motivações e desafios dos migrantes, mas também as formas como o Brasil respondeu a esses fluxos em contextos históricos distintos.

No período histórico, a chegada de sírios ao Brasil foi marcada pela busca de melhores condições de vida em um ambiente relativamente permissivo, mas ainda assim repleto de tensões culturais e econômicas. Grupos majoritariamente compostos por jovens estabeleceram-se em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde redes comerciais e sociais desempenharam papel central na integração desses migrantes. Segundo estudos como os de Truzzi (2008) e Vilela (2002), a construção de uma identidade coletiva "sírio-libanesa", a formação de bairros étnicos e o fortalecimento de redes de sociabilidade foram elementos cruciais para lidar com a xenofobia e promover a coesão comunitária. Por outro lado, no período contemporâneo, a migração síria adquiriu novas configurações, caracterizadas pelo refúgio e pela complexidade das relações institucionais e sociais. Entre 2012 e 2024, mais de 5.500 sírios solicitaram refúgio no Brasil, enfrentando desafios como a precariedade habitacional e a inserção em uma economia desigual, o que é amplamente discutido por autores como Fortunato (2019) e Ferreira (2021).

Para compreender essas dinâmicas, este capítulo adota uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo, focada em identificar padrões, continuidades e rupturas nas interpretações acadêmicas sobre as migrações sírias. Foram analisadas 67 teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras, cobrindo produções sobre os dois períodos. Esses trabalhos foram organizados em dois grupos principais: "Migrações Históricas", abrangendo produções sobre as migrações que ocorrerá durante o século XX, e "Migrações Contemporâneas", concentrando-se em obras sobre as migrações sírias que ocorreram a partir de 2011, período marcado pela eclosão do conflito na Síria.

A análise foi estruturada em torno de três categorias principais: Identidade, Urbanidade e Redes de Sociabilidade. Essas categorias foram desdobradas em subcategorias que permitiram uma leitura detalhada e comparativa das dinâmicas discutidas nos estudos. Em Identidade, por exemplo, explorou-se a construção da identidade coletiva “sírio-libanesa” no período histórico e as tensões identitárias causadas pelo status de refugiado no período contemporâneo. Já em Urbanidade, abordaram-se as dinâmicas de formação de bairros étnicos e a inserção periférica dos refugiados sírios. Por fim, as Redes de Sociabilidade foram analisadas a partir das configurações familiares, comunitárias e transnacionais nos dois períodos, além do papel emergente das redes digitais e institucionais no contexto contemporâneo.

A análise das produções acadêmicas sobre migrações sírias fundamentou-se metodologicamente na análise de conteúdo, possibilitando sistematização de informações textuais e identificação de padrões analíticos. Mediante extração de citações significativas, organizou-se quadro analítico estruturado em categorias e subcategorias específicas.

Esta estruturação metodológica possibilitou exame de permanências e transformações nas abordagens acadêmicas, evidenciando como estas produções refletem configurações político-sociais e culturais características de cada período. A perspectiva comparativa proporcionou análise não apenas de temáticas centrais desenvolvidas, mas também de reconfigurações teórico-metodológicas nos estudos migratórios.

O processo analítico estabeleceu-se mediante leituras sistemáticas das produções selecionadas, identificação de elementos textuais significativos e categorização temática fundamentada no referencial teórico estabelecido. Esta organização possibilitou compreensão aprofundada das interpretações acadêmicas sobre experiências migratórias sírias em diferentes contextos históricos.

A estruturação metodológica em categorias analíticas possibilitou identificação de intersecções, divergências e transformações nas interpretações acadêmicas, evidenciando como diferentes períodos históricos produziram compreensões específicas sobre processos migratórios. Esta abordagem metodológica estabeleceu bases para análise comparativa sistemática das produções acadêmicas sobre migrações sírias no contexto brasileiro.

Este capítulo busca, portanto, mapear e analisar a produção acadêmica sobre migrações sírias para o Brasil, identificando os principais temas e abordagens que caracterizam as dissertações e teses selecionadas. Ao investigar como as obras refletem as dinâmicas sociais e

históricas que moldaram os fluxos migratórios, o capítulo oferece uma leitura comparativa sobre as práticas culturais, as estratégias de adaptação e as articulações institucionais que definem as experiências migratórias sírias no Brasil. A partir dessa análise, é possível compreender como o conhecimento acadêmico tem sido construído e adaptado diante de diferentes contextos históricos e desafios contemporâneos.

4.2 Debates sobre identidade, urbanidade e redes

Explorar as dinâmicas de identidade, redes e urbanidade associadas às migrações exige considerar os sujeitos migrantes não como meros receptores de estruturas sociais, mas como agentes ativos na transformação de seus contextos.

A identidade constitui um dos temas centrais nas ciências sociais, particularmente nos estudos migratórios, onde o conceito de pertencimento demanda constante reavaliação. Na análise de Brubaker e Cooper (2000), o termo "identidade" necessita maior precisão analítica, dado seu uso extensivo. Os autores propõem uma investigação focada nos processos de identificação e categorização, elementos fundamentais para compreender o posicionamento social de indivíduos e grupos, evitando assim a reificação conceitual.

Esta análise encontra ressonância nas contribuições de Stuart Hall (1996), que conceitua a identidade como processo dinâmico, influenciado pelas transformações histórico-culturais. Para Hall, as identidades se constituem em um "espaço de fronteira", caracterizado pela tensão entre heranças culturais originárias e demandas sociais dos países receptores. Este processo, no contexto migratório, frequentemente resulta em um "descentramento" identitário, manifestando experiências aparentemente contraditórias.

A contribuição teórica de Abdelal et al. (2006) estabelece uma distinção analítica entre "conteúdo" e "contestação" na formação das identidades coletivas. O primeiro elemento comprehende os significados atribuídos à identidade, incluindo aspectos normativos e comparações sociais. O segundo abrange as divergências intragrupais sobre estes significados, aspecto particularmente relevante no contexto migratório, onde as transformações socioculturais intensificam os questionamentos sobre pertencimento.

Na perspectiva de Belford e Lahiri-Roy (2018), a formação identitária dos migrantes transnacionais vincula-se intrinsecamente à noção de "casa", compreendida não apenas em sua dimensão física, mas como espaço simbólico-emocional. A identidade, neste contexto,

desenvolve-se em um "entre-lugar", onde coexistem vínculos originários e novas experiências culturais, evidenciando a complexidade do pertencimento transnacional.

Verkuijten (2005) analisa a identidade étnica como resposta aos processos de exclusão social, argumentando que a preservação de práticas culturais constitui forma de resistência às pressões assimilaçãoistas. Esta dinâmica gera tensões particulares em contextos que exigem adaptação institucional, demandando equilíbrio entre integração e manutenção cultural.

No contexto brasileiro, Said (2023) examina a experiência sírio-libanesa do início do século XX, destacando os desafios linguístico-culturais enfrentados. A predominância do português frequentemente restringia a expressão identitária destes migrantes, gerando marginalização e dificuldades integrativas, exemplificando o duplo desafio da adaptação e preservação cultural. Hall (1996) aprofunda a análise sobre os impactos da globalização nas identidades culturais, observando os processos de hibridização identitária. No contexto migratório, esta combinação de elementos locais e globais produz formas inovadoras de pertencimento, resultando em identidades que refletem tanto aspectos históricos quanto contemporâneos.

Belford e Lahiri-Roy (2018) enfatizam a dimensão emocional na construção identitária, destacando o papel da memória e da nostalgia. Estas conexões emocionais fundamentam a construção de identidades resilientes, estabelecendo continuidade em contextos de ruptura cultural. Conforme apontam Abdelal et al. (2006), as identidades caracterizam-se por sua natureza dinâmica e negociável. No contexto migratório, estas negociações adquirem complexidade particular, desafiando concepções estáticas de pertencimento e fomentando novos significados identitários.

Esta discussão teórica evidencia a complexidade das dinâmicas identitárias nos processos migratórios, proporcionando compreensão aprofundada dos mecanismos que configuram pertencimento e adaptação na contemporaneidade. Nesse sentido, a identidade dos migrantes não se constrói de forma isolada, mas em constante interação com os espaços que habitam. As cidades contemporâneas, ao concentrarem fluxos populacionais diversos, tornam-se não apenas territórios de acolhimento e exclusão, mas também arenas onde identidades são renegociadas e ressignificadas.

A partir dessa perspectiva, os centros urbanos constituem espaços fundamentais na análise das transformações sociais e econômicas associadas aos processos migratórios. Na visão

de Brenner e Theodore (2013), o contexto neoliberal transformou as cidades em espaços estratégicos de reestruturação político-econômica. Esse processo intensifica disparidades socioeconômicas e reconfigura territórios urbanos em função das necessidades do capital global, afetando principalmente grupos vulneráveis, incluindo populações migrantes.

A análise desenvolvida por Amin (2008) expande esta compreensão ao demonstrar que o espaço público urbano ultrapassa sua funcionalidade imediata, constituindo-se em ambiente de interações múltiplas que moldam a cultura urbana. O autor evidencia que, mesmo diante das privatizações características do neoliberalismo, as interações entre diferentes grupos culturais permanecem essenciais para o dinamismo das cidades, com populações migrantes frequentemente atuando como catalisadoras de renovação cultural e econômica.

Na contribuição teórica de Sassen (2005), o conceito de "cidades globais" emerge como fundamental para compreender estes espaços como núcleos centrais da economia globalizada. Estas metrópoles caracterizam-se por uma dualidade significativa: concentram simultaneamente poder econômico e populações marginalizadas, incluindo contingentes migratórios que buscam inserção nos mercados laborais locais, exemplificado por centros urbanos como São Paulo e Nova York.

A territorialidade migrante nas cidades manifesta-se de forma particular, conforme analisa Paiva (2011) em seu estudo sobre São Paulo. O autor examina como bairros específicos se transformam mediante sucessivos fluxos migratórios, incorporando elementos culturais e arquitetônicos distintivos. Estes territórios constituem não apenas áreas residenciais, mas espaços de resistência e expressão identitária.

Smith e Guarnizo (1998) destacam a relevância das conexões transnacionais que vinculam comunidades migrantes a seus locais de origem, estabelecendo "translocalidades". Estas redes reconfiguram o espaço urbano para além das fronteiras nacionais, possibilitando a manutenção de vínculos culturais e econômicos simultâneos à adaptação local, redefinindo relações de poder e pertencimento.

A hibridização cultural urbana, central na análise de Sassen (2005), evidencia como os fluxos migratórios contribuem para a constituição de identidades urbanas complexas. Nas cidades globais, a presença migrante transforma tanto aspectos físicos quanto práticas socioculturais, gerando novos modelos de convivência intergrupal.

Brenner e Theodore (2013) analisa como o contexto neoliberal acentua processos excludentes. A disputa por recursos urbanos frequentemente resulta na marginalização de populações migrantes, relegadas à informalidade laboral e habitacional. Esta exclusão socioespacial, embora intensifique desigualdades, também estimula organizações comunitárias e mobilizações por direitos.

Na perspectiva de Amin (2008), espaços públicos urbanos mantêm sua centralidade como ambientes de interação e formação de redes sociais entre migrantes e locais. Estes locais funcionam como espaços de negociação cultural e política, evidenciando o papel mediador do território urbano.

Paiva (2011) argumenta que os territórios migrantes, com suas especificidades socioculturais, possibilitam repensar as cidades como espaços inclusivos e dinâmicos. O autor demonstra como a materialidade destes territórios revela complexidades da convivência urbana e desafios integrativos.

Esta análise das dinâmicas urbanas no contexto migratório fundamenta a compreensão das redes de sociabilidade. Estas redes, constituídas mediante interações entre migrantes e população local, emergem como elementos fundamentais para compreender práticas cotidianas e resiliência nos espaços urbanos.

As redes de sociabilidade constituem elemento central na análise dos processos migratórios, abrangendo conexões interpessoais entre migrantes e não-migrantes mediante vínculos familiares, de amizade e origem comum. Na análise de Truzzi (2008), estas redes revelam-se fundamentais para compreender os fluxos informacionais e materiais que permeiam desde a decisão migratória até a inserção laboral nos países receptores, influenciando tanto escolhas de destino quanto processos integrativos.

Portes (1998) evidencia o capital social, manifestado em redes de confiança e reciprocidade, como elemento determinante nas experiências migratórias. O autor demonstra que estas estruturas proporcionam suporte fundamental nos processos de inserção laboral e adaptação cultural, estabelecendo ambientes de auxílio mútuo que minimizam custos e riscos migratórios. Contudo, Portes também identifica potenciais aspectos negativos nestas redes, incluindo sobrecargas assistenciais e tensões intragrupais.

A contribuição teórica de Vertovec (1999) amplia esta discussão ao desenvolver o conceito de transnacionalismo, vinculando redes sociais a campos transnacionais. Esta perspectiva evidencia como migrantes mantêm conexões ativas com suas comunidades originárias enquanto estabelecem novos vínculos nos países receptores, mediados por tecnologias comunicacionais e mobilidade contemporânea.

Lubbers et al. (2018) enfatizam a relevância das redes na articulação entre contextos locais e transnacionais, demonstrando sua centralidade na gestão de vivências multiterritoriais. Os autores propõem metodologias mistas para análise de redes pessoais, permitindo identificar padrões interativos e significações sociais associadas.

Na perspectiva de Massey et al. (1993), as redes funcionam como mecanismos autorreprodutivos, onde cada novo migrante reduz custos para migrações subsequentes mediante ampliação do suporte informacional e material disponível. Este efeito cumulativo fundamenta a compreensão da continuidade dos fluxos migratórios mesmo em contextos menos favoráveis.

Truzzi (2008) examina as transformações temporais das redes migratórias, incorporando novos integrantes e redefinindo funções conforme alterações contextuais. O autor evidencia como estas redes frequentemente transcendem vínculos familiares, incorporando conexões profissionais, religiosas e comunitárias.

Na análise da sociabilidade cotidiana, Granovetter (1973) estabelece distinção entre vínculos fortes e fracos, argumentando que os últimos proporcionam acesso privilegiado a informações e oportunidades externas aos círculos imediatos, facilitando mobilidade socioeconômica.

Bourdieu (1985) enfatiza a função das redes na acumulação de capital social, demonstrando que estas estruturas constituem fontes de poder e influência. O autor evidencia como o acesso a recursos mediante redes vincula-se ao posicionamento social dos indivíduos nestas estruturas, potencialmente gerando disparidades.

Ryan et al. (2008) complementam esta análise ao investigar a evolução das redes migratórias em diferentes momentos da trajetória migratória. Os autores identificam funções distintas das redes durante processos de chegada, integração e estabelecimento, adaptando-se às transformações contextuais e necessidades individuais.

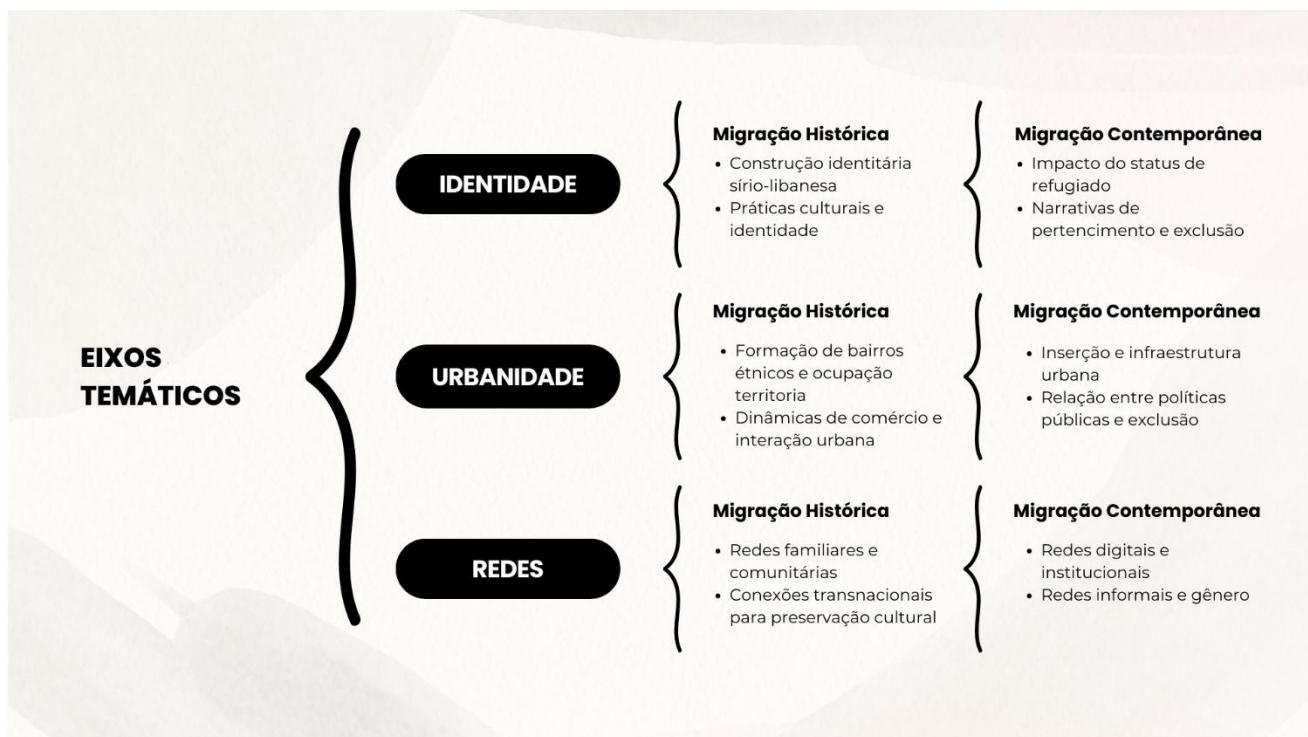
Esta análise das redes de sociabilidade estabelece fundamentação para compreender sua mediação nas experiências migratórias, tanto em contextos de origem quanto de destino. O exame destas dinâmicas evidencia não apenas processos de mobilidade, mas também mecanismos através dos quais migrantes constroem e renegociam identidades e pertencimentos no contexto global contemporâneo.

A intersecção entre identidade, urbanidade e redes de sociabilidade constitui elemento fundamental para compreender os processos migratórios contemporâneos. Como evidenciam Brubaker e Cooper (2000) e Sassen (2005), a construção identitária dos migrantes ocorre em espaços urbanos globalizados, mediada por redes sociais que, conforme analisa Portes (1998), proporcionam não apenas suporte material, mas também referências culturais e simbólicas. Esta articulação teórica demonstra que os territórios urbanos, transformados por dinâmicas neoliberais (Brenner e Theodore, 2002), constituem-se simultaneamente como espaços de exclusão e resistência, onde migrantes estabelecem conexões transnacionais (Vertovec, 1999) e desenvolvem estratégias de pertencimento. As redes de sociabilidade emergem, assim, como estruturas mediadoras entre as experiências identitárias individuais e as configurações espaciais urbanas, permitindo que migrantes naveguem entre múltiplas escalas de pertencimento e estabeleçam novas formas de cidadania e participação social. Esta perspectiva integrada revela como processos identitários, dinâmicas urbanas e redes sociais configuram um complexo sistema de relações que fundamenta a compreensão das migrações contemporâneas em sua totalidade.

4.3 Teses e dissertações sobre migração síria para o Brasil: o debate sobre Identidade, Urbanidade e Redes de Sociabilidade

A produção acadêmica brasileira sobre a imigração síria para o Brasil apresenta uma rica diversidade temática, conceitual e metodológica, refletindo a multiplicidade de centros de pesquisa em que esses trabalhos são desenvolvidos. As categorias identidade, urbanidade e redes de sociabilidade foram selecionadas com base na relevância que ocupam nos estudos analisados e na sua centralidade para compreender as dinâmicas migratórias desse grupo. Para uma análise mais detalhada, cada uma dessas categorias foi desdobrada em duas subcategorias, estruturadas de forma a facilitar sua interpretação e organização analítica, conforme ilustrado na Figura 4.1.

Figura 4.1 – Categorias e subcategorias analíticas



Fonte: Elaboração própria

4.3.1 Identidade

A perspectiva identitária é central em inúmeros trabalhos, tanto na perspectiva histórica quanto contemporânea. Nesse sentido, agrupamos nesse eixo as abordagens que buscavam identificar o processo pelo qual migrantes e refugiados sírios construíram e negociaram suas compreensões culturais, sociais e políticas no Brasil.

A construção identitária dos migrantes sírio-libaneses no Brasil, como abordada nos estudos agrupados sob o tema da migração histórica, destaca-se pela tensão entre a uniformidade projetada externamente e as diferenças internas preservadas dentro das comunidades. Essa identidade coletiva, frequentemente rotulada como "sírio-libanesa", foi amplamente utilizada para facilitar a integração social, mas como apontam Francisco (2012) e Araújo (2015), essa homogeneização mascarava divergências culturais, religiosas e econômicas. A unificação identitária foi particularmente útil para lidar com a estigmatização xenofóbica, mas muitas vezes invisibilizava a pluralidade que definia os migrantes. Por exemplo, enquanto os libaneses tendiam a se destacar no comércio urbano, os sírios se estabeleceram mais frequentemente em áreas rurais e no comércio ambulante, revelando dinâmicas ocupacionais divergentes.

Além disso, os trabalhos de Vilela (2002) e Magalhães (2009) mostram que a religião desempenhou um papel central na definição dessas identidades. Igrejas e clubes comunitários não apenas reforçavam o pertencimento coletivo, mas também serviam como espaços de negociação de fronteiras identitárias. As práticas culturais compartilhadas, como celebrações religiosas e eventos sociais, eram fundamentais para reforçar a unidade do grupo diante da sociedade receptora, ao mesmo tempo em que permitiam a expressão das especificidades de cada subgrupo. Entretanto, como destaca Choairy (2013), essa identidade generalizada muitas vezes ocultava as tensões internas, como as divisões entre cristãos e muçulmanos.

Os estudos também evidenciam que a construção identitária foi moldada tanto por pressões externas quanto por dinâmicas internas. A adoção de categorias "hifenizadas", como "árabe-brasileiro", analisadas por Souza (2007), ilustra uma estratégia de adaptação à sociedade local sem o completo apagamento das origens culturais. Contudo, como argumentam Francisco (2017) e Santos (2019), a identidade coletiva era uma ferramenta complexa que permitia tanto a preservação de práticas culturais quanto a inserção em um novo contexto social e econômico. Essa dualidade torna evidente o papel da identidade como um elemento dinâmico, negociado continuamente para atender às demandas da integração e da resistência cultural.

Com essa base, avançamos para discutir como as práticas culturais foram centrais na consolidação dessa identidade e na preservação das tradições. A próxima subcategoria explora a maneira como a religião, a gastronomia e o comércio serviram como pontes entre o passado dos migrantes e o novo contexto brasileiro, articulando pertencimento interno e aceitação externa.

As práticas culturais desempenharam um papel essencial na manutenção da identidade dos migrantes sírio-libaneses no Brasil, funcionando como um elo entre as tradições de seus países de origem e o novo contexto brasileiro. A religião, em particular, consolidou-se como um pilar identitário. Igrejas e associações religiosas eram mais do que espaços de culto; como mostram Francisco (2012) e Vilela (2002), esses espaços promoviam a coesão comunitária e facilitavam a integração econômica e social. As celebrações religiosas, como batismos e casamentos, serviam tanto como reafirmações culturais quanto como ferramentas de construção de redes sociais mais amplas, conectando os migrantes entre si e à sociedade brasileira.

A gastronomia, amplamente discutida nos trabalhos de Santos (2019) e Araújo (2015), foi outra prática central. Pratos como quibe e esfirra transcendem a função de alimentação,

tornando-se símbolos de identidade e ferramentas de aceitação social. Esses alimentos eram frequentemente apresentados em feiras e eventos comunitários, onde não apenas atraíam a população local, mas também reforçavam o pertencimento interno entre os migrantes. Como observado por Daou (2021), a culinária não apenas preservava a memória cultural, mas também era utilizada como estratégia econômica, ajudando os imigrantes a estabelecerem sua presença no mercado brasileiro.

O comércio estabeleceu-se como elemento central na integração sírio-libanesa e manutenção de tradições culturais. Magalhães (2009) evidencia como o comércio ambulante e estabelecimentos comerciais constituíram espaços de interação cultural, proporcionando sustento e preservação de práticas culturais. Estes espaços comerciais, exemplificados pela Rua 25 de Março em São Paulo, funcionavam como pontos de encontro e transmissão cultural, conforme analisa Francisco (2017).

A análise dos clubes sociais e escolas comunitárias revela seu papel na coesão cultural. Vilela (2002) demonstra como estas instituições foram fundamentais na transmissão linguística e cultural intergeracional, assegurando continuidade identitária em contexto adaptativo. Estas práticas culturais evidenciam processos simultâneos de preservação e adaptação estratégica, demonstrando as intersecções entre construção identitária e práticas culturais na experiência migratória sírio-libanesa no Brasil.

No grupo das migrações contemporâneas, o status de refugiado constitui elemento central na construção identitária dos sírios, conforme evidenciam as análises desenvolvidas. As pesquisas de Fortunato (2019) e Ferreira (2021) demonstram que esta condição intensifica processos de exclusão e vulnerabilidade, afetando dimensões socioeconômicas integrativas. A não validação de diplomas estrangeiros exemplifica estas restrições, compelindo profissionais qualificados à subocupação laboral. Esta dinâmica evidencia uma contradição fundamental: o status de refugiado, embora proporcione proteção jurídica, opera simultaneamente como marcador de estigmatização social.

Na análise desenvolvida por Cunha (2023), os processos burocráticos brasileiros emergem como obstáculos significativos à integração. As restrições no acesso documental limitam não apenas inserções laborais, mas também impossibilitam acesso pleno a serviços essenciais, incluindo educação. Silva (2021) argumenta que esta configuração transforma o status de refugiado em condição paradoxal, experienciada entre proteção e exclusão.

Adicionalmente, barreiras culturais frequentemente marginalizam refugiados de espaços cívicos ampliados, restringindo participação social efetiva.

Major (2022) examina como construções midiáticas modelam percepções sociais sobre refugiados. A narrativa predominante de vitimização, embora sensibilize a opinião pública, reforça estereótipos limitadores da autonomia refugiada. A ênfase constante na vulnerabilidade descharacteriza experiências migratórias singulares, homogeneizando trajetórias individuais em categoria uniforme de carência.

A pesquisa de Barcellos (2021) evidencia processos de resistência à estigmatização, utilizando o status de refugiado como espaço de negociação identitária. Apesar de restrições estruturais e culturais, refugiados desenvolvem narrativas contra-hegemônicas mediante redes comunitárias e iniciativas culturais afirmativas. Esta resiliência revela-se fundamental para compreender complexidades identitárias contemporâneas, caracterizadas por tensões entre exclusão e adaptação.

O impacto do status de refugiado na construção identitária manifesta-se, portanto, em múltiplas dimensões. Esta condição intensifica processos marginalizantes enquanto possibilita resistências e reconfigurações identitárias. A análise desta subcategoria evidencia como configurações estruturais e simbólicas no contexto brasileiro contemporâneo determinam experiências identitárias dos refugiados sírios.

As narrativas de pertencimento e exclusão fundamentam a compreensão das experiências dos refugiados sírios no Brasil contemporâneo. Nas análises de Fortunato (2019) e Ferreira (2021), o pertencimento vincula-se essencialmente às redes comunitárias e religiosas, que proporcionam suporte emocional e material. Simultaneamente, conforme evidencia Bianca Silva (2021), manifestam-se processos excludentes em espaços cívicos ampliados, intensificados por barreiras linguístico-culturais, particularmente em centros urbanos onde precariedades habitacionais restringem oportunidades.

Na análise das relações institucionais, Fusaro (2019) demonstra a centralidade das ONGs na constituição de redes assistenciais, frequentemente substituindo funções estatais básicas. Silva (2021) argumenta que esta dependência institucional evidencia exclusões estruturais, manifestas na ausência de políticas públicas inclusivas. Esta configuração entre suporte comunitário e omissão estatal produz narrativas contraditórias entre pertencimento e marginalização.

Manifestações culturais, incluindo festivais e oficinas gastronômicas, emergem como mecanismos de estabelecimento de vínculos sociais e enfrentamento à exclusão. Silva (2021) evidencia que estas práticas, além de fortalecerem laços intracomunitários, promovem interações com a sociedade receptora. Contudo, estas iniciativas apresentam limitações, frequentemente circunscritas a contextos específicos, sem alcançar transformações sociais ampliadas.

A questão habitacional constitui elemento significativo nesta análise. Ferreira (2021) demonstra como exclusões habitacionais estabelecem-se como obstáculos fundamentais ao pertencimento, especialmente em metrópoles como São Paulo. Condições habitacionais precárias e restrições no acesso a programas habitacionais intensificam processos marginalizantes, limitando estabelecimento de vínculos comunitários locais.

As narrativas de pertencimento e exclusão evidenciam, portanto, tensões permanentes entre integração e marginalização. Enquanto redes comunitárias e manifestações culturais proporcionam suporte e interação, ausências em políticas públicas e barreiras estruturais perpetuam exclusões. Esta análise demonstra como o pertencimento dos refugiados sírios no Brasil constitui-se mediante negociações contínuas entre vulnerabilidade e resistência.

4.3.2 Urbanidade

As narrativas de pertencimento e exclusão evidenciam, portanto, tensões permanentes entre integração e marginalização. Enquanto redes comunitárias e manifestações culturais proporcionam suporte e interação, ausências em políticas públicas e barreiras estruturais perpetuam exclusões. Esta análise demonstra como o pertencimento dos refugiados sírios no Brasil constitui-se mediante negociações contínuas entre vulnerabilidade e resistência.

A relação dos migrantes sírios (sírio-libaneses) com espaços urbanos brasileiros no período histórico constitui elemento fundamental para compreender processos integrativos e transformações sociais. A constituição de bairros étnicos e dinâmicas territoriais emergiram como aspectos centrais na preservação cultural e desenvolvimento econômico, estabelecendo espaços de residência, sociabilidade e resistência cultural. As análises de Francisco (2017) e Truzzi (1991) evidenciam que a formação de territórios específicos, como a Rua 25 de Março em São Paulo, possibilitou o estabelecimento de redes de suporte mútuo e interações com a sociedade receptora. Vilela (2002) observa que as igrejas, além de espaços de culto, eram catalisadoras de etnicidade e contribuíam para a coesão comunitária.

Na configuração paulistana, a Rua 25 de Março consolidou-se como núcleo comunitário sírio-libanês, constituindo espaço de intercâmbios econômico-culturais. Francisco (2017) demonstra que esta localidade transcendia seu êxito comercial, estabelecendo-se como ponto de coesão social mediante práticas culturais e mercantis integradas. Em Porto Alegre, bairros como Floresta e Menino Deus exerceram funções análogas, abrigando migrantes e suas atividades econômicas. Conforme analisa Araújo (2015), estes espaços urbanos representavam tentativas de reconstrução de ambientes familiares em novos contextos.

A experiência maranhense, particularmente em São Luís, exemplifica processos similares de formação de bairros étnicos. Magalhães (2009) evidencia como concentrações territoriais proporcionaram redes de suporte econômico-social, facilitando adaptações dos recém-chegados. Estas configurações espaciais refletiam estratégias ocupacionais do período, com posicionamentos próximos a centros comerciais e oportunidades econômicas, demonstrando capacidades transformativas do ambiente urbano mediante adaptações culturais.

Instituições religiosas e associativas constituíram elementos estruturantes destes bairros. Santos (2019) demonstra que estes espaços, além de reforçarem pertencimentos internos, estabelecia姆 conexões com a sociedade brasileira. Estas instituições catalisavam processos integrativos enquanto preservavam tradições essenciais mediante festividades religiosas e eventos comunitários. Francisco (2017) evidencia vínculos diretos entre instituições religiosas, manutenção cultural e construção identitária coletiva.

Além disso, esses bairros étnicos também funcionavam como pontos de entrada para novos migrantes. Souza (2007) argumenta que as redes familiares e comunitárias estabelecidas nesses locais forneciam suporte essencial para os recém-chegados, oferecendo moradia, conexões econômicas e apoio cultural. Esse modelo de suporte contribuía não apenas para a integração dos indivíduos, mas também para a perpetuação das tradições culturais dentro da comunidade.

As associações culturais e os clubes sociais também desempenhavam um papel crucial na formação desses bairros. Santos (2019) observa que esses espaços eram usados para organizar eventos e festivais que reforçavam a identidade coletiva e fortaleciam os laços entre os membros da comunidade. De maneira semelhante, Vilela (2002) destaca que festas religiosas, como celebrações de casamentos e batismos, funcionavam como ferramentas de

coesão, permitindo que os sírios e libaneses mantivessem suas tradições em um ambiente de migração.

A constituição de bairros étnicos sírio-libaneses no Brasil histórico estabeleceu-se como elemento central na preservação e adaptação cultural. Estes espaços articulavam tradição e modernidade, moldando experiências urbanas mediante condições socioeconômicas locais, funcionando como microcosmos culturais que refletiam dinâmicas comunitárias internas e interações sociais ampliadas.

O comércio constituiu elemento estruturante na experiência urbana sírio-libanesa, estabelecendo-se como mecanismo fundamental de integração social e econômica. Magalhães (2009) e Francisco (2017) evidenciam o comércio ambulante como via inicial de inserção econômica, particularmente entre migrantes que enfrentavam restrições materiais. A figura do mascate emergia como símbolo de mobilidade social, estabelecendo conexões entre espaços rurais e urbanos mediante redes econômico-culturais que transcendiam limites geográficos.

Souza (2007) demonstra como estas práticas comerciais itinerantes transcendiam funções econômicas imediatas, possibilitando preservação de elementos culturais mediante vínculos estabelecidos com clientela local. Esta dinâmica manifestava-se especialmente em territórios como a Rua 25 de Março que, conforme analisa Francisco (2017), consolidou-se como núcleo de intercâmbios culturais e econômicos, simbolizando simultaneamente êxito comercial e capacidade adaptativa da comunidade.

O estabelecimento de comércios fixos constituiu dimensão adicional significativa. Vilela (2002) evidencia que estes espaços transcendiam transações comerciais, estabelecendo-se como ambientes de afirmação identitária e participação econômica ativa. Magalhães (2009) demonstra como estes estabelecimentos funcionavam como pontos de sociabilidade comunitária, fortalecendo vínculos sociais e econômicos mediante elementos culturais identitários.

As práticas comerciais vinculavam-se intrinsecamente aos processos de mobilidade social. Francisco (2017) e Araújo (2015) analisam transformações graduais de atividades ambulantes em empreendimentos industriais e redes comerciais consolidadas. Estas transformações fundamentavam-se em redes solidárias comunitárias que possibilitavam compartilhamento de recursos e conhecimentos, facilitando processos de ascensão socioeconômica.

O comércio estabeleceu-se, portanto, como elemento articulador entre preservação cultural e adaptação contextual na experiência migratória síria. Estas práticas, além de modelarem relações com espaços urbanos, influenciaram significativamente processos integrativos na sociedade brasileira, evidenciando capacidades transformativas e adaptativas desta comunidade.

Na migração contemporânea, especialmente no caso dos refugiados sírios no Brasil, a categoria Urbanidade revela como a relação entre esses indivíduos e os espaços urbanos é moldada por vulnerabilidades estruturais. A análise das subcategorias inserção periférica e infraestrutura e relação entre políticas públicas e exclusão evidencia como questões habitacionais, políticas públicas fragmentadas e a dependência de redes informais afetam diretamente a integração e a qualidade de vida dos refugiados. Esses estudos mostram como as condições urbanas atuais diferem do cenário histórico, sendo marcadas pela exclusão e pela insuficiência do suporte estatal.

A inserção urbana dos refugiados sírios no Brasil contemporâneo caracteriza-se por condições habitacionais e estruturais precárias, evidenciando processos de marginalização socioeconômica. Ferreira (2021) e Fortunato (2019) demonstram que refugiados concentram-se predominantemente em áreas periféricas metropolitanas, particularmente em São Paulo, territórios marcados por deficiências infraestruturais e limitações no acesso a serviços essenciais, comprometendo possibilidades integrativas.

A escassez de alternativas habitacionais formais direciona refugiados a redes informais e ocupações urbanas. Ferreira (2021) evidencia estas ocupações como respostas à ausência de políticas habitacionais específicas, enquanto Silva (2021) destaca a centralidade das redes informais nos processos de busca habitacional. Esta configuração intensifica-se mediante disputas por locações acessíveis em áreas centrais, resultando em deslocamentos para regiões periféricas, conforme analisa Ferreira (2021).

As condições dos abrigos temporários públicos constituem elemento adicional significativo. Fortunato (2019) evidencia inadequações estruturais e ausência de privacidade nestes espaços. Ferreira (2020) demonstra como restrições na mobilidade urbana limitam acessos a oportunidades laborais e educacionais, perpetuando exclusões. Estas relações precárias com espaços urbanos comprometem estabilidade e segurança desta população.

Condições habitacionais adversas também afetam o sentimento de pertencimento dos refugiados sírios, reforçando sua marginalização. Ferreira (2020) destaca que a precariedade habitacional tem implicações psicológicas, dificultando a construção de uma vida estável. A ausência de suporte estatal estruturado força muitos refugiados a dependerem de estratégias de sobrevivência que perpetuam sua exclusão das redes formais de moradia e infraestrutura urbana.

Portanto, a inserção periférica dos refugiados sírios no Brasil contemporâneo reflete não apenas um problema de acesso a infraestrutura, mas também uma questão estrutural que reforça a exclusão social. Os estudos analisados mostram que essa realidade é amplamente determinada pela ausência de políticas públicas eficazes e pela dependência de redes informais, que são incapazes de suprir plenamente as demandas habitacionais e urbanas dessa população.

A exclusão dos refugiados sírios no Brasil é intensificada pela insuficiência e fragmentação das políticas públicas voltadas para essa população. Como mostram Fortunato (2019) e Fusaro (2019), o suporte estatal disponível é frequentemente paliativo, sem prever soluções de longo prazo para questões habitacionais, jurídicas e econômicas. Essa lacuna nas políticas públicas não apenas perpetua as condições de vulnerabilidade, mas também compromete a integração dos refugiados nos espaços urbanos, onde a maioria deles se estabelece.

O refúgio no Brasil é, essencialmente, um fenômeno urbano. Conforme evidenciado por Ferreira (2021) e Silva (2021), os refugiados sírios tendem a se concentrar em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Essas cidades oferecem melhores oportunidades econômicas e maior acesso a serviços básicos, mas, ao mesmo tempo, intensificam desigualdades devido à exclusão habitacional e à falta de integração em seus aparelhos urbanos. Muitos refugiados são obrigados a viver em áreas periféricas com infraestrutura deficitária, onde a precariedade habitacional e a mobilidade restrita dificultam sua experiência com os centros urbanos e seus serviços.

A ausência de políticas públicas adequadas impede que os refugiados experimentem de forma plena e digna os aparelhos urbanos. Fortunato (2019) argumenta que a falta de políticas inclusivas voltadas para moradia, saúde e transporte limita a participação dos refugiados nas dinâmicas urbanas, restringindo suas interações sociais e econômicas. Embora redes institucionais e ONGs tentem preencher essas lacunas, como aponta Silva (2021) seu alcance é

insuficiente para enfrentar a complexidade dos desafios enfrentados pelos refugiados em centros urbanos densos e desiguais.

Além disso, a exclusão habitacional não é apenas uma questão de localização, mas também de acesso aos serviços essenciais que sustentam a vida urbana. Ferreira (2021) enfatiza que muitos refugiados destacam a dificuldade de acessar programas habitacionais formais e adequados, enquanto Silva (2023) observa que a ausência de políticas habitacionais direcionadas força muitos a dependerem de redes informais ou ocupações urbanas. Essa situação perpetua a exclusão e impede que os refugiados usufruam de forma justa os benefícios que os centros urbanos deveriam oferecer.

Outro ponto crítico é a incapacidade das políticas públicas de articular os diferentes níveis de governo para lidar com o refúgio como uma questão urbana. Ferreira (2021) argumenta que a falta de coordenação entre políticas federais, estaduais e municipais compromete a eficácia das iniciativas voltadas para os refugiados, resultando em respostas fragmentadas que não atendem às suas necessidades específicas. A inclusão em programas gerais, como o Bolsa Família, é significativa, mas insuficiente para integrar os refugiados à complexidade dos aparelhos urbanos, como transporte público eficiente, habitação digna e oportunidades econômicas, como aponta Fortunato (2019).

A relação entre políticas públicas e processos excludentes no contexto contemporâneo evidencia fragilidades estruturais que afetam intensamente refugiados sírios em espaços urbanos. Embora organizações não-governamentais e redes institucionais proporcionem suporte, a insuficiência de políticas públicas integradas que reconheçam especificidades urbanas do refúgio restringe processos integrativos e intensifica vulnerabilidades. As análises demonstram que exclusões enfrentadas transcendem precariedades habitacionais, manifestando-se como consequências diretas da negligência em reconhecer e atender demandas urbanas específicas desta população. A integração efetiva demanda, portanto, políticas que ultrapassem dimensões assistencialistas e promovam inclusão em estruturas urbanas, possibilitando experiências dignas nos territórios ocupados.

4.3.3 Redes de Sociabilidade

As redes de sociabilidade constituem elemento central na experiência migratória síria, estabelecendo-se como mecanismos de suporte, adaptação e preservação cultural. Estas redes, que compreendem vínculos familiares, comunitários, transnacionais e digitais, operam como

estruturas facilitadoras de processos integrativos nos contextos receptores, simultaneamente preservando conexões culturais e identitárias originárias. Na experiência síria, tanto no período histórico quanto contemporâneo, estas articulações revelaram-se fundamentais no enfrentamento de desafios econômicos, sociais e culturais, possibilitando construções identitárias coletivas em contextos frequentemente caracterizados por exclusões e vulnerabilidades. Mediante intercâmbios econômicos, compartilhamento de recursos e transmissão de tradições, estas redes estabelecem conexões entre dimensões temporais distintas, assegurando continuidades culturais e resistências frente a adversidades migratórias.

Nos trabalhos do grupo das migrações sírias históricas para o Brasil, as articulações comunitárias sírias fundamentavam-se em estruturas familiares e associativas que estabeleciaam vínculos significativos com territórios originários. Estas configurações revelavam-se essenciais no enfrentamento de adversidades migratórias e consolidação de coesão cultural em contextos frequentemente excludentes.

As estruturas familiares e comunitárias estabeleceram-se como fundamento integrativo mediante suportes logísticos, emocionais e financeiros. Vilela (2002) evidencia como estas articulações proporcionavam assistência imediata mediante provisão habitacional, inserção laboral e acesso a recursos essenciais, especialmente considerando ausências em políticas públicas de acolhimento no período.

Estas articulações transcendiam núcleos familiares imediatos, incorporando parentescos distantes e relações entre conterrâneos. Salazar (2018) demonstra como estas conexões ampliadas fundamentavam superações de obstáculos iniciais, estabelecendo bases para inserções econômico-culturais. Daou (2021) analisa como esta coesão consolidava-se mediante celebrações religiosas e eventos sociais.

As instituições associativas exerciam funções centrais nestas configurações comunitárias. Francisco (2012) evidencia como estes espaços operavam simultaneamente como ambientes de preservação cultural e pontos de interlocução com a sociedade brasileira, possibilitando manutenções tradicionais em contextos adaptativos.

Major (2022) demonstra impactos destas estruturas na organização econômica comunitária mediante intercâmbios financeiros e culturais entre territórios brasileiros e médio-orientais. Estas circulações estabeleciam bases para consolidações comerciais e manutenções culturais no contexto brasileiro.

Estas configurações familiares e comunitárias revelaram-se, portanto, fundamentais na experiência migratória síria brasileira, estabelecendo estruturas que possibilitaram enfrentamentos de adversidades iniciais, presavações culturais e construções identitárias coletivas em ambientes caracterizados por exclusões socioculturais.

As conexões transnacionais constituíram elemento estruturante na manutenção cultural da migração síria para o Brasil no século XX. Francisco (2012) evidencia que estas articulações estabelecia-se mediante trocas financeiras e comunicacionais regulares com o país de origem, assegurando permanências em práticas e referências culturais significativas.

O fluxo material, caracterizado por elementos como alimentos, artigos têxteis e objetos domésticos, estabeleceu-se como mecanismo central na preservação identitária. Daou (2021) demonstra como estes elementos, transportados sistematicamente, além de manterem referências culturais originárias, estabelecia-se como componentes significativos nas dinâmicas comerciais locais, particularmente em feiras e mercados comunitários, evidenciando entrelaçamentos entre dimensões culturais e econômicas.

As articulações transnacionais proporcionavam intercâmbios significativos em práticas sociais. Vilela (2002) analisa como vínculos estabelecidos entre familiares e compatriotas nos dois territórios possibilitavam adaptações contextuais sem comprometer heranças culturais. Francisco (2012) evidencia manifestações destas trocas em celebrações religiosas e eventos culturais que incorporavam regularmente participantes provenientes do Oriente Médio.

Salazar (2018) destaca que estas articulações possibilitavam perspectivas de retorno aos territórios de origem, frequentemente idealizadas após consolidação econômica no Brasil. Embora nem sempre concretizadas, estas possibilidades fortaleciam dimensões transnacionais identitárias e preservavam vínculos comunitários originários.

As conexões transnacionais exerciam funções simbólicas fundamentais na constituição identitária coletiva. Francisco (2012) e Daou (2021) demonstram que estas conexões transcendiam funções básicas de suporte, estabelecendo-se como mecanismos essenciais de preservação cultural e resistência identitária em contextos que demandavam adaptações constantes, evidenciando capacidades de negociação entre permanências e transformações culturais necessárias.

No grupo de trabalhos que tratam das migrações sírias contemporâneas, as redes digitais e institucionais estabelecem-se como elementos estruturantes no suporte aos refugiados sírios no Brasil contemporâneo. Fusaro (2019) demonstra como tecnologias comunicacionais proporcionam manutenção de vínculos emocionais e culturais transnacionais, simultaneamente facilitando acessos a informações essenciais sobre moradia, trabalho e serviços disponíveis no contexto brasileiro. Estas plataformas transcendem funções comunicacionais imediatas, constituindo-se como espaços de intercâmbios culturais que minimizam isolamentos característicos da experiência refugiada.

Silva (2021) analisa iniciativas digitais específicas direcionadas à integração socioeconômica, evidenciando projetos como "Bab Sharki", desenvolvido por refugiados sírios no Brasil, que utiliza ambientes digitais comerciais para estabelecer conexões culturais e oportunidades econômicas. Fortunato (2019) evidencia como redes institucionais, incluindo organizações não-governamentais e centros de apoio, proporcionam suportes jurídicos, psicológicos e materiais, estabelecendo mediações entre refugiados e estruturas estatais.

As limitações destas articulações institucionais manifestam-se significativamente. Silva (2021) demonstra que, embora fundamentais, estas organizações enfrentam restrições estruturais mediante escassez de recursos frente a demandas crescentes. Fusaro (2019) analisa como utilizações estratégicas de plataformas digitais ampliam alcances institucionais, disseminando informações sobre direitos, oportunidades laborais e assistência habitacional.

Silva (2021) evidencia como estas redes possibilitam conexões simultâneas com territórios de origem e acolhimento, estabelecendo-se como elementos fundamentais para bem-estar emocional mediante preservação de vínculos originários durante construções de novas trajetórias no Brasil. Estas articulações simbólicas e práticas fortalecem pertencimentos e facilitam adaptações em contextos frequentemente caracterizados por barreiras culturais e linguísticas.

As redes digitais e institucionais constituem-se, portanto, como mecanismos essenciais no suporte aos refugiados sírios, transcendendo assistências imediatas para estabelecer espaços de integração sociocultural. Entretanto, as análises evidenciam que sua efetividade vincula-se a necessidades de articulações institucionais ampliadas e recursos estruturais que possibilitem atendimento adequado às complexidades características da experiência refugiada no contexto brasileiro contemporâneo.

As redes informais e gênero constituem elementos fundamentais no suporte às mulheres refugiadas sírias no Brasil, preenchendo ausências em políticas públicas e estruturas institucionais. Estas articulações, predominantemente organizadas por mulheres, estabelecem interseções entre solidariedade, práticas culturais e processos emancipatórios. Fortunato (2019) evidencia que estas estruturas operam paralelamente às organizações não-governamentais, proporcionando suportes emocionais e materiais enquanto preservam elementos culturais identitários.

As oficinas artesanais e culinárias emergem como manifestações significativas destas articulações. Silva (2023) demonstra que estes encontros transcendem dimensões econômicas imediatas, estabelecendo ambientes seguros para compartilhamento de experiências e reconstruções de pertencimentos em escalas locais e transnacionais. Fusaro (2019) analisa como estas redes ultrapassam limites comunitários sírios, estabelecendo interações com a sociedade brasileira, possibilitando desconstruções de estereótipos.

A liderança feminina manifesta-se como elemento estruturante nestas configurações. Bianca Silva (2021) evidencia como refugiadas estabelecem organizações de eventos culturais e ações comunitárias. Estas iniciativas fortalecem coesões internas e estabelecem conexões com redes locais mediante festivais e encontros gastronômicos, possibilitando negociações de papéis sociais em diferentes escalas.

Estas articulações estabelecem-se como mecanismos fundamentais no enfrentamento de restrições estruturais. Fortunato (2019) demonstra como grupos facilitam acessos a serviços institucionais e oportunidades laborais, particularmente significativos considerando barreiras burocráticas e ausências em políticas públicas inclusivas.

Silva (2023) analisa como estas redes constituem espaços de resistência mediante construções narrativas que confrontam estereótipos de vulnerabilidade associados à condição refugiada. Mediante lideranças em ações solidárias e organizações comunitárias, estas mulheres reconfiguram representações sociais, evidenciando capacidades transformativas mediante estabelecimento de empreendimentos fundamentados em práticas culturais.

As articulações informais femininas evidenciam, portanto, potencialidades transformadoras em contextos migratórios forçados. As análises demonstram que estas redes transcendem suportes imediatos, estabelecendo-se como estruturas de preservação cultural, construção de pertencimentos e ampliação de autonomias. Estas dinâmicas revelam

capacidades de transformação da experiência refugiada em espaços de resistência e integração em diferentes escalas sociais.

4.4 Conclusões do capítulo 4: Identidade, Urbanidade e Redes em Perspectiva Comparada

As produções acadêmicas sobre migrações sírias, quando analisadas à luz do referencial teórico, evidenciam complexidades particulares nas dinâmicas identitárias, urbanas e relacionais entre períodos histórico e contemporâneo.

Na dimensão identitária, as análises históricas sobre a construção coletiva "sírio-libanesa" dialogam diretamente com a perspectiva de Brubaker e Cooper (2000) sobre processos de identificação e categorização. Vilela (2002) e Francisco (2017) demonstram como estas identificações, mesmo ocultando divergências internas, estabeleciam-se como mecanismos adaptativos, exemplificando o que Hall (1996) conceitua como "espaço de fronteira" identitário. No período contemporâneo, Fortunato (2019) e Ferreira (2021) evidenciam como o status de refugiado exemplifica o "descentramento" identitário proposto por Hall, onde vulnerabilidades político-sociais sobrepõem-se a elementos culturais tradicionais.

A distinção entre "conteúdo" e "contestação" proposta por Abdelal et al. (2006) manifesta-se distintamente nos dois períodos. No contexto histórico, Santos (2019) e Magalhães (2009) evidenciam como manifestações culturais estabeleciam significados coletivos mediante festivais e práticas gastronômicas. Contemporaneamente, Silva (2023) e Fusaro (2019) demonstram reconfigurações nestes conteúdos mediante mediações institucionais, exemplificando o que Verkuijten (2005) analisa como resistência às pressões assimilacionistas.

As dimensões urbanas analisadas encontram fundamentação na perspectiva de Brenner e Theodore (2013) sobre transformações neoliberais dos espaços urbanos. Francisco (2017) e Araújo (2015) evidenciam como territórios étnicos históricos exemplificavam o que Amin (2008) conceitua como espaços de interações múltiplas. Em contraste, Fortunato (2019) e Ferreira (2021) demonstram como dispersões territoriais contemporâneas refletem o que Sassen (2005) identifica como dualidades características das cidades globais.

As reconfigurações nas redes de sociabilidade evidenciam diálogos significativos com o referencial teórico. Daou (2021) e Vilela (2002), ao analisarem centralidades de vínculos familiares históricos, exemplificam o que Portes (1998) conceitua como capital social

estruturante. Silva (2023) e Fusaro (2019) demonstram como articulações digitais contemporâneas manifestam o que Vertovec (1999) analisa como transnacionalismo mediado por tecnologias comunicacionais.

Fortunato (2019) e Bianca Silva (2021), ao evidenciarem emergências de redes informais femininas, exemplificam o que Lubbers et al. (2018) conceituam como articulações entre contextos locais e transnacionais. Estas redes contemporâneas demonstram o que Massey et al. (1993) identificam como mecanismos autorreprodutivos, estabelecendo suportes informacionais e materiais em contextos vulneráveis.

A análise comparativa, fundamentada teoricamente, evidencia como a proposta de Belford e Lahiri-Roy (2018) sobre "casa" como espaço simbólico-emocional manifesta-se distintamente nos dois períodos. No contexto histórico, mediante estabelecimentos territoriais consolidados; no contemporâneo, através de articulações institucionais que buscam reconstituir pertencimentos em contextos precários.

Esta perspectiva integrada demonstra como conceituações teóricas sobre processos identitários (Hall, 1996), dinâmicas urbanas (Sassen, 2005) e redes sociais (Portes, 1998) fundamentam compreensões sobre transformações nas experiências migratórias sírias. As produções acadêmicas evidenciam como especificidades contextuais modelam estas experiências mediante intersecções entre resistências culturais e adaptações estruturais, configurando o que Granovetter (1973) identifica como articulações entre vínculos fortes e fracos na construção de mobilidades socioeconômicas.

CAPÍTULO 5: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE AS MIGRAÇÕES SÍRIAS NO BRASIL

5.1 Introdução ao capítulo

Os fluxos migratórios sírios para o Brasil inscrevem-se em um processo histórico mais amplo de deslocamentos populacionais do Oriente Médio, iniciado no final do século XIX e consolidado ao longo do século XX. No contexto das migrações árabes para a América do Sul, sírios, libaneses e palestinos integraram um movimento transnacional inicialmente caracterizado pela expectativa de retorno. Truzzi (2007) demonstra, contudo, que esta temporalidade provisória gradualmente cedeu lugar a um processo de estabelecimento e constituição de redes migratórias duradouras, consolidando a presença síria no Brasil como fenômeno socialmente estruturado.

O conflito civil sírio, deflagrado em 2011, inaugurou uma nova fase nos fluxos migratórios desta população em escala global, suscitando debates renovados sobre acolhimento e inserção socioeconômica. Embora o Brasil tenha implementado políticas específicas de acolhimento, como o reconhecimento prima facie para refugiados sírios, o contingente de imigrantes manteve-se relativamente modesto quando comparado a outras regiões, notadamente Oriente Médio e Europa. Dados do Comitê Nacional para os Refugiados evidenciam que, entre 2011 e 2022, aproximadamente 4.992 sírios formalizaram solicitações de refúgio no Brasil, configurando um padrão de deslocamento significativo, porém numericamente restrito no panorama migratório global. Este fluxo contemporâneo tem, não obstante, estimulado interesse acadêmico crescente, ampliando as pesquisas sobre a presença síria no país.

A produção acadêmica sobre imigração árabe no Brasil apresenta momentos distintos de intensificação. Osman (2021) identifica dois períodos significativos de expansão: após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando comunidades árabes e muçulmanas tornaram-se objeto de maior atenção político-acadêmica, e a partir da crise dos refugiados sírios, que renovou agendas de pesquisa sobre mobilidade internacional e direitos humanos. Os estudos sobre imigração síria configuram-se, contudo, como um subcampo em desenvolvimento, inserido no escopo mais amplo dos estudos migratórios e frequentemente articulado a abordagens históricas e sociológicas sobre imigração árabe no Brasil.

Este capítulo propõe-se a analisar as percepções de pesquisadores que desenvolveram dissertações e teses sobre migração síria no Brasil, bem como de orientadores que acompanharam estas produções, buscando compreender como o campo acadêmico tem abordado esta temática. A questão central que orienta a análise é: como os autores das dissertações e teses percebem o campo acadêmico de estudos sobre migração síria no Brasil, e quais desafios e lacunas identificam? Para responder a esta questão, foram realizadas entrevistas com pesquisadores e orientadores, abordando trajetórias acadêmicas, escolhas teórico-metodológicas, desafios institucionais e continuidade do debate pós-defesa.

A composição da amostra seguiu critérios objetivos de seleção, contemplando pesquisadores que responderam positivamente aos convites encaminhados por correio eletrônico. O conjunto de entrevistados totaliza 20 participantes, abrangendo tanto pesquisadores que defenderam dissertações e teses quanto orientadores que supervisionaram trabalhos sobre migração síria em programas de pós-graduação diversos. A heterogeneidade dos participantes reflete a natureza interdisciplinar do campo, incluindo áreas como história, sociologia, geografia, antropologia, direito e administração. A distribuição geográfica dos entrevistados evidencia que, embora exista concentração de pesquisas nas regiões Sudeste e Sul, há produções significativas em instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O procedimento metodológico adotado para análise das entrevistas fundamentou-se nos princípios da análise de conteúdo, conforme sistematização proposta por Bardin (2011). O processo analítico estruturou-se em três etapas complementares. A fase inicial, de pré-análise, constituiu-se da leitura exploratória das transcrições, permitindo identificação de padrões recorrentes e eixos temáticos emergentes. Na etapa subsequente, de exploração do material, os depoimentos foram segmentados em unidades de significado e organizados em categorias analíticas que expressam as percepções dos entrevistados sobre a estrutura do campo acadêmico e os desafios enfrentados. A etapa final, de tratamento dos resultados, envolveu interpretação dos dados, buscando apreender sentidos latentes nas narrativas e suas articulações com os objetivos da pesquisa.

Os relatos analisados evidenciam núcleos temáticos estruturantes das experiências dos pesquisadores. A definição do tema de pesquisa frequentemente emergiu da confluência entre motivações pessoais, redes acadêmicas e oportunidades institucionais. Diversos entrevistados relataram aproximação com a temática da migração síria mediante vínculos familiares ou experiências prévias com comunidades migrantes, enquanto outros indicaram que a delimitação

do objeto decorreu de diálogos com orientadores ou disponibilidade de financiamentos para pesquisas sobre refúgio. A pesquisa sobre migração síria não constitui, portanto, um campo consolidado nas ciências sociais brasileiras, estruturando-se a partir de múltiplas trajetórias e do entrecruzamento entre interesses individuais e condicionantes institucionais.

As narrativas dos entrevistados também evidenciam aspectos significativos sobre suas relações com programas de pós-graduação e orientadores. A escolha institucional nem sempre vinculou-se à existência de linhas de pesquisa consolidadas sobre migração síria, levando os pesquisadores a inserirem-se em programas voltados às migrações internacionais em sentido mais amplo. Em determinados casos, a ausência de especialistas na temática conduziu à busca por orientação junto a docentes dedicados a questões migratórias gerais ou temáticas correlatas, como identidade, refúgio ou direitos humanos. Este cenário revela a fragmentação do campo dos estudos migratórios no Brasil, onde a migração síria é abordada transversalmente e não como eixo estruturado de pesquisa.

Os relatos também evidenciaram desafios metodológicos expressivos enfrentados pelos pesquisadores. Entre os principais obstáculos mencionados, destacaram-se as dificuldades de acesso às comunidades sírias, resistências à participação em pesquisas e barreiras linguísticas. Os entrevistados apontaram estratégias diversas para contornar estas limitações, como articulação com organizações não-governamentais, intermediação de lideranças comunitárias e realização de entrevistas remotas. O processo de escrita das dissertações e teses emergiu como momento particularmente complexo, especialmente no que concerne à organização do material empírico e sua articulação com referenciais teóricos.

A partir da categorização sistemática dos dados emergentes das entrevistas, a próxima seção deste capítulo aprofundará a análise dos relatos, buscando compreender como os pesquisadores percebem o campo acadêmico, quais desafios enfrentam na construção do conhecimento sobre migração síria e quais lacunas persistem no desenvolvimento desta área de pesquisa no Brasil. Esta análise permitirá avançar na compreensão das dinâmicas que estruturam o campo dos estudos sobre migração síria no contexto acadêmico brasileiro, contribuindo para o debate mais amplo sobre produção de conhecimento em estudos migratórios.

5.2 Revisitando a literatura: o campo acadêmico e os estudos migratórios.

O estudo da comunidade científica estabeleceu-se como conceito fundamental na sociologia da ciência, constituindo-se como referência para a compreensão da organização social e das dinâmicas que permeiam a produção do conhecimento. Em sua análise sobre a ciência como instituição social, Merton (1974) argumenta que um conjunto específico de normas e valores - universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado - constitui o ethos científico, não apenas regulando a prática científica, mas legitimando os resultados produzidos pelos cientistas.

No entanto, tal concepção de comunidade científica não está isenta de críticas. Em sua obra seminal, Knorr Cetina (1999) problematiza a ideia de uma comunidade homogênea, demonstrando que diferentes disciplinas operam a partir de culturas epistêmicas distintas. A autora evidencia que estas culturas variam conforme as práticas, dispositivos e arranjos institucionais que caracterizam a produção do conhecimento em cada área, sendo influenciadas não apenas por normas internas, mas também por fatores externos como interesses econômicos e políticos.

A perspectiva histórica trazida por Kuhn (1989) acrescenta uma dimensão dinâmica ao papel das comunidades científicas no desenvolvimento do conhecimento. O autor argumenta que o progresso científico ocorre através de ciclos alternados entre "ciência normal" e "revoluções científicas", nos quais os paradigmas dominantes são sistematicamente questionados e substituídos. Neste processo, as comunidades científicas exercem função central na validação e legitimação dos novos paradigmas.

Bourdieu (1996), por sua vez, desenvolve uma crítica à suposta neutralidade do campo científico, evidenciando as relações de poder e disputas simbólicas que o constituem. O autor elabora o conceito de campo científico enquanto espaço social estruturado, onde os agentes disputam o monopólio do capital científico - compreendido como prestígio, reconhecimento e autoridade legítima para definir o que é ciência. Nesta perspectiva, as escolhas teórico-metodológicas frequentemente refletem as disputas por capital simbólico.

O campo científico, na concepção bourdieusiana, configura-se como espaço de forças estruturais e dinâmicas interativas, composto por relações entre agentes que ocupam diferentes posições e detêm distintos capitais, mobilizados estratégicamente para manter ou transformar a estrutura do campo. Tal dinâmica manifesta-se especialmente no campo acadêmico, onde

pesquisadores, instituições e agências financiadoras competem pela autoridade de estabelecer os critérios de legitimação do conhecimento.

A análise de Hey (2010) aprofunda esta discussão ao examinar como as políticas de avaliação e financiamento acadêmico impactam as dinâmicas do campo científico. A autora demonstra que mecanismos como a avaliação da pós-graduação não apenas regulam a produção científica, mas estabelecem hierarquias que expressam as disputas internas do campo. Estas hierarquias, sustentadas por critérios como impacto acadêmico e internacionalização, reforçam as relações de poder entre instituições e pesquisadores. Além disso, Hey (2010) destaca que as transformações nas políticas científicas introduzem novos desafios à autonomia do campo. O crescimento da dependência de recursos externos e as demandas por relevância prática frequentemente colocam os agentes científicos sob pressão, exigindo adaptações em suas estratégias para obtenção de reconhecimento e financiamento. Este cenário evidencia como o campo acadêmico é continuamente moldado pelas tensões entre os valores internos da comunidade científica e as expectativas impostas por outros campos sociais, como o político e o econômico.

A análise histórica do campo acadêmico-científico brasileiro revela especificidades significativas. Agostini e Massi (2024) argumentam que o campo acadêmico no Brasil estrutura-se fortemente pela articulação entre pesquisa, pós-graduação e universidade pública, sendo marcado pela influência de instituições como a CAPES. Os autores demonstram que a avaliação da pós-graduação constitui-se como mecanismo central de controle e hierarquização, estabelecendo critérios que determinam a legitimação de programas e linhas de pesquisa dentro do campo.

A configuração do campo acadêmico brasileiro e sua relação com outras esferas sociais revela um cenário particular de dependências institucionais. Em sua análise do cenário nacional, Agostini e Massi (2024) identificam uma característica distintiva do campo científico brasileiro: sua posição limítrofe entre diferentes esferas institucionais. Os autores apontam que esta posição se materializa especialmente na forte vinculação com políticas públicas e recursos estatais, criando um conjunto específico de tensões que permeiam desde as escolhas temáticas até os mecanismos de distribuição de financiamento.

As dinâmicas do campo científico contemporâneo exigem uma revisão crítica do papel das comunidades científicas. Em seu trabalho sobre culturas epistêmicas, Knorr Cetina (1999)

desenvolve uma análise que desafia visões homogeneizantes da prática científica. Sua contribuição mais significativa reside na elaboração do conceito de "arenas trans-epistêmicas" - espaços de interlocução onde a comunidade científica estabelece diálogos com atores diversos como gestores públicos, representantes da iniciativa privada e profissionais técnicos, evidenciando o caráter socialmente construído do fazer científico.

Na perspectiva histórica desenvolvida por Burke (2000), as transformações na prática científica são indissociáveis das mudanças sociais e dos avanços tecnológicos. Seu trabalho apresenta uma análise detalhada de como a ciência moderna se constituiu historicamente, destacando sua progressiva institucionalização e sua estreita vinculação com o desenvolvimento tecnológico, bem como sua busca constante pelo controle e previsibilidade dos fenômenos naturais.

Burke (2000) aprofunda sua análise ao examinar o papel fundamental das instituições científicas para além de sua função organizacional. O autor evidencia como o processo de institucionalização científica estabelece não apenas estruturas organizacionais, mas principalmente sistemas normativos que definem critérios de legitimidade do conhecimento. Esta dinâmica institucional revela-se central para compreender a formação de hierarquias no campo acadêmico, sejam elas nacionais ou internacionais.

A compreensão da ciência como prática social encontra ressonância nas análises contemporâneas do campo científico. Baumgarten (2004), ao examinar as múltiplas dimensões da produção científica, destaca sua inserção em uma intrincada teia de relações sociais. A autora argumenta que esta teia abrange desde as interações próprias do ambiente acadêmico até as diversas demandas societárias, ressaltando como as práticas científicas são moldadas por um complexo jogo de forças que envolve tanto aspectos epistemológicos quanto políticos e econômicos.

Neste contexto, a teoria dos campos de Bourdieu oferece referencial teórico consistente para analisar o campo científico como espaço de disputas por capital simbólico. Esta perspectiva permite compreender como as dinâmicas internas do campo interagem com as pressões externas, configurando um espaço social marcado tanto pela colaboração quanto pelo conflito. Tal abordagem mostra-se particularmente relevante para analisar as especificidades do campo científico brasileiro, caracterizado pela forte articulação entre pesquisa, ensino e políticas públicas.

Por fim, a análise das comunidades científicas e da produção do conhecimento permite avançar na compreensão da ciência como prática socialmente situada. Kuhn (1989) argumenta que as comunidades científicas são fundamentais para a consolidação e transformação dos paradigmas, mas estas dinâmicas só podem ser plenamente entendidas à luz das condições históricas e sociais que moldam a prática científica. Assim, o estudo das comunidades científicas e do campo acadêmico-científico não apenas evidencia as bases sociais da ciência, mas revela as complexas interações que definem a produção do conhecimento em diferentes contextos.

O campo dos estudos migratórios constitui-se como um espaço essencialmente interdisciplinar, marcado por significativas tensões epistemológicas e metodológicas. Brettell e Hollifield (2015) identificam uma oscilação característica neste campo entre a fragmentação teórica e os esforços de convergência interdisciplinar, evidenciando simultaneamente a riqueza e os desafios desta área do conhecimento. Os autores observam que, apesar desta fragmentação, existe um entendimento compartilhado sobre a centralidade do fenômeno migratório no contexto do século XXI, particularmente em face da intensificação dos processos de globalização e interconexão mundial.

A complexidade do campo manifesta-se também na multiplicidade de escalas analíticas que o compõem. Em um extremo, situam-se as análises macroestruturais, representadas principalmente pelas teorias dos sistemas mundiais, que privilegiam a compreensão dos impactos das dinâmicas econômicas globais sobre os processos de mobilidade humana. No outro extremo, encontram-se as abordagens microanalíticas, centradas nas experiências individuais dos sujeitos migrantes, com ênfase em aspectos como redes sociais, manifestações culturais e percursos biográficos. Entre estas duas dimensões, Brettell e Hollifield (2015) identificam um nível intermediário de análise, que articula elementos estruturais e agência individual através de conceitos como redes transnacionais e comunidades diáspóricas.

Para a análise dos estudos migratórios, as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu mostram-se particularmente férteis, especialmente seu conceito de campo como espaço de relações sociais estruturadas por disputas simbólicas e materiais. Transposto para o contexto dos estudos migratórios, este instrumental teórico permite compreender como o campo acadêmico se constitui através de disputas entre diferentes paradigmas teóricos, interesses institucionais e agentes em busca de acúmulo de capital específico. Esta perspectiva analítica possibilita identificar os processos pelos quais determinadas temáticas, metodologias e agendas

de pesquisa ganham centralidade ou são marginalizadas no debate acadêmico, considerando as condições sócio-históricas que estruturam o campo. No âmbito dos estudos migratórios, Sayad (1998) desenvolve uma crítica fundamental às análises reducionistas e tecnocráticas do fenômeno migratório. O autor propõe uma compreensão da migração enquanto "fato social total", que perpassa múltiplas dimensões - econômica, política, cultural e simbólica. Esta perspectiva amplia significativamente o horizonte analítico, deslocando o foco das questões meramente administrativas e incorporando as contradições e paradoxos intrínsecos à condição migrante, como a provisoriação e os processos de estigmatização social nas sociedades receptoras.

A elaboração teórica do "pensamento de Estado" por Sayad oferece instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão dos mecanismos pelos quais políticas migratórias e discursos oficiais configuram as experiências dos migrantes. O autor evidencia como estas políticas frequentemente reforçam construções narrativas nacionalistas que posicionam o migrante como alteridade, negando-lhe reconhecimento pleno como sujeito social. Esta análise mostra-se especialmente pertinente no cenário contemporâneo, onde as políticas de controle migratório priorizam aspectos de segurança nacional e gestão econômica em detrimento de perspectivas centradas nos direitos humanos.

No contexto da produção acadêmica, Sayad enfatiza a necessidade de desenvolvimento de uma "autosociologia", que permita aos pesquisadores elaborarem reflexões críticas sobre seus próprios posicionamentos e pressupostos na abordagem da temática migratória. Esta proposição contribui para problematizar o lugar da academia no campo das políticas migratórias e questionar a reprodução de discursos hegemônicos que naturalizam desigualdades e processos de exclusão.

A interdisciplinaridade emerge como elemento estruturante no campo dos estudos migratórios. Brettell e Hollifield (2015) destacam a centralidade do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento - antropologia, sociologia, ciência política e geografia - para a construção de uma compreensão mais integrada do fenômeno migratório. No entanto, os autores apontam desafios significativos nesta articulação interdisciplinar, como a ausência de paradigmas compartilhados e a tendência de cada disciplina privilegiar seus próprios referenciais teórico-metodológicos.

No contexto brasileiro, observa-se um processo de consolidação progressiva do campo dos estudos migratórios, embora persistam desafios relativos à internacionalização do conhecimento e circulação de referenciais teóricos. A obra de Sayad, por exemplo, ainda encontra penetração limitada na academia brasileira, parcialmente em função de barreiras linguísticas e da predominância de autores anglófonos no debate internacional. Esta lacuna evidencia a necessidade de ampliação do diálogo entre tradições intelectuais latino-americanas e contribuições teóricas como as de Sayad. As particularidades do contexto brasileiro, caracterizado pela heterogeneidade de fluxos migratórios históricos e contemporâneos, constituem terreno fértil para o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e metodológicas. As migrações vinculadas ao refúgio, por exemplo, têm suscitado questionamentos importantes sobre políticas públicas e processos de integração social. Neste cenário, o instrumental analítico desenvolvido por Sayad possibilita uma compreensão mais abrangente das dinâmicas migratórias no Brasil, problematizando narrativas oficiais e evidenciando as tensões entre processos de inclusão e exclusão.

Uma característica distintiva do campo dos estudos migratórios reside em sua capacidade de articular dimensões locais e globais. Brettell e Hollifield (2015) argumentam que os processos migratórios, ao conectarem diferentes espacialidades, temporalidades e expressões culturais, demandam abordagens analíticas que transcendam fronteiras nacionais. Esta perspectiva transnacional tem se mostrado particularmente relevante para a compreensão dos processos diaspóricos e da construção identitária em contextos de deslocamento.

O campo enfrenta, contudo, questionamentos quanto à sua capacidade de estabelecer diálogos efetivos com questões práticas, como políticas de acolhimento e garantia de direitos. Sayad (1998) alerta para os riscos do distanciamento entre elaboração teórica e prática social, que pode limitar o alcance da pesquisa acadêmica e reforçar abordagens tecnocráticas dos processos migratórios. A superação deste desafio demanda dos pesquisadores o estabelecimento de pontes entre produção de conhecimento e formulação de políticas públicas, fomentando debates mais inclusivos e transformadores.

A análise crítica do campo dos estudos migratórios, fundamentada nas contribuições de Bourdieu e Sayad, revela um espaço marcado por tensões e potencialidades. Se por um lado a fragmentação disciplinar e as pressões institucionais constrangem o desenvolvimento de abordagens integradas, por outro a interdisciplinaridade e a crítica epistemológica oferecem caminhos para a construção de um campo mais reflexivo e socialmente engajado. O campo dos

estudos migratórios no Brasil reflete as complexidades e especificidades históricas do fenômeno, articulando dimensões sociológicas, políticas e culturais. A partir da segunda metade do século XX, evidencia-se uma ampliação significativa do interesse acadêmico pela temática, particularmente em sua interface com as Ciências Sociais. Cotrim (2022) demonstra que a constituição deste campo foi permeada por tensões entre dimensões locais e globais, refletindo não apenas os fluxos migratórios, mas também as relações de poder e dinâmicas de colonialidade que caracterizam a produção de conhecimento. A autora evidencia como o processo de institucionalização foi significativamente influenciado por agências internacionais como UNESCO e Fundações Ford e Rockefeller, que alinharam agendas locais a prioridades globais, privilegiando determinadas concepções de integração cultural e metodologias empíricas.

As análises desenvolvidas por Cavalcanti e Oliveira (2018) indicam que os estudos sobre migrações internacionais ganharam maior projeção no debate sociológico brasileiro a partir dos anos 2000, impulsionados pela intensificação dos fluxos migratórios sul-americanos e caribenhos. A produção acadêmica passou a incorporar questões relacionadas à integração social, direitos migratórios e políticas públicas de acolhimento, evidenciando as intersecções entre aspectos nacionais e transnacionais do fenômeno migratório.

As contribuições de Barbosa (2018) e Póvoa Neto (2008) são fundamentais para compreender a inserção da temática migratória nas agendas política e acadêmica brasileiras. Barbosa demonstra como os estudos sobre imigração frequentemente se articulam com debates sobre formação da identidade nacional e processos de integração social. Póvoa Neto, por sua vez, analisa como as barreiras físicas e simbólicas estabelecidas pelas políticas migratórias expressam hierarquias sociais estruturadas em torno do "direito à mobilidade", estabelecendo distinções entre sujeitos considerados desejáveis e indesejáveis no espaço social.

A análise histórica das políticas de controle e acolhimento revela aspectos significativos do campo. Seyferth (1999) evidencia como as narrativas sobre imigração no Brasil durante o século XX foram marcadas por preocupações com assimilação cultural e construção de um projeto nacional que sistematicamente marginalizou grupos não europeus. A autora demonstra que o imaginário nacional foi constituído a partir de concepções de branqueamento e civilização, que influenciaram tanto políticas migratórias quanto processos de integração social. O panorama da produção acadêmica brasileira sobre migrações revela que, não obstante os avanços significativos, persistem lacunas importantes, especialmente no que concerne às

relações entre processos migratórios contemporâneos e transformações político-econômicas globais. Vilela e Lopes (2011) evidenciam a predominância de abordagens qualitativas na produção nacional, com ênfase nas experiências migratórias e nas dinâmicas de integração e exclusão social. Os autores apontam que o campo ainda enfrenta desafios significativos relativos ao financiamento, reconhecimento institucional e consolidação de uma agenda efetivamente interdisciplinar.

Cotrim (2022) destaca o papel decisivo das organizações internacionais, particularmente a UNESCO, na conformação do campo dos estudos migratórios no Brasil. A autora demonstra como conceitos como assimilação cultural e integração foram incorporados pela pesquisa sociológica brasileira, especialmente durante as décadas de 1940 e 1950, período crucial de institucionalização das Ciências Sociais no país. Esta fase também marcou a consolidação dos estudos empíricos, fortemente influenciados pela Escola de Chicago e pelos debates internacionais sobre migração.

As análises de Seyferth (1999) evidenciam como os discursos sobre assimilação e aculturação não apenas orientaram políticas migratórias brasileiras, mas também definiram contornos específicos do campo acadêmico. A autora argumenta pela necessidade de uma leitura crítica da produção acadêmica sobre migração no Brasil, considerando as implicações das relações de poder e narrativas nacionais que permeiam estes estudos.

O campo dos estudos migratórios no Brasil constitui-se, portanto, como um espaço de disputas epistemológicas, metodológicas e políticas. Conforme demonstram Cotrim (2022) e Seyferth (1999), estas disputas refletem tanto especificidades histórico-sociais brasileiras quanto tensões globais que caracterizam os fluxos migratórios contemporâneos. As contribuições de autores como Sayad, Willemse e Póvoa Neto oferecem instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão das dinâmicas migratórias, fortalecendo o diálogo entre academia, sociedade e Estado. Esta trajetória evidencia um campo em constante transformação, que responde tanto a demandas globais quanto a necessidades locais. Seyferth (1999) demonstra como as narrativas sobre migração no Brasil estão profundamente enraizadas em um contexto histórico marcado por desigualdades e assimetrias de poder.

5.3 Análise das Entrevistas: trajetória, escolhas e percepções.

A partir da categorização das entrevistas realizadas com pesquisadores e orientadores que produziram dissertações e teses sobre a migração síria no Brasil, inicia-se a análise dos achados empíricos deste estudo. A investigação das percepções acadêmicas sobre o campo dos estudos migratórios permite compreender as trajetórias dos pesquisadores, os fatores que influenciaram a escolha do tema, os desafios encontrados no desenvolvimento da pesquisa e a inserção das migrações sírias dentro do campo acadêmico das ciências sociais no Brasil. Considerando que a pesquisa tem como objetivo identificar continuidades e rupturas entre as produções acadêmicas sobre a migração síria histórica e a migração síria contemporânea, a análise será apresentada de forma comparativa. Primeiramente, examina-se o grupo de pesquisadores e orientadores que estudaram a migração histórica síria para o Brasil, seguido pela análise das entrevistas com aqueles que pesquisaram o fluxo migratório sírio contemporânea, iniciado em 2011.

5.3.1 Trajetória Acadêmica e Inserção no Campo das Migrações

5.3.1.1 Escolha do Tema

A escolha do tema pelos pesquisadores que estudaram a imigração síria histórica foi influenciada por fatores diversos, incluindo motivações pessoais, vínculos identitários e demandas institucionais. A análise das entrevistas revela que, embora a migração síria seja um campo consolidado dentro dos estudos migratórios brasileiros, os pesquisadores chegaram a ele por diferentes caminhos. Em alguns casos, o interesse foi despertado pela história familiar, como ocorreu com **A7**, que destacou sua própria ascendência sírio-libanesa como um fator determinante. "Desde criança eu venho observando a família do meu pai, comparando com a família da minha mãe e detectei essas diferenças culturais do que a imigração faz com a pessoa.

De maneira semelhante, **A12** relatou que seu interesse surgiu da ausência de registros sobre sua própria família libanesa, o que a motivou a buscar uma compreensão mais profunda da experiência migratória sírio-libanesa na região Norte. "Meu avô era uma pessoa de pouquíssimas palavras. Ele não falava quase nada sobre a história da família dele. [...] Eu vi que ainda, com as pesquisas que tinham, isso ainda não supria a minha necessidade". Esse aspecto demonstra que, para alguns pesquisadores, a migração síria era um tema não apenas acadêmico, mas também pessoal e identitário.

Já **A5** mencionou que sua escolha pelo tema foi quase acidental. O pesquisador conta que, ao visitar um cemitério, percebeu a presença massiva de sobrenomes árabes nos túmulos, o que o levou a questionar a história dessas famílias na região. "Nós não tínhamos uma tradição de estudos de registros dos acervos paroquiais, então foi algo realmente que colaborou muitíssimo para que nós conseguíssemos entender como maronitas se tornam católicos".

Outros entrevistados destacaram que a escolha do tema ocorreu a partir de um direcionamento institucional. **A6**, por exemplo, foi incentivado a estudar a imigração síria dentro de um projeto de pesquisa mais amplo sobre imigração urbana. "Eles me convenceram de que eu devia estudar o tema e foi assim que eu comecei a me inteirar do que havia sido produzido".

A13 relatou que sua escolha pelo tema foi influenciada pela percepção de que, dentro dos estudos migratórios, a imigração síria não possuía o mesmo nível de atenção acadêmica que outros fluxos, como a imigração italiana ou alemã. "O campo dos estudos migratórios no Brasil sempre enfatizou certos grupos, e os sírios e libaneses nem sempre estavam no centro dessas discussões. Essa observação sugere que, mesmo dentro de um campo consolidado, os pesquisadores ainda identificam lacunas na literatura.

Para **A1**, o interesse pelo tema da migração síria surgiu a partir de sua experiência profissional. Ao ingressar na Universidade Federal do Acre como docente, foi designado para ministrar a disciplina de História do Oriente, o que o levou a explorar a presença síria e libanesa na região amazônica. "A necessidade de preparar materiais para minhas aulas me levou a aprofundar-me na imigração sírio-libanesa na região amazônica".

Em contrapartida, **A9** relata que seu interesse pelo tema da migração foi despertado ainda na graduação, ao estudar a geografia da população e os deslocamentos humanos em larga escala. "Eu me realizei mesmo na hora que eu entrei no doutorado, porque era esse assunto que eu queria desde o começo".

O pesquisador **A10** menciona que seu interesse pelos sírios e libaneses emergiu da constatação de que havia uma significativa presença desses grupos em sua cidade, São Luís, mas uma escassez de estudos acadêmicos sobre eles. "Quando eu estendo isso para outras regiões do Nordeste, eu também sinto essa falta".

No caso de **A16**, a migração síria foi um desdobramento natural de sua paixão pela história do Oriente Médio. Ele menciona que sempre teve interesse por civilizações antigas e que, ao longo da graduação, percebeu a escassez de estudos sobre a presença árabe no Brasil. "O curso de história de maneira geral quase ninguém trabalha Oriente, é um hiato. Então, assim, ficou muito vazio. Aí eu comecei a perceber, acho que se eu gosto disso, eu vou ter que mexer o doce, eu mesmo".

Por fim, **A3** escolheu o tema dentro de uma abordagem interdisciplinar. Sua pesquisa focou em identidade e etnicidade, e a migração síria tornou-se um recorte dentro dessa abordagem mais ampla. "A orientação veio um pouco por causa do meu tema. [...] Ele estudava a questão da identidade indígena".

A análise das narrativas evidencia que a escolha da migração síria histórica como objeto de pesquisa resultou da confluência entre elementos de ordem pessoal, arranjos institucionais e lacunas identificadas na produção acadêmica. Os relatos indicam trajetórias diversas de aproximação com o tema: desde vínculos identitários e históricos até experiências profissionais prévias, além da percepção de insuficiência de estudos consolidados sobre a presença síria no Brasil. Esta multiplicidade de fatores revela que, não obstante a consolidação do campo dos estudos migratórios em sentido amplo, as pesquisas sobre migração síria no contexto brasileiro ainda se estruturam de forma fluida, respondendo a condicionantes variados.

A escolha do tema de pesquisa sobre a migração síria contemporânea pelos pesquisadores entrevistados revela um conjunto de fatores interligados que combinam influências acadêmicas, experiências pessoais e conjunturas políticas e sociais. As entrevistas evidenciam que os pesquisadores foram atraídos pela temática a partir de diferentes trajetórias acadêmicas e de vida, algumas fortemente ancoradas no interesse prévio pelo fenômeno migratório, enquanto outras emergiram de inserções empíricas e experiências práticas em contato com refugiados.

A11 explica que sua escolha pelo estudo das migrações sírias foi uma consequência de seu interesse anterior em migrações laborais. Inicialmente, sua proposta de pesquisa focava nas costureiras bolivianas em São Paulo, mas após conversas com sua orientadora, percebeu que a migração síria representava um tema de grande relevância devido ao contexto global e ao crescimento das solicitações de refúgio no Brasil. "O que que justificou na época a minha

[pesquisa]? [...] O deslocamento dos sírios ainda se encontra no escopo das migrações, dessa movimentação planetária".

De forma semelhante, **A14** menciona que seu interesse inicial estava voltado para questões de territorialidade e fixação em populações indígenas, mas sua perspectiva mudou ao se deparar com as narrativas de refugiados sírios em Florianópolis. "Eu me conectei com esse tema porque as histórias deles reverberavam na minha própria experiência de deslocamento e pertencimento". Esse relato sugere que a motivação para a pesquisa também foi atravessada por experiências subjetivas e biográficas, além do interesse acadêmico.

A8, por sua vez, teve uma trajetória peculiar. Advogada de formação, envolveu-se com trabalhos voluntários em uma ONG que prestava assistência a refugiados sírios em São Paulo. A partir dessa experiência, decidiu ingressar no mestrado para explorar academicamente as políticas públicas voltadas à integração de imigrantes. "A migração sempre foi uma coisa que me interessou por uma questão subjetiva, pessoal [...] e eu resolvi que meu tema de pesquisa seria a migração síria". Sua inserção empírica prévia facilitou o acesso ao campo, influenciando diretamente a escolha do objeto de estudo.

Já **A15** descreve um processo de escolha do tema que passou por reformulações ao longo do tempo. Inicialmente, sua pesquisa focava em uma perspectiva mais institucional, relacionada às políticas de saúde voltadas para migrantes. No entanto, ao interagir com refugiados sírios e perceber os desafios enfrentados na adaptação ao Brasil, reformulou seu enfoque. "O que eu estava lendo de imigração aqui no Brasil estava falando de refúgio, na verdade, e muito da perspectiva de danos psicológicos e problemas de saúde".

O pesquisador **A2** ressaltou que sua escolha pelo tema veio a partir de uma lacuna percebida no debate acadêmico sobre refúgio e integração. Ele explicou que a migração síria contemporânea representava um novo fenômeno dentro dos estudos migratórios no Brasil, diferindo das pesquisas tradicionais que se concentravam na migração histórica. "O que justificava essa concessão de refúgio, segundo a resolução do Conare, era o laço histórico entre os povos sírios e libaneses e o Brasil. Esse argumento me despertou a curiosidade para compreender se esses laços realmente se traduziam em políticas públicas eficazes".

A análise das narrativas dos pesquisadores dedicados às migrações contemporâneas evidencia que suas escolhas temáticas resultaram da articulação entre elementos institucionais, aspectos conjunturais e trajetórias individuais. Os relatos indicam que, embora o conflito sírio

e a consequente crise humanitária em escala global tenham constituído fatores determinantes, a percepção de lacunas na produção acadêmica nacional também exerceu influência significativa nestas escolhas. Destaca-se, ainda, que diversos pesquisadores aproximaram-se da temática mediante experiências de campo e interlocução direta com refugiados sírios, evidenciando a centralidade da dimensão empírica e da práxis na delimitação dos objetos de investigação.

5.3.1.2 Escolha do Programa e da Orientação

A escolha do programa de pós-graduação e do orientador entre os pesquisadores das migrações históricas variou significativamente, refletindo tanto a acessibilidade institucional quanto a afinidade teórica. Em alguns casos, a decisão foi orientada pela disponibilidade de linhas de pesquisa consolidadas em estudos migratórios, enquanto em outros, a escolha ocorreu por fatores práticos, como proximidade geográfica e possibilidades de financiamento. As entrevistas revelam que, embora a imigração síria já fosse um tema consolidado dentro dos estudos migratórios, muitos pesquisadores enfrentaram desafios na busca por programas que oferecessem suporte específico para o desenvolvimento de suas investigações.

Para A7, a escolha do programa não foi isenta de dificuldades. Ele menciona que, ao ingressar na pós-graduação, foi designado a um orientador cuja especialidade não estava diretamente relacionada às migrações, mas que estava sendo incentivado pelo programa a expandir sua orientação para novas temáticas. "Eu peguei um orientador que foi me imposto pela direção do PPG, que queriam levantar a bola de um jovem pesquisador. [...] Ele não era da área de migração, mas era interesse da direção colocar muita gente sendo orientada por ele". Esse relato ilustra como, mesmo dentro de programas de pós-graduação estruturados, as dinâmicas institucionais podem impactar a experiência do pesquisador.

Já A12 enfrentou um percurso distinto. Inicialmente, pretendia ingressar em um programa que abordasse a história da hotelaria no Amazonas, mas acabou redirecionando sua pesquisa para a imigração síria ao perceber a riqueza documental e o interesse acadêmico na temática. "Antes eu ia fazer com uma pessoa voltada para arquitetura, depois mudei para minha orientadora, que já tinha alguns trabalhos sobre imigração em geral". Esse caso demonstra que, para alguns pesquisadores, a escolha do programa e do orientador ocorreu após uma adaptação temática dentro da pós-graduação.

A experiência de **A3** também evidencia esse processo de adaptação. Sua pesquisa foi inicialmente vinculada a estudos sobre identidade e etnicidade, e não diretamente à migração síria. "A orientação veio um pouco por causa do meu tema. [...] Meu primeiro orientador estava mais focado na questão da religião, e depois fui realocada para outro professor". Esse relato reforça a tendência observada em diversos programas de pós-graduação, nos quais a migração é frequentemente abordada dentro de eixos mais amplos de pesquisa.

Por outro lado, **A6** já ingressou em um programa com tradição consolidada nos estudos migratórios, o que facilitou sua trajetória acadêmica. "Meu orientador já trabalhava com a imigração árabe no Brasil, então o caminho para desenvolver a pesquisa foi natural". Nesse caso, a escolha do programa ocorreu de maneira mais direcionada, evitando os desafios enfrentados por outros pesquisadores que precisaram justificar seu objeto de estudo dentro de programas com abordagens mais generalistas.

Para **A1**, a decisão pelo programa de pós-graduação foi condicionada por fatores institucionais. Ao ingressar na universidade onde está como docente, foi orientado a aprofundar seus estudos na história da imigração síria na região, o que determinou sua escolha pelo programa. "A necessidade de preparar materiais para minhas aulas me levou a buscar um programa que tivesse suporte para essa pesquisa".

Outro pesquisador que enfrentou dificuldades na definição do programa foi **A10**, que inicialmente tentou ingressar em um programa na Universidade Federal do Ceará, mas não foi aprovado. Posteriormente, conseguiu vaga em outro programa, no qual a linha de pesquisa era voltada para história e cultura, permitindo o desenvolvimento de sua investigação. "O orientador que me aceitou não tinha experiência com imigração, mas conseguimos construir um diálogo ao longo do tempo".

No caso de **A16**, a trajetória foi marcada pela ausência de especialistas em Oriente Médio dentro do programa, o que o obrigou a adaptar sua pesquisa para se encaixar dentro das abordagens disponíveis. "Eu tive que ser autodidata, porque não havia professores especializados na área que eu queria pesquisar". Esse cenário reforça um desafio recorrente nos estudos migratórios: a falta de especialistas em certas temáticas, o que leva os pesquisadores a se adaptarem às estruturas institucionais existentes.

A escolha do programa e do orientador também foi impactada por questões de acessibilidade e localização. **A9**, por exemplo, destacou que sua decisão foi influenciada pela

necessidade de encontrar um programa que permitisse um diálogo interdisciplinar com a geografia da população. "Minha pesquisa acabou se encaixando em um programa mais amplo, o que permitiu abordar a migração síria de uma maneira mais interdisciplinar".

Por fim, **A13** mencionou que a escolha do programa foi motivada pelo desejo de desenvolver um estudo de longa duração sobre a presença síria no Brasil, o que exigia acesso a acervos específicos e suporte metodológico adequado. "Eu sabia que precisaria de um programa que tivesse suporte para pesquisa histórica e acesso a fontes primárias".

O exame das trajetórias acadêmicas dos pesquisadores que se debruçaram a estudar a migração síria histórica para o Brasil, evidencia que as escolhas institucionais e de orientação foram permeadas por múltiplos condicionantes, abrangendo desde estruturas institucionais disponíveis até afinidades temáticas e limitações estruturais. Os relatos indicam experiências distintas: enquanto alguns pesquisadores beneficiaram-se da inserção em programas com tradição consolidada em estudos migratórios, outros enfrentaram a necessidade de adequar seus projetos a estruturas acadêmicas preexistentes, num processo contínuo de negociação e reorientação temática. Esta dinâmica sugere que, mesmo no âmbito dos estudos sobre migração síria, as trajetórias dos pesquisadores permanecem significativamente influenciadas pela articulação entre aspectos institucionais e especificidades individuais.

A escolha do programa de pós-graduação e do orientador pelos pesquisadores que desenvolveram estudos sobre a migração síria contemporânea no Brasil variou entre afinidades teóricas, oportunidades institucionais e circunstâncias pessoais. A experiência desses acadêmicos reflete tanto a carência de núcleos de pesquisa especializados no tema quanto as estratégias individuais de adaptação à estrutura disponível nos programas de pós-graduação.

Para alguns entrevistados, o ingresso no programa de pós-graduação ocorreu antes mesmo da definição do tema de pesquisa. **A11** menciona que inicialmente pretendia pesquisar as costureiras bolivianas, mas foi orientada a mudar o foco. A escolha da migração síria surgiu no contexto das discussões sobre refúgio, especialmente diante do fluxo migratório intensificado a partir de 2011. Como destacou, "foi um desafio muito grande [...] eu viajei para quatro estados entrevistando refugiados". Essa mudança de percurso reflete tanto um interesse acadêmico emergente quanto a necessidade de adaptar a pesquisa ao que era viável dentro da estrutura de seu programa.

De maneira semelhante, **A14** relata que sua decisão pelo tema das migrações sírias ocorreu após sua entrada no mestrado. Segundo ela, "eu entrei no mestrado sem saber exatamente o que pesquisar, mas queria continuar com o tema da territorialidade". Essa escolha inicial foi moldada pelo contato com a comunidade síria em Florianópolis e pela percepção de lacunas nos estudos sobre a migração síria contemporânea. A pesquisadora também destaca que sua orientadora não era especialista na temática migratória, o que gerou desafios na construção do arcabouço teórico-metodológico.

Já **A8** seguiu um caminho diferente. Seu envolvimento com o tema começou a partir do voluntariado em uma ONG voltada para o acolhimento de refugiados. Sua escolha pelo programa de pós-graduação foi, em parte, influenciada pelo fato de que o fundador da ONG também era professor da instituição. "Eu já estava lá como voluntária, então fazer o mestrado naquele ambiente foi uma coisa natural", afirmou. No entanto, sua pesquisa enfrentou desafios metodológicos, uma vez que sua linha de pesquisa estava formalmente vinculada ao campo das letras, embora o trabalho dialogasse mais com as ciências sociais e políticas públicas.

O critério da acessibilidade institucional também pesou na decisão de **A4**, cuja formação inicial em ciências contábeis e administração acabou moldando sua trajetória acadêmica. Ao tentar ingressar no mestrado para estudar as relações de trabalho dos imigrantes haitianos, não conseguiu vaga na linha específica desejada, sendo direcionada ao estudo do empreendedorismo de imigrantes. "Eles gostaram da minha proposta e me deram a oportunidade de estudar o empreendedorismo", explicou. Assim, a pesquisa sobre os sírios foi sendo construída conforme a disponibilidade de orientação e estrutura do programa.

No caso de **A2**, a afinidade com o tema da migração síria foi um fator determinante na escolha do orientador. Segundo ele, seu orientador possuía experiência em estudos sobre migrações árabes e contribuiu significativamente para o aprofundamento da base teórica de seu trabalho. Essa orientação foi fundamental para conectar sua pesquisa a um debate mais amplo sobre as continuidades e rupturas entre a imigração sírio-libanesa do século XX e os fluxos contemporâneos de refugiados sírios.

Em síntese, os relatos dos pesquisadores indicam que a escolha do programa e da orientação não foi apenas uma questão de afinidade teórica, mas também de viabilidade institucional. A inexistência de núcleos especializados na migração síria obrigou muitos a encaixarem suas pesquisas em áreas correlatas, como administração, direito, política pública e

sociologia. As trajetórias revelam tanto os desafios quanto as estratégias de adaptação empregadas para viabilizar a produção acadêmica sobre o tema.

5.3.1.3 Experiência com o trabalho de campo

Os relatos sobre experiências de pesquisa de campo, particularmente entre estudiosos das migrações históricas, evidenciam heterogeneidade significativa tanto nos desafios enfrentados quanto nas estratégias metodológicas adotadas, variando conforme o acesso às fontes, escolhas metodológicas e condicionantes externos que impactaram o processo de coleta de dados. A análise das narrativas revela um espectro diverso de experiências: desde pesquisadores que obtiveram acesso facilitado a acervos documentais e arquivos institucionais até aqueles que encontraram obstáculos expressivos na realização de entrevistas e estabelecimento de interlocução com descendentes de imigrantes sírios. Somam-se a este quadro elementos condicionantes como barreiras linguísticas, limitações institucionais e, notadamente, as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, que impactaram substancialmente a condução do trabalho empírico.

Para **A12**, a pandemia impôs desafios significativos à condução de suas entrevistas. Seu plano inicial era entrevistar mais de 30 pessoas presencialmente, permitindo uma imersão nas casas e ambientes dos entrevistados. No entanto, com a chegada da pandemia, sua pesquisa precisou ser completamente reestruturada para o formato online. "As entrevistas seriam presenciais, porque eu queria sentir o ambiente em que as pessoas moravam, porque para mim isso faria muita diferença na minha pesquisa. Só que eu só consegui autorização para fazer a pesquisa em 2020. E aí logo veio a pandemia e toda minha pesquisa foi reestruturada para fazer online". Essa mudança forçada comprometeu parte da experiência planejada, especialmente porque a maioria de seus entrevistados eram idosos, muitos dos quais tiveram dificuldades para lidar com ferramentas digitais.

Já **A5** enfrentou um desafio distinto. Sua pesquisa teve um ponto de partida pouco convencional: a identificação de nomes árabes em um cemitério. Esse achado inicial levou-o a conduzir um trabalho exaustivo com registros cartoriais e paroquiais, um processo metodologicamente denso, mas que proporcionou insights valiosos sobre a presença síria e libanesa na região. "Os registros paroquiais foram fundamentais para compreender a trajetória dos maronitas, como eles se tornaram católicos e quais redes sociais foram estabelecidas na cidade".

A16, por outro lado, mencionou que seu maior desafio foi a falta de especialistas na área de Oriente Médio dentro de seu programa de pós-graduação. Ele teve que estruturar seu próprio caminho metodológico e enfrentar dificuldades na identificação de fontes primárias. "Eu tive que ser autodidata, porque não havia professores especializados na área que eu queria pesquisar, e isso impactou minha forma de coletar dados".

A experiência de **A9** foi singular. Sua abordagem metodológica envolveu uma pesquisa etnográfica que a levou a caminhar repetidamente pela região da Rua 25 de Março, em São Paulo, para captar o dinamismo dos comerciantes sírios e libaneses que ali estabeleceram suas redes de negócios. "Meu orientador dizia: 'Você tem que andar, andar e ver até decorar o que está lá, porque as coisas vão aparecer'. Eu não fui lá para ver o que tinha, eu fui procurar o que estava na minha cabeça". Esse processo lhe permitiu captar nuances sobre a presença síria na cidade, tornando o trabalho de campo uma experiência imersiva.

A10 adotou uma abordagem híbrida, combinando a análise de jornais históricos com entrevistas de descendentes. Seu trabalho enfrentou dificuldades logísticas, especialmente devido ao deslocamento necessário para consultar os acervos. "Os jornais foram fundamentais para traçar um panorama da imigração síria, mas acessar esses arquivos exigiu viagens constantes, o que tornou o trabalho muito mais exaustivo do que eu imaginava".

Para **A3**, a experiência no campo foi marcada por limitações no acesso às fontes históricas. Embora seu projeto estivesse vinculado a um programa com tradição nos estudos migratórios, a falta de registros específicos sobre a imigração síria foi um obstáculo. "O mais difícil foi encontrar fontes que trouxessem detalhes sobre a experiência migratória síria. Os documentos oficiais eram escassos, e as narrativas orais já estavam muito fragmentadas".

No caso de **A6**, sua pesquisa se beneficiou da colaboração com outros pesquisadores e instituições que já haviam trabalhado com imigração árabe no Brasil. Ele menciona que, embora tenha enfrentado dificuldades metodológicas no início, a existência de uma rede acadêmica consolidada facilitou sua inserção no campo. "A colaboração com outros pesquisadores foi essencial para acessar materiais inéditos e estruturar a análise".

Por sua vez, **A1** destacou a importância do trabalho de campo na Amazônia, onde sua pesquisa foi conduzida. Diferente de outros pesquisadores que utilizaram acervos institucionais, ele precisou recorrer a entrevistas e a fontes locais para compreender a presença sírio-libanesa

na região. "Meu trabalho de campo foi intenso, porque a Amazônia tem características muito próprias, e a documentação sobre a imigração síria na região é fragmentada".

A13 enfatizou a necessidade de adotar múltiplas estratégias para superar as dificuldades na coleta de dados. Como não havia um arquivo centralizado com informações sobre a imigração síria, ela precisou recorrer a registros dispersos e entrevistas informais para complementar sua pesquisa. "Eu tinha que montar um quebra-cabeça com fragmentos de informações dispersas, porque não havia um banco de dados único que centralizasse tudo o que eu precisava".

Por fim, **A7** mencionou que sua pesquisa foi facilitada pelo acesso ao Arquivo Nacional, mas que ainda assim enfrentou dificuldades para traçar um panorama completo da migração síria para o Brasil. "Eu fiz uma pesquisa junto ao Arquivo Nacional, peguei todas as fichas de imigrantes do estado inteiro e mapeei o estado inteiro nessa questão dos imigrantes".

A análise das narrativas sobre experiências de campo, especificamente entre pesquisadores dedicados às migrações históricas, evidencia que os desafios metodológicos apresentaram variações significativas conforme as especificidades de cada investigação. Os relatos indicam experiências contrastantes: enquanto o acesso a acervos documentais constituiu elemento facilitador para determinadas pesquisas, a dispersão e fragmentação das fontes emergiu como obstáculo expressivo em outros casos. A necessidade de adequação a circunstâncias imprevistas - notadamente as restrições impostas pela pandemia da COVID-19 - demandou reformulações metodológicas substanciais, impactando diretamente os processos de coleta de dados. A heterogeneidade destas experiências revela tanto a complexidade inerente às pesquisas sobre migração síria no Brasil quanto a centralidade de abordagens metodológicas flexíveis para superação dos desafios impostos pelos contextos acadêmico e institucional.

A realização do trabalho de campo na pesquisa sobre as migrações sírias contemporâneas apresentou desafios significativos para os pesquisadores entrevistados, especialmente em relação ao acesso às redes de migrantes, dificuldades linguísticas e estratégias para estabelecer contato com os interlocutores. A coleta de dados em contextos de refúgio e deslocamento forçado exige uma abordagem metodológica cuidadosa, que foi moldada pela experiência de cada pesquisador ao longo de seu percurso acadêmico.

A primeira questão evidenciada nas entrevistas foi a dificuldade no acesso inicial aos refugiados sírios. Como apontado por **A11**, esse processo envolveu a busca por múltiplas

estratégias para estabelecer contato com os entrevistados. "Eu estava muito preocupada em achar esses informantes. Como que eu vou entrevistar esses informantes? Porque assim, quando não sei. Você já fez alguma entrevista, você já foi para campo?". Diante desse desafio, **A11** mencionou que uma das principais estratégias utilizadas foi recorrer às redes sociais, especialmente o Facebook, para encontrar interlocutores dispostos a participar da pesquisa. Esse meio foi essencial para criar conexões iniciais e permitir a aproximação com os refugiados.

Além do uso de redes sociais, outra estratégia frequentemente mencionada foi o contato com instituições que atuam no acolhimento de refugiados. **A8** destacou o papel de uma ONG que realizava trabalhos assistenciais com refugiados sírios. "Eu vi que eles estavam fazendo um trabalho de ensino da língua portuguesa pros refugiados, imigrantes, promoção de eventos culturais e assim davam uma assistência no que podiam. A gente dava alimentação, dava transporte, né? Era uma ONG bem assistencialista". A partir desse contato, foi possível estabelecer laços com os refugiados e construir um ambiente propício para entrevistas mais profundadas.

A questão linguística também se mostrou um desafio central na realização das entrevistas. **A11** relatou casos em que precisou contar com a ajuda de familiares dos refugiados para realizar a comunicação. "Teve entrevistas, por exemplo, teve um informante que foi muito interessante, é o é, não posso falar o nome dele, mas eu, eu, eu entrevistei ele na naquele, naquele prédio do sem teto, no Bairro da Liberdade, em São Paulo. E eu tive, ele não fala nem eu, não falo português direito, nem o inglês. E eu tive ajuda da da sobrinha dele". Essa barreira impôs desafios adicionais, levando os pesquisadores a desenvolverem diferentes formas de adaptação metodológica.

A14, por sua vez, optou por uma abordagem mais imersiva, utilizando sua experiência pessoal como migrante para criar empatia com os entrevistados. "Eu aproveitei dessas questões de ter amigos em comum e tal. E principalmente, do que é que a gente gostava em comum para gerar atividades que fossem proveitosas para todo mundo". Essa estratégia foi essencial para criar um ambiente de confiança e facilitar a coleta de dados. A pesquisadora também destacou o uso de encontros sociais como forma de estabelecer diálogos mais espontâneos e naturais, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências dos refugiados sírios no Brasil.

Outro aspecto relevante foi a dificuldade de acesso a determinadas populações dentro do grupo de refugiados. **A4** mencionou que, apesar de ter conseguido entrevistar vários refugiados sírios, encontrou resistência por parte de algumas mulheres. "Eu queria entender porque que elas, né? Tem um, tinham uma indisposição em não aceitar muitas delas. Eu conversei várias vezes, né, explicando a importância da pesquisa, da conversa. Que todos os nomes ficariam no anonimato, explicando, mas mesmo assim não". Esse aspecto reforça a importância de se considerar variáveis culturais e sociais no processo de coleta de dados, especialmente quando se trabalha com populações vulneráveis.

A dificuldade de acesso às redes de apoio institucional também foi mencionada por **A2**, que relatou a resistência de algumas organizações em fornecer contatos diretos com refugiados. "Outros pesquisadores tinham me alertado de que as pessoas que trabalham com pessoas da Síria são super extremamente reservados. Ninguém passa contato de ninguém, não é? Então eu vivi muitos assim, na interlocução, minhas professoras, tanto a minha orientadora quanto a co orientadora eram distantes". Essa limitação impôs desafios adicionais ao pesquisador, que precisou recorrer a outras estratégias para encontrar entrevistados.

Por fim, um dos desafios apontados por **A8** foi o enquadramento das entrevistas no contexto acadêmico. Como seu mestrado foi realizado na área de Letras, houve uma preocupação em adaptar a pesquisa a um viés metodológico condizente com as exigências do programa. "Se você ver meu trabalho, ele fala muito sobre política pública, questão de direito, de história. Não fala muito de letras, né? E foi a forma que a gente encontrou mesmo metodológica de justificar que esse estudo tivesse ali dentro do departamento dele". Esse relato evidencia a necessidade de adaptação metodológica não apenas em relação ao campo, mas também dentro do próprio ambiente acadêmico em que a pesquisa é desenvolvida.

A análise das entrevistas evidencia que a coleta de dados com refugiados sírios demandou uma série de estratégias adaptativas, desde o uso de redes sociais e ONGs até a mediação de terceiros para superar barreiras linguísticas. A dificuldade de acesso inicial, a resistência de algumas populações específicas e a limitação no contato com redes institucionais foram desafios enfrentados pelos pesquisadores, que buscaram alternativas metodológicas para garantir uma abordagem mais fidedigna e ética na produção de conhecimento sobre a migração síria contemporânea no Brasil.

5.3.1.4 Continuidade da pesquisa após a defesa

A continuidade da pesquisa após a defesa variou significativamente entre os pesquisadores das migrações históricas. Enquanto alguns seguiram desenvolvendo o tema, publicando artigos e participando de eventos acadêmicos, outros optaram por expandir sua abordagem para novas temáticas ou se afastaram da academia. O impacto do trabalho na trajetória profissional também foi um fator de diferenciação, uma vez que alguns pesquisadores conseguiram consolidar suas carreiras no campo das migrações, enquanto outros direcionaram suas pesquisas para áreas adjacentes. A análise das entrevistas permite compreender melhor esses diferentes caminhos.

Para **A7**, a defesa não foi o fim, mas o início de uma nova fase de sua pesquisa sobre imigração síria e libanesa no Brasil. Ele menciona que, após sua tese, passou a desenvolver estudos específicos sobre comunidades sírio-libanesas no Rio Grande do Sul, abrangendo diferentes regiões do estado. "Eu fiz três trabalhos aqui no Rio Grande do Sul, fiz um trabalho sobre sírios e libaneses em Passo Fundo, sírios e libaneses em Bagé e estou terminando agora sírios e libaneses em Santa Maria. Então, estou fechando essa coisa dos sírios e libaneses no estado do Rio Grande do Sul".

Já **A13** optou por expandir sua pesquisa para além da migração síria, focando em dinâmicas migratórias mais amplas. Após a defesa, ela recebeu convites para apresentações em eventos acadêmicos, incluindo congressos internacionais. "Eu lembro que até em Braga, Portugal, eu fui para um evento e fiz a apresentação voltada para essa questão do livro. Tivemos eventos em Goiás, Salvador, e outros que não vou me lembrar agora. Decidi continuar trabalhando com migrações, mas não especificamente com a migração síria".

Para **A12**, a continuidade da pesquisa encontrou obstáculos institucionais e pessoais. Embora tenha recebido sugestões para expandir sua dissertação em um doutorado, ela mencionou que precisava de um tempo para decidir se seguiria nessa direção. "Gostaram muito do trabalho, sugeriram que eu desenvolvesse mais a pesquisa para um doutorado, que eu ainda estou pensando se eu vou fazer isso mesmo ou não. Deixa eu me recuperar primeiro".

A10 também mencionou que, apesar de ter escrito artigos a partir de sua pesquisa, encontrou dificuldades em encontrar espaços acadêmicos específicos para publicação. "Eu escrevi alguns artigos, mas como o campo é muito específico, a gente não tem tanta abertura acadêmica para participar de coisas que sejam focadas exatamente nisso".

Por outro lado, **A9** conseguiu utilizar sua pesquisa para fortalecer sua atuação acadêmica, vinculando-se a novos projetos e redes institucionais. "Minha pesquisa me abriu portas para trabalhar com outros estudos sobre mobilidade, e hoje faço parte de um grupo que estuda fluxos populacionais contemporâneos".

Para **A6**, a continuidade da pesquisa foi natural, dada sua inserção prévia nos estudos migratórios. Ele menciona que segue publicando e participando de eventos acadêmicos sobre a imigração árabe no Brasil. "Acho que a gente precisa continuar produzindo sobre isso, ainda tem muita coisa para ser investigada".

A3, por sua vez, mencionou que sua pesquisa teve desdobramentos em novas investigações, mas com um foco ampliado. "Minha pesquisa inicial era muito voltada para identidade e etnicidade, mas agora tenho explorado mais os impactos da migração na organização social das cidades".

A1, que conduziu sua pesquisa na Amazônia, mencionou que seu trabalho de campo levou a novas possibilidades de investigação. "Minha pesquisa abriu caminho para novos projetos sobre migração e território na região amazônica".

Por fim, **A16** relatou que, apesar de seu grande interesse no tema, a falta de financiamento e oportunidades acadêmicas dificultou a continuidade da pesquisa. "Eu gostaria de continuar trabalhando com esse tema, mas a inserção no mercado acadêmico não é fácil" ..

Os relatos dos pesquisadores do grupo das migrações históricas demonstram que a continuidade da pesquisa após a defesa depende de uma série de fatores, incluindo disponibilidade de financiamento, oportunidades institucionais e escolhas individuais dos pesquisadores. Enquanto alguns seguiram aprofundando suas investigações sobre a imigração síria, outros redirecionaram suas pesquisas para temas adjacentes ou se afastaram do campo acadêmico. Esses diferentes caminhos evidenciam as dinâmicas institucionais que moldam a trajetória dos pesquisadores e os desafios de consolidar uma agenda de pesquisa em um campo ainda em desenvolvimento dentro das ciências sociais brasileiras.

A continuidade da pesquisa após a defesa das dissertações e teses sobre a migração síria contemporânea se revela em diferentes formatos e níveis de engajamento acadêmico. Para alguns autores, a defesa do trabalho não significou o encerramento da trajetória na temática migratória, mas sim uma transformação no olhar e na forma de atuação no campo.

A11, por exemplo, mencionou que, após a defesa, manteve o envolvimento com os estudos migratórios, embora de forma indireta. Como apontado em sua entrevista, ela tem buscado estabelecer um diálogo entre a comunidade síria e libanesa já estabelecida e os refugiados sírios que chegaram ao Brasil nas últimas décadas. No entanto, a pesquisadora também enfatiza que o processo de finalização do doutorado impôs uma necessidade de reorganização dos seus interesses acadêmicos: “Doutorado não dá tempo, a gente não acaba, a gente abandona, né? Até, né, é sempre um trabalho que a gente dá, precisa dar continuidade”.

De forma semelhante, **A8** destacou o impacto que a defesa teve em sua trajetória acadêmica e profissional. Segundo ela, a experiência adquirida durante o mestrado serviu como base para a reflexão sobre políticas públicas voltadas para refugiados e imigrantes, especialmente no que concerne à implementação de programas educacionais e de integração social. “Fiz um mestrado dentro do de letras, né? Só que se você ver meu trabalho, ele fala muito sobre política pública, questão de direito, de história. Não fala muito de letras, né?”. No entanto, apesar desse envolvimento contínuo, Fortunato indicou que, no momento da entrevista, não tinha planos imediatos de seguir para o doutorado.

Outro aspecto relevante é a participação em eventos acadêmicos e a publicação de artigos científicos. **A2** enfatizou a importância do diálogo com a comunidade acadêmica e destacou que sua pesquisa gerou desdobramentos em congressos e encontros científicos sobre migração. Ele relatou que, logo após a defesa, começou a estruturar artigos que ampliam as análises realizadas em sua tese, buscando uma perspectiva comparada entre Brasil e Canadá. Essa abordagem lhe permitiu consolidar a relevância do tema dentro da sociologia das migrações e explorar questões metodológicas que surgiram durante o trabalho de campo.

A4, por sua vez, mencionou que sua pesquisa não apenas resultou em artigos acadêmicos, mas também teve impacto no ambiente profissional. Como ela explicou, sua formação em administração levou a uma abordagem distinta do fenômeno migratório, focada na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e nos desafios empreendedores. “Foi um desafio para a gente, porque primeiro porque eu, igual te falei, não tenho muitas pesquisas aqui no Brasil e nem muitas pesquisas voltadas para a administração. Então como que a gente foi desenvolvendo isso? Buscando literatura internacional e costurando com a pesquisa de campo”. Seu trabalho abriu novas possibilidades de investigação sobre os desafios enfrentados por refugiados sírios no mundo empresarial brasileiro.

A14 enfatizou que, embora tenha publicado artigos decorrentes de sua pesquisa, sua principal preocupação foi dar continuidade ao debate metodológico sobre estudos migratórios e refúgio. Ela apontou que muitos estudos no Brasil ainda são pautados por referências clássicas da migração síria-libanesa do século XX, sem necessariamente considerar as dinâmicas contemporâneas de deslocamento forçado. Seu objetivo, portanto, tem sido trazer contribuições que rompam com certos paradigmas e ampliem o escopo dos estudos migratórios.

Por fim, **A15** mencionou que sua participação em eventos acadêmicos e sua interação com outros pesquisadores foi essencial para o desenvolvimento de sua pesquisa. Ela destacou a importância dos grupos de pesquisa na continuidade dos estudos, mencionando que a interação com colegas e professores possibilitou novos questionamentos sobre o refúgio e a integração dos sírios no Brasil.

A análise desses relatos permite compreender que, para os pesquisadores da migração síria contemporânea, a continuidade da pesquisa se manifesta de diferentes formas, seja pela publicação de artigos, pela participação em eventos acadêmicos, ou pela inserção no mercado de trabalho e em debates públicos. Além disso, observa-se que a trajetória de cada pesquisador e pesquisadora influencia diretamente o modo como a pesquisa prossegue, sendo moldada por redes acadêmicas, experiências pessoais e oportunidades profissionais.

5.3.2 Percepções sobre o Campo Acadêmico de Estudos Migratórios

5.3.2.1 Inserção das migrações sírias no campo dos estudos migratórios

A inserção das migrações sírias no campo dos estudos migratórios no Brasil é um tema que gerou diversas reflexões entre os pesquisadores entrevistados do grupo das migrações históricas. De forma geral, nota-se uma percepção compartilhada de que esse recorte específico da imigração árabe tem sido, historicamente, um tema marginal dentro do campo migratório brasileiro. O professor **A6** destaca que, ao longo das décadas, a literatura sobre migração internacional no Brasil foi amplamente dominada por estudos sobre italianos, alemães, japoneses e, em menor grau, portugueses. Ele relata que "nos seminários e congressos sobre imigração, os painéis dedicados aos sírios e libaneses sempre foram minoritários e, em muitas ocasiões, ausentes". Esse quadro é corroborado por **A1**, que, ao iniciar sua pesquisa, encontrou uma "escassez quase absoluta de referências sobre a presença síria no Acre", apontando que a ausência de trabalhos prévios dificultou a construção de um arcabouço teórico consolidado.

Esse panorama de invisibilidade é ressaltado por **A5**, que observa como, nos anos 1990, estudar a migração sírio-libanesa era uma empreitada solitária. "Nos congressos da ANPUH, a imigração árabe aparecia apenas como um tema marginal dentro dos estudos sobre redes comerciais ou identidade. O que se discutia, fundamentalmente, eram os italianos e os alemães", explica o pesquisador. Essa perspectiva é reforçada por **A10**, que, ao buscar referências para sua pesquisa sobre os sírios no Maranhão, percebeu que "os poucos estudos que existiam sobre imigração árabe eram fortemente concentrados no Sudeste, especialmente São Paulo, enquanto outras regiões do Brasil eram amplamente negligenciadas".

A noção de que o campo dos estudos migratórios no Brasil é altamente hierarquizado aparece também no relato de **A7**, que argumenta que "há uma espécie de narrativa dominante que posiciona algumas migrações como mais relevantes do que outras. Os italianos são vistos como os imigrantes modelares, os alemães como os mais organizados, enquanto os sírios e libaneses foram historicamente reduzidos a comerciantes". Essa visão hierárquica impacta não apenas a produção acadêmica, mas também a recepção dos estudos sobre imigração síria dentro da academia. **A3**, por exemplo, afirma que "por muito tempo, houve uma resistência em aceitar que a migração árabe no Brasil também gerou um processo de assimilação e participação política significativa".

Os desafios enfrentados por esses pesquisadores para legitimar o estudo das migrações sírias como uma área válida dentro dos estudos migratórios brasileiros também se refletem nas dificuldades para publicar e disseminar suas pesquisas. **A13** compartilha sua experiência ao tentar publicar artigos sobre a migração sírio-libanesa: "Os periódicos de história social ou rejeitavam, argumentando que era um tema muito específico, ou recomendavam que eu focasse mais na migração italiana para gerar maior interesse entre os leitores". De modo semelhante, **A9** relata que, em diversas ocasiões, "as revistas priorizavam estudos que reforçavam a narrativa da imigração europeia como essencial para a formação do Brasil moderno, enquanto os estudos sobre migração árabe eram considerados periféricos".

Outro fator destacado pelos entrevistados é a fragmentação dos estudos sobre migração síria dentro da academia brasileira. **A12** aponta que "há uma dispersão dos pesquisadores que trabalham com esse tema, sem uma rede consolidada que permita articulações mais estruturadas". Esse isolamento contrasta com a solidez dos estudos sobre outras migrações, como observa **A16**: "Enquanto existem grupos e núcleos de pesquisa consolidados sobre

imigração italiana, estudos árabes no Brasil muitas vezes dependem do esforço individual dos pesquisadores".

O professor **A1** enfatiza ainda que essa marginalização impacta a obtenção de financiamento para pesquisas. "É muito mais fácil conseguir financiamento para um estudo sobre a imigração alemã no Sul do Brasil do que para um estudo sobre a imigração síria no Acre. Existe um viés institucional que reforça a centralidade de algumas histórias migratórias e silencia outras". Essa percepção é compartilhada por **A6**, que argumenta que "apesar do crescimento do interesse acadêmico pelo tema nos últimos anos, os estudos sobre imigração síria ainda enfrentam dificuldades para obter legitimidade dentro da historiografia migratória brasileira".

Dessa maneira, a análise das entrevistas evidencia que a inserção da migração síria no campo dos estudos migratórios tem sido historicamente marcada por desafios institucionais, falta de reconhecimento e dificuldades na obtenção de recursos e espaço dentro da academia. No entanto, os pesquisadores ressaltam que, apesar desse cenário, há uma crescente produção sobre o tema e uma busca por maior articulação entre os estudiosos da área. Conforme sintetiza **A5**, "os estudos sobre a migração sírio-libanesa no Brasil ainda são uma luta, mas é uma luta que estamos começando a vencer".

Os pesquisadores que investigam as migrações sírias contemporâneas no Brasil relatam desafios significativos em relação à inserção dessa temática dentro do campo dos estudos migratórios. A percepção geral entre os entrevistados é de que, embora a migração síria tenha ganhado projeção internacional devido à guerra civil e à crise humanitária subsequente, no Brasil, a abordagem acadêmica ainda é fragmentada e pouco consolidada.

A pesquisadora **A8** aponta que os estudos sobre migração contemporânea, em especial aqueles que tratam da população síria refugiada, frequentemente enfrentam barreiras institucionais e epistemológicas. Ela menciona que a produção acadêmica brasileira sobre migração ainda está fortemente atrelada às migrações históricas, o que dificulta a aceitação da migração síria contemporânea como um fenômeno que requer novos enquadramentos teóricos e metodológicos.

De maneira semelhante, **A14** enfatiza que muitos pesquisadores ainda baseiam suas análises na lógica das migrações sírias do século XX, sem necessariamente considerar as dinâmicas do refúgio e da mobilidade forçada contemporânea. Para ela, há uma tendência a

tratar os refugiados sírios como uma continuidade das migrações árabes do passado, sem atentar para as especificidades de sua experiência e dos desafios enfrentados no Brasil contemporâneo.

Além disso, **A11** destaca que, apesar do crescimento da literatura sobre migrações internacionais no Brasil, os estudos sobre a migração síria contemporânea permanecem relativamente isolados dentro da academia. Segundo ela, “ainda há uma visão de que os estudos sobre refúgio devem estar circunscritos ao campo do Direito e das Relações Internacionais, enquanto outras abordagens, como as sociológicas e antropológicas, enfrentam mais resistência”.

Já **A4** sugere que um dos fatores que dificultam a inserção das migrações sírias no campo dos estudos migratórios no Brasil é a falta de instituições e núcleos de pesquisa voltados para esse tema. Ela menciona que sua trajetória acadêmica foi marcada pela necessidade de recorrer a referenciais internacionais, dada a escassez de literatura nacional específica sobre o tema. Segundo ela, “foi difícil encontrar interlocutores dentro da minha própria instituição que trabalhassem diretamente com a temática, o que me levou a buscar referências e debates fora do país”.

O professor **A2** corrobora essa visão, argumentando que há uma dificuldade estrutural na academia brasileira em lidar com a migração contemporânea, especialmente no que se refere ao refúgio. Ele sugere que o campo dos estudos migratórios no Brasil ainda é majoritariamente dominado por perspectivas históricas e por uma visão de migração laboral, sem incorporar adequadamente os desafios do refúgio e da migração forçada.

Por fim, **A15** pontua que o debate sobre a migração síria contemporânea, quando existe, é muitas vezes pautado por narrativas de vulnerabilidade e assistencialismo, o que, segundo ela, limita as possibilidades analíticas e reforça estereótipos sobre os refugiados. Ela afirma que sua pesquisa buscou romper com essa lógica, propondo uma abordagem que enfatiza a agência dos refugiados e sua participação ativa na sociedade brasileira.

A análise sistemática das narrativas evidencia que, não obstante o crescente reconhecimento da relevância dos estudos sobre migrações sírias contemporâneas, este campo ainda encontra obstáculos expressivos no contexto acadêmico brasileiro. Os relatos apontam para processos de marginalização temática, caracterizados por barreiras tanto epistemológicas quanto institucionais, que obstaculizam sua legitimação como objeto de investigação no âmbito dos estudos migratórios. Este cenário é ainda agravado pela predominância de abordagens

tradicionais e pela insuficiência de suporte institucional e recursos para financiamento, elementos que contribuem para a persistência destas limitações.

5.3.2.2 Estrutura institucional e financiamento

A análise das entrevistas dos pesquisadores da migração síria histórica evidencia que as políticas de financiamento têm um impacto significativo na escolha de temas e na continuidade dos estudos sobre a imigração síria no Brasil. Muitos pesquisadores destacam que a obtenção de recursos para pesquisas nessa área é consideravelmente mais desafiadora quando comparada a estudos sobre fluxos migratórios mais recentes, como os de haitianos e venezuelanos. A competição por editais e a ênfase em agendas políticas e midiáticas acabam influenciando quais temas recebem maior suporte financeiro.

Para **A3**, essa desigualdade de financiamento está diretamente relacionada à percepção da imigração como um problema social emergente. "Você vai fazer uma pesquisa sobre venezuelanos que tá bombando e outro que é sobre os sírios. Você é um com o seu projeto sírio e um outro com os venezuelanos. Eles têm que escolher qual que eles vão financiar. Qual tem mais relevância na mídia?". Esse relato sugere que os critérios para concessão de financiamento muitas vezes estão associados à visibilidade pública do fenômeno migratório, favorecendo pesquisas sobre crises humanitárias recentes em detrimento de fluxos históricos.

A5 reforça essa percepção ao afirmar que a estrutura institucional dos estudos migratórios no Brasil tem priorizado pesquisas que respondam a demandas governamentais e midiáticas. "Os fluxos migratórios recentes acabam ganhando muito mais atenção acadêmica porque há um incentivo institucional para isso. Você consegue justificar um pedido de financiamento dizendo que está investigando um tema atual, com impacto direto em políticas públicas". Essa lógica de priorização dificulta a obtenção de apoio para estudos sobre imigração síria, que, por ser um fenômeno consolidado historicamente, não recebe o mesmo nível de urgência.

A13 destaca que essa priorização de certos temas afeta a continuidade das pesquisas após a defesa da dissertação ou tese. "Muitos colegas que estudaram imigração síria acabam não conseguindo seguir na área porque não há financiamento para expandir essas pesquisas. Quando você compara com os estudos sobre migração venezuelana, que têm apoio de organizações internacionais e redes institucionais fortes, a diferença é gritante". O relato sugere

que a falta de financiamento impacta não apenas os estudos em andamento, mas também a trajetória acadêmica dos pesquisadores, limitando sua inserção no campo migratório.

Outro aspecto abordado pelos entrevistados é a falta de editais específicos para o estudo da imigração síria. **A7** menciona que, ao longo de sua trajetória acadêmica, enfrentou dificuldades para enquadrar sua pesquisa dentro das chamadas públicas para financiamento. "Os editais são muito voltados para estudos sobre refúgio e mobilidade contemporânea. Quando você trabalha com um tema histórico como a imigração síria, tem que encontrar formas criativas de justificar a relevância do seu projeto dentro dessas categorias". Isso demonstra que as estruturas institucionais acabam limitando o escopo das pesquisas sobre imigração síria, tornando a captação de recursos mais complexa.

A6 também enfatiza a importância dos núcleos de pesquisa como alternativa para contornar essa falta de financiamento direto. "As redes acadêmicas foram fundamentais para garantir a continuidade das pesquisas sobre imigração síria. Sem essas articulações, muitas dessas investigações não teriam seguimento". Esse relato evidencia que, diante da escassez de recursos institucionais, os pesquisadores precisam se apoiar em redes acadêmicas para garantir a sustentabilidade de suas investigações.

A falta de apoio financeiro também impacta diretamente a publicação e disseminação das pesquisas. **A9** menciona que, em muitas ocasiões, suas pesquisas sobre imigração síria enfrentaram barreiras para serem publicadas em revistas acadêmicas de grande circulação. "As revistas priorizam temas que estão em alta, e a imigração síria raramente se encaixa nessa lógica. Você precisa argumentar muito bem sobre a relevância do seu estudo para conseguir espaço nas principais publicações". Esse fator contribui para a marginalização da temática dentro dos estudos migratórios brasileiros, já que a visibilidade acadêmica é um fator crucial para consolidar um campo de pesquisa.

A12 reforça que a obtenção de financiamento é um processo competitivo e excludente. "Quando você vai disputar um edital, muitas vezes percebe que o seu tema não é prioritário. Se há um recorte para políticas migratórias emergenciais, a migração síria fica em segundo plano". Esse relato mostra que a ausência de financiamento para pesquisas históricas sobre migração síria não decorre da irrelevância do tema, mas da forma como as prioridades acadêmicas são estruturadas institucionalmente.

Por fim, **A1** aponta que a falta de financiamento impacta não apenas os pesquisadores individualmente, mas a consolidação do campo como um todo. "Se não há incentivo para estudar a migração síria, novos pesquisadores não vão entrar nesse tema. Isso significa que, ao longo do tempo, o campo pode se tornar ainda mais reduzido e fragmentado". Essa observação sugere que, sem políticas de financiamento específicas para estudos sobre imigração síria, a tendência é que o número de pesquisadores na área continue a diminuir, tornando a pesquisa ainda mais periférica.

Dessa forma, a análise das entrevistas com os pesquisadores do grupo das migrações históricas, evidencia que a estrutura institucional e as políticas de financiamento têm um papel central na definição dos temas que recebem suporte acadêmico. O estudo da imigração síria, por ser historicamente consolidado e não estar vinculado a emergências migratórias contemporâneas, enfrenta dificuldades significativas para captar recursos. A falta de financiamento impacta diretamente a continuidade das pesquisas, a publicação dos estudos e a inserção de novos pesquisadores no campo, criando um ciclo de marginalização dentro dos estudos migratórios no Brasil.

A questão do financiamento e da estrutura institucional foi um aspecto recorrente nas falas dos pesquisadores das migrações contemporâneas, evidenciando a influência direta dessas condições na definição dos temas de pesquisa e na continuidade da trajetória acadêmica dos entrevistados. Conforme ressaltado por **A2**, a busca por financiamento foi um desafio constante, especialmente no que diz respeito à manutenção da pesquisa ao longo dos anos. Ele menciona que "assim que passei no programa, já tinha o projeto escrito e o submeti à FAPESP", destacando a necessidade de recursos para viabilizar o trabalho de campo e a coleta de dados. No entanto, ele também aponta que a obtenção desses recursos não era garantida e que "muitos dos colegas que não conseguiram financiamento precisaram adaptar suas pesquisas para caber dentro das possibilidades institucionais".

Para **A8**, a escolha do tema esteve intrinsecamente ligada à estrutura institucional do programa e à possibilidade de conseguir suporte financeiro. Ela relata que sua pesquisa foi direcionada pela viabilidade dentro do departamento de estudos árabes, mesmo que seu trabalho abordasse majoritariamente aspectos políticos e jurídicos das migrações contemporâneas: "Foi a forma que a gente encontrou mesmo metodologicamente para justificar que esse estudo tivesse ali dentro do departamento". Esse relato expõe como as limitações institucionais e as

linhas de financiamento disponíveis podem moldar não apenas a escolha dos temas, mas também a própria construção metodológica dos trabalhos.

A falta de suporte institucional também se reflete no relato de **A14**, que enfrentou dificuldades para encontrar um núcleo de pesquisa em migrações na universidade em que estava inserida. Ela destaca que "na universidade, não tem nenhum núcleo de pesquisa em tema de imigrações", o que a levou a buscar apoio em outras áreas, como a antropologia da saúde. A pesquisadora evidencia como a ausência de uma estrutura consolidada pode gerar incertezas e impactar a trajetória acadêmica dos pesquisadores, que precisam adequar seus interesses às oportunidades disponíveis.

A mesma dificuldade foi apontada por **A15**, que relatou a importância de encontrar um grupo de pesquisa que pudesse oferecer suporte e interlocução para seu trabalho. "Quando eu entrei no laboratório, comecei a me inteirar dos debates, achei que era um espaço muito privilegiado para estar", afirmou, ressaltando a relevância de contar com um ambiente acadêmico que possibilitasse trocas e discussões. No entanto, ela também observa que muitos pesquisadores não têm essa sorte e acabam trabalhando de forma isolada, sem um núcleo de apoio específico.

Além da questão da estrutura institucional, a obtenção de financiamento foi um fator determinante para a continuidade ou não da pesquisa para diversos entrevistados. **A11** explica que, após a defesa da dissertação, "não publiquei nenhum artigo, não participei de nenhuma instância de pesquisa sobre imigrações", mencionando que a falta de financiamento e a ausência de suporte institucional foram fatores que contribuíram para essa decisão. Essa realidade não é isolada e reflete um padrão mais amplo dentro do campo das migrações contemporâneas, onde muitos pesquisadores encontram dificuldades para manter suas investigações ativas após a conclusão de seus cursos.

Por outro lado, **A4** destaca que algumas oportunidades de financiamento acabavam direcionando a pesquisa para áreas específicas, mesmo que nem sempre fossem as mais relevantes para o pesquisador. "O que eu vejo é que muitos projetos acabam se voltando para temas que têm mais chances de conseguir fomento", relatou. Isso evidencia como os interesses das agências de financiamento podem influenciar diretamente a agenda de pesquisa e, consequentemente, a forma como a migração síria contemporânea é estudada no Brasil.

Outro aspecto mencionado foi a descontinuidade de certos programas de fomento, que impactaram o desenvolvimento das pesquisas. A2 menciona que, após a defesa, "acabei entrando em um concurso público e não tive mais tempo para continuar os desdobramentos da pesquisa". Esse relato mostra como a falta de apoio financeiro para a continuidade da pesquisa pode levar os pesquisadores a direcionarem seus esforços para outras atividades profissionais, interrompendo investigações que poderiam gerar contribuições significativas para o campo.

No geral, os relatos dos pesquisadores das migrações contemporâneas sírias revelam um cenário de precariedade no financiamento e na estrutura institucional, com impactos diretos na definição dos temas e na possibilidade de continuidade dos estudos. A carência de núcleos específicos para migrações em algumas universidades, a necessidade de adaptação dos temas aos interesses das agências de fomento e a falta de incentivos para a publicação e disseminação das pesquisas após a defesa são desafios recorrentes que dificultam a consolidação do campo no Brasil.

5.3.2.3 Lacunas teóricas e metodológicas

A análise das entrevistas do grupo das migrações históricas revela que o campo dos estudos sobre a imigração síria no Brasil apresenta lacunas teóricas e metodológicas que limitam sua consolidação acadêmica. Os entrevistados destacam que, embora haja uma crescente produção sobre o tema, predominam abordagens jurídico-políticas, deixando de lado perspectivas sociológicas e históricas que poderiam enriquecer a compreensão do fenômeno migratório. Além disso, a falta de diálogo entre os estudos históricos e contemporâneos contribui para a fragmentação do campo, dificultando a construção de um referencial teórico coeso.

Para A13, a separação entre os estudos históricos e contemporâneos impede uma visão mais abrangente da migração síria. Ela aponta que "há um distanciamento entre os pesquisadores que estudam a imigração síria do século XX e aqueles que trabalham com os refugiados sírios contemporâneos. São dois debates que raramente dialogam entre si". Essa fragmentação metodológica, segundo a pesquisadora, prejudica a compreensão de continuidades e descontinuidades nos fluxos migratórios sírios ao longo do tempo.

A5 reforça essa percepção ao afirmar que os estudos sobre imigração no Brasil ainda são excessivamente dominados por análises jurídico-políticas. "Temos um grande número de pesquisas focadas na legislação migratória e nos direitos dos migrantes, mas poucos trabalhos

que analisam a migração síria sob uma perspectiva sociológica ou histórica. Falta um olhar mais aprofundado sobre a estrutura social dessas comunidades e suas transformações ao longo do tempo".

Para **A6**, a ênfase nas abordagens jurídico-políticas também se reflete na ausência de estudos etnográficos sobre a presença síria no Brasil. Ele observa que "há poucos trabalhos que se dedicam a investigar como essas comunidades se estruturam internamente, quais são suas redes sociais e como elas se articulam com o contexto brasileiro. A maior parte da produção se concentra em questões institucionais e normativas".

Além disso, **A12** menciona que a predominância das abordagens jurídico-políticas se deve, em parte, à maneira como os programas de pós-graduação direcionam suas pesquisas. "Muitos programas de pós-graduação em ciências sociais e direito têm linhas de pesquisa que enfatizam políticas migratórias e direitos humanos, enquanto as abordagens históricas e sociológicas ficam em segundo plano". Esse direcionamento institucional impacta a forma como a imigração síria é estudada, tornando o campo menos diversificado em termos metodológicos.

Outro fator que contribui para as lacunas teóricas e metodológicas é a ausência de um debate estruturado sobre identidade e pertencimento entre os imigrantes sírios e seus descendentes. **A9** observa que "há um déficit de pesquisas que investiguem as transformações identitárias dos sírios e seus descendentes no Brasil. Muitos estudos focam apenas no período da chegada e na inserção econômica, sem explorar como essas comunidades mantêm ou modificam suas tradições ao longo do tempo".

A falta de diálogo com referenciais teóricos internacionais também foi apontada por **A1**, que acredita que a pesquisa sobre imigração síria no Brasil ainda não incorporou de maneira adequada os avanços recentes dos estudos migratórios globais. "Quando comparamos com a produção acadêmica de outros países, percebemos que estamos atrasados na adoção de conceitos como transnacionalismo e migração em rede, que poderiam trazer novas perspectivas para o estudo da imigração síria".

A7 aponta que essa falta de atualização teórica também se reflete na metodologia das pesquisas. Segundo ele, "muitos estudos sobre a imigração síria ainda seguem uma abordagem descritiva, sem um esforço analítico mais aprofundado. Precisamos de pesquisas que não apenas

relatem a presença síria no Brasil, mas que interpretem esse fenômeno a partir de marcos teóricos mais robustos".

Por sua vez, **A16** ressalta que, dentro dos estudos migratórios, a imigração síria tem sido tratada como um caso à parte, sem a devida integração com debates mais amplos sobre migração e identidade. "Os estudos sobre migração árabe no Brasil muitas vezes ficam isolados dentro do campo migratório, sem estabelecer conexões com outras discussões sobre identidade, pertencimento e integração".

A pesquisadora **A3** argumenta que essa desconexão entre os estudos migratórios e outras áreas das ciências sociais enfraquece o campo como um todo. "Precisamos de mais pesquisas interdisciplinares, que dialoguem com antropologia, sociologia e até mesmo estudos culturais. O estudo da migração síria não pode ser reduzido a um debate jurídico sobre políticas migratórias".

Por fim, **A10** destaca que, para superar essas limitações, seria necessário ampliar os espaços de formação acadêmica para estudos migratórios que contemplem diferentes perspectivas teóricas. "A formação dos pesquisadores influencia diretamente o tipo de abordagem adotada. Se a maioria dos estudos sobre imigração síria é conduzida por pesquisadores do direito e da ciência política, é natural que o enfoque seja mais normativo. Precisamos expandir esses estudos para programas de sociologia e história".

Dessa forma, a análise dessas entrevistas revela que as lacunas teóricas e metodológicas nos estudos sobre imigração síria decorrem de uma série de fatores, incluindo a predominância de abordagens jurídico-políticas, a falta de diálogo entre os estudos históricos e contemporâneos, a ausência de pesquisas etnográficas e identitárias, e a pouca inserção nos debates internacionais sobre migração. Para fortalecer o campo, os entrevistados sugerem maior interdisciplinaridade, atualização teórica e ampliação das metodologias empregadas nas pesquisas sobre a presença síria no Brasil.

Já os pesquisadores que estudam a migração síria contemporânea apontam uma série de lacunas teóricas e metodológicas que impactam o desenvolvimento do campo, especialmente a predominância de abordagens jurídico-políticas em detrimento de perspectivas sociológicas e históricas. Embora o debate sobre o refúgio sírio no Brasil tenha se intensificado na última década, a estrutura acadêmica que sustenta esses estudos ainda está em consolidação e enfrenta desafios que dificultam a construção de um arcabouço mais plural.

A pesquisadora **A8** ressalta que, nos últimos anos, houve um crescimento significativo da produção acadêmica sobre migração, mas que essa produção ainda carece de uma análise mais aprofundada de aspectos históricos e sociológicos. “De sei lá, 7 anos pra cá, assim, explodiram as produções acadêmicas com relação à migração contemporânea, porque antes a gente tinha lá a migração japonesa, a migração que a gente tava cansado. Aí teve um gap ali e depois começaram a entrar essas novas migrações no Brasil”. No entanto, ela observa que a ênfase tem sido na questão legislativa, sem um aprofundamento sobre os impactos sociais e históricos dessas migrações.

Essa percepção também é compartilhada por **A11**, que menciona que muitos estudos sobre migração síria se concentram na estrutura legal e nos direitos dos refugiados, deixando de lado análises sociológicas sobre a integração e a identidade desses migrantes. “A gente tem pesquisas sobre imigração sírio-libanesa que focam na mobilidade social, na integração econômica, mas a migração forçada traz outras questões, como a vulnerabilidade, a legalidade e os direitos humanos”. Isso reflete uma limitação metodológica, onde o olhar jurídico predomina sobre outras perspectivas analíticas.

O pesquisador **A2** reforça essa crítica ao apontar que a abordagem teórica predominante nos estudos migratórios no Brasil ainda não incorporou plenamente debates contemporâneos sobre transnacionalismo e redes migratórias. “Se você pegar os estudos da Clark ou da Flacso no Equador, se você pegar os estudos no México, Guadalajara com Jorge Durand, se você pegar os africanos junto com o Hein de Haas, você vê que eles estão muito mais conectados com atualidades do que nós”. Ele argumenta que a produção acadêmica brasileira ainda está “presa” nos anos 2000 em termos teóricos e que há uma necessidade urgente de atualização e incorporação de novas perspectivas.

Já **A14** destaca a dificuldade de realizar pesquisas empíricas sobre migração síria no Brasil, devido à fragmentação dos dados e à falta de acesso a fontes primárias. “Eu vejo que a gente tem um déficit metodológico muito grande. Ainda trabalhamos muito com base em levantamentos da ONU, da ACNUR, mas não há uma base de dados consolidada no Brasil sobre refugiados sírios que nos permita fazer análises mais robustas”. Isso limita a capacidade dos pesquisadores de explorar diferentes abordagens metodológicas e força a dependência de dados externos.

Além disso, **A4** aponta que, dentro das ciências sociais brasileiras, há uma tendência de marginalizar estudos migratórios que não estejam vinculados a temáticas políticas e econômicas. “O arcabouço teórico que encontrei foi de literatura internacional, muitas delas da sociologia, discutindo a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, mas nunca com foco na administração”. Essa limitação afeta o desenvolvimento do campo e restringe a possibilidade de diversificação dos estudos.

Por sua vez, **A15** enfatiza que a predominância do olhar jurídico sobre a migração síria impacta a forma como os refugiados são representados na academia. “A gente tem uma tradição no Brasil de estudar imigração a partir das comunidades sírio-libanesas estabelecidas, mas isso não explica o que acontece com os refugiados sírios que chegaram nos últimos anos”. Essa observação sugere que a falta de novas abordagens metodológicas leva à reprodução de categorias analíticas que podem não ser as mais adequadas para a realidade atual.

Por fim, **A11** reforça a necessidade de ampliar a interdisciplinaridade dentro dos estudos sobre migração síria no Brasil. “Acho que falta a gente evoluir mais para o campo da sociologia, porque já tem poucos trabalhos nessa área, mas no jornalismo tem muito mais”. Essa fala sugere que outras áreas do conhecimento podem estar contribuindo mais para os estudos migratórios do que as próprias ciências sociais, o que levanta um questionamento sobre os caminhos que o campo deve seguir.

Dessa forma, os pesquisadores da migração síria contemporânea identificam que a predominância de abordagens jurídico-políticas tem limitado a diversidade dos estudos migratórios no Brasil. A falta de pesquisas sociológicas e históricas impede que se compreenda plenamente as dinâmicas dos deslocamentos recentes, e a carência de dados sistematizados dificulta análises mais aprofundadas. A necessidade de atualização teórica e metodológica, bem como uma maior interdisciplinaridade, são desafios que precisam ser enfrentados para que o campo se desenvolva de maneira mais ampla e integrada.

5.3.2.4 Percepção dos pesquisadores sobre a relevância da temática

A inserção das migrações sírias dentro do campo acadêmico brasileiro, sobretudo nas ciências sociais e nos estudos migratórios, foi abordada com um misto de entusiasmo e frustração pelos pesquisadores das migrações históricas que foram entrevistados. De modo geral, os entrevistados ressaltam a marginalidade do tema dentro das pesquisas migratórias no

Brasil e as dificuldades enfrentadas para consolidar um espaço de legitimidade para esses estudos.

O pesquisador **A16** destaca que os estudos sobre migração no Brasil historicamente privilegiaram as grandes ondas migratórias europeias, relegando a migração sírio-libanesa a um lugar periférico. Segundo ele, “pesquisa sobre Oriente no Brasil é muito escassa, então não tem muito. O que, por um lado, é bom, porque daí você usa esse argumento pra você escrever no seu projeto. Por outro lado, você tem que ser meio que autodidata”. O relato enfatiza o isolamento dos pesquisadores da área e a necessidade de construir um arcabouço teórico sem um corpo consolidado de literatura nacional sobre o tema.

Na mesma linha, o **A1** salienta que a pouca produção sobre sírios e libaneses no Brasil decorre da predominância de estudos sobre italianos, alemães e japoneses, relegando outros grupos migratórios a uma posição marginal. Ele recorda sua participação em congressos na ANPUH, nos quais a presença de trabalhos sobre imigração síria era quase inexistente. “Na sala tinha aproximadamente 50 pessoas para apresentar trabalho. Só tinha dois sobre sírios e libaneses, que era eu e o Marcelo”. Esse dado revela a concentração dos estudos migratórios em determinados grupos e a dificuldade de ampliar o escopo do debate.

Já a Profa. **A3** argumenta que a marginalização do tema também se reflete na formação dos programas de pós-graduação, onde a ausência de linhas de pesquisa dedicadas às migrações árabes obriga os pesquisadores a encaixar seus projetos em abordagens mais amplas. “A migração não era um tema central. Trabalhei com identidade, etnicidade e só depois fui encaixando o recorte sírio-libanês”. Esse relato sugere que, para que o tema fosse aceito, ele precisava ser tratado como um desdobramento de categorias mais amplas, como identidade e etnicidade.

O **A5** reforça esse ponto ao afirmar que a escolha por trabalhar com migrações sírio-libanesas não foi guiada por uma tradição consolidada na USP, onde cursou seu doutorado, mas sim por um convite específico de sua orientadora. “A USP não tinha tradição nos estudos migratórios no departamento de História. A escolha do tema foi um convite, não havia um campo formado”. Esse relato ilustra que a construção do campo das migrações sírias foi, em grande medida, um esforço individual dos pesquisadores, e não o resultado de uma tradição acadêmica consolidada.

O pesquisador **A6**, um dos pioneiros nos estudos sobre migração síria e libanesa no Brasil, também reforça essa percepção. Em seu relato, ele menciona que, ao iniciar sua pesquisa, encontrou uma bibliografia escassa, sendo que a principal referência era a obra do brasilianista Clark Knowlton. “Quando comecei, só tinha um trabalho mais científico sobre os sírios e libaneses, que era o do Knowlton. O resto era memorialismo”. O fato de que a produção sobre a imigração síria se limitava, em grande parte, a relatos memorialistas evidencia a lacuna historiográfica e sociológica sobre o tema.

Já o **A7** destaca que, mesmo nas ciências sociais, onde a migração é um objeto consolidado, os estudos sobre os sírios e libaneses raramente são centrais. Ele enfatiza a dificuldade de obter financiamento para projetos focados nesse grupo, pois há um viés institucional que privilegia estudos sobre migrações europeias. “A migração síria não tem a mesma ressonância acadêmica que a italiana ou alemã, o que se reflete no financiamento e na institucionalização das pesquisas”. A fala indica que a marginalização do tema não é apenas teórica, mas também estrutural e financeira.

Por outro lado, o **A10** aponta que há uma mudança gradual nesse cenário, especialmente após a crise dos refugiados sírios de 2011, que reavivou o interesse pelo tema. No entanto, ele observa que essa renovação do debate tem sido majoritariamente voltada para a migração contemporânea, deixando de lado a historicidade do fenômeno. “Hoje, o tema está voltando à tona, mas muito mais pelo refúgio do que pela migração histórica. O passado continua invisibilizado”. Isso demonstra que, embora o campo das migrações sírias tenha ganhado maior reconhecimento, a vertente histórica ainda enfrenta desafios para se consolidar.

Dessa forma, os relatos dos pesquisadores que estudam as migrações históricas evidenciam que o campo das migrações sírio-libanesas no Brasil ainda luta por reconhecimento dentro das ciências sociais. A ausência de um corpo teórico consolidado, a falta de financiamento e a predominância de estudos focados em grupos migratórios europeus são alguns dos desafios apontados. Apesar dos avanços recentes, a historicidade da migração síria ainda permanece marginalizada no debate acadêmico, exigindo esforços contínuos de legitimação e consolidação.

Os pesquisadores que estudam a migração síria contemporânea compartilham um sentimento comum de que a produção acadêmica sobre essa temática ainda é limitada dentro dos estudos migratórios no Brasil. O campo é percebido como fragmentado, com um número

relativamente pequeno de pesquisas, especialmente quando comparado a outros fluxos migratórios recentes, como os haitianos e venezuelanos. Além disso, há um reconhecimento de que a migração síria teve um momento de maior visibilidade acadêmica, mas que esse interesse não se manteve ao longo do tempo.

A pesquisadora **A15** observa que a migração síria teve um momento de destaque no Brasil, mas que essa atenção diminuiu rapidamente à medida que outras crises migratórias ganharam espaço. "A população síria ficou alguns anos ali como maior população refugiada no Brasil, mas logo já veio a venezuelana. E a venezuelana é nossa vizinha, então entrou muita gente. Politicamente, a questão da migração venezuelana tem um peso muito grande, por conta da nossa situação política". Essa afirmação sugere que a produção acadêmica muitas vezes acompanha os temas em evidência na agenda pública, o que pode ter reduzido a continuidade dos estudos sobre refugiados sírios.

Esse fenômeno também é mencionado por **A4**, que percebe um deslocamento dos interesses acadêmicos para outros grupos migratórios, tornando a produção sobre a migração síria menos expressiva. Ela afirma que "o volume de casos e estudos sobre os sírios foi menor, principalmente quando comparado aos haitianos e senegaleses". Essa constatação reforça a percepção de que a migração síria não ocupa uma posição central nos estudos migratórios brasileiros, sendo muitas vezes diluída em análises mais amplas sobre refúgio.

A pesquisadora **A11** critica a maneira como algumas pesquisas acadêmicas reproduzem um discurso homogêneo sobre os refugiados sírios, sem considerar as múltiplas realidades dentro desse grupo. Segundo ela, "sempre existe uma narrativa que coloca todos os refugiados sírios como se tivessem sido acolhidos e apoiados pela comunidade sírio-libanesa no Brasil. No meu campo, encontrei uma revolta muito grande entre os refugiados, muitos dizendo que não receberam apoio algum". Esse relato indica que há uma discrepância entre algumas interpretações acadêmicas e as experiências vividas pelos refugiados sírios no Brasil.

Além disso, **A2** destaca que a identidade da migração síria dentro dos estudos migratórios no Brasil é frequentemente moldada por categorias tradicionais da imigração do século XX, sem considerar as dinâmicas contemporâneas do refúgio. "A identidade construída da imigração histórica sírio-libanesa foi baseada no trabalho e na religião, sendo vista como uma comunidade empreendedora e católica. Mas essa construção não representa necessariamente os refugiados sírios atuais, muitos dos quais são muçulmanos e enfrentam

desafios completamente diferentes". Isso sugere que os modelos teóricos herdados das migrações históricas podem não ser plenamente aplicáveis à realidade dos refugiados contemporâneos.

A fragmentação do campo acadêmico também é mencionada por **A8**, que percebe uma falta de integração entre os pesquisadores que trabalham com migração síria. "Os estudos migratórios no Brasil estão muito ligados a agendas institucionais e a financiamento externo. A migração haitiana, por exemplo, gerou muito mais produção acadêmica porque havia interesse em políticas públicas sobre a regularização desses migrantes. No caso dos sírios, a academia não manteve um interesse contínuo". Esse fator sugere que a pesquisa sobre migração síria não encontrou redes acadêmicas e institucionais que pudessem garantir sua consolidação no longo prazo.

Por fim, **A14** questiona por que, apesar da grande repercussão da crise síria na mídia global, os estudos sobre essa migração não alcançaram uma presença significativa dentro da academia brasileira. "Mesmo com a grande visibilidade dos refugiados sírios na imprensa internacional, a produção acadêmica brasileira sobre esse grupo não se desenvolveu na mesma proporção. A questão geopolítica aparece muito nos debates, mas o cotidiano dos refugiados ainda é pouco explorado". Essa observação reforça a ideia de que o foco dos estudos migratórios no Brasil muitas vezes se volta para questões institucionais e políticas, deixando de lado aspectos sociológicos e antropológicos da experiência migratória síria.

A percepção geral dos pesquisadores do grupo das migrações contemporâneas sobre o status da migração síria dentro dos estudos migratórios no Brasil é de que o tema teve um momento de maior visibilidade, mas que essa atenção diminuiu à medida que outras crises migratórias emergiram. A produção acadêmica sobre os refugiados sírios é vista como fragmentada, sem um corpo teórico consolidado que permita sua plena integração ao campo dos estudos migratórios. Além disso, há uma crítica à forma como a academia brasileira reproduz certas narrativas sobre a migração síria, sem considerar adequadamente as complexidades e contradições desse fenômeno. Para que os estudos sobre a migração síria contemporânea avancem, será necessário um esforço coletivo para construir redes acadêmicas mais integradas e ampliar o escopo das investigações, considerando tanto os aspectos geopolíticos quanto as realidades vividas pelos refugiados no Brasil.

5.3.2.5 Impacto das migrações históricas na compreensão das migrações contemporâneas

Os pesquisadores das migrações históricas demonstram uma percepção crítica sobre como as análises das pesquisas das migrações do século XX influenciaram a maneira como os fluxos contemporâneos de migrantes sírios são estudados. A maioria reconhece que as pesquisas sobre a imigração sírio-libanesa do passado estabeleceram um arcabouço teórico importante, mas apontam limitações quando esse modelo é aplicado diretamente aos deslocamentos contemporâneos.

O **A5** destaca que há duas vertentes principais dentro dos estudos sobre migração síria no Brasil: uma voltada para a historicidade do fenômeno e outra mais recente, focada no refúgio e nos deslocamentos forçados. Ele aponta que essas abordagens nem sempre dialogam entre si, o que pode criar um distanciamento entre os pesquisadores. “A gente tem como se fosse duas vertentes [...]. Uma grande quantidade de estudos que focam na história da migração, que falam muito dessa migração ali entre o início do século XX, e agora também há um enfoque na migração forçada, na questão do refúgio”.

A pesquisadora **A9** reforça essa percepção ao relatar que, quando iniciou sua pesquisa nos anos 1990, o interesse acadêmico na migração síria era significativamente menor do que nos dias atuais. “Agora ela [a migração síria] está maior, porque como tem um fluxo desses sírios que estão vindo pra cá por conta da guerra, isso acabou despertando o interesse de muita gente [...]. Mas quando eu fiz a minha dissertação, comecei em 98, distante dessa guerra, distante disso tudo”. Esse relato mostra como a migração contemporânea reativou o interesse pelo tema, mas sem necessariamente estabelecer conexões com os estudos históricos.

O **A6**, um dos pioneiros nos estudos sobre imigração sírio-libanesa no Brasil, ressalta que, enquanto as pesquisas sobre o fluxo do século XX se concentravam na mobilidade social e redes comerciais, os estudos mais recentes são marcados pelo conceito de transnacionalismo e pela noção de identidades híbridas. “A produção mais recente é marcada pela noção de transnacionalismo, de identidades duplas [...]. Agora, do ponto de vista numérico, o Brasil ainda recebe muito pouco”.

Essa diferença de abordagem também é apontada por **A13**, que observa que a maior parte dos estudos históricos enfatiza a construção identitária dos imigrantes sírios no Brasil, enquanto a produção acadêmica sobre os refugiados sírios contemporâneos se concentra mais em questões legais e políticas. “Quando olhamos para esses dois debates, percebemos que os

estudos históricos da migração síria enfatizam a identidade, enquanto as pesquisas sobre refúgio sírio abordam muito mais o direito internacional e as políticas públicas de acolhimento”.

O pesquisador **A16** acrescenta que a construção das identidades migratórias mudou radicalmente entre os dois momentos. Ele afirma que a primeira grande onda migratória síria para o Brasil foi dominada por cristãos, enquanto a atual tem uma presença muçulmana muito mais expressiva, o que gera diferenças na forma como as comunidades se organizam e são percebidas no Brasil. “Essa primeira [migração] é muito mais de cristãos [...], enquanto essa segunda tem um número muito grande de muçulmanos vindo”.

A entrevistada **A3** chama atenção para a forma como os migrantes contemporâneos se relacionam com as colônias sírio-libanesas já estabelecidas no Brasil. Ela relata que, em algumas conversas, refugiados sírios mencionaram que receberam mais ajuda de descendentes de libaneses do que de sírios, e que as diferenças religiosas podem ter influenciado essa dinâmica. “Muitos falaram que receberam ajuda dos libaneses, não tanto dos sírios”. Esse dado indica que, apesar de uma herança migratória compartilhada, há uma distinção clara entre os diferentes fluxos migratórios, o que impede uma análise homogênea da experiência síria no Brasil.

O interlocutor **A7** reforça que as diferenças entre as migrações histórica e contemporânea vão além do contexto político e religioso. Ele observa que a inserção econômica dos migrantes mudou consideravelmente, pois enquanto os sírios do século XX se estabeleceram como comerciantes e pequenos empresários, os refugiados contemporâneos enfrentam dificuldades muito maiores para se inserirem no mercado de trabalho. “Os sírios que chegaram no século XX fundaram clubes, trouxeram suas igrejas, abriram negócios [...]. Hoje, os refugiados enfrentam desafios muito diferentes, como a dificuldade de conseguir trabalho formal”.

O entrevistado **A10** destaca ainda que, metodologicamente, a pesquisa sobre a migração histórica e contemporânea apresenta diferenças significativas. Ele aponta que há uma resistência entre os historiadores a estudar o tempo presente, o que faz com que a migração síria contemporânea seja mais abordada por pesquisadores do direito e das relações internacionais. “A história do tempo presente está cada vez mais presente, mas ainda há uma grande resistência dos historiadores a trabalhar com esse tema”.

Já a A12 sugere que há uma ruptura entre os estudos históricos e contemporâneos porque as migrações recentes ainda não foram suficientemente integradas à memória coletiva das comunidades sírio-libanesas estabelecidas no Brasil. “A gente tem uma migração histórica e uma migração contemporânea, mas são vistas quase como fenômenos distintos, sem muita continuidade entre elas”.

Diante dessas análises, os pesquisadores das migrações históricas concordam que há continuidades e descontinuidades importantes entre os estudos dos dois momentos migratórios. Enquanto as pesquisas sobre a migração do século XX estruturaram o campo e consolidaram certas categorias analíticas, os estudos mais recentes enfrentam desafios diferentes, seja na abordagem teórica, na metodologia ou na inserção dos migrantes na sociedade brasileira. O campo das migrações sírias continua evoluindo, mas as diferenças entre as experiências históricas e contemporâneas mostram a necessidade de um diálogo mais aprofundado entre os pesquisadores de ambas as vertentes.

A relação entre o estudo da imigração síria do século XX e o estudo contemporâneo das migrações sírias para o Brasil é um dos eixos centrais da percepção acadêmica sobre o campo. Pesquisadores que se dedicaram ao estudo da migração contemporânea identificam tanto permanências teóricas quanto novas abordagens que desafiam a tradição historiográfica das migrações árabes no Brasil. Para A2, a questão central era compreender se a imigração histórica influenciava na recepção dos refugiados sírios que chegaram após 2011. Segundo ele, “a minha contribuição, o meu objetivo principal na minha tese, foi ver até que ponto que a comunidade síria já estabelecida em São Paulo ajudou ou não a integrar, a incorporar os refugiados que estavam chegando”. Sua pesquisa evidenciou que, apesar de uma continuidade narrativa sobre a “tradição sírio-libanesa” no Brasil, os refugiados contemporâneos enfrentaram dificuldades distintas.

Essa percepção também aparece na análise de A11, que destaca como as migrações históricas influenciaram a estruturação dos estudos migratórios no Brasil, mas sem necessariamente incluir os refugiados sírios na continuidade desse campo. Para ela, um dos principais desafios é que “os refugiados sírios, em termos de deslocamento mundial, ainda se encontram no topo das migrações forçadas, mas a pesquisa acadêmica no Brasil sobre esse grupo é limitada”. A autora ainda reforça que, apesar do interesse crescente após 2015, o campo ainda é permeado por abordagens mais centradas em políticas humanitárias do que em uma continuidade com os estudos migratórios históricos.

A inserção das migrações sírias contemporâneas dentro da estrutura acadêmica consolidada das migrações históricas também foi debatida por **A4**, que percebeu uma ausência de pesquisas que tratem os dois fluxos como partes de um mesmo fenômeno. Ela argumenta que, no Brasil, há um viés acadêmico voltado para a “tradição dos estudos sírio-libaneses”, mas que os novos estudos sobre refugiados encontram resistência para serem reconhecidos da mesma forma. “O arcabouço teórico que encontrei foi de literatura internacional, muitas delas da sociologia, discutindo a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, mas nunca com foco na administração”. Esse relato sugere que os modelos teóricos para entender a imigração histórica nem sempre são transpostos para a realidade contemporânea, exigindo novas abordagens e conceitos.

O distanciamento entre os dois períodos migratórios também é evidenciado por **A8**, que argumenta que a academia, ao tratar os refugiados sírios, frequentemente os enquadra dentro das categorias tradicionais de imigração síria, sem considerar a especificidade da condição de refúgio. “A política pública de refúgio no Brasil para os sírios foi construída em parte com base na narrativa das migrações históricas. Mas os refugiados atuais não se veem dentro dessa tradição”. Esse ponto é reforçado por **A14**, que critica o fato de que muitos estudos sobre imigração sírio-libanesa no Brasil ainda insistem em olhar para os novos fluxos a partir do prisma das colônias tradicionais, sem levar em conta as particularidades da nova diáspora. Para a pesquisadora, esse enquadramento pode ser um obstáculo para compreender os desafios enfrentados pelos refugiados que chegam ao Brasil sem redes de apoio estabelecidas.

Ainda nesse sentido, **A15** aponta que a abordagem teórica sobre migrações sírio-libanesas no Brasil tende a ser excessivamente vinculada às identidades históricas e aos processos de assimilação e integração, sem considerar as dificuldades específicas do refúgio. “A gente tem uma tradição no Brasil de estudar imigração a partir das comunidades sírio-libanesas estabelecidas, mas isso não explica o que acontece com os refugiados sírios que chegaram nos últimos anos”. O desafio, segundo a autora, é pensar novas metodologias para lidar com essa realidade sem tentar encaixar os refugiados contemporâneos nos mesmos paradigmas dos imigrantes do século XX.

A persistência de uma visão histórico-cultural sobre a migração síria também foi mencionada por **A11**, que apontou como a migração forçada contemporânea não se encaixa nos modelos analíticos tradicionais. “A gente tem pesquisas sobre imigração sírio-libanesa que focam na mobilidade social, na integração econômica, mas a migração forçada traz outras

questões, como a vulnerabilidade, a legalidade e os direitos humanos". Essa diferença faz com que os refugiados sírios não sejam completamente absorvidos pelo campo das migrações internacionais no Brasil, muitas vezes sendo tratados separadamente.

No entanto, a perspectiva de **A2** sugere que há elementos de continuidade. Ele argumenta que as colônias sírio-libanesas estabelecidas no Brasil criaram um imaginário positivo sobre a contribuição dos imigrantes árabes, o que poderia ter facilitado, em alguma medida, a recepção dos refugiados contemporâneos. "Existe uma continuidade narrativa que apresenta a comunidade síria como bem-sucedida e integrada, e isso pode ter impactado positivamente a visão sobre os refugiados atuais". No entanto, ele também alerta que essa visão pode ser idealizada e não necessariamente corresponder às experiências dos refugiados que enfrentam obstáculos estruturais distintos daqueles da imigração do século XX.

Por fim, a percepção geral dos pesquisadores entrevistados sobre a relação entre as migrações históricas e contemporâneas é marcada tanto por continuidades quanto por rupturas. Se, por um lado, a tradição acadêmica sobre imigração sírio-libanesa no Brasil moldou parte do campo de estudos migratórios, por outro, o fenômeno do refúgio sírio exige abordagens novas e específicas, que levem em conta os desafios contemporâneos da mobilidade global. Como bem pontua **A14**, "o Brasil ainda trata os sírios como um grupo homogêneo, quando, na realidade, a experiência do refúgio não pode ser compreendida com as mesmas ferramentas usadas para analisar a imigração de cem anos atrás".

5.4 Perspectivas dos orientadores

A atuação dos orientadores nos programas de pós-graduação brasileiros constitui elemento estruturante na configuração das pesquisas sobre migração síria. Suas contribuições transcendem a supervisão acadêmica formal, abrangendo desde a delimitação dos objetos de estudo até processos de integração dos pesquisadores no campo das ciências sociais. A análise das entrevistas realizadas com quatro orientadores - dois atuantes em pesquisas sobre migrações sírias históricas e dois dedicados a fluxos contemporâneos - permite compreender algumas das dinâmicas que permeiam este campo de estudo.

As narrativas dos orientadores evidenciam diferentes formas de interação na definição temática das pesquisas. Em sua trajetória como orientadora, **O4** observa que as escolhas de pesquisa frequentemente articularam-se ao contato prévio dos estudantes com temáticas migratórias e interesse específico na imigração sírio-libanesa. Segundo seu relato: "a tradição

de estudos sobre a imigração síria no Brasil sempre esteve presente, mas a abordagem que meus alunos escolheram dependia muito das suas próprias formações e experiências acadêmicas".

Esta perspectiva encontra ressonância na experiência de **O1**, que enfatiza o caráter dialógico na definição dos temas, construída em interlocução com grupos de pesquisa. Conforme destaca: "há um esforço em manter uma linha coerente de pesquisa, mas sem tolher a criatividade dos alunos na abordagem de suas questões". Em sua prática de orientação, **O1** busca fortalecer conexões entre pesquisas sobre imigração histórica e debates teóricos sobre identidade e redes migratórias.

No âmbito das migrações contemporâneas, **O2** e **O3** indicam que a expansão dos estudos sobre refúgio e deslocamentos forçados ampliou possibilidades investigativas. **O2** observa que "com a crise migratória síria em evidência, os alunos passaram a olhar para o tema de maneira mais contextualizada, analisando a política migratória e os impactos desse fluxo nos espaços urbanos brasileiros".

A relação entre migrações históricas e fluxos contemporâneos emerge como elemento significativo nas narrativas dos orientadores. **O4** sugere que abordagens comparativas entre diferentes períodos podem contribuir significativamente para a produção acadêmica evidenciando continuidades e rupturas nas experiências migratórias. Em suas palavras: "os descendentes de imigrantes sírios que chegaram ao Brasil no início do século XX enfrentaram desafios diferentes dos refugiados contemporâneos, mas há pontos de convergência, especialmente no que diz respeito à adaptação cultural e econômica".

O3, por sua vez, problematiza esta relação ao argumentar que as experiências contemporâneas apresentam especificidades que demandam análise própria. Segundo seu relato: "é preciso compreender que a recepção dos imigrantes sírios no Brasil de hoje ocorre em um contexto muito diferente daquele do início do século passado, tanto do ponto de vista das políticas migratórias quanto das percepções sociais sobre os migrantes".

As questões metodológicas emergiram como aspecto central nas entrevistas. **O1** aponta que a fragmentação da documentação histórica sobre imigração síria no Brasil tem exigido articulação entre diferentes fontes de pesquisa. Segundo ele: "Os trabalhos de história oral têm sido fundamentais para preencher lacunas e oferecer um olhar mais humano sobre as trajetórias dos migrantes". No contexto das pesquisas sobre refugiados sírios, **O2** destaca que "os alunos

que estabeleceram vínculos com ONGs e associações locais tiveram maior facilidade em acessar as histórias e vivências dos refugiados".

As políticas de financiamento também foram apontadas como elemento significativo para a continuidade das pesquisas. **O3** menciona impactos da redução de bolsas de pesquisa: "Muitos alunos talentosos não conseguem levar suas pesquisas adiante por falta de apoio financeiro. Isso prejudica não apenas os indivíduos, mas todo o campo acadêmico". **O4** identifica desafios na institucionalização dos estudos migratórios no Brasil, observando que "os estudos migratórios continuam dispersos entre diversas disciplinas, o que dificulta a criação de programas específicos voltados para essa área".

Quanto às perspectivas futuras do campo, **O1** observa tendências de internacionalização das pesquisas: "A tendência é que as pesquisas sobre migração síria passem a dialogar mais com estudos transnacionais, ampliando as análises comparativas". **O2** enfatiza a necessidade de articulação entre academia e políticas públicas, argumentando que "os pesquisadores precisam atuar mais diretamente na formulação de políticas migratórias, contribuindo com dados e análises que possam embasar decisões governamentais".

A análise das entrevistas sugere que os orientadores desempenham papel significativo na estruturação do campo acadêmico sobre migração síria no Brasil, influenciando escolhas teórico-metodológicas e auxiliando na superação de desafios estruturais. As narrativas indicam que o desenvolvimento futuro do campo poderá ser influenciado pela capacidade de estabelecimento de diálogos interdisciplinares e pela articulação entre produção acadêmica e formulação de políticas públicas voltadas à população migrante.

5.5 Conclusões do capítulo 5

A análise das entrevistas realizadas com pesquisadores e orientadores que se dedicam aos estudos sobre migrações sírias no Brasil evidencia elementos significativos sobre a estruturação deste campo acadêmico. Conforme demonstrado ao longo do capítulo, a constituição desta área de estudos é permeada por tensões entre aspectos institucionais e trajetórias individuais, refletindo dinâmicas próprias do campo científico, nos termos propostos por Bourdieu (1996).

O exame das narrativas sobre escolhas temáticas revela que a definição dos objetos de pesquisa resulta da confluência entre motivações pessoais, redes acadêmicas e oportunidades

institucionais. No caso dos pesquisadores dedicados às migrações históricas, observa-se que vínculos identitários e familiares frequentemente constituíram elemento motivador, enquanto entre estudiosos dos fluxos contemporâneos, a escolha temática articulou-se mais diretamente ao contexto da crise humanitária síria e às lacunas percebidas na produção acadêmica nacional.

A seleção dos programas de pós-graduação e orientadores evidencia desafios estruturais do campo. A ausência de linhas de pesquisa consolidadas sobre migração síria conduziu diversos pesquisadores a inserirem-se em programas voltados aos estudos migratórios em sentido amplo. Este cenário, conforme apontado nas entrevistas, reflete o que Knorr Cetina (1999) caracteriza como fragmentação das culturas epistêmicas, onde diferentes disciplinas operam sob arranjos institucionais distintos.

As narrativas evidenciam uma dinâmica particular no campo científico relacionada à distribuição de capital e recursos. Conforme relatado pelos entrevistados, existe uma tendência institucional de privilegiar pesquisas sobre fluxos migratórios em evidência na agenda pública, como as migrações venezuelana e haitiana, em detrimento de investigações sobre migrações históricas ou grupos numericamente menos expressivos. Esta lógica, que reflete o que Bourdieu caracteriza como disputas por capital científico, impacta diretamente as possibilidades de financiamento e continuidade das pesquisas.

A análise comparativa entre as percepções dos pesquisadores das migrações históricas e contemporâneas revela convergências e divergências significativas. Enquanto os primeiros enfatizam desafios relacionados à fragmentação de fontes documentais e necessidade de articulação com acervos históricos, os estudiosos dos fluxos contemporâneos destacam dificuldades no acesso às comunidades de refugiados e barreiras linguísticas. No entanto, ambos os grupos compartilham a percepção de marginalização do tema dentro do campo mais amplo dos estudos migratórios brasileiros.

Os relatos também evidenciam distinções nas abordagens teórico-metodológicas. Pesquisadores das migrações históricas tendem a enfatizar questões identitárias, redes comerciais e processos de integração socioeconômica, enquanto aqueles dedicados aos fluxos contemporâneos privilegiam aspectos relacionados a políticas públicas, direitos humanos e processos de acolhimento. Esta diferenciação reflete tanto especificidades dos objetos de estudo quanto transformações nas culturas epistêmicas que orientam a produção de conhecimento sobre migrações.

A questão do financiamento emerge como elemento central nas narrativas de ambos os grupos, embora com nuances distintas. Pesquisadores das migrações históricas relatam dificuldades crescentes na obtenção de recursos, indicando que suas investigações são frequentemente preteridas em favor de temáticas consideradas mais urgentes ou relevantes para políticas públicas. Já os estudiosos dos fluxos contemporâneos, embora também enfrentem restrições, indicam maior possibilidade de acesso a recursos vinculados a agendas humanitárias e organismos internacionais.

Uma distinção significativa entre os dois grupos refere-se à percepção sobre a legitimidade do campo. Os pesquisadores das migrações históricas apontam que, apesar da marginalidade do tema, existe um arcabouço teórico consolidado sobre a presença sírio-libanesa no Brasil, especialmente no que concerne aos estudos sobre redes comerciais e mobilidade social. Em contrapartida, os estudiosos dos fluxos contemporâneos relatam maior dificuldade em estabelecer marcos teóricos próprios, frequentemente necessitando recorrer a literaturas internacionais sobre refúgio e deslocamento forçado.

A relação com programas de pós-graduação também apresenta particularidades. Enquanto pesquisadores históricos conseguem, ainda que com dificuldades, inserir-se em linhas de pesquisa sobre imigração e identidade, os estudiosos das migrações contemporâneas frequentemente precisam adaptar seus projetos a programas voltados para relações internacionais ou direitos humanos, evidenciando a ainda incipiente institucionalização dos estudos sobre refúgio no Brasil.

Esta configuração do campo, quando analisada à luz do referencial teórico apresentado, evidencia o que Bourdieu (1996) caracteriza como espaço de disputas por legitimidade científica. As tensões entre diferentes abordagens, a competição por recursos e a busca por reconhecimento institucional refletem dinâmicas próprias do campo científico, onde agentes mobilizam diferentes formas de capital em busca de legitimação de suas práticas e objetos de pesquisa.

A fragmentação observada nas narrativas também dialoga com a perspectiva de Knorr Cetina (1999) sobre culturas epistêmicas distintas. A coexistência de abordagens históricas, sociológicas e jurídicas sobre a migração síria revela não apenas diversidade metodológica, mas também diferentes formas de construção e validação do conhecimento científico, cada qual com seus próprios critérios de legitimidade e reconhecimento.

O cenário descrito pelos entrevistados também encontra ressonância nas análises de Hey (2010) sobre o impacto das políticas de avaliação e financiamento na estruturação do campo acadêmico. A tendência de priorização de determinadas temáticas em detrimento de outras reflete não apenas escolhas epistemológicas, mas também pressões institucionais e demandas externas ao campo científico.

Esta configuração evidencia o que Sayad (1998) caracteriza como "pensamento de Estado" na produção de conhecimento sobre migrações, onde certas abordagens e temas são privilegiados em função de sua adequação a agendas políticas e institucionais específicas. Tal dinâmica impacta diretamente as possibilidades de desenvolvimento e consolidação dos estudos sobre migração síria no Brasil, reforçando o que Brettell e Hollifield (2015) identificam como tendência à fragmentação teórica e metodológica no campo dos estudos migratórios.

Por fim, as narrativas analisadas sugerem que o campo dos estudos sobre migração síria no Brasil, embora apresente avanços significativos nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua consolidação. A superação destes obstáculos demandará não apenas maior articulação entre pesquisadores e instituições, mas também o desenvolvimento de estratégias coletivas para fortalecer a legitimidade do campo e ampliar suas possibilidades de financiamento e desenvolvimento, conforme apontam Agostini e Massi (2024) ao analisarem as especificidades do campo acadêmico brasileiro.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo investigar como as dissertações e teses defendidas no Brasil sobre as migrações sírias refletem os contextos histórico e contemporâneo desses fluxos migratórios, as escolhas teóricas e metodológicas do campo acadêmico e as transformações nos debates sobre identidade, urbanidade e redes sociais. A análise comparativa dessas produções acadêmicas demonstra que não há uma continuidade estruturada entre os estudos sobre as migrações históricas e contemporâneas. Essa ausência de continuidade não apenas revela lacunas teóricas e metodológicas, mas também indica um campo marcado por disputas acadêmicas, institucionais e políticas que orientam a seleção de objetos de estudo com base em financiamentos e visibilidade midiática.

Os contextos histórico e contemporâneo das migrações sírias indicam que, enquanto os fluxos do século XX foram impulsionados por oportunidades econômicas e mudanças políticas no Império Otomano, as migrações contemporâneas resultam de deslocamentos forçados causados pela guerra civil. A inserção dos migrantes sírios no Brasil ocorreu de maneira desigual ao longo dos períodos: enquanto as migrações históricas favoreceram a formação de redes comerciais e econômicas, consolidando um papel relevante para essa população dentro da economia nacional, os fluxos contemporâneos enfrentam desafios que incluem barreiras burocráticas, dificuldades no reconhecimento de qualificações profissionais e um acolhimento ainda pouco estruturado do ponto de vista governamental⁴.

Os debates sobre a nacionalidade síria nas pesquisas analisadas revelam que a visibilidade da migração síria está fortemente associada ao contexto midiático e às políticas internacionais de acolhimento de refugiados. Essa diferenciação se reflete na própria recepção dos migrantes, visto que os imigrantes históricos foram, em algum modo, integrados ao tecido econômico e social brasileiro, enquanto os refugiados contemporâneos enfrentam um cenário muito mais instável.

O mapeamento da produção acadêmica sobre as migrações sírias evidencia a fragmentação desse campo de estudo. Os trabalhos voltados à migração histórica são amplamente influenciados por conceitos de redes migratórias, mobilidade social e identidade étnica, ao passo que os estudos sobre migrações contemporâneas priorizam discussões relacionadas ao refúgio, à vulnerabilidade social e às políticas migratórias. No entanto, há uma lacuna evidente: nos trabalhos sobre as migrações contemporâneas, as migrações históricas

⁴ Ver Capítulo 2.

aparecem apenas como um pano de fundo contextual, sem que haja um esforço analítico mais aprofundado para entender possíveis continuidades e rupturas entre os dois momentos migratórios⁵.

As dinâmicas de identidade, urbanidade e redes migratórias também variam conforme o recorte temporal. Nos estudos históricos, a identidade dos migrantes sírios foi amplamente discutida sob a perspectiva da inserção econômica e da mobilidade social, em um contexto onde a imigração era vista como um mecanismo de desenvolvimento nacional. Em contrapartida, nas pesquisas contemporâneas, a identidade dos refugiados sírios é frequentemente explorada a partir da experiência do deslocamento forçado, do trauma da guerra e das dificuldades de reconfiguração de laços comunitários. Essa mudança também se reflete na escolha metodológica dos estudos, nos quais os trabalhos sobre imigração histórica se baseiam predominantemente em análises documentais e fontes secundárias, enquanto as pesquisas sobre os refugiados contemporâneos são mais voltadas para entrevistas, etnografias e observação participante⁶.

As entrevistas realizadas com os autores mostrou que as pesquisas sobre migração síria são fortemente influenciadas por dinâmicas externas, especialmente pelo financiamento e pelo valor midiático da nacionalidade estudada. A seleção dos objetos de estudo não ocorre apenas por interesse acadêmico, mas também por critérios que envolvem a obtenção de recursos e a relevância do tema nos debates públicos. Outra questão relevante identificada é a ausência de um campo coeso de estudos migratórios voltados especificamente para as migrações sírias no Brasil. Ao contrário de outras áreas dentro das ciências sociais, nas quais há uma rede consolidada de pesquisadores e linhas de investigação bem definidas, as pesquisas sobre migrações sírias operam de maneira fragmentada, sendo orientadas por agendas dispersas e interesses institucionais diversos⁷.

Os achados desta pesquisa permitem estabelecer um diálogo direto com os referenciais teóricos discutidos no capítulo 1.3 desta tese, especialmente com as contribuições de Mannheim (1982) sobre o caráter socialmente condicionado do conhecimento científico, que reforçam como a fragmentação identificada entre os estudos históricos e contemporâneos decorre dos contextos sociais específicos de produção acadêmica. A ausência de um diálogo sistemático entre esses dois períodos revela que o campo dos estudos migratórios sobre sírios no Brasil é

⁵ Ver Capítulo 3.

⁶ Ver Capítulo 4.

⁷ Ver Capítulo 5.

atravessado por interesses sociais, econômicos e políticos que condicionam as escolhas teórico-metodológicas, reforçando a crítica de Coelho (2017) à perspectiva funcionalista de Merton, que negligencia como a validação do conhecimento é afetada por forças externas ao campo científico.

Além disso, essa fragmentação reflete nitidamente as dinâmicas internas do campo científico descritas por Bourdieu (2004), onde as disputas pelo capital simbólico e pela legitimidade acadêmica moldam decisivamente as agendas de pesquisa. Essa estrutura de poder identificada na produção científica sobre migrações sírias evidencia que o interesse acadêmico não é neutro ou puramente epistemológico, mas resulta das relações de força entre agentes dominantes e dominados, cujos efeitos são observados na seleção de temas, na priorização de abordagens específicas e na descontinuidade analítica entre os períodos estudados. A reflexão sobre essas dinâmicas atende diretamente ao chamado de Bourdieu para reconhecer a dimensão política intrínseca ao funcionamento do campo científico, que é marcado por relações de dominação e competição simbólica.

A fragmentação identificada entre os estudos históricos e contemporâneos sobre migrações sírias revela a influência das dinâmicas internas e externas sobre a produção do conhecimento científico, conforme analisado por Coelho (2017) e Bourdieu (2004). Essa ausência de diálogo entre diferentes períodos e abordagens pode ser interpretada como consequência direta da lógica de disputas internas do campo científico, onde a valorização seletiva de objetos de pesquisa é condicionada pelo capital simbólico acumulado pelos agentes e instituições acadêmicas. Essa dinâmica, ao privilegiar determinadas abordagens epistemológicas, reforça um conhecimento fragmentado e distante das especificidades sociais e históricas do fenômeno migratório sírio, dificultando análises integradas que contemplam tanto a profundidade histórica quanto as particularidades contemporâneas dessas comunidades.

A contribuição central deste metaestudo reside, portanto, em seu caráter crítico e reflexivo sobre a própria produção acadêmica, indo ao encontro das propostas de Mannheim (1982) e Bourdieu (2004) sobre o papel do conhecimento como produto socialmente situado e permeado por interesses simbólicos e institucionais. Ao sistematizar criticamente a literatura existente, esta pesquisa oferece uma base epistemológica sólida para futuras investigações, contribuindo para superar as fragmentações internas ao campo dos estudos migratórios. Ademais, reforça a importância da construção de redes acadêmicas mais consistentes e críticas, capazes de enfrentar as limitações epistemológicas e institucionais identificadas, em um esforço

que, além de contribuir academicamente, é também ético-político, ao buscar compreender integralmente a complexidade histórica e contemporânea dos deslocamentos humanos.

A análise demonstrou que o campo de estudos migratórios sobre a migração síria no Brasil não se constitui como um campo consolidado, mas sim como um conjunto de investigações fragmentadas, atravessadas por disputas institucionais e políticas. Essa fragmentação, longe de ser apenas uma questão teórica, tem impactos concretos na forma como as migrações são compreendidas e nas políticas públicas voltadas para essa população. A ausência de um esforço mais sistemático de integração entre os estudos históricos e contemporâneos constitui um desafio essencial para a construção de um campo mais robusto e interdisciplinar. O reconhecimento das redes migratórias históricas e dos fluxos contemporâneos como fenômenos interligados possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas de permanência e transformação das comunidades sírias no Brasil ao longo do tempo.

Os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de investigações futuras que ampliem a compreensão sobre as intersecções entre os diferentes períodos migratórios, analisando em maior profundidade os fatores que contribuem para a continuidade ou ruptura dos fluxos migratórios e as implicações disso para as políticas de acolhimento e integração no Brasil. As transformações políticas na Síria também podem influenciar novos padrões migratórios, o que reforça a relevância de um acompanhamento sistemático do fenômeno migratório sírio em nível global e local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELAL, Rawi et al. Identity as a variable. *Perspectives on Politics*, v. 4, n. 4, p. 695–711, 2006.
- ABDALA, Alfredo Ricardo. Sírio-libanês, sabores e práticas de cozinhar: memórias, gênero, práticas e apropriações (São Paulo, séculos XX e XXI). 2022. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- AGIER, Michel. O biopoder à prova de suas formas sensíveis: Breve introdução a um projeto de etnografia das heterotopias contemporâneas. *Primeiros Estudos*, n. 9, p. 95-106, 2019.
- AGOSTINI, Gabriela; MASSI, Luciana. O campo acadêmico-científico no Brasil: uma análise histórica de suas propriedades. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 19, n. 40, p. 1-34, 2024.
- AGUIAR, Marcia Ernani de. Prática médica e imigração: o caso dos refugiados sírios na cidade de São Paulo. 2021. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ALAMINOS, C. A; SANTACREU, F. Oscar. La integración cultural y social en las migraciones intraeuropeas. *Revista Migraciones*, n. 30, p. 13-42, 2011.
- ALMEIDA, R. T. Patrícios em Rede: A Interferência dos Imigrantes Sírio-Libaneses no Processo de Urbanização Paulistana (1887-1928). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- ALVES, Miriam Fábia; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. 2014.
- AMBROSIO, GUSTAVO FERNANDES. Estados e Políticas Públicas: A Política Municipal para A População Imigrante em São Paulo na Questão dos Refugiados Sírios. 2019. 125 f. Mestrado em Políticas Públicas - Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2019.
- AMIN, Ash. Collective culture and urban public space. *City*, v. 12, n. 1, p. 5-24, 2008.
- ANUNCIAÇÃO, Renata Franck Mendonça de. Somos mais que isso: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.
- ARAÚJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; DA CRUZ, Monalise Pinto. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. *Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia*-ISSN: 1984-5693, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009.

ARAÚJO, Valmir Freitas de. Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Paraná – 1900-1975. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2015.

BARCELLOS, Melissa Gabriella Lopes. Começar de novo: narrativas sobre a migração e trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

BARBOSA, L.; BERNARDO, M. A Importância da Língua na integração dos imigrantes haitianos.

BARBOSA, R. F. VIDAS REFUGIADAS: integração de Sírios Ortodoxos no Rio de Janeiro.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARATA, R. DE C. B. Avaliação da produção acadêmica. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 27, n. 3, p. 429–445, set. 2022.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

BASABE, N.; ZLOBINA, A.; PAEZ, D. Integración sócio-cultural y adaptación psicológica de los inmigrantes extranjeros en el país Vasco. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMGARTEN, Maíra. Comunidades ou coletividades?: o fazer científico na era da informação. Política & sociedade. Florianópolis, SC. N. 4 (abr. 2004), p. 97-136, 2004.

BELLAGUARDA, Caroline. Um pouco de Bourdieu em "Os usos sociais da ciência". [S. l.], 30 nov. 2014.

BERELSON, Bernard. Content analysis in communication research. Glencoe: Editora The Free Press, 1952.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONNEWITZ, P. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Vozes, 2003.

BOUDON, R. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. Homo academicus. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Para uma Sociologia da Ciência. Lisboa: Editora 70, 2008.

BRANDÃO, G. A. Sírios e libaneses em Cuiabá: imigração, especializações e sociabilidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2007.

BRASIL, Emmanuel de Nazareth. Narrando o invisível: reconstruindo cidades a partir de relatos de imigrantes sírios. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the geographies of 'actually existing neoliberalism'. *The Urban Sociology Reader*, 2nd ed., Routledge, Oxon, p. 138-156, 2013.

BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James. Migration theory: talking across disciplines. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "identity". *Theory and Society*, v. 29, n. 1, p. 1-47, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALEGARI, Marília. Com lenço e com documento: condições de vida da população refugiada síria em São Paulo. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. *Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*, v. 16, n. 4, p. 903-925, 2009.

CASAGRANDE, R. DE C.; MAINARDES, J. O Campo Acadêmico da Educação Especial e a Utilização do Termo "Campo". *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. e0016, 2021.

CASTANHEIRA, Erika Chermont. Os imigrantes na grande imprensa: aspectos da imigração sírio-libanesa para o Rio de Janeiro (1890-1929). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2015.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Alexandre de Almeida. As-salamu alaykum! compreendendo o sistema de atividade de acolhimento, inserção e adaptação dos refugiados sírios ao Brasil. Maringá, PR, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; BRASIL, Emmanuel; DUTRA, Delia. A movimentação dos imigrantes no mercado de trabalho formal: admissões e demissões. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAÚJO, D. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Brasília: OBMigra, 2016, p. 74-125.

CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Márcio. O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 88-113, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHOAIRY, Chafic. De "Turcos" a "Mascates": o questionamento da Identidade síria e libanesa em Piracicaba (1989-1930). *Dissertação (Mestrado em Sociologia)* - Universidade Federal de São Carlos, 2013.

COELHO, Gabriel Bandeira. *Sociologia do conhecimento e da ciência: da sua emergência a Pierre Bourdieu*. *Revista Sinais*, v. 21, n. 2, 2017.

CORRÊA DE SIQUEIRA, Débora. *Políticas Públicas para Refugiados Sírios no Canadá, no Chile e no Brasil na perspectiva de John W. Kingdon. Uma contribuição à Teoria dos Múltiplos Fluxos*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2018.

COSTA, Renata Parpolov. *Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso*. 2016. *Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes)* - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COTRIM, Aline de Sá. *Os outros da nação: imigração e ciências sociais no Brasil e na Argentina*. Tese de Doutorado. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Gabrielle da. *Da Síria a São Paulo: a vinda de famílias refugiadas sírias ao interior paulista*. 2023. *Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)* – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

DA ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Cidade Viva Editora, 2010.

DAOU, GEORGIA POZZETTI. *DO CEDRO À SERINGUEIRA: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÍRIO-LIBANESA NO AMAZONAS*. 2021. 134 f. Mestrado Interdisciplinas em Ciências Humanas. Instituição de ensino: Universidade Estadual do Amazonas.

DIAS, Luciana et al. *Migração, refúgio e política: análise crítica das políticas públicas de acolhimento no Brasil*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 59-74, 2018.

DINIZ, GISLENE CORDEIRO DA SILVA. *Empreendedorismo imigrante e étnico: o papel das redes sociais no processo empreendedor de imigrantes sírios no Brasil e de brasileiros nos Estados Unidos*. 2019. 227 f. Mestrado em Administração - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DORNELAS, Juliana Gomes. Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, MG (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

DUTRA, Delia. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E TRABALHO DOMÉSTICO Mulheres Peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba: OJM, 2013.

EDENSOR, Tim. Collective culture and urban public space. *City*, v. 12, n. 5, p. 611–624, 2008.

FARIA, Eduardo Barreto Guimarães. Imigração síria no Rio de Janeiro 2011-2019: alteridade e a condição do outro na sociedade carioca. Dissertação (Mestrado em História Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019).

FELICIO, MUNAH MALEQUE. BRIMAS E BRIMOS NOS TRÓPICOS: A PRESENÇA DOS IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES NO RIO DE JANEIRO CAPITAL (1880-1930). 2016. 141 f. Mestrado em História - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, ALEXANDRE COELHO. Migrações Internacionais em Tempos de Crise: um Estudo Sobre o Processo de Integração dos Refugiados Sírios na Cidade de São Paulo (BRA). 2021. Doutorado em Demografia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERREIRA, Adriana de Oliveira. Estudo da selfie como narrativa autobiográfica e testemunhal: o caso dos refugiados sírios. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

FERREIRA, Liliane Edira. Do balcão à mesa: imigrantes e descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FÍGOLI, L.; VILELA, E. M. Migração Internacional, Multiculturalismo: sírios e libaneses em Minas Gerais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

FORTUNATO, Elissa Macedo. Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados Sírios. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FRANCISCO, J. C. B. Dos cedros aos pampas: imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, etnicidade e assimilação (1890-1949). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FRANCISCO, J. C. B. Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro: Memória Coletiva & Escolhas Individuais. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FUSARO, Karin de Pecsi e. Infância refugiada: mediação e agência de crianças sírias no Distrito Federal. 2019. 116 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GARCIA, M. M. A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 97, p. 64–72, 1996.

GATTI, B. A. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 108-116, 2001.

GATTAZ, Andre. Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes. São Paulo: Gandalf, p. 78, 2005.

GOMES, Melissa Neves. Análise de enquadramento da cobertura jornalística: a nova vida de refugiados sírios que vieram para o Brasil nos Portais G1 e BBC Brasil (2012-2017). Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

GONCALVES, ISADORA D AVILA LIMA NERY. "I AM A HUMAN BEING": O DIREITO DOS REFUGIADOS E A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO NO BRASIL – O CASO DOS SÍRIOS. 2018. 191 f. Mestrado em Sociologia e Direito - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GREGORIO, RAPHAEL HENRIQUE DE MORAES. A Inserção dos Refugiados sírios no mercado de trabalho do município de São Paulo/SP: trabalho, território e direitos humanos. 2019. Mestrado em Geografia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

GUARNIZO, Luis Eduardo; SMITH, Michael Peter. The locations of transnationalism. In: GUARNIZO, Luis Eduardo; SMITH, Michael Peter (Eds.). *Transnationalism from Below. Comparative Urban and Community Research*, v. 6. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

GUIMARÃES, André Rodrigues; BRITO, Cristiane de Sousa; SANTOS, José Almir Brito dos. Expansão e financiamento da pós-graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018). *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 41, p. 47-71, 2020.

HAJJAR, Babel. Para ler a guerra na Síria: a construção do consenso na cobertura da mídia global. 2016. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-20122016-213406/>>.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2^aed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart; HELD, David; MCGREW, Tony (Org.). *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 273–326.

HEY, A. P. Fronteira viva: o campo acadêmico e o campo político no Brasil. Políticas públicas e educação: debates contemporâneos, 1, 217-230, 2008a.

HEY, A. P. Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil. EduFSCar, 2008b.

KEMEL, Cecília. Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Literatura e Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

KETZER, Lisiane Selaimen Heemann et al. Imigração, identidade e multiculturalismo nas organizações brasileiras. Interações (Campo Grande), v. 19, p. 679-696, 2018.

KHOURI, J. M. Pelos caminhos de São Paulo: a trajetória dos sírios e libaneses na cidade. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 2013.

KNOWLTON, C. Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial. São Paulo, Anhambi, 1960.

KNORR-CETINA, Karin. Epistemic cultures: how the sciences make knowledge. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

KONDRASKI, LAIS ROSATTI. O refúgio na cozinha: como a integração da comunidade síria contemporânea configura uma São Paulo de saborosas portinhas. 2021. 202 f. Doutorado em Saúde Pública - Universidade de São Paulo, São Paulo.

KUHN, Thomas. Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAZO ROJAS, Massiel Amelia. Gurbah Síria: experiências de refúgio em Florianópolis. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2021.

LIMA, Gabriela Figueiredo. A aculturação alimentar do consumidor sírio: uma abordagem evolucionista. Dissertação (Mestrado em Administração - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

LODETTI, MARIA BOEIRA. CONTINUIDADE PARTIDA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA IMIGRAÇÃO EM REFUGIADOS SÍRIOS RESIDENTES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS (BRASIL). 2018. 155 f. Mestrado em Psicologia - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LUBBERS, Miranda J. et al. Social networks and transnational social fields: A review of quantitative and mixed-methods approaches. International Migration Review, v. 52, n. 3, p. 892–919, 2018.

LUCIO, CARLA MARINA BARROS DOS SANTOS. A INTEGRAÇÃO DE SÍRIOS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE: DA ESPERANÇA AO ABANDONO. 2020. 135 f. Mestrado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. Sirios e Libaneses na Cidade de São Luis (1885-1930): entre Táticas e Representações. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará.

MAJOR, Livia. A relação memória-silenciamento no processo de integração transnacional de refugiados sírios em São Paulo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas E Sociais. São Bernardo do Campo, 2022.

MARCHINI, Lize Navarro. Comer e sobreviver: a comida como cenário de refugiados sírios em São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Org.). Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003b. p.11-25.

MARCELO, Júlia Fernandes; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Estudo bibliométrico sobre a produção científica da área da sociologia da ciência. Informação & Informação, v. 18, n. 3, p. 138-153, 2013.

MATOS, Ana Carolina Siqueira. O sistema de proteção a refugiados e sua atuação perante as refugiadas sírias no Brasil. 2018. 121 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MEIHY, J. C. S. B. "Arabia Brasiliensis": Os estudos árabes e islâmicos no Brasil. Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies, n. 1, 2014.

MOERBECK, Guilherme. Campo Acadêmico, História Antiga e Ensino: comentários em torno do presente e futuro de uma área. Mare Nostrum, v. 8, n. 8, p. 187-197, 2017.

MOROSINI, Marília Costa. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. Revista Argentina de Educación Superior: RAES, n. 1, p. 125-152, 2009.

MOSCOWICI, S.; BUSCHINI, F. Les méthodes des sciences humaines. Presses universitaires de France, 2003.

MOURAD, Mamed Younes Mohamed. Estratégias de sobrevivência e integração de refugiados sírios em Curitiba. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NAME, Paula Carmo. A ascensão social dos imigrantes libaneses e sírios em São Paulo: relatos de memórias. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randon. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE, p. 26-39, 2017.

NOVION, Martin-Léon-Jacques; OLIVER COSTILLA, Lucio; AYALA, Mario. Pensamento, teoria e estudos latino-americanos. 2014.

NUNES, B. F.; CAVALCANTI, L. O imigrante e o direito à indiferença: algumas questões teóricas. In: Santin, Terezinha; Botega, Tuíla. (Org.). *Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana*. 1ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, v.1, p. 135-159, 2014.

OLIVEIRA, Catarina et al. A nova crise dos refugiados na Europa. *Rev. Bras. Estud. Popul.*, v. 34, n. 1, p. 73-98, 2017.

OLIVEIRA, M. R. C. de. Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

OLIVEIRA, Marco Aurélio. O mais importante era a raça: sírios e libaneses na política de Campo Grande, MS. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. 2001.

OSMAN, S. A. *Imigração Árabe no Brasil: Histórias de Vida de Libaneses Muçulmanos e Cristãos*. São Paulo: Xamã, 2011.

OSMAN, S. A. A imigração árabe no Brasil: balanço da produção acadêmica (1970-2020). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 236-255, 2020.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. *RiMe - Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea*, v. 6, p. 687-704, jun. 2011.

PIMENTEL, Valderez Cavalcante. A aculturação do imigrante sírio no Piauí (estudo de caso). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 1984.

PORTESES, Alejandro. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, n. 1, p. 1–24, 1998.

PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2005. p. 297-309.

PÓVOA NETO, Helion. O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos "direitos à mobilidade". *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 31, p. 394-400, 2008.

PRYSTHON, A. Cidade. In: Cavalcanti, L.; Botega, T.; Tonhati, T.; Araújo, D. (Org.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: UnB, 2017, p. 398-402.

PUCCI, Fabio Martinez Serrano. Trajetórias de sujeitos em situação de refúgio em relação às organizações humanitárias: possibilidades de acolhimento de sírios em São Paulo e Toronto. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

REGO, M. F. Memória da imigração de sírios e libaneses em Rondonópolis – MT. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2006.

RIGAMONTE, LARISSA NETTO LIRA RANGEL. MEMÓRIA E REFÚGIO: HISTÓRIAS DE VIDA DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2014-2018). 2018. 90 f. Mestrado em Sociologia Política - Universidade Vila Velha, Vila Velha.

ROSA, M. D. Memórias da imigração: a trajetória do imigrante sírio-libanês em Altinópolis. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FHDSS/Unesp), Franca, 2001b.

ROSA, SARAH CARVALHO DA. A política brasileira para refugiados: um estudo dos casos sírios e venezuelanos. 2021. 96 f. Mestrado em Relações Internacionais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROSAL, Anna Silvia Rosal de. Refúgio: um mal-estar contemporâneo a experiência dos sírios em São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; SOUZA NETO, Samuel de. EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÉMICA EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS. Contrapontos, Florianopolis, v. 21, n. 1, p. 148-168, jan. 2021.

SÁ, Silvana Pena de. A narrativa da migração síria pós-guerra: uma análise da cobertura do Jornal Nacional (2014 – 2016). 2018. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SAID, Gustavo Fortes. Nas bordas da língua, todos somos carcamanos: Processos de identificação de imigrantes sírio-libaneses no Piauí. Ação Midiática, v. 26, p. 1–9, 2023.

SALAZAR, FRANCES DE FRANCIS SILVA. IMIGRAR, TRABALHAR, LUCRAR: A TRAJETÓRIA SÍRIO-LIBANESA EM CODÓ-MA (1920-1960). 2018. 133 f. Mestrado em História - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTOS, A. L. F. dos. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 30, n. 1, 2014.

SANTOS, ADILSON SILVA. Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890-1930). 2019. 388 f. Doutorado em História - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SANTOS, Maria Luiza Silva. O QUIBE NO TABULEIRO DA BAIANA: Uma Reflexão Sobre a Imigração Síria e Libanesa e o Turismo Cultural Em Ilhéus. 2003. 148 f. Mestrado em Cultura & Turismo - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

SANTOS, Vanessa Kellner Francis. As relações entre Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro entre 1900-1920. 2019. 108 f. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

SASSON, Saskia. The global city: Introducing a concept. Brown Journal of World Affairs, v. 11, n. 2, p. 27–43, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais. BIB, n. 57, p. 7-47, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior e diversidade regional no Brasil—o privado (mercantil) como fator de desigualdade e exclusão. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Educação Superior no Brasil e diversidade regional. Belém: EDUFPA, p. 15-46, 2008.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualitas Revista Eletrônica, p. 1-14, 2015.

SILVA, Jaqueline Bianca. Mulheres sírias em situação de refúgio no Brasil: uma análise intergeracional de suas identidades no acesso ao direito do trabalho. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Direito do Sul de Minas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Pouso Alegre, 2021.

SILVA, Juarez Alexandre da. Comunicação Intercultural, memória e identidade: A Gestão da presença cultural de sírios refugiados no ABC Paulista. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019.

SILVA, GUSTAVO LUIZ OLIVEIRA. A CONDIÇÃO DO REFÚGIO NA PERSPECTIVA DE REFUGIADOS DA REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA ACOLHIDOS PELO BRASIL. 2017. 127 f. Mestrado em Direito - Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre.

SILVA, Juliana Carneiro da. Redes sociais (social networks) de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil: a solidão como articuladora de experiências migratórias. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOUZA, M. M. C. M. O povo da caixa e a 25 de março: memórias da imigração síria e libanesa em São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 2003.

SOUZA, Roney Salina de. Uma Vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980). 2007. 207 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, 2, 1-14, 2017.

SUASNÁBAR, C.; PALAMIDESSI, M. Notas para uma história del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina. In: PALAMIDESSI, M.; SUASNÁBAR, C.; GALARZA, D. (Comps.), Educación, conocimiento y política: Argentina, 1983-2003. Manantial, 2007.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. El Campesino Polaco en Europa y en América. Madri: Boletim Oficial del Estado, 2004.

TRIANDAFYLLOU, Anna. Beyond irregular migration governance: zooming in on migrants' agency. European Journal of Migration and Law, n. 9, p. 1-11, 2017.

TRUZZI, Oswaldo. De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1991.

TRUZZI, Oswaldo. De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo. In: Série Imigração, IDESP, São Paulo: Sumaré, 1991.

TRUZZI, Oswaldo. Italianidade no interior paulista. SciELO-Editora UNESP, 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, p. 199–218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente. *Sociologias*, v. 20, n. 49, p. 18-23, 2018.

VACCA, Raffaele. Social networks in migration and migrant incorporation: New developments and emerging research opportunities. *International Migration Review*, v. 59, n. 2, p. 289–314, 2025.

VERKUYTEN, Maykel. Ethnic group identification and group evaluation among minority and majority groups: Testing the multiculturalism hypothesis. *Journal of personality and social psychology*, v. 88, n. 1, p. 121, 2005.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, p. 447–462, 1999.

VILARINHO, Vilma da Silva. Imigração, complexidade e design. 2019. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VILELA, E. M. Sírios e libaneses e o fenômeno étnico: manipulações de identidades. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, UFMG, 2002.

VILELA, Elaine Meire; LOPES, Lívia Beatriz Ferreira. Balanço da produção acadêmica: teses e dissertações sobre migração internacional no Brasil. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 72, p. 55-88, 2011.

VILELA, Elaine Meire et al. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 30, n. 87, p. 19-42, 2015.

WIRTH, Louis. *Race and culture*. Londres: Collier-Macmillan, 1950.

ZUZARTE, André; MOULIN, Carolina. Refugiados urbanos: política, polícia e resistência nas fronteiras da cidade. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 26, p. 219-234, 2018.